

Edição 55

CIBER TEOLOGIA

Revista de Teologia & Cultura

PASTOR COM CHEIRO DE OVELHA

Artigo

Dom Paulo Evaristo Arns,
Cardeal da Esperança

Notas

O homem por detrás
do cardeal

Resenhas

A técnica do livro em
São Jerônimo



Prefácio

D. Paulo Evaristo, bom pastor, profeta do Reino!

Muitas vezes, sempre com renovada emoção, tenho dado testemunho pessoal a respeito de Dom Paulo Evaristo.

De 1975 a 1998, integrei o grupo de Bispos auxiliares da Arquidiocese de São Paulo, vivendo, trabalhando, em profunda comunhão com Dom Paulo Evaristo, nosso amado Arcebispo, verdadeiro dom de Deus para seu Povo. Foi ele que, juntamente com D. Mauro, D. Francisco, D. Joel nos ordenou bispos, na Catedral da Sé, no dia 25 de janeiro de 1975. Foram anos de graça, aprendizado, de absorvente entrega à causa da construção do Reino de Deus, feito de amor, misericórdia, verdade, justiça e paz. Amizade que perdurou durante todo o tempo em que fui bispo diocesano de Blumenau e, depois, como bispo emérito.

A respeito do muito que teria a testemunhar a respeito de meu irmão e amigo Dom Paulo Evaristo, destaco os seguintes pontos:

- O catarinense de Forquilha Dom Paulo, recebeu de seus pais Gabriel e Helena, da alegria do amor da família, verdadeira igreja doméstica, a herança de profundo amor a Deus, à Igreja, ao trabalho. Sua família simples, de profunda vivência comunitária foi verdadeiro celeiro vocacional, com ênfase às vocações `a vida religiosa, missionária. Desta privilegiada família, saiu também a Dra. Zilda, apóstola das crianças, dos homens e mulheres da terceira idade e que deu integralmente a vida à causa do Reino.
- Franciscano, de excelente formação humana, bíblica, teológica, pastoral, espiritual, Dom Paulo era a alegria em pessoa, louvando ao PAI criador, por todas as suas maravilhas. Sua vida marcada por intensa oração, contemplação, estava centrada em Cristo, no vigor do Espírito Santo, estando entregue ao anúncio da Boa Nova de Jesus. Contemplava o mundo, a humanidade, com esperança, possuindo fina sensibilidade poética e profundo valor como escritor. Nos passos de São Francisco de Assis, tinha firme, evangélica, opção pelos pobres, marginalizados, migrantes. Na ação missionária, evangelizadora, viveu a recomendação de São Francisco de Assis: “Comece fazendo o necessário; depois o que é possível e de repente estará fazendo o impossível”.

- Nos longos anos da ditadura civil-militar, levantou, com firmeza inabalável, a voz profética em defesa da vida, da liberdade, da verdade. Acolhia e visitava presos políticos, dando-lhes conforto e esperança. Foi perseguido por seu amor à justiça, sendo bem aventurado.
- Amou profundamente a Igreja. Viveu em intensa comunhão com o Papa. Guardou serenidade, paz, diante de incompreensões, perseguições, advindas de setores da Igreja, inclusive, em determinadas ocasiões, da própria Cúria Romana.
- Simples, acolhedor, bom pastor, marcou presença na Arquidiocese de São Paulo como o Arcebispo da comunhão e participação. Formou com os Bispos auxiliares, verdadeiro “colégio episcopal”, em autêntica, edificante, comunhão de vida, pastoreio. Foi o pai acolhedor dos padres, religiosos, religiosas. Valorizou ao máximo a presença dos leigos, em especial, das mulheres na Igreja. Homem de amplo diálogo ecumênico, inter-religioso. As escolhas das prioridades pastorais sempre foram decididas com ampla, real, participação de todo Povo de Deus, congregado em memoráveis Assembleias Arquidiocesanas. A exemplo do Mestre se colocou a serviço de todos. Incentivou, com entusiasmo, a existência de Igreja missionária, começando pelas periferias, alargando-se para Itacoatiara, Igreja irmã no Amazonas. Em testemunho de evangélica, franciscana, pobreza, vendeu o Palácio Arquiepiscopal, passando a residir em casa comum, despojando-se de condições principescas, fazendo-se irmãos de todos!
- Dom Paulo Evaristo, cardeal Arns, arcebispo emérito de São Paulo ainda hoje é o amado pastor referência na vida da metrópole. Poucos dias antes de sua partida para o céu, estive junto a seu leito no Hospital Santa Catarina. Rezamos o Pai Nosso, apertando-lhe a mão. Combalido, a voz ofegante, rosto sereno, o amado benemérito Arcebispo de São Paulo, me disse: “Angélico, coragem! Avante sempre, na esperança”. Afirmação que constantemente iluminou, marcou, sua vida de franciscano, de cardeal arcebispo de São Paulo, ardoroso apóstolo de Jesus.

Na Catedral da Sé, ao término da homilia que fiz, na Missa de seus funerais, proclamei com toda multidão presente, na certeza da ressurreição: Dom Paulo está vivo, está presente! Na feliz eternidade, onde o Senhor se encontra, rogue a Deus por nós, pela Igreja, por toda a humanidade!

D. Angélico Sândalo Bernardino
Bispo emérito de Blumenau, na bela e Santa Catarina



Editorial

Pastor com cheiro de ovelha

Dezoito anos após deixar o governo da Arquidiocese de São Paulo, deixou esse mundo o grande Pastor Paulo Evaristo Arns, para o povo simplesmente Dom Paulo e para a Igreja latina, Cardeal Arns. Seu currículo, precioso em todos os aspectos, pode ser resumido em algumas palavras não quantificáveis: santidade, profecia, sabedoria. Viveu esses anos de bispo emérito no anonimato, recolhido em sua simplicidade franciscana e revelando a sua capacidade de valorizar o outro, no caso, os seus sucessores. Escolheu continuar em São Paulo, cidade que o acolheu como cidadão e pastor e que por ele já havia sido escolhida como sua terra querida. Soube como poucos conviver com os projetos diferentes de Igreja que fizeram parte do governo de seus sucessores, sem fazer sombras sobre os mesmos e sem manifestar qualquer crítica ou discrepância. Certa vez disse perante eles: *são melhores do que eu!* Sabedoria política e santidade. Evidentemente, Dom Paulo tinha consciência das mudanças de rumo que aconteceram na Arquidiocese depois de seu longo governo que implantara na Igreja local um rosto nítido, expresso em todas as suas frentes pastorais, em suas instituições e em seus sujeitos. Mas sabia que havia *combatido o bom combate, concluído a carreira e mantido a fé* (2Tm 4,7). Certamente, era consciente de que ninguém é dono da história e nem dono da Igreja, apenas um sujeito que presta um serviço em um determinado período que passa. Já rezava com Francisco que o *tempo é superior ao espaço*. O abandono à providência que cuida secretamente de nós o sustentou no silêncio carregado de fé, de caridade e de esperança. Esse perfil discreto e quase anônimo do arcebispo emérito revelou, por certo, a essência do grande Cardeal e do grande intelectual ativo e falante: o ser humano simples seguidor de Jesus de Nazaré, pobre com os pobres, o frade menor, filho do pobrezinho de Assis. Certamente, fora essa a substância mais íntima do Cardeal destemido, comunicativo e dinâmico. Seu silêncio foi a plenitude de suas palavras, seu recolhimento o coroamento de sua ação. A esperança o sustentou sempre na ação e na contemplação, nas palavras e no silêncio.

Seu lema episcopal “de esperança em esperança” (*ex spe in spem*) norteou, de fato, sua vida como farol e como método. Nenhuma crise o fez recuar e perder o ânimo. Seu episcopado foi testado a fogo no crisol dos tempos de chumbo do Brasil. Sua voz denunciou os desmandos, as injustiças e as perseguições do regime ditatorial, agregou os dispersos e deu rumo aos que

reconstruíram a democracia. Sofreu perseguições e calúnias, não somente da parte dos donos do poder e dos inimigos da liberdade e da justiça, mas também de pares de dentro da Igreja. De esperança em esperança caminhou sem cessar e jamais se furtou da verdade que devia ser dita. Fecharam sua Rádio e censuraram seu jornal, mas continuou gritando a verdade sem temor. Como todo profeta, não angariou consenso e unanimidade nem dentro e nem fora da Igreja. Viveu antes de tudo pela profecia, dispensou as honras e os privilégios que lhe pudessem render a posição de Cardeal, perante a sociedade e perante a Cúria romana.

O comunicador exímio. Resumia a homilia em dez minutos e falava com naturalidade à falange de jornalistas que o assediava. Não se embaraçava em situações adversas. Falou frontalmente com Golbery sobre as prisões e torturas. Ao Secretário de Segurança que comandara a invasão da PUC dizia: na universidade se entre por concurso e por vestibular. Ao jornalista que o interrogava sobre o uso de preservativo afirmava: aplica-se o princípio do mal menor, conforme a tradição da Igreja. Dizia sem concessões políticas que a Cúria romana comandava o Papa. Por essa razão atraiu oposições, difamações, ódios e perseguições. Não recuou, não lamentou, não retrucou com violência. Ao contrário, dialogou, discerniu, perdoou e amou a todos, de modo preferencial os pobres e os sofredores.

Na sua mensagem de condolências enviada à Igreja de São Paulo, o Papa Francisco recordava com precisão quem foi D. Paulo: “intrépido pastor, que no seu ministério eclesial se revelou autêntica testemunha do Evangelho no meio do seu povo, a todos apontando a senda da verdade, na caridade e do serviço à comunidade em permanente atenção pelos mais desfavorecidos”. Dom Paulo recebe agora a *coroa da justiça que lhe estava reservada e que lhe dá o justo juiz* (2Tm 4,8). Recordar todos os seus feitos seria, de fato, impossível nesse momento não somente pela lista de incontáveis atos, decisões e discursos, mas também pelo que realizou em sua longa permanência em São Paulo, primeiro como bispo auxiliar (1966-1970) e, em seguida, como arcebispo (1970-1998). Seu currículo é repleto de gestos dignos dos grandes homens que se tornam heróis. Figura carismática jamais enquadrada nas regras da instituição ou a elas reduzida em nome do papel oficial exercido ou de qualquer privilégio. Viveu da liberdade que brota da verdade do Evangelho. A partir desse núcleo essencial exerceu seu ministério com firmeza e alegria contagiante. A misericórdia foi sua regra de vida: acolheu os refugiados políticos, os pobres, os sofredores, os excluídos, os intelectuais perseguidos, os teólogos suspeitos... As pautas do pontificado de Francisco foram antecipadas emblematicamente em suas ideias e ações. Pode-se dizer que colhemos hoje na igreja universal o que aqui na América Latina foi sendo plantado depois do Vaticano II e em nome dele. D. Paulo personifica de modo emblemático o pastor que tem *cheiro de ovelhas* e que exerce a profecia e a misericórdia. Sua Igreja foi às periferias sociais e existenciais, foi, de fato, a Igreja que se suja por sair na direção do outro, a Igreja que coloca a acolhida antes da norma objetiva e o amor antes e acima da regra. A era D. Paulo passou, mas ressurgiu, agora, de modo inequívoco nas palavras, nos gestos e nas programáticas de Francisco. Isso significa que o paradigma eclesial adotado por D. Paulo

Evaristo deve ser resgatado com toda urgência, na fidelidade ao Evangelho, mas também na fidelidade ao Magistério de Francisco. A memória de sua era deverá alimentar os ideais e práticas de Igreja atuais, deverá deixar de ser memória e ser ação concreta. O caminho já foi feito e muitos ainda se lembram de como caminhar. É tempo de reformar a Igreja, sonha e conclama Francisco:

Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação. A reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem mais missionárias, que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de “saída” e, assim, favoreça a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade (*Evangelii gaudium*, 27)

Dom Paulo está vivo com seus ideais e projetos. Aquilo que foi motivo de reservas e até de condenação em sua vivência eclesial em São Paulo é hoje pauta comum de toda a Igreja. Seu magistério suspeito é hoje magistério universal. A opção pelos pobres que compunha a convicção de um segmento eclesial do continente está hoje apresentada como questão de fé para toda igreja e como algo que ninguém tem o direito de relativizar em nome de qualquer hermenêutica eclesial (EG 194). Francisco faz hoje justiça a Dom Paulo e a todos os que no continente levaram adiante a postura mais básica do Vaticano II: a Igreja servidora de toda a humanidade e, de modo particular, dos pobres, a Igreja arauto da justiça e em diálogo permanente com o mundo. Nesse momento, Francisco nos confirma na fé e nos alimenta a esperança na direção do que Dom Paulo semeou. Não se trata de preservar intacto aquilo que ele fez, mas de dar continuidade à substância de seu projeto para a grande cidade de São Paulo na sua situação presente: a solidariedade com os pobres, a presença da Igreja nas periferias, o diálogo com as religiões e com a cultura, a defesa intransigente dos direitos humanos e das liberdades. Não restam dúvidas de que nesses dezoito anos o mundo mudou significativamente. As produções e relações humanas se tornaram realmente globalizadas. O individualismo e o consumismo assumiram a posição central nos comportamentos individuais e coletivos. As tecnologias oferecem toda a base para a operação do mercado financeiro e de consumo. A pobreza ficou inserida nesses processos e adquiriu um dinamismo ainda mais perverso: cada vez mais escondida dentro do consumismo que “nivela” a todos na satisfação dos desejos de apossar-se dos produtos incessantemente oferecidos pelo mercado. O mundo nunca necessitou tanto de líderes e de ideais de transformação capazes de recriar as visões e as práticas predominantes. O Brasil recua em suas conquistas democráticas e sociais. A política mundial se vê seduzida por modelos conservadores e se torna cada vez mais refém do mercado financeiro. Também o povo vai se amoldando às seduções de bem-estar do mercado de consumo, inclusive em suas práticas religiosas. A profecia que critica sem medo e concessões e anuncia um outro mun-

do possível urge dentro e fora da Igreja, no continente latino-americano e no planeta. Que a memória de Dom Paulo acenda como farol e nos ajude a avançar na busca do Reino de Deus dentro das contradições da história.

Dom Paulo será incluído pelo povo na galeria dos santos. Juntamente com sua irmã Zilda Arns, de quem foi mais que irmão de sangue, irmão de ideal de vida plena, brilhará nos céus de nossas mentes como estrela guia. A intrepidez e sabedoria do Apóstolo de quem emprestou o nome, a vontade de mudar as coisas para melhor, contida no nome Evaristo, e a simplicidade do Frei, foram valores presentes antes, durante e depois do episcopado e do cardinalato. O episcopado vivenciado como serviço e como profecia o coloca entre as raras personalidades que são capazes de viver na tradição sem ser defensor da conservação, de administrar a instituição eclesiástica sem se tornar um burocrata, de exercer o poder sem colocar-se acima das pessoas. A difícil síntese da profecia com a função institucional, do poder com o serviço e da erudição com o pastoreio foi feita por Dom Paulo de modo natural e exemplar. Sua pequena estatura tornava-se imensa: irradiava força, alegria e comunicação em todos os ambientes em que estava. Falava com os pobres e com os generais, com o Papa e com os encarcerados, com intelectuais e com o povo simples na mesma desenvoltura; tinha a palavra certa para a ora certa e carregava a *esperança sempre* no corpo e na alma.

O Papa Francisco insiste sempre que o pastor tem que ter o *cheiro da ovelha*. Dom Paulo foi impregnado pelo cheiro do povo da periferia, do suor dos pobres trabalhadores, do sangue dos torturados nas prisões da ditadura e dos miseráveis que dormiam nas ruas de megalópole. O mesmo Papa fala que prefere a Igreja enlameada a uma Igreja limpa por ficar trancada em si mesma. Dom Paulo nunca temeu sujar seu nome por causa da verdade. Foi caluniado pelos donos do poder e do capital. Fecharam a Rádio 9 de Julho, censuraram o Jornal da Arquidiocese, difamaram sua pessoa e distorceram suas palavras. Até mesmo dentro da Igreja não faltaram aqueles que se dedicassem a essa tarefa indigna. Dom Paulo viveu e praticou a profecia em seus gestos e palavras, sem medo das contradições inerentes a essa opção, conforme alertou Jesus de Nazaré: “Ai de vocês, quando todos os homens falarem bem de vocês (Lc 6, 26)”. Certa vez afirmou que em sua vida jamais tinha sido um homem do consenso. Na sua longa existência soube, de fato, alimentar-se das contradições, na verdadeira mística profética e na resistência do servo sofredor. O pastor continuou sempre com voz firme e jamais arredou o pé do caminho do Mestre da verdade e da vida, do caminho dos simples e dos pobres, longe das honras e das glórias, seguiu firme pela *via crucis* que conduziria sem desvio à ressurreição de *esperança em esperança*.

A morte de Dom Paulo não apaga a sua vida. Ao contrário, o bom pastor continua brilhando como exemplo de vivência da fé em nossos dias. Perante o clericalismo que avança com força na Igreja atual, a figura de Dom Paulo aponta para o serviço e ensina que o poder não define a missão de nenhum ministério da Igreja, ordenado ou leigo; perante o mundo que vive a idolatria do dinheiro e a mística do consumo, o frade franciscano brilha com sua simplicidade apon-

tando para uma cultura do necessário, sem excessos e sem hedonismo; perante o triunfo do relativismo moral centrado no absoluto do indivíduo, o pastor convida à vida em comunidade para todo o povo de Deus e clama pela justiça para todos os filhos de Deus; perante os tradicionalismos que fixam as referências da fé em algum ponto do passado, o pensador cristão chama para o confronto da fé com a vida, do passado com o presente, da Palavra com as palavras atuais; perante as usurpações de direitos sociais que se encontram em curso em nosso país, Dom Paulo continua clamando que todos os direitos devem ser respeitados e que a igualdade é uma exigência que vem da fé em Jesus Cristo e das instituições do Estado moderno.

Dom Paulo Evaristo Arns é um filho fiel e exemplar do Vaticano II e da tradição eclesial latino-americana demarcada pela Conferência de Medellín. O *aggiornamento* da Igreja desejado por São João XXIII tornou-se o espírito e o *modus operandi* das Igrejas latino-americanas nas décadas que se seguiram ao Concílio. Uma geração de bispos construiu com palavras e gestos a tradição da Igreja dos pobres compromissada com a justiça. Todos pagaram o preço dessa opção perante os poderes instituídos, desde a esfera macro do império do dinheiro comandado pelos Estados Unidos, até as ditaduras que comandavam com força bruta a maioria dos povos do continente, passando, muitas vezes, pelos controles autoritários da própria Cúria romana. Essa geração de autênticos padres da Igreja do continente deixou suas sementes que produziram frutos maduros, agora visíveis. Podemos hoje cantar com Maria que o *poderoso elevou os humildes*. O mártir Oscar Romero, agora é santo e representante oficial de todos os mortos pela causa dos pobres pelo continente afora. Dom Helder o grande mentor do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, bispo vermelho dos ditadores e suspeito de alguns setores eclesiais, está a caminho da beatificação. Cardeal Bergoglio é Papa e leva para o centro da Igreja a profecia e a opção pelos pobres. Dom Paulo perfila esses grandes padres e compõe a galeria dos santos e dos sábios do continente; representa todos os que enfrentaram e enfrentam o poder sem medo e em nome da dignidade da vida humana.

Os conscientes não de brilhar como relâmpagos, os que educam a muitos para justiça brilharão para sempre como estrelas (Dn 12,3). Essa sentença do julgamento divino sobre os oprimidos da história, proclamado por Daniel, ressoa como verdade e esperança para a Igreja da América Latina. Dom Paulo já brilha como estrela. Seu legado perpetuará para as gerações futuras, juntamente com os grandes pastores defensores dos pobres que agora triunfam na Igreja celeste e iluminam a Igreja terrestre.

Esse número de *Ciberteologia* pretende homenagear esse grande pastor e líder que, desde São Paulo, brilhou como sinal de contradição para o país, para o continente e para o mundo. Os Artigos que compõem esse dossiê focam alguns aspectos perceptíveis em Dom Paulo. Na verdade, *perceber* Dom Paulo não constitui um grande desafio, tendo em vista sua sinceridade e transparência. Seu sim era sim, seu não era não. Suas palavras eram diretas, suas posturas inequívocas. Por outro lado, como todos os grandes homens, deixa muitas interrogações sobre si: aquelas de seus sofrimentos pessoais, de seus momentos de solidão, de seus hábitos diários,

de sua infância no Seminário menor, de seu anonimato como bispo emérito, de seu método de estudo, de suas leituras prediletas, de suas relações com os refugiados políticos, de suas discordâncias com Dicastérios romanos etc. Muitos investigadores curiosos possivelmente dedicarão tempo em busca de respostas sobre essas questões de agora em diante. Por ora, *Ciber* apresenta 7 Artigos que retomam algumas dimensões desse caleidoscópio raro. Esse dossiê aborda aspectos da personalidade e do ministério episcopal; faz memória de sua pessoa e resgata e desvela ângulos de suas ações. O ex-bispo auxiliar de Dom Paulo, Angélico Sândalo Bernardino, oferece um Prólogo a essas reflexões. Completa esse belo quadro 3 textos inseridos na Seção *Destaque*, os testemunhos inéditos da Secretária do Cardeal e da amiga Ana Flora Anderson e uma lista completa das 57 obras produzidas por Dom Paulo, mantidas no estado original em que se encontra no Fundo Cardeal Arns do Arquivo Metropolitano. A homenagem é concluída com uma Resenha sobre a Tese doutoral de Frei Paulo Evaristo Arns, defendida na Sorbonne em 1952.

Esse núcleo “paulino” é acrescido de um Artigo referente à espiritualidade e ensino religioso, por dois Artigos incluídos na Seção *Notas*, focando na temática poética, respectivamente, sobre o Salmo 49 (poesia sagrada como arte) e a obra poética de Dom Pedro Casaldáliga. Ainda nessa Seção é apresentada uma análise sobre as reformas da previdência e trabalhista que se encontram em curso nas esferas parlamentares, ainda que sob os mais fortes protestos da sociedade e das Igrejas.

Ciberteologia agradece a todos os que ofereceram suas contribuições para compor essa indispensável homenagem. O Brasil pelo qual lutou e sonhou se encontra nesse momento em uma situação que, de novo, conclama a todos os cidadãos à luta pelos direitos e pelas liberdades democráticas. Nunca mais a tirania, nunca mais a usurpação dos direitos, nunca mais o trabalho servil ao capital. Que a memória da voz profética de Dom Paulo seja um farol na noite em que o país atravessa, mesmo que muitos descansem dormindo o sono dos despreocupados. Acordados pelos seus fortes brados, gritemos novamente juntos: Justiça! Dignidade! Amém!

De esperança em esperança,

Dr. João Décio Passos
Editor

Destaques

O que posso falar de Dom Paulo que ainda não tenha sido falado?

Foi esta a dúvida que me ocorreu, ao receber o convite para elaborar mais este depoimento sobre Dom Paulo. Após uns dias de oração e mergulho em memórias, ficou claro que foi crescendo em mim o desejo de escrever algo sobre o “sentir *família*” representou na vida dele, ou, em outras palavras, a força com que este conceito o moveu e sustentou no dia a dia, apesar de minha certeza de que, com esta escolha, não estar trazendo nada de inédito para muitos de seus leitores ou fiéis seguidores. Entretanto, na função que exerci, foi-me dado participar em grande parte dos agradáveis bate-papos em torno da mesa da cozinha, quando o ouvíamos discorrer sobre suas origens e memórias familiares, bem como estar ao seu serviço nos ditados, entrevistas e coletivas de imprensa em que lhe era oferecida oportunidade de voltar a esse tema.

Antes de mais nada, para quem porventura ainda não saiba, devo deixar claro que na minha condição de leiga e voluntária sempre exerci a função em regime de meio período/seis dias por semana, ou seja, nunca morei, nem temporariamente, em nenhuma das cinco residências episcopais em que com ele trabalhei. Apesar disso, penso estar em plenas condições de dar meu testemunho sobre várias das razões que consolidaram em mim a certeza de poder afirmar, com emoção, ter feito parte da *família* paulistana de Dom Paulo, graça pela qual não canso de agradecer a Deus.

1. Um pouco de história

Conheci Dom Paulo e comecei a ajudá-lo em datilografia ainda em Santana, quando era Bispo Auxiliar do Cardeal Dom Agnelo Rossi. O ano era 1967, e em poucos meses de vida nova em São Paulo o primeiro Bispo da Zona Norte já ocupava seu segundo endereço residencial, no apartamento que as Irmãs de São José de Chambéry lhe organizaram num pequeno edifício que possuíam ao lado do Colégio Santana. A primeira morada havia sido um minúsculo quarto na edícula do fundo do quintal da casa paroquial dos padres saletinos da igreja matriz, onde um ladrão arrombou certo dia a janela, levando o radinho de pilha e o anel episcopal que fora presente de ordenação da própria mãe.

Logo nas primeiras visitas para buscar e levar trabalho que fiz a Dom Paulo já alojado no segundo endereço, fui conhecendo um pouco da senhora caseira que as Irmãs haviam contratado em Itu para os serviços domésticos. Ela atendia a porta, cozinhava para ele, para um seu neto adolescente que trouxe junto a fim de lhe fazer companhia, e completava os serviços com a limpeza, compras e cuidado das roupas. Naquele tempo, conseguir adquirir linha telefônica em São Paulo não era fácil, nem mesmo para a administração da Arquidiocese. Assim, não ha-

via telefone para o Bispo, e Dom Paulo precisava se contentar com recados recebidos de uma vizinha, das Irmãs do Colégio ou dos padres da matriz. Portanto, ao menos dessa tarefa – atender telefone – a caseira foi poupada. A fase nova desse segundo endereço de morador único foi fazendo crescer nele a convicção de que o isolamento em que se sentia, não tendo com quem conversar após o jantar, por exemplo, no momento de ver os telejornais do dia, teria que receber logo um ponto final. Não podia contar nem mesmo com o neto da caseira, pois o jovem saía todas as noites para cursar colegial no bairro. Minha primeira percepção deste problema foi sendo possível graças às confidências da amiga que me conduziu à Equipe, a assistente social de saudosa memória, Genoefa Frederico, vizinha de Dom Paulo, a quem ele costumava pedir conselhos práticos e todo tipo de ajuda.

Pouco a pouco, com a aceitação dos trabalhos que eu datilografava em minha casa e lá comparecia para a entrega, Dom Paulo, aparentemente satisfeito com o resultado, foi me conhecendo melhor e gradativamente diversificando as solicitações. Por exemplo, para meu espanto, convenceu-me muito cedo a aceitar o cuidado de redigir o Livro da Crônica da Região – eu, jovem inexperiente, não sabia nem entendia que estava diante de um grande historiador!... – e de arrumar os papéis de sua mesa, iniciando um primeiro esboço de arquivo pessoal. Tudo era novidade para mim, num terreno para o qual não me sentia preparada. Creio mesmo que minha insegurança só não me fez desistir, graças à surpreendente confiança que Dom Paulo ia revelando não só em relação à minha assustada pessoa, mas igualmente no que eu podia sentir em cada um e cada uma dos colegas da Equipe missionária, principalmente na amiga Genoefa, a quem sempre considerei uma espécie de segunda mãe: todos juntos aprendíamos com ele, sem medo, a olhar para frente com muita coragem – sua marca registrada que despontava! – e acabávamos como que estonteados por tanto dinamismo e confiança de nosso Bispo, correndo atrás dele nos trabalhos missionários com a cara e a coragem...

É aqui que se insere minha lembrança mais remota: já nas primeiras reuniões da Equipe, Dom Paulo externava intenções de providenciar sem demora uma espécie de estrutura familiar mínima em sua moradia, esclarecendo que com as pessoas admitidas para ajudá-lo ele pretendia partilhar tudo, particularmente a Liturgia diária, as refeições e o lazer. Deixava muito clara sua pressa na necessidade de poder sem mais delongas se sentir em *família*, quando estivesse em casa.

E foi nesse período que a caseira contratada – que Dom Paulo desde o início apelidou de “Vovó” – proveniente do interior, com problemas familiares a resolver por lá teve de se demitir. Dom Paulo e duas assistentes sociais que o assessoravam na pastoral regional consideraram providencial que ela fosse embora. Não estava dando certo. Nosso Bispo andava insatisfeito não só com o isolamento já descrito do retorno diário ao lar, mas igualmente mostrava preocupação com as altas despesas que aquela senhora apresentava após as idas à padaria, ao açougue ou à feira. Afinal, a administração arquidiocesana daquele tempo colocava a cada mês uma modesta ajuda de custo à disposição do Bispo, com a qual ele pessoalmente deveria cuidar da

própria subsistência e da de quem o servia, e Dom Paulo via com aflição a pequena verba se esgotar bem antes do trigésimo dia...

Nesse tempo estava sendo concluída a reforma do sobradinho usado, adquirido pela Mitra Arquidiocesana à Rua Amaral Gama, mais central no bairro-sede da Região Episcopal e principalmente mais próximo da igreja-matriz, onde Dom Paulo celebrava no dia a dia. Nele o novo Bispo esboçaria os primeiros serviços de atendimento aos Párocos que o procuravam. Conseguiu instalar, na antessala do térreo, uma pequena secretaria, ensaio singelo do que anos mais tarde evoluiria para um centro pastoral e/ou cúria regional. Seu sonho de viver em *família*, afinal, começaria a dar certo após a mudança! Moradores dessa nova casa seriam, além do Bispo: seu Padre secretário e motorista – o saletino Clorálio Caimi – e a religiosa Franciscana da Ação Pastoral, Irmã Adélia Cotta para os cuidados domésticos.

Nos poucos dias do intervalo, entre a saída de Dom Paulo do apartamento do Alto de Santana para o sobrado reformado, ocorreu a Semana Santa daquele ano, ocasião em que Dona Helena, sua mãe, acompanhada de duas de suas filhas de Curitiba com um neto de seis anos resolveram vir a São Paulo para passar o Tríduo Sacro junto ao Bispo que era, ao mesmo tempo, filho, irmão e tio da família. O problema estava no fato de que o anúncio da visita chegou em cima da hora, e a religiosa Irmã Adélia e Padre Caimi somente iriam chegar para assumir seus postos logo após a Páscoa. Lembro-me bem dos apuros de Dom Paulo e da Genoeffa ao receberem o recado, pois por pouco teriam convencido a cozinheira a permanecer mais uns dias no emprego e tudo estaria resolvido... Mas infelizmente era tarde! Afinal, os Arns chegariam a São Paulo por causa da insistência com que Dom Paulo os convidava a virem conhecer seu novo apartamento... A solução acabou surgindo do meu “lado” nutricionista e das experientes dicas culinárias de minha mãe. Assim, naquela quarta-feira Santa em que os visitantes eram aguardados para o almoço, abandonei por algumas horas a organização de papéis no escritório para cuidar de panelas na cozinha, não sem antes buscar uns bifés no açougue da esquina, tudo com a supervisão atenta da Genô e o apoio alegre de Dom Paulo que começou a proclamar aos quatro cantos “fui salvo de apuros, porque só sei botar água pra ferver, fazer Nescafé e ovo cozido!”.

2. As raízes familiares de Dom Paulo deram frutos e espargiram sementes

Dando um salto no tempo e depois de percorrer praticamente meio século mergulhada na vida e nos trabalhos desse grande Pastor e Cardeal, não tenho dúvidas de que ele conseguiu atingir em cheio seu objetivo fazendo com que nós, suas colaboradoras mais próximas, constituíssemos realmente a sua FAMÍLIA em São Paulo. De fato foi assim que ele sempre nos considerou, e era assim que ele nos apresentava a seus parentes e visitantes. Para mim, era como se ele estivesse voltando às origens que tanto o influenciaram, segundo o que decidiu registrar logo à abertura de sua autobiografia:

Ao recordar a influência de minhas irmãs e irmãos, e, sobretudo, de minha mãe e de meu pai, tenho a nítida impressão de que eles me transmitiram não só a beleza de viver, mas igualmente de escolher uma profissão que enchesse a vida de sentido e me levasse a cumprir missão útil aqui na Terra.¹

Lembrando-me de quanto o ouvi contar das saudades que sentia e das dificuldades de adaptação da sua juventude quando saiu pela primeira vez de casa para ingressar no seminário, firmei minha convicção profunda de que para ele, sentir-se em *família*, particularmente quando em casa, era como depender do ar necessário para respirar.

Procurarei ilustrar um pouco mais dos efeitos dessa impressão, através de algumas outras lembranças de gestos simples e atitudes rotineiras de Dom Paulo para conosco:

Ainda neste final de Quaresma estive em Santana para visitar uma senhora doente, amiga de minha família, que já se encontra na respeitável idade de quase 104 anos. Ela faz parte, é a derradeira representante da família Frederico, vizinha de Dom Paulo à época da mudança do apartamento para o sobrado da Rua Amaral Gama, do qual só sairia para assumir o cargo de Arcebispo Metropolitano em 1970. Dona Julieta, extremamente lúcida na imobilidade do atual leito hospitalar de sua *home care*, recordava para mim com emoção e saudades: “nunca vou esquecer a amizade com Dom Paulo... você sabe que ele atravessava a rua de chinelos e vinha toda hora à nossa casa para conversar e tomar café?!”.

As experiências familiares marcantes da época do Palácio Pio XII mereceriam considerações à parte quando se contar com mais detalhes o conhecido episódio da “venda do Palácio”. A etapa seguinte foi o tempo do Sumaré, onde Dom Paulo viveu em companhia da comunidade de três Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado e a continuação da frequência matinal meio-período desta secretária. Na ruazinha sem saída em que morou, deve ter deixado saudades no coração de vários moradores. Com a cordialidade, amizade e deferência para com cada pessoa que avistasse ao entrar e sair de casa, apesar da pesadíssima agenda com que sempre teve de se defrontar, nunca deixou de abrir espaços para visitar e abençoar a debilitada jovem Cecília, filha do médico Dr. João e de dona Mathilde, de se aproximar de algumas famílias a partir dos cachorros que latiam no portão, e de prostrar no jardim com dona Odette e o marido, a professora-escritora da casa ao lado que residira em Santana na juventude.

Nas frugais ceias de Natal que as Missionárias de Jesus Crucificado preparavam e serviam no intervalo entre duas idas de Dom Paulo à Catedral para as Missas da Vigília às 18 horas, e “do Galo” à meia-noite, foram vários os anos em que ele chamou para reforçar a companhia à mesa, a seus colaboradores professores biblistas que além de tudo moravam no mesmo bairro, Ana Flora Anderson e Frei Gilberto Gorgulho, OP; a primeira, por não ter ninguém da própria família no Brasil a quem pudesse se agregar; e o Frei mineiro que acabava sobrando só no

.....

¹ “Da esperança à utopia – Testemunho de uma vida”, Editora Sextante, 2001, p. 17.

convento, uma vez que a cozinheira conseguia folga em virtude de os demais confrades da comunidade costumarem aceitar convites para cear com paroquianos.

Completando o tempo do Sumaré, que perdurou de 1973 a 1987, os padres franciscanos da Terceira Ordem Seráfica, a TOR, do Santuário de Nossa Senhora de Fátima garantiam para Dom Paulo bom reforço na relação de boa vizinhança, pois tal proximidade tornava possível reavivar muitas memórias do tempo em que na França, estudando na Sorbonne, o então jovem Frei Evaristo com eles residiu.

De 1987 a 1998 Dom Paulo viveu no bairro da Luz, na moradia que até hoje foi e continua ocupada pelos seus dois sucessores Cardeais. Foi ali que ele voltou a ser servido pelas Irmãs Franciscanas da Ação Pastoral, congregação que o tem como pai fundador e que dele cuidou até a partida para a Eternidade em dezembro último. Daquela casa lembro-me bem da nova rede de relações amigas que incrementou com a vizinhança. Dona Ilda e sua filha Odete, frequentadoras do Mosteiro da Luz, logo se entrosaram com ele e com as Irmãs, sendo sempre convidadas para pequenas comemorações domésticas de aniversários e outras. Por ocasião de cada Advento, Dom Paulo e as Franciscanas davam um jeito de reunir o seletto grupo de vizinhos na sala, para a Novena de Natal. E com as Irmãs Concepcionistas do Mosteiro da Luz, que por serem enclausuradas não podiam sair de casa, o movimento se invertia, ou seja, Dom Paulo nos levava para várias celebrações especiais com elas, na capela que é aberta a todo o povo, e na sequência, vez por outra, investido dos poderes próprios de autoridade eclesiástica, fazia-nos adentrar a dependências onde apenas ele poderia se reunir com a comunidade delas, porque o público não tinha acesso. Dessas participações, a que mais me marcou foi a dos dias da exumação dos restos mortais do hoje primeiro Santo brasileiro, Frei Antonio de Santana Galvão: Dom Paulo nos levou a passar aquele dia histórico trancadas com ele, as Concepcionistas e os peritos do Vaticano assistindo a tudo no interior da capela, e também depois, no dia seguinte, em que os restos mortais do Santo Frei ficaram cuidadosamente dispostos em vitrine especial no salão do andar de cima, para a veneração das Irmãs, e a celebração da Eucaristia final a elas reservada, antes da reposição e sepultamento definitivo do caixão do Santo na capela pública onde se encontra.

Minha própria família biológica guarda com gratidão e reconhecimento a memória imorredoura de inúmeros gestos de carinho e apreço com que Dom Paulo nos distinguiu ao longo dos anos, mas o ápice de tudo talvez tenha sido na ocasião da morte de papai. Foi em dezembro de 1991, quando Dom Paulo, que o tinha visitado na derradeira internação hospitalar, encontrava-se no litoral reunido com seu Colégio Episcopal para a reunião prolongada de planejamento do ano seguinte. Ao receber a notícia na manhã do falecimento, não hesitou em convocar o motorista para o meio da tarde, deixou os colegas Bispos trabalhando e com ele subiu a serra para celebrar a Missa de corpo presente às nove da noite aqui em São Paulo, no velório e na véspera do sepultamento, regressando na mesma noite à reunião do litoral, para que o dia seguinte dos trabalhos episcopais não sofresse nenhuma interrupção. Impossível, para mamãe

e para nós filhos e parentes, não ficarmos tocados com tal atenção! É por gestos assim – que se contam aos milhares na trajetória deste nosso Pastor – que contemplando as ações e as surpresas vindas do nosso querido Papa Francisco não hesito em comentar: “conheci, antes, um Pastor assim!”

Com o emeritato de 1998 deu-se a penúltima mudança de endereço de Dom Paulo, desta vez de volta à Região Santana, onde desejou estar próximo dos idosos da Santa Casa do Jaçanã, local preferido em que celebrou todas as manhãs de Natal, desde o tempo de Bispo Auxiliar. Continuou com os serviços e a comunidade das Franciscanas da Ação Pastoral e comigo como secretária de meio-período, dispensando-me da função quando decidiu deixar a vida pública para recolher-se em sua última morada deste mundo, no Taboão da Serra, como monge em oração e leituras.

3. Por que considero *família* uma das marcas registradas de Dom Paulo?

Por causa da história que narrei e de tantas outras atitudes das quais relato mais algumas:

Desde o início, mostrou enorme habilidade e carisma em organizar e dividir seu tempo, dedicando com rigor um período anual de férias junto aos familiares no Sul. Fazia questão de marcá-las em janeiro, mês das férias escolares, para poder estar inicialmente com sua mãe, mas igualmente com todos os seus irmãos e irmãs, a maioria deles professores. E foi já em meu primeiro ano de colaboração que levei grande susto ao ser por ele convidada a acompanhar a assistente social Genoefa, a Irmã Bernardete, vicentina do Centro Social da matriz de Santana, com o motorista do Colégio Marillac, para irmos a Curitiba por uns dias. Era para buscá-lo de volta a São Paulo e curtir em sua companhia os últimos dias daquelas férias anuais. A proximidade e confiança embutidos em tal convite impactaram profundamente não só minha assustada pessoa, mas principalmente a simplicidade de meus pais e irmãos. Hoje eu diria sem medo de errar que a surpresa foi bem maior do que a atualmente causada na opinião pública pelo querido Papa Francisco com seus gestos! Desconcertados, comentávamos entre nós, “como é possível, um bispo ser tão simples... levar e hospedar servidores à própria casa com sua mãe?!”

Dom Paulo já tinha seguido sozinho de ônibus para o descanso no início do mês. Esse carro do colégio das Irmãs, como expliquei, o traria de volta a São Paulo em nossa companhia. Assim foi. Ali, no aconchego e carinho daquele lar abençoado, aprendi que Dom Paulo nos integrara de fato à própria *família* biológica. Ele nos dizia explicitamente à mesa de cada refeição, repetia na cozinha, diante da acolhida alegre e generosa de Dona Helena e suas filhas, que nós três éramos a *família* dele em São Paulo, e que com este convite – que se repetiria por todos os anos seguintes até o final, com as demais religiosas e motoristas que o serviriam – fazia questão, explicitando sempre de novo com palavras diferentes, de que fôssemos retribuídas(os) pela ajuda que a ele proporcionávamos em sua casa de São Paulo.

Impossível esquecer Dona Helena, com quem madrugávamos para vê-la ordenhar a vaquinha da chácara e colher as verduras da horta. As irmãs solteiras de Dom Paulo, Otília e Ida, em seus cuidados para com o irmão Frei João Crisóstomo, as crianças adotadas, os visitantes e a grande legião de sobrinhos. As celebrações diárias da Eucaristia, com cenário e cantos tão cuidadosamente preparados pelas Irmãs religiosas, Gabriela, Helena, Hilda e Anita. Os churrascos dominicais preparados e animados pelo mano Felipe, as caminhadas e longas prosas com os manos Osvaldo, Reitor da PUC, Zélia e cunhados Alice e Aroldo. As excursões a pontos turísticos dos arredores, organizadas por Frei Crisóstomo e suas irmãs no sentido de os visitantes serem sempre levados a lugares inéditos. Os passeios e estadias na praia, na casa inigualável da saudosa Dra. Zilda, cujo sonho maior sempre declarado ao irmão famoso era poder morar com ele ali, defronte ao mar de Betaras, quando os dois estivessem aposentados...

Os manos com os quais, no meu caso, estive menos em contato – porque residiam mais ao Sul e suas agendas de férias não coincidiam com a de Dom Paulo – foram o Max José, de Forquilha, e o caçula Bertoldo, de Criciúma, com suas respectivas famílias.

Na chácara dos arredores de Curitiba onde Dom Paulo mais gostava de estar, havia um lago onde a própria Dona Helena gostava de conduzir seus hóspedes visitantes numa das canoas, mostrando-se exímia remadora. Tal habilidade ela a ensinou à maioria dos filhos e filhas, dentre os quais Dom Paulo, sempre entusiasmado para conduzir seus convidados. A cada vez que lá chegávamos, após a celebração diária da Eucaristia e o café da manhã, nosso dever era proteger do sol a própria cabeça e com ele em seu chapéu de palha rumarmos em meio a boas prosas até a beira do lago. Lá ele apanhava os remos, nos ajudava a embarcar na canoa e com segurança nos levava a dar voltas pelas margens, descrevendo árvores, apontando flores e borboletas, contando histórias e mais histórias, até que algum dos pequenos sobrinhos que sempre nos acompanhavam a bordo pedisse para desembarcar.

Outra delicadeza de Dom Paulo, agora fora das férias, era na volta de cada uma de suas viagens, fossem elas nacionais ou internacionais. Chegando do aeroporto, da rodoviária, ou do próprio carro quando regressava de compromissos no interior com seu motorista, abria a mala de mão e enchia as nossas – minhas, das irmãs e do motorista – com balas, doces, chocolates, postais ou pequenos *souvenirs*. Os primeiros, ele os recolhia das bandejas dos serviços aéreos de bordo, enquanto que postais e pequenos presentes e *souvenirs*, dava um jeito de adquirir à saída da cidade por onde acabara de passar. E a cada retorno rodoviário de Curitiba ou das praias paranaenses para São Paulo, na pausa para reabastecimento da metade do caminho em Registro, jamais deixou de providenciar algum brinde à Irmã que, por ter ficado em São Paulo cuidando da casa, não pôde estar junto a nós nos dias de férias. E chamava-nos para ajudá-lo a escolher o presentinho, na loja em que todos os turistas em trânsito paravam.

Essas atitudes e pequenos gestos de simpatia, humor e delicadeza com que Dom Paulo sempre nos surpreendeu nos confirmaram definitivamente na certeza de sermos sua *família*:

chamava Madre Lourdes de mãe; a mim de filha, porque desde o início tratei-o por pai; ao voltar dos compromissos, entrando em casa, antes de subir as escadas para seus aposentos, passava invariavelmente na cozinha para alegria da Irmã Conceição: aproximando-se dela à beira do fogão destampava cada uma das panelas perguntando se não estava preparando “área verde”;² no tempo do Palácio Pio XII, quando cruzava com Irmã Isabel varrendo corredores do andar térreo, mexia com ela – por demais séria, tímida e respeitosa – provocando-a com humor até que conseguisse arrancar-lhe um sorriso. E na certa conseguia após puxá-la pelo ombro para junto de si, explicando na maior seriedade a quem estivesse perto: “Sabe que ela fica aqui com esta vassoura só para aguardar e espantar o embaixador ou cônsul que vai chegar daqui a pouco? Ela consegue... somente ela põe medo neles!”³

Uma das religiosas colaboradoras próximas de Dom Paulo desde os tempos de Bispo Auxiliar e depois na Cúria era Irmã Arminda, da Congregação de São José de Chambéry. Por ter muito mais idade que ele, e por tantas qualidades que a tornavam tão atraente e querida dentro da Equipe, Dom Paulo espontaneamente começou a chamá-la de Vovó, ou mesmo de Vó. Todos nós ríamos muito com isso, e ela mais ainda, esbanjando satisfação. Até que certo dia, criando coragem, decidiu abordar o amigo para reclamar que se sentia “muito velha” quando ele assim a tratava. E ela, aqui, não estava brincando... Foi então que a fina sensibilidade e carinho de Dom Paulo, ao pedir-lhe desculpas, propôs trocar Vovó por Madrinha. Fez o maior sucesso, obviamente, enchendo de felicidade o coração da santa e querida Irmã que depois disso, mesmo em público e diante de auditórios, não tinha inibição alguma ao apresentar-se: “Sou a Madrinha de Dom Paulo!”

4. Nosso Cardeal Arns foi e será lembrado por tanta coisa...

Mas, na raiz de tudo, Dom Paulo é família!

As lembranças deste meu depoimento já vão se prolongando, por isso deixo para o final uma das mais preciosas: o cultivo da oração e das celebrações em comum na casa do Arcebispo. O primeiro encontro diário de nós todas com ele era na capela, às 6,45 da manhã. Descia de seus aposentos com o próprio breviário para, em comunidade, cantarmos as Laudes, seguidas pela celebração eucarística das 7 horas. Café da manhã tomado, seguíamos cada uma para seu canto. Era então que minha rotina de secretária me levava para a ponta da mesa do escritório dele, com os jornais do dia e a correspondência a ser examinada e despachada. O privilégio de que desfrutei por tantos anos de convívio e serviço, que até hoje me emociona e me inunda de gratidão a Deus, é revelar que antes de iniciarmos o trabalho Dom Paulo, empunhando seu livro do *Ofício das Leituras*, me apresentava um segundo exemplar do mesmo para rezarmos juntos e meditarmos os textos daquele dia. Preciosos e inesquecíveis momentos! Deus sabe o

² Verduras e legumes desta cor, uma de suas preferências.

³ Naquela época autoridades trocavam visitas protocolares. Assim, o Corpo Diplomático desfilava no Palácio, cada representante em sua vez, para visitar o novo Arcebispo.

tamanho da minha dívida e responsabilidade em testemunhar o Ressuscitado, após ter desfrutado tanta riqueza compartilhada nessa contemplação profunda da Palavra de Deus e dos Padres da Igreja!

Do coração deste homem de oração, de paixão incandescente por Deus segundo seu ex-aluno Leonardo Boff, brotou tudo o que ele exerceu em seu fecundo e marcante ministério. Por causa do presente depoimento, voltei a percorrer um pouco do seu acervo, me detendo por umas horas no catálogo das suas alocações semanais Encontro com o Pastor e na coleção dos 57 livros que publicou. Das primeiras, marquei mais de uma centena dedicadas ao tema FAMÍLIA. E dentre os livros, um de 1975, “A Família constrói o mundo?”, foi bastante divulgado por aqui na época e traduzido e editado em 1980 na Argentina, por iniciativa do amigo e Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel.

Dom Paulo e Família: duas referências para mim eternamente indissociáveis, por tudo o que foi, praticou, incentivou, escreveu e construiu. Parabéns à *Ciberteologia* e muito obrigada pela oportunidade de mostrar ao público estas singelas memórias, nestes tempos abençoados de Papa Francisco e sua *Amoris Laetitia*!

São Paulo, 25 de abril de 2017.

Maria Angela Borsoi
Secretária de Dom Paulo (1967-2007)



O homem por detrás do cardeal

Entrevista com Ana Flora Anderson, colaboradora de Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns

Ana Flora Anderson, 82, é biblista e exegeta. Formou-se na Escola Bíblica e Arqueológica Francesa de Jerusalém, tendo lecionado em várias faculdades de teologia e em cursos pastorais de formação bíblica. Trabalhou durante longo período na Arquidiocese de São Paulo junto a Frei Gilberto Gorgulho OP, compartilhando muitos momentos com D. Paulo Evaristo Arns, com os quais escreveu o livro *Mulheres da Bíblia* pela Editora Paulinas.

Apresento memórias da exegeta junto a D. Paulo na forma de entrevista. As informações aqui expostas decorreram de um longo e profundo diálogo que tive com Ana Flora num domingo, antes da missa na Paróquia São Domingos, em Perdizes.

QUANDO VOCÊ CONHECEU D. PAULO?

Conheci D. Paulo no fim de 1969, quando voltei de Jerusalém. Naquele período ele era bispo auxiliar da Região de Santana e o arcebispo de São Paulo era D. Agnelo Rossi.

COMO OS LAÇOS SE ESTREITARAM E SE INICIOU A AMIZADE COM ELE?

Eu trabalhava com Frei Gorgulho, e D. Paulo ficou muito amigo dele com a prisão dos dominicanos, durante a ditadura militar.

Eu retornei ao Brasil no fim de 1969, começo dos anos 1970, e alguns dominicanos já estavam presos. D. Agnelo indicara um bispo a Frei Gorgulho para ajudá-lo com os militares e auxiliar os dominicanos. O bispo indicado era o dominicano D. Lucas Moreira Neves; ele não aceitou o trabalho, pois dizia que trabalhava com a classe média e não podia lidar com essas coisas revolucionárias. Frei Gorgulho, então, voltou para dizer ao Cardeal Rossi que não tinha obtido êxito; contudo, antes de conversar com o Cardeal, D. Paulo, que também esperava D. Agnelo, o abordou.

D. Paulo, primeiramente, perguntou a Frei Gorgulho como estavam seus irmãos confrades, e em seguida Frei Gorgulho contou-lhe tudo que acontecera. Então, ele (D. Paulo) disse a Frei Gorgulho que ele deveria entrar para conversar com o Cardeal e dizer que era o bispo da re-

gião norte, onde estavam todas as prisões e, portanto, era ele quem deveria ser o responsável pelo assunto e assumir tal encargo. Frei Gorgulho assim o fez, e o Cardeal Rossi permitiu.

Depois disso eles ficaram grandes amigos, e eu também.

QUAIS SÃO AS SUAS RECORDAÇÕES DO PERÍODO DA NOMEAÇÃO
DE D. PAULO PARA ARCEBISPO DE SÃO PAULO?

O que eu sei foi o que eu recebi de alguns padres com contato em Roma.

Antes de D. Agnelo Rossi, o Arcebispo de São Paulo era o Cardeal Motta, um defensor da democracia. Nesse período não havia os sindicatos ainda, e um católico, Dr. Mário Carvalho de Jesus, criou a Frente Nacional de Trabalho, a qual o Cardeal Motta apoiou. Ele apoiou também Frei Carlos Josaphat, que havia iniciado o *Jornal Brasil Urgente*. Porém, quando fizeram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ele pediu para que os católicos não participassem; contudo, muitos deles foram. Nesse período, como presidente da CNBB, ele voltou-se para a Conferência dos bispos dizendo que as pessoas não confiavam nele e que, portanto, não queria permanecer em São Paulo. Logo o transferiram para Aparecida, nomeando D. Agnelo Rossi, até então arcebispo de Ribeirão Preto, para arcebispo de São Paulo. Ele parecia ser mais agradável com o exército e mais alguns... Passaram-se alguns anos. Porém, depois, ele começou a celebrar missas para o dia 31 de março, dia em que ocorrera o Golpe Militar. D. Agnelo Rossi ainda falava para o mundo inteiro que não havia tortura no Brasil.

Nesse tempo, D. Aloísio Lorscheider era o presidente da CNBB. D. Aloísio, em uma conversa com Paulo VI, disse que São Paulo era a maior arquidiocese do Brasil. Perante isso, como a CNBB poderia se mostrar contra a ditadura, se a maior arquidiocese do Brasil apoiava a ditadura? Paulo VI perguntou a D. Aloísio se ele tinha sugestão de alguém para ser colocado no lugar de D. Agnelo Rossi. D. Aloísio, que era franciscano, respondeu a Paulo VI dizendo que havia um bispo auxiliar em São Paulo que também era jornalista e tinha facilidade em dialogar e escrever, era dotado de muita coragem e ajudara muito os presos. Logo, Paulo VI transferiu D. Agnelo para a Cúria Romana e nomeou D. Paulo para Arcebispo de São Paulo.

COMO ERA O TRABALHO DESENVOLVIDO POR VOCÊ E FREI GORGULHO,
SOB ORIENTAÇÃO DE D. PAULO NA ARQUIDIOCESE?

Como falei, Frei Gorgulho começou a ficar muito próximo de D. Paulo, porque os dois faziam tudo para ajudar os presos políticos, especialmente os jovens dominicanos. Num certo dia, no fim da década de 1960, ele falou a Frei Gorgulho: "O Concílio Vaticano II dizia que nós (clero) deveríamos evangelizar o povo, porém eu quero que o senhor monte um programa para que o povo se torne evangelizador". Então Frei Gorgulho perguntou se podia convidar-me, alegando que eu era muito comunicativa, e D. Paulo disse que podia. Começamos, assim, a preparar...

D. Paulo tinha uma equipe na região norte, onde era bispo auxiliar; uma equipe de casais, padres, freiras, leigos, jovens, enfim, era uma equipe grande. Então montamos um programa de oito semanas e fizemos este trabalho primeiro com eles. Eles depois foram para todas as paróquias da região norte, pregando. Frei Gorgulho e eu íamos nas pregações e sentávamos no fundo; no fim passavam a palavra para nós, dando cerca de cinco minutos para resumirmos o tema. Cada encontro se organizava mais ou menos em 10 minutos para apresentar, meia hora ou mais para círculo, plenário, e depois os cinco minutos para nós.

Bem, em 1971, logo após D. Paulo ser nomeado para arcebispo de São Paulo, eu fiquei muito triste e disse: “Ah, D. Paulo, este trabalho agora irá acabar”. D. Paulo respondeu-me que não, que o trabalho iria se estender a toda a Arquidiocese de São Paulo, de Osasco a Santo Amaro, da Penha a São Miguel e Tucuruvi. Naquela época a Arquidiocese era maior e cada região tinha um vigário episcopal eleito pelo povo, e estes formaram uma equipe com a qual nós nos encontrávamos na Faculdade de Teologia num fim de semana e os preparávamos. A primeira semana era só trabalhar como ler, pois o Evangelho é uma palavra viva; posteriormente trabalhávamos cada evangelho, as cartas de São Paulo e o Apocalipse. Nós fizemos este trabalho, e, como eu disse, eram oito etapas e foram realizadas, eu acho, em sete regiões, e cada noite íamos nas comunidades desenvolver este trabalho.

POR QUANTO TEMPO VOCÊS DESEMPENHARAM ESTE TRABALHO
E COMO ERA PRA VOCÊ DESEMPENHÁ-LO?

Nós fizemos isso durante anos, e foi maravilhoso, porque, por exemplo, o Santo Dias da Silva, que hoje é tão famoso, era da equipe de evangelização, além da Pastoral Operária, e a primeira aula que ele deu era sobre o Pai-Nosso. Ele estava nervoso, pois nunca havia pregado em público, e o auditório estava lotado, mas ele falou de coração. Em Osasco, uma senhora, Dona Isaíra, que nem sabia escrever bem no quadro negro – lá, quase todo mundo era operário, cerca de 70 operários –, falou com paixão: “O Evangelho é uma Palavra Viva, Jesus fala conosco hoje!”. Aqueles operários escutaram atentamente. Para mim, na Faculdade de Teologia, foi uma conversão, pois eu aprendi como dar aula para seminaristas depois de ter ouvido o que tocava mais no povo, porque o problema de professor de faculdade é estudar na Europa e, quando volta, imita os professores de lá; então, com essa reação do povo, tão forte, eu comecei a falar de uma maneira que ia tocar mais no povo.

Para mim, o dom de D. Paulo era uma coisa...! Vou contar uma história sobre D. Paulo. Eu estava na periferia da região leste, e sabia que precisava fazer uma operação, mas de repente eu comecei a passar mal. Frei Gorgulho me levou para o Hospital São Luís e, quando chegamos, Maria Ângela Borsoi, a secretária do Cardeal que era nutricionista, estava descendo as escadas. Era um lugar que ela visitava uma vez por ano, para ver o problema da cozinha. Frei Gorgulho pediu para ela ficar e, enquanto o médico me examinava, ele levou-a para buscar roupas. Ela ficou toda a noite comigo. Quando os médicos iniciaram a cirurgia, viram que era um problema

pior do que o esperado; então, foi um milagre ter naquela noite Maria Ângela comigo. Isto foi em novembro. No Natal, D. Paulo estava se preparando para sair do palácio episcopal e nos convidou para o almoço de Natal na casa dele. Eu então contei o fato para ele. Então ele falou que Maria Ângela ia lá uma vez por ano e que ela estava descendo do carro quando o Frei parou o carro. Ele olhou para mim, olhou para os outros e disse: “Tem uma moça que vai de um lado da Arquidiocese para outro pregando que Deus é Amor, e quando Deus mostra seu amor para ela, só é capaz de dizer que fora coincidência”. Até hoje, quando eu ou Maria Ângela falamos em coincidência, fazemos o sinal da cruz (risos).

Voltando ao trabalho de evangelização, durante vinte anos ficamos em contato com o pessoal; depois, essa equipe de evangelização começou os chamados grupos de rua. Depois esse grupo de rua virou as comunidades de base. Posteriormente, com a presença de bispos auxiliares, quase todos eles iniciavam escolas de teologia, formando as pessoas, e nós trabalhávamos com tudo isso.

VOCÊ TEM ALGUMA MEMÓRIA ESPECIAL SOBRE D. PAULO?

E POR QUE VOCÊ A CONSIDERA ESPECIAL?

Quando a mãe de Frei Gorgulho estava muito doente, D. Paulo, que era muito amigo dele, disse-lhe que queria ir para Cristina-MG conhecer a mãe dele e abençoá-la antes da sua morte. Frei Gorgulho conversou com sua família, que decidiu receber a todos, pois iria ser algo muito bonito, e Maria Ângela, secretária de D. Paulo, e eu também, fomos convidadas.

Naquele período, D. Paulo morava numa casa no Sumaré, pois vendera o palácio episcopal no Pio XII. Frei Gorgulho e eu fomos para lá buscá-lo e, em seguida, partimos para Cristina.

D. Aloísio Lorscheider acabara de voltar de Roma e estava na casa de D. Paulo. Quando chegamos à casa de D. Paulo, ele nos convidou para cumprimentarmos D. Aloísio. Frei Gorgulho o cumprimentou primeiro e depois eu. D. Aloísio recentemente havia discursado no início de um sínodo dos bispos, no qual deu uma visão da Igreja no mundo que até os jornais e intelectuais de todo o mundo comentaram. Naquela ocasião, eu, em minha ingenuidade, lhe disse como havíamos ficado felizes e orgulhosos com a visão que ele tinha apresentado. Então, D. Aloísio ficou vermelho e olhando para o chão.

Após isso, quando saíamos e entrávamos no carro, eu disse a D. Paulo que não entendera D. Aloísio. Se fosse um cardeal dando elogios para mim, eu entenderia minha reação de ficar vermelha, porém, o oposto, eu elogiando um cardeal, o que teria feito ele ficar vermelho daquele jeito? D. Paulo olhou para mim e disse: “Você não entende porque não é cardeal”. Eu não entendi nada e fiquei quieta, na parte de trás do carro, junto de Maria Ângela. Então ele voltou-se para mim e disse: “Eu vou para a cúria várias tardes por semana, recebo dezenas e dezenas de pessoas. Todo mundo que entra em minha sala me faz elogios e muitos, antes de sair, já me pedem um favor. D. Aloísio nunca recebeu um elogio como o seu, foi completamente sincero,

aberto. Você não queria nada, simplesmente achava que ele tinha feito uma coisa maravilhosa. E porque isso nunca acontece, o homem ficou tocado, lá por dentro”.

Eu fiquei tão impressionada com essa situação, porque todas as histórias que tenho de D. Paulo, todas eram coisas muito positivas e todos falavam muito bem dele. De repente eu via como o homem sofria com tal situação, e que pessoas o elogiavam porque queriam alguma coisa. Eu fiquei profundamente impressionada.

Livros originais

1 *La technique du livre d après Saint Jérôme* / Editora de Boccard, Paris/ 220pp./ 1953/ Tese doutoral da Sorbonne, original francês/ Traduzido para o português sob o título *A técnica do livro segundo São Jerônimo*/ Imago Editora, Rio de Janeiro/ 216pp./ 1993/ Traduzido para o italiano sob o título *La tecnica del libro secondo San Gerolamo*/ Edizioni Biblioteca Francescana, Milão/ 256pp./ 2005/ Reeditado em português, em versão artística e ilustrada/ Editora Cosac-Naify, São Paulo/ 2007.

LOR 001

2 *Liberdade de ensino*/ Editora Vozes, Petrópolis/ 47pp./ 1960.

LOR 002

3 *Por que escolas católicas?*/ Editora Vozes, Petrópolis/ 40pp./ 1963.

LOR 003

4 *Rumo ao casamento*/ Editora Vozes, Petrópolis/ 128pp./ 1963.

LOR 004

5 *A quem iremos, Senhor?* / Edições Paulinas, São Paulo/ 222pp./ 1968.

LOR 005

6 *A humanidade caminha para a fraternidade*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 59pp./ 1968/ três reedições.

LOR 006

7 *Paulo VI: você é a favor ou contra?*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 34pp.ilustradas/ 1970.

LOR 007

8 *Cartas de Santo Inácio de Antioquia*, Introdução, Tradução e Notas/ Editora Vozes, Petrópolis/ 103pp./ 1970/ três reedições.

LOR 008

9 *A guerra acabará, se você quiser*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 123pp./ 1970.

LOR 009

10 *Carta de São Clemente Romano*, Introdução, Tradução e Notas/ Editora Vozes, Petrópolis/ 77pp./ 1971/ três reedições.

LOR 010

11 *De esperança em esperança na sociedade, hoje*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 216pp./ 1971.

LOR 011

12 *Santo Ambrósio: Os Sacramentos e os Mistérios*, Introdução e Tradução do original latino/ Editora Vozes, Petrópolis/ 111pp./ 1972/ duas reedições.

LOR 012

13 *Comunidade: União e Ação*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 355pp./ 1973.

LOR 013

14 *Viver é participar*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 169pp./ 1973/ Traduzido para o italiano sob o título *Pastorale per una unità di Chiesa e di Popolo*/ Editora Jaca Book, Milão/ 168pp./ 1975.

LOR 014

15 *Cristãos em plena vida*/ Edições Loyola, São Paulo/ 179pp;/ 1974.

LOR 015

16 *Você é chamado a evangelizar*/ Edições Loyola, São Paulo/ 178pp./ 1974.

LOR 016

17 *Nova forma de consagração da mulher*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 46pp./ 1974/ uma reedição/ Traduzido para o espanhol sob o título *Nueva forma de consagración de la mujer – Reflexiones*/ Revista Seminários, Vol. XXXIII, pp.247-262, abr-jun 1987/ Salamanca, Espanha/ – Revisto, ampliado, atualizado e reeditado sob novo título, *Consagração da mulher para tempos novos*/ Editora Paulus, São Paulo/ 48pp./ 2003.

LOR 017

18 *O Evangelho: Incomoda? Inquieta? Interessa?* – Sínodo da Evangelização/ Edições Loyola, São Paulo/ 165pp./ 1975/ duas reedições.

LOR 018

19 *A família constrói o mundo?*/ Edições Loyola, São Paulo/ 201pp./ 1975/ três reedições/ Traduzido para o espanhol sob o título *La familia? construye el mundo?*/ Editora Latinoamérica Libros srl, Buenos Aires/ 192pp./ 1980.

LOR 019

20 *Cidade, abre as tuas portas!*/ Edições Loyola, São Paulo/ 219pp./ 1976.

LOR 020

21 *Qual é a sua vocação?*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 96pp./ 1976.

LOR 021

22 *Sê fiel!*/ Edições Loyola, São Paulo/ 187pp./ 1977.

LOR 022

23 *Em defesa dos direitos humanos* – Encontro com o repórter/ Editora Brasília Rio/ 224pp./ 1978/ Reeditado pela Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro/ 224pp./ 1978.

LOR 023

24 *Convite para rezar*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 51pp. ilustradas/ 1978.

LOR 024

25 *Presença e força do cristão*/ Edições Loyola, São Paulo/ 92pp./ 1978.

LOR 025

26 *Em favor do homem*/ Editora Avenir, Rio de Janeiro/ 52pp./ 1979.

LOR 026

27 *Religiosas recomeçam sempre*/ Edição do Autor, São Paulo/ 133pp./ 1979.

LOR 027

28 *Discutindo o papel da Igreja*/ Edições Loyola, São Paulo/ 200pp./ 1980.

LOR 028

29 *Mulher consagrada: identidade e relacionamento*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 93pp./ 1980.

LOR 029

30 *Os ministérios na Igreja*/ Editora Salesiana Dom Bosco, São Paulo/ 111pp./ 1980.

LOR 030

31 *O que é Igreja*/ Editora Brasiliense, São Paulo/ 149pp./ 1981/ Reeditado pela Editora Abril Cultural, São Paulo/ 152pp./ 1985.

LOR 031

32 *Meditações para o dia-a-dia, Vol. 1*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 190pp./ 1982.

LOR 032

33 *Meditações para o dia-a-dia*, Vol. 2/ Edições Paulinas, São Paulo/ 194pp./ 1982.

LOR 033

34 *Pensamentos*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 85pp. ilustradas/ 1982/ reedições contínuas/ Traduzido para o alemão sob o título *Mit den Augen der Liebe gesehen – Gedanken für jeden Tag*/ Editora Verlag Neue Stadt, Alemanha, Suíça e Áustria/ 88pp./ 1989/ Traduzido para o italiano sob o título *Per costruire la pace*/ Editora Borla/ 144pp./ 1992/ Traduzido para o maltês sob o título *Ħsibijiet Żgħar*/ Editora Klabb Qari Nisrani, Malta/ 52pp./ 1993.

LOR 034

35 *Olhando o mundo com São Francisco*/ Edições Loyola, São Paulo/ 124pp./ 1982.

LOR 035

36 *Meditações para o dia-a-dia*, Vol.3/ Edições Paulinas, São Paulo/ 194pp./ 1982.

LOR 036

37 *A violência em nossos dias*/ Editora Salesiana Dom Bosco, São Paulo/ 100pp./ 1983/ Traduzido para o espanhol sob o título *La violencia en nuestros dias*/ Ediciones Don Bosco Argentina, Buenos Aires/ 112pp./ 1983.

LOR 037

38 *Meditações para o dia-a-dia*, Vol. 4/ Edições Paulinas, São Paulo/ 194pp./ 1983.

LOR 038

39 *Para ser jovem hoje*/ Editora Salesiana Dom Bosco, São Paulo/ 113pp./ 1984.

LOR 039

40 *Santos e Heróis do Povo*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 575pp./ 1985/ Atualizado e reeditado pela Editora Letras & Letras, São Paulo/ 560pp./ 1996.

LOR 040

41 *O Evangelho de Marcos na vida do povo*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 188pp./ 1987/ Reeditado pela Paulus Editora, São Paulo/ 144pp./ 1997.

LOR 041

42 *I poveri e la pace prima di tutto*/ Edizioni Borla, Roma/ 205pp./ 1987.

LOR 042

43 *Criança, prioridade absoluta*/ Edições Loyola, São Paulo/ 99pp./ 1987.

LOR 043

44 *O rosário na Bíblia e na vida do povo*/ Editora Vozes, Petrópolis/ 77pp.ilustradas/ 1987/ Atualizado e reeditado pela Editora Ave Maria, São Paulo/ 104pp.ilustradas/ 2006.

LOR 044

45 *Von Hoffnung zu Hoffnung, Vortrage, Gespräche, Dokumente* / Editora Patmos Verlag, Alemanha/ 176pp./ 1988.

LOR 045

46 *Clamor do povo pela paz*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 101pp./ 1989/ Traduzido para o italiano sob o título *Per costruire la pace*/ Editora Borla, Itália/ 144pp./ 1992.

LOR 046

47 *Mulher, quem és? Que procuras?*/ Editora Santuário, Aparecida/ 112pp./ 1990/ Duas edições.

LOR 047

48 *Evangelizar pelo coração*/ Edições Loyola, São Paulo/ 88pp./ 1991.

LOR 048

49 *Da esperança à utopia*, Testemunho de uma vida/ Editora Sextante, Rio de Janeiro/ 480pp. ilustr./ 2001/ Duas edições / Traduzido para o italiano sob o título *Dalla Speranza all Utopia*, Testimonianza di una vita/ Edizioni Biblioteca Francescana, Milão/ 392pp./ 2004.

LOR 049

50 *Corintiano, graças a Deus*/ Editora Planeta do Brasil, São Paulo/ 140pp.ilustradas/ 2004.

LOR 050

51 *Conversa com São Francisco*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 104pp.ilustradas/ 2004.

LOR 051

52 *Mulheres da Bíblia*/ Edições Paulinas, São Paulo/ 264pp./ 2004.

LOR 052

53 *Dez caminhos para a perfeita alegria*/ Editora Santuário, Aparecida/ 104pp./ 2005.

LOR 053

54 *Um padre em sete morros abençoados*/ Editora Santuário, Aparecida/ 88pp./ 2005.

LOR 054

55 *Estrelas na noite escura*, Pensamentos/ Edições Paulinas, São Paulo/ 104pp./ 2006.

LOR 055

56 *Vamos a Aparecida, Com Maria, pela paz*/ Editora Santuário, Aparecida/ 128pp./ 2007.

LOR 056

57 *Ano Sacerdotal 2009-2010*, Reminiscências e testemunhos/ Edições Paulinas, São Paulo/ 120pp.ilustradas/ 2009.

LOR 057

Catálogo oficial dos Livros Originais de autoria do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016), existentes no acervo do Fundo Cardeal Arns do Arquivo Metropolitano Dom Duarte – São Paulo.



Artigos

Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal da Esperança

Fernando Altemeyer Junior*

Resumo: O artigo apresenta breve biografia do cardeal Paulo Evaristo Arns. São destacados seus feitos, sua produção intelectual e, sobretudo, seu zelo apostólico e cuidado pastoral da megalópole paulistana por 28 anos como bispo e arcebispo metropolitano. Destaca os momentos de tensão frente à ditadura militar e seu esforço em salvar vidas e contribuir para fortalecer a democracia e a participação das periferias urbanas. Partindo das origens caboclas percorre a formação universitária e apresenta as ações emblemáticas do bispo franciscano. Apresenta alguns segredos de dom Paulo e o seu modo de produzir teologia encarnada na vida do povo. Ao final são elencados os doutorados que ele recebeu de várias partes do mundo por sua defesa intransigente dos direitos humanos.

Palavras-chave: Biografia, cidade, esperança, horizontes, periferias, pobres, direitos humanos, solidariedade.

1. As origens caboclas do Cardeal da Esperança

Dom Paulo Evaristo Arns é reconhecido internacionalmente como humanista multifacetado: literato, teólogo, patrólogo, profeta das metrópoles, defensor da toda pessoa humana e um irmão universal, fecundo no amor perseverante e corajoso em seus vinte e sete anos de pastor e bispo da imensa e complexa cidade de São Paulo.

Nasce na extensa família dos colonos e imigrantes alemães, em Forquilha-SC, no dia da Santa Cruz, em 14 de setembro de 1921, e desde pequeno decide seguir o caminho da vida religiosa na ordem dos frades franciscanos. Sempre valorizou suas origens sem jamais negar ser filho de colono e da pequena Forquilha. Amar as raízes de família pobre e lutadora fez a

.....

* Prof. Dr. Fernando Altemeyer Junior (Departamento de Ciência da Religião PUC-SP, mestre em Teologia por Lovaina, Bélgica e doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, foi assessor de comunicação de dom Paulo entre os anos 1994 e 1998, trabalhando no inédito Vicariato Episcopal da Comunicação) – e-mail: fajr@pucsp.br.

árvore vicejar e crescer bonita. Quem nega suas origens e se aburguesa se enfraquece e perde toda a identidade. Quem assim vive de narcisismos e pauta sua vida sacerdotal por carreirismos morre espiritualmente. Dom Paulo sempre soube vencer este risco ao afirmar-se o quinto filho de treze do casal Gabriel Arns e Helena Steiner, brasileiros, descendentes de imigrantes provenientes de regiões da Mosela na Alemanha. Assumiu a raiz, assumiu o campo, assumiu a família simples como riqueza divina.

É ordenado sacerdote em 30 de novembro de 1945, na cidade de Petrópolis, RJ, pelo bispo de Niterói-RJ, dom José Pereira Alves. Realiza seu período de estudos acadêmicos na prestigiosa Universidade de Paris – Sorbonne defendendo sua tese em 03 de maio de 1952 sobre a Técnica do livro segundo São Jerônimo, recebendo a nota máxima. Marcado pelo pensamento da *Nouvelle Théologie (Nova Teologia)*, particularmente por teólogos jesuítas e dominicanos como Jean Daniélou e Yves-Marie Congar, deleitava-se como que comendo uma “cuca – pão doce catarinense” com as conferências de François Mauriac, Paul Claudel, Jean-Paul Sartre, e de modo especial com os textos das aulas dos pensadores como Emmanuel Mounier e Henri de Lubac. Voltando ao Brasil exerce a função de professor em Bauru e Agudos, SP e retorna a Petrópolis-RJ, até ser nomeado e sagrado bispo titular de Respecta e auxiliar na cidade de São Paulo, no dia 03 de julho de 1966, com 44 anos de idade. Foi sagrado bispo na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em sua terra natal Forquilha-SC, pelas mãos dos bispos Dom Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo e dos consagrantes Dom Anselmo Pietrulla, OFM, bispo de Tubarão-SC e de dom Honorato Piazero, SCJ, bispo coadjutor de Lajes-SC.

Com a transferência do então cardeal Dom Agnelo Rossi, enviado a Roma para cuidar da Congregação para a Evangelização dos Povos pelo Papa Paulo VI assume em 1º de novembro de 1970 o ministério e encargo de quinto arcebispo metropolitano de São Paulo. Será criado cardeal da metrópole paulista em 5 de março de 1973 também por Paulo VI. Exercerá o cargo de quinto arcebispo paulistano e terceiro cardeal da diocese paulistana durante 27 anos ininterruptos renunciando em 15 de abril de 1998, sendo sucedido por Dom Auri Affonso Cláudio Hummes, OFM, até então arcebispo metropolitano de Fortaleza e, ele também um frade franciscano. Posteriormente Dom Claudio será chamado para a Congregação do Clero em Roma pelo papa Bento XVI e assume o sétimo e atual arcebispo dom Odilo Pedro Cardeal Scherer, desde 2007. Faleceu em São Paulo em 14 de dezembro de 2016 com 95 anos e três meses de idade.

2. Os horizontes abertos do Cardeal da Esperança

Sua prioridade de vida eram os pobres e os moradores das periferias, migrantes, trabalhadores, mulheres, jovens, negros e favelados. Assumiu o pastoreio fortalecendo as comunidades eclesiais de base, a luta pelos direitos humanos, a operação periferia e, sobretudo a questão do Mundo do Trabalho.

Figura central da Igreja brasileira durante o período recente da ditadura militar destacou-se pela intransigente e pacífica defesa dos direitos humanos de quaisquer pessoas, inclusas efetivamente todas de quaisquer nacionalidades, ou ideologias, grupos políticos, religiosos, culturais e sociais. Defensor da vida e da pessoa humana assumiu como tarefa de vida o lema que consta em seu brasão episcopal e cardinalício: De esperança em esperança.

Nomeado bispo auxiliar pelo cardeal arcebispo Dom Agnelo Rossi, trabalha na Região Norte paulistana, dedicando particularmente à formação dos leigos e leigas no Movimento por um Mundo Melhor, convidando Frei Gilberto da Silva Gorgulho e a biblista Ana Flora Anderson para cursos de formação de lideranças a partir da Palavra de Deus em todas as comunidades. Irá também visitar com frequência os presos da Penitenciária masculina e feminina do Carandiru.

Ao assumir como arcebispo em plena ditadura militar logo após o golpe no golpe ocorrido em 1968 e o endurecimento da tortura nas dependências do Exército, Marinha e Aeronáutica, nos vários setores do DOI-CODI, CISA e CENIMAR, além da ação terrorista dos grupos de extermínio da Polícia civil comandados pelo famigerado delegado Sergio Paranhos Fleury, dom Paulo Evaristo será reconhecido pela luta incansável contra a ditadura cívico-militar e pelo fim das torturas nos cárceres e dependências do Estado.

Quando da morte por tortura na Rua Tutóia, em São Paulo, do estudante sorocabano Alexandre Vannuchi Leme, fará uma Missa solene com o bispo de Sorocaba e dezenas de sacerdotes e fieis em São Paulo bradando pelo fim da tortura no Brasil. A missa foi celebrada em 30 de março de 1973 na presença de cerca de cinco mil pessoas, artistas, autoridades, oposições sindicais, sindicatos e associações estudantis que se manifestaram contra a versão oficial da morte. Eram tempos de profunda repressão no governo de Médici e este ato de coragem representava muito para as vozes democráticas no Brasil. O risco era imenso. Felizmente já dom Paulo se fizera acompanhar de figuras notáveis como os advogados Mario Simas Filho, Dalmo de Abreu Dallari, Margarida Genevois, e tantos outros na prestigiosa Comissão de Justiça e Paz criada em 1972.

Outro acontecimento atroz irá ferir a carne e a alma do povo brasileiro: a prisão, tortura e morte do jornalista naturalizado brasileiro e de origem iugoslavo-judaica, Wladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI em São Paulo em 25 de outubro de 1975. Será dom Paulo Evaristo Arns, cardeal paulistano, acolitado por Dom Helder Pessoa Câmara, com o reverendo presbiteriano Jaime Nelson Wright e o rabino Henry Israel Sobel que abrindo uma ponte entre o judaísmo e igreja católica em solo paulista, fará um ato religioso que marcou uma fenda profunda na muralha da ditadura começando a brotar a água da democracia e da resistência que agregou depois milhares de jornalistas, políticos, associações no movimento da Anistia e das Diretas. Como dirá o rabino Sobel: "O assassinato de Herzog foi o catalisador da volta da democracia". Era 31 de outubro de 1975 e ali estavam 8 mil pessoas mesmo com a cidade

sitiada e bloqueada pelo Coronel Erasmo Dias a mando do governador marionete da ditadura Paulo Egydio Martins.

Será neste momento histórico paradoxal e duro que dom Paulo com uma vigorosa equipe de advogados irá publicar o livro “Brasil nunca mais”. Este livro lançado em 1985 pela Editora Vozes sistematiza as informações de mais de 1.000.000 de páginas contidas em 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM) revelando a extensão da repressão política no Brasil cobrindo o período de 1961 a 1979. Este material foi de fundamental importância para estabelecer os culpados pelas atrocidades da ditadura no relatório da Comissão Nacional da Verdade. Ao retratar o que ocorreu nos porões da ditadura com o apoio financeiro de empresas nacionais e multinacionais e os sofrimentos vividos por centenas de brasileiros torturados clandestinamente por civis, paramilitares, militares e policiais no Brasil, fez com que não se perdesse a memória da ignomínia praticada contra a pessoa humana no Brasil. Todo este empenho será uma semente fecunda para o fortalecimento do movimento “Tortura nunca mais”.

Dom Paulo renova o plano pastoral da Arquidiocese criando novas regiões episcopais e valorizando os auxiliares como um colégio episcopal de visão e horizonte urbanos e metropolitanos, algo inédito na eclesiologia verticalizada de mil anos, e para tanto cria setores de pastoral como laboratórios de vida e articulação de padres, leigos e religiosas, ainda criando quarenta e três novas paróquias e fortalecendo e apoiando na compra de mais de dois mil terrenos para centros comunitários nas fundamentais comunidades eclesiais de base. Irá incentivar a Pastoral da Moradia, a Carcerária, a Pastoral Operária e, sobretudo a questão dos Direitos Humanos e a criação do Centro Santo Dias.

3. Segredos do Cardeal da Esperança

São muitos e variados os segredos deste grande pastor. Nascem todos do amor profundo a Cristo Ressuscitado e se exprimem em seu cuidado concreto com as pessoas, pastorais, instituições e o movimento da história. Para Dom Paulo não é a Igreja que deve se tornar uma grandeza histórica, mas a história do povo e das pessoas unidas em comunidades é que se torna um referencial e uma grandeza cristã. Um povo de Deus unido, feliz e articulado é a esperança sempre viva deste cardeal. Seu lema é: De esperança em Esperança. E assim ele a cada manhã enfrenta e dialoga com uma cidade que é sempre nova, mas também violenta e excludente.

Dom Paulo dialoga com todos os atores sociais e pede que cada um deles assuma de verdade um papel de sujeito histórico de transformações. Pede isso ao povo simples, às donas de casa, aos jovens, mas também às elites e construtores da sociedade. Não exclui ninguém. Anda com os moradores de rua e senta para questionar o prefeito e o governador do Estado, além de tantos puxões de orelhas em presidentes e parlamentares em favor da justiça e da paz.

Desde cedo quando assume como arcebispo em 1970 já convoca intelectuais e professores universitários, cristãos ou não, para conversar sobre o futuro do Brasil. Este grupo será conhe-

cido como o grupo dos loucos, pois era permitido falar de tudo de forma aberta e democrática para vislumbrar novos horizontes pós-ditadura.

Grão-chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, acolherá os professores que o regime militar aposentava, perseguia ou censurava, como Florestan Fernandes, Ottavio Ianni e Paulo Freire entre tantos.

Membro de diversas comissões internacionais de Direitos Humanos, particularmente da Comissão Internacional Independente da ONU para questões humanitárias. Comendador da Legião de Honra do Governo da França pelo testemunho de sua vida em favor dos empobrecidos e da justiça social. Possui vinte e três títulos de Doutor *Honoris Causa*, no Brasil e no exterior com destaque para o doutorado em Direito, concedido pela Universidade de Notre Dame, Indiana, nos Estados Unidos, em 22.05.1977, recebido conjuntamente com o presidente norte-americano, o democrata Jimmy Carter. Recebeu trinta e quatro cidadanias honorárias. No cargo de cardeal da Igreja católica sofreu pressões duríssimas por seu engajamento em favor de toda pessoa humana nas terras latino-americanas. Realizou governo colegiado e contínuo empenho em construir Igreja aberta aos homens e mulheres urbanos que vivem na cidade cosmopolita um novo modo de pensar e agir.

Seus sermões pastorais na Rádio Católica Nove de julho, foram impedidos de serem emitidos, por uma arbitrária decisão do general presidente que interrompeu o direito democrático de opinião por vinte e seis anos, ou seja, praticamente todo o tempo do exercício de seu episcopado.

Criou a Comissão Justiça e Paz e o Centro Santo Dias da Silva formados por eminentes juristas, muitos deles advindos da Ação Católica e marcados, também eles, pelo personalismo de Jacques Maritain. Estes homens e mulheres até hoje lutam contra a impunidade e a violência policial. Recebeu vinte e nove medalhas entre as quais se destacam a de Grão-Oficial da Ordem El Sol del Perú, do governo peruano, 06 de março de 1972 e, a da Gran Cruz da Ordem de Bernardo O'Higgins, do Presidente da República do Chile, outorgada em 04 de outubro de 2000 e entregue em 29 de julho de 2001 pela defesa da vida de cidadãos chilenos perseguidos pelas ditaduras brasileira e chilena.

Sua presença constante nas comunidades da periferia com palavras corajosas na defesa das mulheres, dos favelados, das crianças e moradores de rua lhe valeram campanhas difamatórias contínuas por parte de policiais e agentes da direita brasileira. Vale lembrar que quando o menino Joílson de Jesus morreu pisoteado no Largo de São Francisco, por um advogado, D. Paulo Evaristo celebrou uma missa na Catedral e um radialista convocou a população para que ali fosse para espancá-lo. Felizmente a voz do pastor prevaleceu. Uma pessoa vale mais que todo o ouro do mundo e quem nela toca, fere o próprio Deus Criador. Tal é a teologia subjacente ao seu pensamento. Um humanismo cristão que bebe nas fontes dos Evangelhos, passa pela Patrística e assume na história, pleno vigor na ação permanente em favor da pessoa humana,

em particular dos que viviam nas periferias da grande metrópole, com amor de predileção pelo povo que vive nas ruas da cidade. Diz Dom Paulo em um depoimento em seu livro: “O que me impressionava em São Paulo era o contato pessoal com tanta gente treinada pela Ação Católica e pela atuação dos meus predecessores. Mais ainda, com os grupos que traziam novas ideias para a juventude, para os casais e para os migrantes. Em toda parte havia fogo, e esse fogo que Cristo trouxera à terra, de fato, estava queimando.” (DOM PAULO, 2001, p. 184).

Uma de suas características mais marcantes é o apoio e presença constante nas celebrações e encontros ecumênicos e de diálogo inter-religioso apoiando o intercâmbio entre as religiões na busca da paz. Recebeu da comunidade budista no Japão o Prêmio Niwano. Com o dinheiro do prêmio, o cardeal arcebispo constituiu um Vicariato Episcopal para o Povo de Rua em São Paulo e nomeou padre Júlio Renato Lancelotti como Vigário Episcopal para atuar em nome do cardeal arcebispo e cuidar desse povo marcado pela dor e apartheid social e político. Uma catedral para o povo de rua, poder rezar, se organizar e ser reconhecido como pessoa humana plena de direitos e deveres, como cidadão paulistano legítimo. Anunciado na missa de Natal de 1993 na presença de muitos moradores de rua, foi erigido canonicamente em 27 de dezembro de 1993 por decreto metropolitano de dom Paulo Evaristo Arns, O Vicariato Episcopal do Povo da Rua nasceu para ser um sinal concreto de esperança, de acolhida e de defesa da vida dos que vivem caídos, machucados, violentados e invisibilizados nas ruas da cidade paulistana. Nestes 21 anos de peleja do povo que quer viver muito foi feito, mas resta tanto a fazer. O número de dois a três mil moradores ultrapassa hoje a casa dos 17 mil e os órgãos de governo continuam violentando seus direitos e escorraçando-os em nome do higienismo e da cegueira moral. A profecia de Dom Paulo em favor do povo de rua enraíza-se em uma visão humanística, sem messianismos e concessões às elites e à mídia conservadora, sendo um forte apelo à solidariedade e exigindo políticas públicas inclusivas e democráticas. A partir dos últimos construir uma cidade para todos.

Dom Paulo acolheu em sua Catedral da Sé, inúmeros líderes muçulmanos, judeus, budistas, evangélicos, afro-brasileiros e ao próprio Dalai Lama, como líder espiritual do budismo tibetano. Como reconhecimento por sua atuação em favor dos refugiados recebeu o Prêmio Internacional “Medalha Nansen”, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), concedido no Palácio das Nações Unidas em Genebra, Suíça, em 07.10.1985.

Sempre atento às causas concretas do povo brasileiro é ardoroso defensor da Reforma Agrária e da participação efetiva do povo na escolha de candidatos que defendam em suas vidas os verdadeiros anseios populares. Sempre e de maneira independente valorizou a participação dos leigos na vida política, sindical e associativa em bairros, associações e agrupamentos sociais em favor da cidadania e da comunicação. Lutou ardorosamente pelo voto consciente e por uma educação de base, e sempre se identificou com a Teologia da Libertação, na defesa da Igreja dos pobres preconizada pelos padres do Concílio Vaticano II em 1962-1965. Devemos destacar, dentre os cinquenta e um livros de sua autoria, três que bem manifestam

seu pensamento humanista e franciscano: *I poveri e la pace prima di tutto*, Ed. Borla, Roma, Itália, 1987 e *Von Hoffnung zu Hoffnung. Vortrage, Gespräche, Dokumente*, Patmos Verlag, Dusseldorf, Alemanha, 1988 e *Conversa com São Francisco*, Paulinas, São Paulo, 2004. Temos também a sua autobiografia “Da Esperança à Utopia – Testemunho de uma vida”, publicada pela Editora Sextante, do Rio de Janeiro em 2001.

A democracia vivida e praticada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo deve a Dom Paulo por sua clarividência e lucidez. Seu amor aos jovens estudantes se exprimia em carinho e comunhão de sonhos e utopias. E também pelo pedido constante de apoio feito aos intelectuais para que ajudassem a compreender o momento histórico, as questões de fundo da sociedade em mutação e a estratégia para fazer o bem de forma organizada e eficaz com a graça de Deus e o sopro do Espírito aliado ao engenho humano e a ação inteligente das pessoas organizadas. Acreditar em Deus confiando também na cultura e na força do pensamento lúcido.

A PUC-SP invadida pelas forças de segurança da ditadura militar por duas vezes hauriu da pessoa de Dom Paulo a firmeza permanente para enfrentar os esbirros da ditadura na figura forte da primeira reitora Nadir Gouveia Kfoury e de seus vice-reitores tal qual o padre João Edênio do Reis Valle, svd. Dom Paulo era pilar de todos os que enfrentaram os prepotentes na coragem e na serenidade. Este momento dramático forjou uma geração e fez emergir símbolo perene de resistência democrática. A PUC-SP, casa da excelência acadêmica, deve a Dom Paulo o acolhimento de professores de todas as escolas de pensamento sem qualquer obscurantismo ou dirigismo externos. A PUC-SP, como uma escola de vida e humanismo, deve a este mestre do sorriso muito de sua identidade e de sua produção solidária.

Dom Paulo sempre acreditou na periferia e sempre convidou a todos para ver o mundo com esta perspectiva franciscana. Mas, foi capaz também de ouvir outras vozes, de outras escolas e mundos de pensamento. Tudo para que a justiça e a verdade pudessem resplandecer pelas ruas de nossa cidade. Este é Dom Paulo, o Cardeal dos pobres, homem digno e fiel, porque profetizou e porque ouviu. Profeta que clama e sábio que escuta.

Dom Paulo é movido à esperança e muitas vezes se afirma um grande torcedor do Corinthians Paulista. Diz o Cardeal: “Corinthians, para nós, é o símbolo da esperança. (...) O Corinthians é mesmo o símbolo do povo que não chega lá. Do povo que sofre todas as decepções, desde as mais legítimas, como também as de seus sonhos. Mas é um povo que aguenta. Que é humilde. Povo que se abate, mas que, ao mesmo tempo, sabe que precisa recomeçar. E recomeça mesmo! Está presente em todas as próximas lutas. Recomeça (cf. EVANIZE Sydow, Marilda FERRI, 1999)”.

4. O olhar crítico do Teólogo da Esperança

Uma das primeiras ações fundamentais de dom Paulo tão logo assumiu o arcebispado, ou seja, o pastoreio da metrópole foi compreender o novo rosto da urbanização que estava em

curso. A cidade de São Paulo estava crescendo desordenada e velozmente com seus 5.924.615 habitantes vindos do êxodo forçado do mundo rural misturados aos poucos paulistanos de nascimento e aos milhares de imigrantes estrangeiros, chegados para a industrialização das décadas de 1920 a 1950, e agora estes paulistanos estavam todos mergulhados entre os 93 milhões de brasileiros, 56% vivendo em áreas urbanas. São Paulo mostrava ser a ponta do iceberg que poderia mostrar um belo futuro ou dramático modo de exploração capitalista pleno de exclusões e medo. Neste cenário ainda situado em tempos de ditadura cívico-militar o cardeal e a Igreja eram chamados a agir em nome do Evangelho. Dom Paulo então pede que a Comissão de Justiça e Paz fundada em 1972 organize um estudo da cidade de São Paulo. Assim são convocados oito intelectuais e professores de gabarito para fazer esta radiografia da imensa metrópole. São estes os precursores da análise: Candido Procópio Ferreira de Camargo; Fernando Henrique Cardoso; Frederico Mazzucchelli; José Alvaro Moisés; Lúcio Kowarick; Maria Herminia Tavares de Almeida; Paul Israel Singer e Vinicius Caldeira Brandt. Todos estes pensadores estavam articulados no CEBRAP e muito deve às pesquisas de Bolivar Lamounier e Octavio Ianni. Este material será publicado em livro em 1976 por Edições Loyola, com o título: *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*.

Dom Paulo diz que não bastam só a comoção ou lenitivos ou mesmo organizações para minorar estes sofrimentos permanentes e cíclicos. O que é preciso é chegar às causas dos males e mobilizar-se para combater com coragem, paciência e determinação. E dom Paulo se pergunta: “Haveria uma lógica na desordem estabelecida?” E este profético estudo e livro irão mostrar que sim. Que há interesses econômicos e políticos que dilapidam a vida dos trabalhadores e que isto precisa ser mudado.

Dom Paulo, a partir dos estudos e da lucidez dos pesquisadores, irá propor um plano de ação da Igreja em sintonia com os movimentos dos trabalhadores e das periferias. Ele diz que é preciso romper as barreiras que se opõe à organização do povo. É preciso articular o povo disperso nas periferias. “A Igreja segue o exemplo de Cristo e dos Apóstolos, procurando alinhar-se ao lado dos oprimidos e injustiçados, lançando as bases de uma participação efetiva do povo em todos os níveis da vida e cultura urbana (apresentação de Dom Paulo, p. 10).”

Sempre valorizou a teologia, os intelectuais e as mediações de análise para uma ação evangélica profunda e eficaz. Esse foi o nosso patriarca Paulo Evaristo Arns. Verdadeiro sábio e profeta. Amigo dos pobres e luz de esperança, sempre. Cumpre destacar que recebeu 22 doutorados *Honoris Causa* (abaixo citados) além de três valiosos diplomas concedidos pelo povo empobrecido àquele por eles mesmos proclamado o cardeal da Esperança:

- Diploma “Ordem dos Queixadas”, do Sindicato dos Trabalhadores de Perus, pelo testemunho de firmeza permanente e de ação não-violenta na busca da justiça, na cidade de São Paulo em 29/05/1987.

- Diploma de “Negro Honorário”, título concedido por sete entidades de afrodescendentes de São Paulo, em 11/11/1997.
- Diploma de “Trecheiro da Paz”, concedido pela Rede Rua e Povo da Rua, “por sua solidariedade e compromisso com todos os excluídos e as excluídas da sociedade brasileira e do mundo”, em 21/09/2001.

Bibliografia

- ALBUS, Michael. *Ich trage Keinen Purpur*. Dusseldorf, Alemanha: Patmos Verlag, 1985.
- BITTENCOURT, Getúlio; MARKUM, Paulo Sérgio. *O Cardeal do Povo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- DOM PAULO EVARISTO ARNS. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- SANTAYANA, Mauro. *No meio do povo*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1983.
- SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Doutorados *honoris causa*

1. Doutor *honoris causa* em Direito, Universidade de Notre Dame, Indiana, EUA, em 22.05.1977, juntamente com o presidente Jimmy Carter.
2. Doutor *Honoris Causa* em Sagrada Teologia, Siena College, Loudonville, EUA, em 17.05.1981
3. Doutor *Honoris Causa* em Direito, Fordham University, Bronx, New York, EUA, 24.05.1981
4. Doutor *Honoris Causa* em Direito, Seton Hall University, Newark, EUA, 06.06.1982
5. Doutor *Honoris Causa* em Teologia, universidade de Münster, Alemanha, 19.01.1983
6. Doutor *Honoris Causa* em Direito, Saint Francis Xavier University, Antigonish, Canadá, 04.05.1986
7. Doutor *Honoris Causa* em Ciências Humanas, Universidade de Dubuque, Iowa, EUA, em 07.09.1988
8. Doutor *Honoris Causa*, Universidade de São Francisco, Bragança Paulista, 08.03.1989
9. Doutor *Honoris Causa*, Universidade Metodista de Piracicaba, 08.08.1990
10. Doutor *Honoris Causa* em Ciências Humanas, Manhattanville College, Purchase, NY, EUA, 25.05.1991
11. Doutor *Honoris Causa*, Universidade do Sagrado Coração de Jesus, Bauru, 06.06.1992
12. Doutor *Honoris Causa*, Universidade Católica de Nimega, Holanda, 29.10.1993
13. Doutor *Honoris Causa*, Universidade Católica de Goiânia, GO, 05.05.1998
14. Doutor *Honoris Causa*, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, 08.12.1998
15. Doutor *Honoris Causa*, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, 21.12.1998

16. Doutor *Honoris Causa*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 31.05.1999
17. Doutor *Honoris Causa* em Teologia, Pontifícia Faculdade de Teologia N.Sra. da Assunção, São Paulo, SP, 12.08.1999
18. Doutor *Honoris Causa*, Universidade Federal de Viçosa, MG, 02.09.1999
19. Doutor *Honoris Causa*, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, de acordo com deliberação do Conselho Universitário, sessão de 28.03.2000, entregue em 20.10.2000.
20. Doutor *Honoris Causa*, Universidade de Sorocaba, de acordo com deliberação do Conselho Universitário, sessão de 19.02.2001, entregue em 10.08.2001
21. Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Brasília, 17.12.2002. Doutor *Honoris Causa* da Universidade Estadual de Londrina, PR, 07.11.2003
22. Doutor *Honoris Causa* em humanidade, “por sua trajetória de autêntico cristão, cujo testemunho vivo e eloquente marcou indelével e profundamente a história de nossa Universidade, em particular, e da sociedade brasileira em geral”. Outorgado pela PUC-SP, por unanimidade e aclamação do Coleto Conselho Universitário na sessão de 29.10.2004, entregue solenemente em 01.11.2005.

Recebido em 21/05/15

Aprovado em 30/05/17



A profecia na contemporaneidade à luz da referência de Dom Paulo, Profeta Arns

Alzirinha Souza*

Resumo: Sob o impulso do Concílio Vaticano II, o profetismo “renasceu” na América Latina. A tomada de consciência da realidade LA aliada ao nascimento de uma teologia autóctone que viria a ser a TdLib impulsiona novas formas de fazer e viver o cristianismo no continente. Entre tantos nomes que entraram nessa nova dinâmica pastoral e teológica, certamente encontra-se D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns, e sua característica inegavelmente profética traduzida em sua defesa ampla da dignidade humana. Contudo, atualmente tem-se a impressão de que a profecia desapareceu na América Latina. Por essa razão, mais que falar de D. Paulo, porém mantendo-o como paradigma de profeta, temos por objetivo nesse artigo retomar os elementos essenciais e ressituar os principais elementos da Profecia cristã alinhados ao momento atual. Iniciaremos pela reflexão filosófica para, posteriormente, apresentar as razões teológicas do profetismo. Seguramente a pessoa e a vida de D. Paulo serão identificadas nessa reflexão.

Palavras-chave: D. Paulo Evaristo, Profeta, Profecia, pastoral, Igreja LA.

Abstract: Under the impulse of the Vatican Council II, prophetism was “reborn” in Latin America. The realization of the Latin American reality combined with the birth of an autochthonous theology, which would become the Liberation Theology, boosts new ways of making and living Christianity on such continent. Among so many names that have entered this new pastoral and theological dynamic, there is certainly Monsignor Paulo Evaristo Cardinal Arns, and his undeniably prophetic characteristic translated into his wide defense of human dignity. However, today one has the impression that the prophecy has disappeared in Latin America. For this reason, rather than speaking of Cardinal Arns, but maintaining him as a prophet’s paradigm, we aim to retake at this article the essential elements and re-situate the main elements of Christian Prophecy aligned with the present moment. We will begin with philosophical re-

.....
* Leiga, doutora em Teologia pela *Université Catholique de Louvain*, Bélgica. Mestre em Teologia pela *Universidad San Damaso*, Madri, e bacharel em Teologia pela PUC/SP, onde realiza atualmente a pesquisa de Pós-Doutorado. É professora no ITESP-SP.

flection to later present the theological reasons for prophetism. Surely, the person and the life of Cardinal Arns will be identified in this reflection.

Keywords: Paulo Evaristo, Prophet, Prophecy, pastoral, Latin American Church.

Introdução

A tarefa que me foi solicitada para esse texto se compreende em algo aparentemente muito fácil. Falar de Dom Paulo como profeta e com “P” maiúsculo é quase uma redundância. Muitos autores já escreveram sobre essa sua característica e muitos que ainda trabalham na Igreja de São Paulo e que puderam compartilhar de sua prática, a frente da mais representativa Arquidiocese do Brasil a sua época, diga-se bem, em momento histórico decisivo da vida política do país.

Em definitivo, D. Paulo, não poupou esforços para levar a cabo e com todas as consequências que isso poderia representar, para manter-se em coerência com o propósito que assumiu: viver o Evangelho em sua mais alta radicalidade. Com doçura quando em sempre, com firmeza quando necessário, valendo-se unicamente da “autoridade” de Cristo, advinda da mais alta forma de vivência do Evangelho.

Para tanto, igualmente cercou-se de gente, com “G” maiúsculo. Seja de seus bispos auxiliares, que mantinham junto ao Arcebispo a mesma coerência e vivência, seja na proximidade do povo de Deus o qual defendia com tanto zelo. Aliás, é de se imaginar que para viver com D. Paulo, não poderia estar em outra sintonia que não fosse a dele. E muitos sabidamente se aproximaram em primeiro momento. Porém, em segundo momento, ou mudavam de postura ou se afastavam tal como o jovem rico que interpela a Jesus. Para o Povo de Deus não foi diferente. D. Paulo não lhes ensinava primeiramente o Evangelho, antes lhes ajudava a recuperar a identidade de pessoas amadas por Deus, e por esse caminho os ajudava a recobrem o protagonismo de suas vidas. Recuperava com eles a pedagogia de Deus que recupera a centralidade do humano e a vivência em sua amizade, antes de qualquer doutrinação e “liturgização” existente. É bom que se lembre que ao celebrar as favelas, nas vielas da periferia de São Paulo, essas duas últimas não eram sua preocupação. Celebrava com o que era possível, em dignidade certamente, mas sem as mantas e rendas, uma vez que sua preocupação era a vida do povo que apresentava a Deus em suas celebrações e a boa homilia que os levasse a manter-se perto de Jesus mesmo na mais alta dificuldade. Por isso, transitou entre ricos e pobres, suscitando a uns e outros a ação de transformação de seus mundos e por ela sua reunificação. Mundos que não se conhecem, terminam por ter medo uns dos outros. A distância cria pré-conceitos e medo, contra os quais D. Paulo lutava.

Certamente, o diferente nunca foi problema para ele. Mantendo sua coerência de vida centrada e impulsionada pelo Evangelho, não hesitava em unir forças com aqueles que, como dizia

Karl Rahner, eram os “cristãos anônimos” de sua época. O sentido maior de seus valores era exercitado nas diferenças. Assim, se uniu aos que desejavam lutar pelos direitos humanos em todos os níveis, aos que formaram a Comissão de Justiça e Paz, aos que denunciavam as torturas nas masmorras da ditadura. Unia-se, mesmo que não estivesse “unido”, e estes casos se davam pela tentativa de diálogo com os completamente distintos de si.

Exercia dessa forma seu “poder cardinalício”, da mesma forma que Jesus: como serviço. Consciente de que o serviço agrega pessoas, as coloca em vistas de um valor maior, D. Paulo não nos poupou de momentos raros. Recebia as pessoas em sua casa nas horas mais não convencionais possíveis, sentava-se na sacristia da Catedral da Sé para conversar tranquilamente com os que lhe procuravam, ia a presídios com a mesma naturalidade com que ia aos militares ou às periferias da cidade de São Paulo. Serviço, em sentido estrito, em forma de seguimento de Jesus, tem como consequência imediata a união de pessoas, a partilha de alegrias e sofrimentos de todos.

De fato, estudou na Sorbonne, e gostava de repetir aos amigos com “orgulho santo”: seu orgulho de ter estudado na Sorbonne. Não por ser a Sorbonne (ou até por sê-la), mas porque mesmo ali em ambiente francês, secularizado ao extremo fazia questão de dizer quem era e a que veio através de seu hábito franciscano, com o qual assistia às aulas e transitava em meio a seus colegas dos quais adquiriu o respeito e a amizade.

Contudo, hoje temos a sensação de que os Profetas com P maiúsculo se foram. Tempos secularizados, individualizados e líquidos nos sequestram o principal item da profecia: o cuidado, a consideração e a visibilização do outro. Profecia exige deslocamento do cuidado de si, para entrar no cuidado do outro. Essa é uma sensação ou será a constatação da intencionalidade da perda da visibilidade profética? Seguramente, o tempo histórico de D. Paulo favorecia essa visibilidade, tempos austeros de ditadura, de crise econômica e social. Contudo, se nos perguntarmos sobre a realidade de hoje, apenas não mudaram os atores sociais? Ainda que em contextos distintos, a crise política, social e econômica não só lamentavelmente permanece como se somou a estas a crise moral endêmica em que vivemos. Se Dom Paulo soube ser profeta em seu contexto, cabe a cada um de nós cabe ser dentro do tempo histórico que lhe cabe.

Por essa razão, mais que falar de D. Paulo, porém mantendo-o como paradigma de profeta, temos por objetivo nesse texto retomar os elementos essenciais e ressituar os principais elementos da Profecia cristã alinhados ao momento atual. Iniciaremos pela reflexão filosófica para, posteriormente, apresentar as razões teológicas do profetismo. Seguramente, identificaremos a pessoa e a vida de D. Paulo nessas reflexões.

1. O Cristianismo em sua essência

Buscar a essência de algo é buscar a razão que temos de nos sentir parte deste algo. Se a perdemos, provavelmente nos desligaremos, afastaremos ou continuaremos ligados de forma

indiferente a esse algo. Enfim, as três proposições nascem de uma só razão: a perda do amor primeiro. No tocante ao Cristianismo, três filósofos trabalharam de maneira mais incisiva sobre “o quê” viria a ser o elemento substancial, ou o amor primeiro que nos vincula e determina o exercício de ser cristãos(ãs).

Começaremos pelo clássico de Feuerbach *A essência do Cristianismo* onde relaciona notadamente Teologia e Antropologia. Para ele não há diferença entre o Sujeito e a essência humana e a divina; ao contrário essas se identificam. Essa obra é a repetição dessa afirmação: “teologia é antropologia”, através do sentido positivo que demanda a consciência da fé, não é nada mais que autoconsciência do ser humano que se faz objeto para si mesma, e em sentido negativo demonstra que uma cisão entre as duas vertentes produz evidentes consequências. (Forte, 2003, 181). Reduzir a consciência de Deus à consciência de ser humano, somente poderia gerar o que chamará de “amor infeliz”. Amor, porque na perspectiva de seu pensamento não podia fazer elogio maior do cristianismo do que ver nele a cabal expressão da condição humana e, infeliz, porque essa cabal presença do humano na religião cristã é esvaçada e rompida, de modo que a religião, que deveria ser somente autoconsciência do humano, é apresentada como consciência infeliz que surge diante do objeto divino concebido como transcendente e separado deste. Desta maneira o maior elogio passa a ser o desprezo, onde a teologia é totalmente tragada pela antropologia, resume-se a uma mentira, um sortilégio da inteligência e coração a procura de garantias superiores.

Tomando em consideração sua perspectiva, Deus é tomado como o íntimo do ser humano revelado, o seu “eu” expresso, e a religião é o solene desvelar-se dos tesouros escondidos no ser humano. Nesse sentido, a essência divina não é outra coisa que a essência mesma do Ser Humano purificada, livre dos limites do indivíduo, objetivada. Dirá o autor: “o amor de Deus por mim não é outra coisa senão o meu amor divinizado” (Forte, 2003, 183). Deus é a correspondência dos desejos e sentimentos, é aquele que é bom e justo e que satisfaz o desejo pessoal de homens e mulheres. A oração é adoração de si, a encarnação é uma “lágrima de compaixão divina, portanto apenas a manifestação de uma essência dos sentimentos humanos, logo essencialmente humana” (Forte, 2003, 184). Em resumo, o Cristianismo em sua melhor parte dirá Feuerbach, é uma “invenção do coração humano”.

Ora, dentro dessa completa autorreferencialidade humana e afastada da realidade concreta, uma vez que cria a sua própria, poderíamos nos perguntar: se Deus é resultado de mim mesmo, de minhas projeções e desejo, onde fica a necessidade do cuidado do outro? Se é invenção humana, poderia cada humano criá-lo a partir de suas projeções e fraquezas? De fato, Feuerbach tendo querido mostrar o essencial acaba por revelar a sua fraqueza ao constatar que Deus também poderia ser negação dos desejos, aprisionamento ao invés de libertação, esse poderia ser um Deus que se volta contra sua criatura? Dificilmente esse Deus se adequaria ao de um Profeta.

Entre outras questões, a que nos prende aqui é que a teoria de Feuerbach, longe ser uma relação com o outro, a religião pensada nessa perspectiva não deixa de ser unicamente a representação de sujeito mesmo e seus desejos, sendo Deus para ele uma necessidade de suprimento do que lhe falta e em nenhum momento lhe falta o “outro”, uma vez que esse outro é si mesmo. Dentro desses padrões de compreensão de cristianismo, poderiam nascer profetas?

Contrariamente ao “amor infeliz”, Harnack anuncia o cristianismo do “amor tranquilo”, na tentativa de reconciliar fé e razão, Deus e humano, cristianismo e modernidade, sem nenhuma paixão maior. Se Jesus veio para “incendiar” (Lc 12,44), para tirar homens e mulheres de sua zona de conforto e transformarem por suas ações suas realidades e o Espírito de Deus, dinamiza, desloca, recentra; Harnack tranquiliza.

Em suas aulas sobre “A essência do Cristianismo”, no auge do Iluminismo em 1899-1900, são o resultado do final do Séc. XIX, liberal e burguês, onde busca na pessoa de Jesus a possibilidade de reconciliação de todos os parâmetros de turbulência de sua época. Jesus, dirá o autor, “abre a perspectiva para um vínculo entre seres humanos que não seja ordenado por leis, mas regido pelo amor e no qual o inimigo é vencido pela mansidão” (Forte, 2003, p. 190). Sem dúvida, um ideal digno, porém tão elevado que nem mesmo a humanidade acredita que poderá um dia alcançar. Mesmo atualmente poderíamos perguntar àqueles que têm o “espírito mais elevado” dotados de sensibilidade mais aguda e porque não dizer “profética”, se ainda acreditam nessa possibilidade de transformação. Para Harnack “O Evangelho é uma mensagem social dotada de sagrado rigor e de uma força avassaladora (...). Mas esta mensagem se acha ligada ao reconhecimento do valor infinito da alma humana e encontra sua sede na pregação do Reino de Deus” (Forte, 2003, 192), que seguramente não será no processo da história.

De fato, a ideia de uma religião sublimada pela razão e deslocada ao coração se apresenta hoje em dia, e leva as pessoas a uma forte acomodação, dependência e manipulação, mas os profetas que ali “nascem” apresentam-se unicamente como intermediadores da esperança de homens e mulheres junto à distorção de Deus. Ora, em sua concepção de Cristianismo, como ideia de religião do coração em que Deus fala a alma e a torna plena de amor, é inteligível para a função estrita do profeta que é estar em contato com as realidades, denunciá-las e assumir as consequências desse anúncio.

Poderíamos nós imaginar D. Paulo fazendo uma projeção de si junto a Deus, ou tranquilizando através de um cristianismo desencarnado? Difícil tarefa.

Por último, e contrapondo os dois autores anteriores, Romano Guardini em sua obra *A essência do Cristianismo*, pensa que o equívoco dos dois autores foi limitar o Cristianismo a um aspecto parcial, seja interioridade contra exterioridade, antropologia contra teologia, amor contra fé. Reduzir o Cristianismo a binômios contrasta com sua consciência mais profunda, porque este não pode ser entendido condicionado por pressupostos unicamente naturais

(Forte, 2003, p. 199). Para Guardini, aquilo que é cristão não pode ser derivado de origens mundanas, pois esse modo elimina por completo sua particularidade.

Dirá Guardini: “o Cristianismo não é uma teoria de Verdade ou uma interpretação de vida. Ele é também isto, mas não está aí seu núcleo essencial. Este é constituído por Jesus de Nazaré, por sua concreta existência, por sua obra, por seu destino, ou seja, por uma personalidade histórica” (Forte, 2003, 200). Alguém é cristão quando, aceita incondicionalmente em sua vida o Outro descartando o mito moderno da soberania do sujeito. Pode ser que, para alguns, essa “dependência” pareça um retrocesso em frente a emancipação do humano do iluminismo. Porém ao contrário dos primeiros que aceitavam questionar as subjetividades modernas, para Guardini a essência do Cristianismo consistia na implosão desse pressuposto para o qual não é o valor do humano a medida de Deus, mas a Pessoa do Verbo Encarnado que é a medida do Ser Humano. A ideia de “um universal concreto e pessoal”, que era inconcebível à razão moderna, era a base do pensamento de Guardini, que se coloca frente a pretensão da razão absoluta e sua inquestionável objetividade (Forte, 2003, 201).

Ora, o que faz Guardini é guardar a relação entre cristianismo e história. O fato do primeiro ser composto por uma verdade transcendente, não elimina o fato de que essa é dita dentro de uma história concreta, onde é comunicada à mente e ao coração dos seres humanos e é compreensível a eles. E a história escolhida por Deus para comunicar-se é a de Jesus de Nazaré. Dirá Guardini: “Tudo aquilo em sentido cristão nos vem de Deus e da mesma forma tudo aquilo que em sentido cristão vai de nós para Deus deve passar por Ele. O caminho do Cristão é a própria pessoa de Jesus que é também verdade e vida (Jo 14,6)” (Forte, 2003, p. 203). O autor coloca Jesus como o conteúdo e a medida do agir cristão em sentido absoluto. O bem em toda ação é Jesus. Para ele o que falta efetivamente no pensamento de Feuerbach e Harnack e em suas interpretações é o escândalo que desloca, impulsiona e realiza. Em suas teorias tudo se acha reconciliado e reduzido ao primado humano.

Contudo, Guardini se detém unicamente em Jesus como modelo e prática humanas. Certamente este é um dado chave, que no desenvolvimento da Teologia será essencial, sobretudo na Teologia Latino Americana. Contudo, o paradigma da prática de Jesus, sua forma específica de vida, que assumiu para si em obediência à realização do projeto de Deus, inclui igualmente assumir suas consequências até o final. E a reflexão sobre o “amor paradoxal” de Guardini excluiu a conclusão e o ápice da vida Jesus que se revela no “Amor crucificado” (Forte, 2003, p. 204).

Mesmo compreendendo que Guardini (1968) encontra-se em momento histórico influenciado pela contraposição racional e por K Barth com seu “excesso” da centralidade cristológica, não se pode limitar a pessoa de Jesus a uma verdade e paradigma de prática pessoal. Ele não pode ser representado por um modelo que leva unicamente a uma espécie de ideologia. Seguramente, à medida que é revelação de Deus na história o ouvimos, contudo devemos fazê-lo de forma a assumir todas as consequências da atualização de sua prática no momento

histórico em que vivemos. Finalmente, sua linha de pensamento mostra que o risco está em conceber Jesus de forma tão universal que a torne a-histórica.

Seguiram na história da Teologia outros autores que refletiram o tema da essência do cristianismo tal como Willian Hamilton que publicará *A nova essência do Cristianismo* em 1966, no auge do início da morte de Deus na Modernidade. E como análise global do mesmo tema há ainda Bruno Forte, em "*A essência do Cristianismo*" publicado em 2003, pelo qual também pautamos nosso texto. Títulos muito semelhantes e, por vezes, idênticos para perspectivas bastante diversas.

Contudo, deixemos nossa reflexão nos três primeiros e busquemos tentar visualizar a pessoa de D. Paulo fazendo projeção de Deus, ou apaziguando o mundo de forma sentimentalista ou excluindo de sua fé a Cruz de Jesus. Tarefa difícil, dado seu testemunho que revelou inúmeras vezes sua postura de assumir seu ministério como serviço a favor dos pobres, a partir de uma prática de Jesus que leva a consequências nem sempre desejadas, a combates que devem ser assumidos sem a certeza da vitória, mas tal como Jesus o realizou impulsionado pelo Espírito de Deus na certeza da presença de Deus em sua vida.

2. Profetismo em história

Igual que em termos filosóficos, na Teologia a caminhada e a compreensão do profetismo e o que o compõe não foi linear. Não pretendemos aqui dissertar com detalhes toda sua trajetória, mas propor elementos essenciais que traga a luz compreensão desta. O fazemos notadamente para que seja base de compreensão para o item seguinte de nosso texto que tratará do profetismo na América Latina, onde se situa D. Paulo Evaristo.

O Concílio Vaticano reabilitou os carismas entre os quais o Profetismo. Em sua reflexão o Espírito Santo age na Igreja a partir de duas vertentes: o magistério e os carismas. Ora, durante muitos séculos não se falou em profetismo na Igreja, porque durante séculos o papel da ação do Espírito ficou restrito à hierarquia e ao seu trabalho de condução do povo de Deus. Por isso, o regaste do Espírito Santo com ação universal, realizado pelo Concílio ampliando-o aos carismas foi essencial (LG, 4).

Mesmo se o Concílio não explica o papel da profecia, confundindo-o com o papel do Magistério (LG, 25), revelando um significado muito distante do bíblico, nessa mesma constituição (LG, 31) esse cita a missão profética dos leigos, referindo-se ao papel de seu testemunho no mundo. Permanece distante do sentido bíblico, uma vez que reduz esse profetismo ao ato de ensinar como reforçado em *Apostolicam Actositatem* (AA). Da mesma forma, mesmo sem falar a palavra profecia, *Unitatis Reintegratio* (UR) chama a atenção da necessidade da crítica profética da Igreja pelos que estão dentro e fora dela (UR, 4), da necessária reforma contínua da Igreja justamente porque ela é constituída por pessoas (UR, 6).

Sabidamente, Deus dá o carisma independente da função eclesial que a pessoa ocupa na Instituição. De fato, o Espírito Santo atua livremente sobre todos os cristãos, e os carismas que dele procedem, não tem direcionamento do humano.

José Comblin em seu estudo sobre a profecia (COMBLIN, 2009), ressalta que entre todos, Paulo o Apóstolo, destaca a profecia, como o que é o mais útil para Igreja. O Espírito orienta a sua Igreja também pelos profetas e é essa a afirmação do Vaticano II que abre uma etapa absolutamente nova para o futuro da Igreja (COMBLIN, 2009, 10). Nesse sentido, não está entre as tantas preocupações do profeta brigar por lugar na hierarquia, ou eliminá-la. Antes, sua preocupação maior está em reconhecer na realidade a compreensão de cada momento, já que a revelação não mostra como o Evangelho deve ser vivido em cada momento da história. Estes devem ser descobertos e é o Espírito que mostra o caminho por diversos meios, inclusive através dos Profetas. Não sem razão, o Credo afirmará: “O Espírito que falou pelos profetas” e não afirmará o Espírito que foi dado aos que pertencem a Hierarquia.

Por isso, para Comblin, o papel do profeta não consiste em enunciar ou explicar a doutrina revelada, mas está em descobrir e dizer como se aplica essa revelação em determinada situação e em determinado lugar e tempo. Ele é dotado de sensibilidade para perceber o que está acontecendo, “perscrutar os sinais dos tempos”, identificando onde está o pecado e por onde pode vir a salvação e a ordenação em qualquer grau, não confere essa sensibilidade. Esse dom não é adquirido ou desenvolvido ou até mesmo permanente. O carisma é dado pelo Espírito para o tempo determinado por ele.

Profecia e profetas revelam características próprias vindas do Espírito. Se a primeira se dá pela continuidade da história, a segunda se dá para toda a vida, isto é permanentemente. Nesse sentido, profecia não é opcional, não é puro discurso e nem desistência fácil. A profecia se constitui em ação pública e de visibilidade, em política e pública e por isso o mais importante está em que o profeta não fala apenas por palavras, mas fala com toda a sua vida. Ser profeta por inteiro dá credibilidade à profecia.

A segunda característica é a que o profeta dirige-se ao povo e presta-lhe um serviço. Este não é preso as estruturas eclesiais ou políticas e, ainda que eventualmente pertença a elas, não as exclui de seu reconhecimento positivo ou negativo. Por isso denuncia a corrupção, seja do povo de Deus, seja das instituições.

Colocando-se face aos dois, arrisca-se a despertar a ira de ambos. Por isso a terceira característica é o risco da perseguição, o maltrato que pode sofrer e por vezes, de forma intensa que pode levar a própria morte. Por consequência, o profeta vive em permanente insegurança, porque não sabe o que vai acontecer e a experiência de seus predecessores invariavelmente, mostra os riscos de sua missão. Anunciar a fidelidade de Deus a seu povo e exigência de reciprocidade a essa fidelidade é também sinal de fortalecimento da minoria, que se mantém fiel a Deus e a si mesmo.

Comblin destaca ainda que ao longo da história da profecia e das diversas perspectivas eclesiológicas revelaram dois tipos de profetas: o verdadeiro e o falso, e essas características ajudam a identificá-los. A história da profecia é influenciada por contextos eclesiológicos e cada época revela essas diferenças. Contudo, o critério primeiro se dá pelo parâmetro da proximidade com o real significado da profecia nos textos bíblicos. O AT revela em toda sua história que os profetas de Israel sempre foram a principal referência e constituíram o modelo do profetismo. Na teologia católica pós-tridentina, os profetas do AT perderam efetivamente espaço na reflexão original e a realização de milagres e sinais passou a ser o parâmetro para identificação de profetas e finalmente foram postos na função do anúncio do evento da chegada do Messias. A apologética tridentina influenciou e reduziu o papel dos profetas a sinais e previsões, sem relações concretas com a realidade de seu tempo.

Ora, os estudos exegéticos, baseados no método histórico-crítico, permitiram o redescobrimiento do sentido da profecia em especial na América Latina. Associado à mudança do modo de presença de Igreja no continente, a profecia assumiu seu real valor na teologia LA. Resgatou-se as relações entre os profetas do AT e a nova atividade de Igreja no continente. Com efeito, isso não quer dizer que toda a Igreja latino-americana tenha assumido essa perspectiva, porém não se pode negar que os profetas foram lidos e comentados nas Cebs, porque davam apoio às atividades públicas das comunidades. Essa mesma leitura teve como consequência direta o alargamento da compreensão da historicidade de Jesus. A visão profética de Jesus era sua atividade histórica e pública em meio ao povo.

Claro está que “evento Jesus” não elimina nem substitui a importância dos profetas do AT, ao contrário, os ilumina e desvela suas mensagens e imagem. Seguramente no NT, Jesus aparece como profeta: realiza gestos e muitas de suas palavras somente se compreendem dentro da lógica da profecia. É isso que nos permite afirmar que a lógica se inverte: é Jesus quem nos permite salientar o valor permanente dos profetas do AT.

A DIVERSIDADE DOS MINISTÉRIOS

Nas primeiras comunidades fica clara a diversidade dos ministérios. Além de presbíteros, diáconos e bispos, apresentam-se também os profetas. E isso nos permite questionar e reforçar a compreensão da liberdade de ação do Espírito de Deus. De outra parte, isso questiona também a estrutura vertical na qual a Igreja se configurou. Onde nesta hierarquia encontram-se os profetas, se esses não são nomeados e nem recebem o seu poder de uma hierarquia instituída?

À medida que a Igreja se integrou a estrutura romana, oficialmente os profetas desapareceram. A essa integração preservou-se a classe do clero dedicada à religião, ao culto e às normas. Nessa estrutura o clero assumiu o papel de sagrado, como donos de gestos e das palavras sagradas e isolando-se cada vez mais do Povo de Deus. Segundo Comblin, “com o tempo, uma

casta que se renova por cooptação, sem nenhuma intervenção do povo” (COMBLIN, 2009, 17) e acrescento eu, para o povo. A relação de dependência com o Império pagou o alto preço da perda da profecia.

O desaparecimento da ordem dos profetas permitiu o aparecimento de personalidades, que mesmo sem o título, reassumiram de fato o papel dos profetas. No Séc. IV, houve bispos tais como S. João Crisóstomo, S. Gregório Nazianzeno, São Basílio e Santo Ambrósio, que tiveram atuação semelhantes a dos profetas, sendo defensores da justiça e dos pobres, enfrentando autoridades e as classes dirigentes do Império. Posteriormente, podemos citar Francisco de Assis e Domingos de Gusmão. A partir da contestação ao modelo eclesial vigente, sobretudo a riqueza do clero, ambos chamam à Igreja ao retorno à realidade, ao cuidado com o destinatário central do evangelho: o pobre.

Aliado a esses, de certa forma aparecem também os reformadores. Não se pode negar que a Reforma teve como um dos primeiros impulsos, a contestação da riqueza, vista como fontes de todos os vícios e corrupções na Igreja. Pergunto-me se necessitariam ter deixado a Igreja mãe? Não podemos responder, mas também não podemos negar a legitimidade de suas denúncias. O endurecimento por parte de João XXII (1316-1334) e a condenação dos Franciscanos Espirituais, agrava a perseguição aos movimentos de pobreza, tendo esse termo sido eliminado da hierarquia. Finalmente os herdeiros profetas da Idade Média foram expulsos da Igreja, não foram ouvidos e considerados heréticos. Após Trento, durante mais de 300 anos deixou de existir na Igreja a preocupação com a justiça e os pobres (COMBLIN, 2009, 24).

A colonização da América Latina ainda registra indícios dessa compreensão. Ainda que chegassem aqui missionários franciscanos e dominicanos, e os primeiros chegaram antes de Trento, a Igreja encontrou-se durante 250 anos na dependência das monarquias, que a reduziram à função de legitimar a dominação colonial e a de criar uma cultura nova, centrada no ambiente tridentino, destinada a esmagar as culturas dos povos colonizados.

Contudo, houve missionários que souberam elevar a voz em favor desses povos. Foram poucos em relação a quantidade dos que chegaram no continente, é verdade, mas seus gestos iluminaram posteriormente o pensamento da Igreja da Libertação de Medellín. São eles, Bartolomeu de las Casas, Antonio de Montesinos, Vasco de Quiroga, João de Zumárraga, e o primeiro bispo mártir Antônio Valdivieso (PB,8), que lutaram contra a cobiça e a violência dos conquistadores.

No dinamismo da História, a Igreja não entendeu a mudança de contexto que se abre no Séc. XIX, com o nascimento da Indústria e a formação de um proletariado, dominado em situação de quase escravidão (COMBLIN, 2009, 26). Ela estava preocupada por demais em não perder os privilégios, face ao risco da ruptura Igreja x Estado e com a manutenção da igualdade de um único modelo de Igreja pelo mundo. Segundo sua perspectiva, as esmolas resolviam a questão dos pobres. Os profetas que surgiram nesse período quase todos foram condenados pela Igreja. Leigos como Frederico Ozanam, e alguns da hierarquia, como o padre belga Daens, que acabou excomungado pelo Bispo de Gant.

Na América Latina a industrialização começou mais tarde, é verdade, mas aí também a Igreja chegou atrasada. Os operários acharam antes o socialismo que substituiu a Igreja que os havia abandonado. Pio X acaba por fazer aliança com a burguesia de seu tempo contra o mundo socialista. Cria a Democracia Cristã alimentada pela Ação Católica, do tipo franco-belga, é dizer Ação Católica especializada, alimentada pelo método de trabalho de Joseph Cardijn. Após a Segunda Guerra mundial, alguns católicos quiseram mais que a Ação Católica. Contudo, Pio XII tornou impossível toda a transformação da Igreja, e sua herança tornou quase impossível a recepção e o alcance das reformas propostas no Vaticano II (O'Malley, 2008, 135).

Porém, como os carismas e o dinamismo da Igreja são de propriedade do Espírito e não de homens e mulheres, esse agiu novamente às vésperas e durante o Concílio. Houve vozes verdadeiramente proféticas como a Henri Godin, que publicou *France un pays de mission?*, houve teólogos com vocação profética que fizeram o Concílio, tais como Yves Congar, M-D Chenu, entre outros que condenados por Pio XII foram resgatados por João XXIII, que a sua vez, também foi um profeta. (O'MALLEY, 2008, 141).

Ainda que o Vaticano II não possa ser considerado um Concílio profético, nele se manifestou outras vozes, como a do cardeal Lercaro de Bolonha que fez apelos brilhantes em favor dos pobres, o que levou a constituição do *Grupo da Igreja dos Pobres* (SAUVAGE, 2017, 520) no Concílio capitaneados por D. Helder, D. Ancel (França) e D. Himmer (Belga), que teve como gesto mais significativo o *Pacto das Catacumbas*.

Um fato porém é determinante: os verdadeiros profetas referem-se sempre aos pobres e à convivência com que a Igreja se coloca a favor dos poderosos. Esse é o parâmetro determinante para distinguir o verdadeiro profeta. Não há profetismo em uma Igreja acuada pelo poder, ou associada a ele. Nesse caso o que há é traição à prática de Jesus e ao humanismo de Deus.

Ao contrário de todos os humanistas (filosóficos gregos e teológicos escolásticos), Deus mesmo nos dá sua definição e a nós, somente resta nos submetermos a seu critério. Os textos mostram que os pobres, os que buscam a João Batista e depois a Jesus, são os que estão à parte da sociedade por diversos motivos, inclusive o econômico (COMBLIN, 1974,84). E é a eles, que desde o AT Deus ouve seu clamor e que no NT Jesus se dirige prioritariamente. A partir do humanismo de Deus, se pode afirmar que o Evangelho cristão é uma boa nova para os seres humanos em situação específica: aos que estão em situação de escravidão, de menosprezo, fora da sociedade Afirma Comblin: "Ora, o horror da escravidão não gera a liberdade. A liberdade é uma aspiração nova na humanidade" (COMBLIN, 1998, 21).

E Jesus se dirige a eles não somente porque têm pouco, mas é justamente o fato de terem pouco é que os fazem ser abertos a sua mensagem. O pouco ou nada que têm, permite ver no Nazareno o que muitos outros personagens bíblicos, a exemplo de Nicodemos, um Doutor da Lei, não conseguiu enxergar: a nova forma de vida e de relações fraternas. Enxergar o projeto

de Jesus exige mudar o olhar, tirar as capas de proteção cultural, religiosa e cultural para enxergar o outro, prioritariamente ao que está à parte da sociedade.

No contexto atual é necessário perguntar, uma vez que o pobre não irrompe do nada na história, senão que emerge dentro de situações históricas conflitivas. Ou no dizer de Susin:

O pobre irrompe na história, é novo sujeito social histórico. É escandaloso, porque eles não são, assim como o pobre bíblico, a viúva, o estrangeiro e o órfão. Eles são o reverso da história. São um lugar teológico, antes de ser um sujeito eclesial, porque revelam Deus na cruz, revelam Deus Keinótico. Mas ele não é somente pobre: eles têm Palavra para poder afirmar sua subjetividade e alteridade. São fonte de outras riquezas e de outros mundos culturais. Em quanto pobres, são reveladores do Reino de Deus, em quanto outros que têm palavra, linguagem e experiência, sobre a afirmação do Reino de Deus, enquanto esvaziamento, são a mais keinótica, profunda e escandalosa Revelação de Deus (SUSIN, 2012).

Ora, se Deus e Jesus o fazem, porque deixamos nós de fazê-lo? A modernidade matou a profecia, ou ela nunca foi tão necessária e nós a deixamos de lado? Não nos faltam no Séc. XX homens e mulheres que impulsionados pelo ES souberam se valer de sua voz profética. Foi a geração de bispos que surgiu na América Latina na segunda metade do Século XX. Esses acabaram, sem nenhuma intenção, por formar ao que Comblin denominou “Os Santos Padres Latino-americanos” (COMBLIN, 2009, 203) tendo como principais: D. Oscar Romero (El Salvador); os Jesuítas assinados na UCA entre os quais Ignacio Ellacurría, D. Enrique Angelelli (Argentina); D. Juan Girardi (Guatemala); D. Carlos Horacio Ponde de Leon (Argentina); nosso D. Hélder Câmara; D. Leonidas Proaño (Equador), Sérgio Mendes Arceo (México), Manuel Larraín (Chile); Alberto Hurtado s.j (Chile). E os leigos, Clotário Blest (Chile); Adolfo Perez Esquivel (Argentino) Rigoberta Manchú (Guatemala). Muitos outros poderiam ser citados e cada um a seu tempo soube enxergar em seu contexto a necessidade de defesa dos sem defesa. Entre eles, e seguramente iluminado por seus testemunhos, encontramos D. Paulo Evaristo, o qual por sua vida nos mostra ser referência profética contra toda a violação dos direitos humanos, e não somente para a cidade de São Paulo.

3. Os profetas da atualidade

Um ponto comum em toda a história da profecia é que os profetas se levantam do meio dos pobres. Isso não quer dizer, como vimos nos exemplos anteriores, que tenham nascidos pobres, mas sim que se tenham tornado solidários a eles. É a vocação que é profética e não a situação de origem. A solidariedade, a aproximação, o esforço pela compreensão do contexto é o que faz a base da profecia e o exercício do profeta, e não sua condição de origem. Aliás, deixar uma condição de origem rica para entregar-se aos pobres é por si só um gesto profético. E é importante que se deixe claro também, que nem todos que se instalam no mundo dos pobres tornam-se automaticamente um profeta, contudo a vocação profética somente pode surgir em seu meio.

O desafio encontra-se então em “como” estar no meio dos pobres. É isso que descobre um profeta. Pobre é o que não falta nesse mundo, e pelo que vemos não temos nenhuma perspectiva de solucionar essa questão. Desde o século passado, esses começaram a ser gerados pela condição econômica: eram os que ficavam fora do processo de modernização e futura globalização da AL, e na sequência por questões políticas: eram os excluídos da sociedade por condenar sistemas políticos que avalizavam os sistemas econômicos. A divisão do mundo em classes não é bem o problema. Porém, a pretensão de dominação de uma classe a outra é o que gera a exclusão. Se existissem classes distintas, mas solidárias, talvez não houvesse excluídos.

Desde a época em que D. Paulo expressava seus gestos proféticos na defesa dos pobres e presos políticos em uma realidade dividida entre pobres e ricos até hoje tivemos poucos avanços na AL. O continente continua constituído por grandes cidades divididas em subcidades que revelam grandes contrastes entre pobreza e riqueza. Os bairros ricos têm toda estrutura ao passo que as periferias, sem nenhuma condição, seguem crescendo, ainda que em menor ritmo que nos anos 60, quando de sua constituição. Ainda há o povo que insiste em ficar no campo, continua sem assistência adequada, ao passo que grandes latifundiários vivem de sua exploração com todo conforto. Em definitivo, evoluímos pouco dos anos 80 aos 2017.

E o papel da Igreja hoje? E aqui me refiro a realidade onde D. Paulo Evaristo viveu e profetizou juntamente com seus bispos auxiliares, a maior parte de sua vida, como Arcebispo e Cardeal (05/05/1966 a 15/04/1988) e onde, até mesmo em sua retirada, se comportou como um verdadeiro profeta, passando a profetizar em oração.

Ora, se essa Igreja desde sua partida aparentemente instalou-se em um andar superior da realidade, de onde sairão os profetas? Se a nova configuração eclesiológica desde então, tende a atender primeiros aos que já têm todas as condições; aos movimentos que fechados em si mesmos praticam mais as orientações dos fundadores do que o Evangelho de Jesus; se seus responsáveis aparentemente dão testemunho de uma vida contrária a dos pobres e somente lhes encontram em condições e situações muito especiais, de onde virão efetivamente os profetas? Se a vida deixa de ser celebrada nos cultos e esses se tornam simples referências simbólicas, onde os pobres encontrarão Deus? Será necessário neste espaço de Igreja local, repensar com urgência, o sentido entre Igreja e Evangelho de Jesus? Em limitando a consciência profética hoje, como ficará a profecia no futuro? Ou como afirmará Comblin:

Com efeito, hoje a força da Igreja está concentrada ao redor de dois polos: os movimentos e as paróquias. (...) Os movimentos estão implantados no mundo dos incluídos. Toda sua forma de ser revela a perfeita adaptação à cultura dos incluídos. Por ser emanção da cultura dominante, os movimentos não têm comunicação com o mundo dos excluídos, mesmo que seu discurso multiplique as profissões de boa vontade” (COMBLIN, 2000,12).

São muitas as perguntas decorrentes do abandono dos pobres por parte da Igreja.

O profeta é a voz dos que não têm voz, e essa somente pode vir do contato com os pobres. A voz deve falar o que a realidade demanda, deve anunciar a essa realidade, a possibilidade de transformação real pelo Evangelho através de ações conjuntas com os pobres. A voz do profeta deve dar aos pobres a consciência de quem têm condição de reconstruir seus espaços e sua identidade. Afinal, o que Jesus deu aos pobres de seu tempo a não ser uma identidade que lhes permitia seguir de outra forma? Aliás, os pobres podem falar por si sós, mas honestamente falando: sozinhos foram alguma vez escutados? Vide as realidades gritantes que se encontra nas periferias da cidade de São Paulo.

A missão do profeta foi a missão de Jesus: despertar a esperança. Creio eu que não por acaso, D. Paulo Evaristo escolheu seu lema Episcopal: “De esperança em esperança” (*Ex spe in spem* – Sl 70,1) e, através dela deixar emergir o Reino de Deus na realidade, através da ação solidária, dos olhos proféticos que enxergam mais ao longe, da autoridade ganha no segmento de Jesus.

Conclusão

Como dissemos ao início do nosso texto, não pretendíamos relatar a vida profética de D. Paulo Evaristo em sua literalidade, mas retomar os principais elementos da profecia e do profeta para neles o identificarmos. Contextualizando com os demais textos que compõem essa publicação, não há como não relacioná-lo a história de vida e vivência cristã de D. Paulo Evaristo.

Sua marca foi deixada na história da Igreja e na histórica política do País, pois não diferenciava fé e vida, não as separava. Ao contrário, as vivia plenamente entendendo a ambas como composição de integridade das dimensões humanas as quais todos fomos chamados a viver, mas prioritariamente os pobres, aos quais atendeu com palavras de esperança em seus encontros, acolheu com abraço sincero, incentivou à esperança e, sobretudo, verdadeiramente os amou.

Bibliografia

- COMBLIN, José. A Igreja e o mundo dos excluídos. *Revista Vida Pastoral* 211 (2000), p. 12.
- _____. *A profecia na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2009.
- _____. *A maior esperança*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 84.
- _____. Humanité et libération des opprimés. *Revue Concilium* 175 (1982), p. 122-131.
- _____. *Vocação para a liberdade*. São Paulo: Paulus, 1998.
- FORTE, Bruno. *A essência do cristianismo*. São Paulo: Vozes, 2003.
- O'MALLEY, John. *L'événement Vatican II*. Bélgica: Lessius, 2011.

SAUVAGE Pierre. Gênese, évolution et actualité de la théologie de la libération. In : CHEZA Maurice; MARTÍNEZ Luis et SAUVAGE Pierre. *Dictionnaire Historique de la Théologie de la libération*. Bélgica: Lessius, 2017, p. 509-622.

SUSIN, Luis Carlos. *Resistência das alteridades como possibilidade de pluralismo*. Conferência pronunciada em 08/10/2012 em São Leopoldo – Brasil, no Congresso Continental de Teologia Latino-Americana. Disponível em: <<http://www.ustream.tv/channel/congresoteologico-brasil>>. Acesso em: 06/05/2017.

Recebido em 28/04/17

Aprovado em 16/05/17



Dom Paulo Evaristo Arns e a Operação Periferia

Maria Cecília Domezi*

Resumo: Na década de 1970, sensível aos graves problemas da imensa periferia da cidade de São Paulo e num corajoso enfrentamento da ditadura militar, Dom Paulo Evaristo Arns lançou e animou uma ousada campanha que se chamou Operação Periferia. Consistia numa concreta e solidária troca de recursos, materiais e humanos, entre centro e periferia, com superação do assistencialismo e parceria com os movimentos sociais. Mas essa campanha acabou sendo canal aberto para uma profunda reforma da Igreja Local. Através das CEBs, da formação e multiplicação de lideranças leigas e de uma efetiva colegialidade eclesial desde a base, forjou-se um modo de pastoral urbana capaz de responder aos desafios de cada particularidade dessa megalópole dos contrastes.

Palavras-chave: Operação Periferia, Cardeal Arns, opção pelos pobres, pastoral urbana, colegialidade, reforma eclesial.

Como se explica, da parte da Igreja Católica, uma verdadeira revolução da ação pastoral numa caótica megalópole como São Paulo e justamente durante os anos de terror da ditadura militar no Brasil?

Obviamente essa revolução se explica pela aceleração do *aggiornamento* lançado pelo Concílio Vaticano II, bem como pela originalíssima recepção do mesmo Concílio na América Latina quando, na Conferência de Medellín, em 1968, o episcopado de todo o continente abraçou decisivamente a perspectiva da justiça social, fez opção pelos pobres e enveredou-se na senda da libertação integral.

.....
* Doutora em Ciências da Religião pela PUC-SP. Professora no Instituto São Paulo de Estudos superiores.

Entretanto, temos de acrescentar como outro fator de grande importância o especial carisma e a dedicação do quinto arcebispo dessa gigantesca cidade. Falamos de Dom Paulo Evaristo Arns, um dos bispos latino-americanos da geração de Medellín. Uma de suas grandes e corajosas iniciativas foi a campanha que ele denominou Operação Periferia. Para além de esgotar-se em seu objetivo enquanto campanha emergencial, essa iniciativa favoreceu uma virada irreversível na concepção e na ação pastoral da Igreja Católica na cidade de São Paulo.

Podemos dizer que as grandes intuições e as práticas desse cardeal arcebispo anteciparam em mais de quatro décadas diversos pontos do programa de reforma da Igreja lançado pelo papa Francisco. Isso pode ser entendido também a partir da sensibilidade pastoral de Bergoglio que, trazendo na bagagem do seu humanismo evangélico experiências e influências de iniciativas pioneiras da Igreja dos Pobres na América Latina e no Caribe, como bispo de Roma deixa que elas influenciem seu pastoreio na universalidade da Igreja.

Assim, uma rememoração da Operação Periferia concebida e animada por Dom Paulo Evaristo Arns em São Paulo será oportuna para quem adere ao programa de reforma eclesial proposto por este papa que afirma: “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças...” (*Evangelii Gaudium*, 49). De fato, a Igreja da Operação Periferia é aquela que se desloca para as periferias geográficas e existenciais e se insere na realidade cotidiana dos excluídos, oprimidos e sofredores; que atua em parceria com as organizações e as pessoas solidárias com os pobres; que assume a defesa dos direitos humanos a ponto de sofrer difamação, perseguição, repressão militar e até martírio.

Esta reflexão revisita um trabalho editado pela Paulus que, há pouco mais de duas décadas, era uma busca de compreensão da Operação Periferia na perspectiva da reviravolta da pastoral urbana ocorrida na megalópole paulista sob a liderança de Dom Arns (DOMEZI, 1995). Singelo e limitado, mas pioneiro, aquele trabalho se fez a partir de importantes fontes primárias, como o jornal semanário da arquidiocese de São Paulo durante toda a década de ‘70, além de muitos papéis mimeografados e de outras fontes. Foram particularmente importantes os testemunhos recolhidos da viva voz de diversos sujeitos da Operação Periferia, mulheres e homens do laicato, padres, religiosas, bispos, inclusive o próprio Cardeal Arns. Vale lembrar a ajuda de Maria Ângela Borsoi, eficiente e fiel secretária do Cardeal Arns, para o acesso ao seu acervo particular.

Através do jornal *O São Paulo*, bem como pelas narrativas testemunhais e por outras fontes, pudemos constatar como a celebração anual de *Corpus Christi* dava visibilidade à nova configuração da Igreja que se arrojava na Operação Periferia. Na Praça da Sé, nem o escancarado aparato militar repressor impedia a coragem de uma imensa comunhão de comunidades vivas que, na parceria com múltiplos movimentos transformadores da sociedade, traziam desde as manchas urbanas periféricas um novo modo de ser Igreja.

Mudava o paradigma da exposição do Corpo de Cristo no cibório cintilante por uma Igreja autocentrada e clericalista. Agora ali estava o corpo eclesial por inteiro, em comunhão, com seu senso comum da fé, inserido num corpo social todo chegado e clamoroso, e na missão de humanizar a cidade e o mundo.

O arcebispo que trouxe a periferia para o centro

A cidade de São Paulo já se ia agigantando desordenadamente quando, em 1942, Dom Duarte Leopoldo e Silva animou o Congresso Eucarístico Nacional que encheu o Vale do Anhangabaú com meio milhão de pessoas. Este segundo arcebispo faleceu no ano seguinte, por um acidente de avião (*O São Paulo*, 1993, p. 1).

Seu sucessor, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, preocupou-se com o acelerado aumento das periferias e consequente explosão populacional. Em 1951, este primeiro cardeal de São Paulo lançou a campanha denominada “Uma igreja em cada bairro”. O objetivo era o de prover assistência espiritual da Igreja Católica nos novos e longínquos bairros, além de providenciar para o grande contingente de pessoas ali desamparadas meios de amparo, educação para a vida social e instrução. Em 15 anos foram erigidas em São Paulo mais de 100 novas igrejas paroquiais com suas obras anexas de educação e assistência social (*Boletim Eclesiástico*, 1951, p. 204-209).

Porém, as lacunas não foram preenchidas e não houve respostas adequadas às novas necessidades. Já não tinha eficácia o velho modo de pastoral católica da cristandade que se pretende hegemônica. Caducava o modelo de instrução religiosa e sacramentalização presas na tradicional compreensão da estrutura paroquial como centro de dinamismo para o progresso, a moral e o civismo. E mesmo na boa vontade de conseguir atendimento aos direitos do povo, a paróquia pensada como centro de convergência acabava estagnada em meio às novas dinâmicas de mobilidade urbana. Assim, parece não ter alcançado o efeito desejado o cálculo feito pelo cardeal Motta em 1960, de distribuir uma média de 10 mil “almas” para cada paróquia (ver *Crônica Eclesiástica*, 1959, p. 994-995).

A Arquidiocese era desafiada por graves problemas causados pelo modo perverso e funesto como se erigiu o principal centro industrial da América Latina. Com o processo de industrialização, a partir de 1950 foi introduzido na Grande São Paulo um novo padrão periférico de expansão urbana com estas características: favorecer a especulação imobiliária sem a mediação do Estado; dispersar a classe trabalhadora; manter a habitação unifamiliar, construída pelo próprio trabalhador num sobretrabalho não pago, distante do local de trabalho e sem infraestrutura. Na década de 1980, a nova especialização da pobreza passaria a ser marcada por maior concentração dos grupos de baixa renda em cortiços nas áreas centrais da cidade (KOWARICK & ANT, 1994, p. 83-89).

No entanto, numa cidade em tamanha expansão, logo encareceram assustadoramente os lotes urbanos e o transporte público. Conseqüentemente, na década de 1970 decaía a aquisição da casa própria, enquanto a população favelada crescia em cerca de 30 por cento ao ano (*Folha de São Paulo*, 13/07/1980). Acrescente-se que, desde 1958, a consolidação do novo padrão de acumulação capitalista industrial fazia-se na ideologia do “milagre brasileiro” e forçando o êxodo rural. São Paulo tornou-se um caso exemplar de cidade periférica capitalista, industrializada sob a égide de um modelo dependente-associado que exclui a muitos dos benefícios do progresso (KOWARICK & CAMPANÁRIO, 1994).

Era o caso mais típico de urbanização caótica. Cerca de 13 milhões de vítimas do provocado êxodo rural ali chegaram na década de 1960, e na década seguinte mais uns 15 milhões e meio. Eram migrantes vindos de todas as partes do país, especialmente do Norte e do Nordeste (FASE, 1992, p. 69).

São Paulo ganhou um exacerbado contraste entre acumulação e pobreza. Com formas disparatadas de ocupação do solo, seu traçado ficou desconexo. Os agentes desse centro concentrador do capitalismo brasileiro criavam um mercado de ilusões para alimentar a fantasia das multidões que jamais poderiam subir na escala social, ao mesmo tempo em que bloqueavam a iniciativa social e política das classes trabalhadoras (CAMARGO, 1976, p. 14-22.59-61). Tudo isso se agravou muito mais, com sucessivas perdas salariais, inflação e o terror da ditadura militar.

Diante desse quadro, é importante lembrar que Dom Arns, quando empossado como arcebispo de São Paulo em 1º de novembro de 1970, já vinha de uma importante experiência de ação pastoral inovadora.

Durante toda uma década ele conviveu com os favelados nos morros de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Desfrutou da amizade e deixou-se impregnar pela solidariedade daquela gente exposta a toda sorte de perigo, inclusive o das enchentes que traziam destruição, soterramento e morte. Os favelados, de tão familiarizados com o franciscano que os visitava regularmente, a todo padre que lá chegava gritavam de um morro para outro chamando-o de frei Evaristo (BETTENCOURT & MARKÚN, 1979, p. 56-58).

Em 1960, do alto do Corcovado, a vista de todo um complexo de favelas agarradas aos morros impressionou o arcebispo de uma outra metrópole, Milão. Tratava-se de Montini, futuro papa Paulo VI, que vendo aquele cenário exclamou: “Parece uma coroa de espinhos cingindo a cidade bonita”. Estava com seu amigo Dom Helder Câmara, que o levava a visitar a favela da Praia do Pinto, no Rio de Janeiro (*O São Paulo*, 5/02/1972, p. 7). Cerca de dez anos depois, em sua encíclica *Octogesima Adveniens* (8-10), Paulo VI referiu-se ao deslocamento populacional provocado como um “êxodo rumo aos tristes amontoados dos subúrbios onde não se encontram alojamento”, e chamou a periferia de “moldura de miséria”:

Novos proletariados começam a aparecer (...) e vão acampar nos arrabaldes, molduras de miséria que começam a importunar, numa forma nada silenciosa de protesto, o luxo gritante demais das cidades do consumo e do esbanjamento.

De 1966 a 1970 Paulo Evaristo Arns foi bispo auxiliar do Cardeal Rossi em São Paulo, ficando responsável pela Região Norte. Ali criou e incentivou uma experiência pioneira no novo dinamismo pastoral que se afirmaria em toda a arquidiocese. Era a Missão do Povo de Deus, uma escola de novos ministérios eclesiais e em especial do ministério da Palavra, assumido principalmente por pessoas leigas das camadas populares. Liderava essa missão um grupo constituído ao redor de Dom Paulo, com representatividade do Povo de Deus conforme o Vaticano II: entre 10 e 15 pessoas leigas de diversas idades, 3 padres e 3 religiosas. Visitaram as 50 paróquias da Região, despertando o espírito inovador que propagou as sementes das CEBs. Da nucleação de um laicato consciente e ativo, que saía para visitar as famílias em suas casas, nasceram as Semanas da Palavra, momentos formativos em dinâmica comunitária, com a assessoria dos biblistas Frei Gilberto Gorgulho e Ana Flora Anderson. Ali desabrochavam e se desenvolviam lideranças do meio popular (DOMEZI, 1995, p. 206-209).

Desse modo, Dom Arns iniciava sua tarefa como arcebispo trazendo consigo toda uma periferia em novo dinamismo. Eram muitas pessoas da base da sociedade e da Igreja, com quase nada de escolaridade, que entravam no chamado “mutirão” dos pequenos grupos e das pequenas comunidades eclesiais. O acesso à Bíblia, em comunidade e na troca de conhecimento, favorecia-lhes a tomada da palavra.

E como Dom Arns também já se destacara na Região Norte por sua intrépida e eficaz solidariedade com os presos políticos, a cidade passava a ter um arcebispo apartado da “tradição seráfica da Igreja paulistana”, o primeiro religioso a apoiar publicamente a luta contra o esquadrão da morte e o primeiro na defesa da dignidade da pessoa humana (BICUDO, 1985, p. 50). Seguiria tomando as dores das vítimas da repressão militar com crescente coragem, mas promovendo e defendendo os direitos humanos com toda a largueza e profundidade da opção pelos pobres, consagrada na Conferência de Medellín. De fato, por seu modo de deslocar a periferia para o centro das atenções e das práticas, colocava na pauta dos direitos humanos todos os direitos dos pobres e dos trabalhadores.

No entanto, o arcebispo franciscano que se apresentava na catedral de São Paulo dizendo: “Aqui estou, pequeno de estatura, limitado e consciente das limitações...”, era também um erudito de grande porte. O jornal *The New York Times* (3/02/1973) assim apresentaria a biografia desse bispo de uma das maiores dioceses católico-romanas do mundo, um linguista e perito em problemas urbanos:

Ele é baixo, rosto redondo, sorri frequentemente, irradia vitalidade e energia. Fundou uma rede de agrupamentos de leigos que ajudam no trabalho pastoral e se envolvem nos problemas comunitários. Tem, repetidamente, se pronunciado contra as

injustiças sociais e não agradou, pois, o regime militar. No ano passado, denunciou os métodos empregados pela Polícia. Interessou-se pelos problemas as grandes cidades durante seus estudos de pós-graduação em Paris. Recentemente, fez uma viagem pelos Estados Unidos...

No mesmo ano, o *Radiogiornale* da Rádio Vaticano (11/09/1973, foglio C-6) iria noticiar: “O arcebispo, cardeal Paulo Evaristo Arns, vendeu sua residência e o parque circunstante para ajudar as pessoas que vivem nos barracos da cidade...” Decidiu não residir no luxuoso Palácio Pio XII cercado de belo parque, mas numa casa simples e situada no meio do povo. O dinheiro da venda do palácio episcopal ele destinou à Operação Periferia, facilitando às CEBs a aquisição de 1200 terrenos para a construção de centros comunitários. Eram locais para discutir problemas, organizar-se para reivindicar direitos, celebrar a fé religiosa, fazer promoção humana e oferecer treinamento profissional (DOMEZI, 1995, p. 32).

Uma campanha emergencial que faz a Igreja reformar-se

No Brasil, há mais de 50 anos se realiza anualmente a Campanha da Fraternidade. Iniciada em 1962 na arquidiocese de Natal, Rio Grande do Norte, em 1964 passou a ser lançada pela CNBB em todo o Brasil, no período da Quaresma. Essa campanha consolidou-se como um projeto nacional e tem persistido em sua originalidade: a penitência quaresmal proposta como fraternidade vivida em gestos concretos; o serviço a favor da vida como resposta aos problemas e desafios do país; a conscientização favorecida pelo método ver-julgar-agir. Ao longo do tempo houve adesão de outras Igrejas cristãs (VANZELLA, 2009).

Dom Arns aproveitou a ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade de 1972, com seu *slogan* “Descubra a felicidade de servir”, para lançar a Operação Periferia. Em sua alocação radiofônica, em 12 de fevereiro, convocou a todos, cristãos e pessoas de boa vontade, para uma cruzada de mobilização de pessoas e de recursos em favor dos marginalizados da cidade. A curto prazo propunha-se mobilização e treinamento de pessoal, enquanto também se iriam providenciando recursos e instrumentos de promoção e desenvolvimento global. A longo prazo esperava-se alcançar todo o país com a vivência fraterna e o espírito solidário. A Arquidiocese de São Paulo ofereceria serviços às regiões ainda mais abandonadas, reforçando as iniciativas das dioceses naquelas regiões (DOMEZI, 1995, p. 165-166).

Tratava-se de uma resposta missionária aos apelos do Concílio Vaticano II. A Igreja tinha que sair para fora e chegar a todos os lugares onde se exigia sua presença e ação. E era uma concretização da opção pelos pobres, como insistia Dom Paulo: “Só seremos Igreja de Cristo se nos voltarmos como Ele, decididamente, para os pobres” (ARNS, 1972; O São Paulo, 26/02/72, p. 3).

Entretanto, essa conversão ao mundo dos pobres incluía a mudança de eixo da missão, pela adesão ao dinamismo novo que vinha das pequenas comunidades cristãs da periferia.

É importante lembrar que, na fase entre 1970 e 1978, enquanto a repressão militar impedia qualquer ação de peso dos operários das fábricas com suas organizações, os bairros da periferia tornaram-se espaço de resistência e articulação de um movimento social embrionário, de crescente resistência. Inúmeros núcleos de trabalhadores passaram a reunir-se nas casas e em sacristias de igrejas, numa conscientização cada vez maior que fazia rejeitar o clientelismo e o autoritarismo do Estado (KOWARICK & BONDUKI, 1994, p. 157-158).

Mesmo de forma fragmentária, as organizações populares nos bairros solidificaram os grupos de base caracterizados por laços diretos de solidariedade imediata entre as pessoas, de modo que a conscientização se fazia num clima de mútua confiança. Ali estavam associações comunitárias, pequenos grupos políticos, comissões de fábrica, movimentos culturais, clubes de mães, grupos de jovens, grupos de oposição sindical, grupos de tendências estudantis (BRANT, 1980, p. 13-18).

Em meio a essa efervescência, as CEBs eram parceiras importantes na organização popular, atuando especialmente no apoio aos desempregados, presos e perseguidos pela ditadura, bem como na articulação de todo um conjunto de práticas. Essas pequenas comunidades eclesiais contribuía eficazmente para a valorização das pequenas iniciativas reivindicatórias e para a solidariedade imediata, continuada na discussão dentro do aprendizado do dia a dia. E porque reforçavam a visão global da pessoa humana, contribuía para que a consciência de classe, antes restrita ao espaço das fábricas, se abrisse a todas as pessoas. Além disso tudo, as CEBs traziam para a celebração de fé os fatos e as práticas de resistência (TELLES, 1994, p. 265-267).

Abrir-se a esse novo dinamismo, entretanto, era também entrar num caminho de reforma da Igreja Local no seu todo, em atitude de conversão pessoal e coletiva e na mística do agir em comunidade em favor de comunidades. E entrar no espírito da Operação Periferia era entrar na reconstrução da Igreja viva a partir das pessoas empobrecidas e periféricas que se tornavam sujeitos de transformação social e eclesial.

Só uma Igreja sem medo de “acidentarse” entra nesse processo. O encorajamento veio do carisma marcante do cardeal arcebispo que jamais dissociou os projetos grandes e ousados da gente considerada “pequena”, com suas pequenas comunidades eclesiais e suas redes de pequenos movimentos sociais transformadores. Entretanto, ele próprio se deixava encorajar pela juventude rebelde ao regime autoritário, bem como pela força de múltiplos movimentos sociais que interpelavam a Igreja para um novo jeito de missão.

A esperança estava em seu lema, mas também no aparelhamento da porção de Igreja a ele confiada, que passava a exercer colegialidade desde a base leiga e economicamente pobre. Ao seu redor, uniam-se as forças vivas do clero e do laicato e se experimentava a fraterna alegria da ação conjunta, mais alargada por um fértil ecumenismo e diálogo inter-religioso, bem como pelo diálogo e parceria com humanistas, inclusive os que se diziam ateus.

Por isso, a Operação Periferia foi bem discutida e ganhou um projeto traçado cuidadosamente, com estes objetivos: 1º.) formar comunidades conscientes e participativas, comprometidas na promoção integral da pessoa humana; 2º.) descobrir e treinar lideranças locais, formadoras e animadoras de comunidade; 3º.) construir centros comunitários em cada bairro, onde o povo possa reunir-se e organizar suas atividades; 4º.) criar e coordenar recursos humanos e materiais a serviço das comunidades periféricas, com espírito missionário, na integração e no intercâmbio entre centro e periferia; 5º.) realizar projetos pilotos nos setores pastorais, com atividades que integrem os recursos locais e os de toda a cidade (DOMEZI, 1995, p. 168).

Um dos aspectos da originalidade desse empenho estava no reconhecimento e valorização de um grande contingente de pessoas do meio popular, com sua simplicidade e sua luta diária pela sobrevivência. De todo canto do imenso cinturão periférico da cidade vinha o novo impulso dos serviços ministeriais exercidos por mulheres e homens do laicato na Igreja, e da Igreja para a cidade e o mundo. Em pouco tempo, de seu meio saíram representantes de cada região da arquidiocese que, ao redor do cardeal arcebispo, constituíram-se num aparelhamento para o exercício da colegialidade ampla e desde a base. Eram cerca de 500 pessoas conscientes de sua “cidadania” batismal, mulheres e homens do laicato juntamente com seus bispos regionais e uma considerável parcela do clero que assumia a causa dos pobres. Esse grande colegiado animava e sustentava a vida da Igreja de São Paulo desde uma vasta ramificação de pequenas comunidades, com seus pequenos grupos de rua e de viela.

Esse dinamismo, que incluía o intercâmbio de muitas experiências criativas, era como um sangue novo que se oferecia para reavivar toda a Igreja Local. Mas, para acolher toda a força que vinha das bases era preciso reformular os organismos eclesiais. Do mesmo modo, a defesa e a promoção dos direitos humanos, principalmente dos pobres e excluídos, supunha um novo aparelhamento da arquidiocese, num modo descentralizado, colegiado e voltado para as particulares necessidades das pessoas em cada pedaço da grande cidade.

Então, Dom Arns lançou a ideia do Setor como unidade primeira no organismo dessa Igreja viva. Já havia a divisão da arquidiocese em Regiões Episcopais, mas era preciso ir além da simples divisão territorial e pensar em cada ambiente diferenciado. A abertura à pluralidade também pedia uma inserção nas particularidades das pessoas e coletividades que estavam em cada pedaço da cidade. Essas particularidades eram, por exemplo, a da predominância de cortiços, de profissionais liberais, de migrantes vindos do Ceará, de operários metalúrgicos e outras tantas. Desse modo, os Setores nasceram como laboratórios de discernimento e adequação pastoral às realidades específicas. Em 1974 foram criados 39 Setores, que passaram a elaborar seus próprios projetos de pastoral. Dom Arns insistia em que cada Setor fosse um laboratório de pastoral e canal de vida para todos, e que fizesse a Igreja chegar lá onde o povo “vive, trabalha e espera” (DOMEZI, 1995, p. 229-238).

Cada Setor tinha o seu presbítero coordenador e o seu colégio de presbíteros. Por sua vez, os presbitérios estavam colegiados em torno dos respectivos bispos, e todos caminhavam junto com o arcebispo. No entanto, na concretização do modo de Igreja Povo de Deus, do Vaticano II, havia uma horizontalidade fraterna com as religiosas, os religiosos e as pessoas leigas. Desse modo, o Setor era a Igreja multiplicada, presente e atuante em todos os ambientes e capaz de dar respostas pastorais a situações mais específicas (ibid.).

Mas, para dar “carne” ao espírito do Vaticano II que propõe uma Igreja servidora da humanidade, já não era suficiente ultrapassar o juridismo preso à divisão territorial de paróquias. Para a megalópole do operariado, dos migrantes e de tantos recursos a serem compartilhados, também era preciso ultrapassar aquela divisão territorial de diocese que permanece fria e insensível às sofridas mobilidades das pessoas, que não têm fronteiras geográficas. Ademais, a colegialidade praticada desde os pequenos grupos e as pequenas comunidades de pessoas humildes que se punham no exercício dos ministérios eclesiais com toda a sua dignidade batismal, estendia-se aos colégios de presbíteros e ao colégio de bispos da arquidiocese. Ao mesmo tempo, amadurecia para estender-se em toda a Região Metropolitana.

O sonho de Dom Arns era o de um colegiado de dioceses interdependentes, num modo original de unidade eclesial, pautado na opção preferencial pelos pobres. Esse projeto de Dioceses Metropolitanas de São Paulo objetivava uma ação pastoral mais abrangente e eficaz no complexo de cidades com seus graves problemas. Como afirmou Pegoraro (1985, p. 39), na perspectiva do Vaticano II a megalópole é percebida como produto da modernidade; portanto, demanda uma originalidade no atendimento por parte da Igreja.

Buscava-se para a realidade específica da megalópole um modo de unidade da Igreja Católica com maior autonomia para as decisões administrativas e sobretudo pastorais, com unidade do colégio episcopal e de todo o clero, salvaguarda dos vínculos jurídicos, formação dos presbíteros em comum, um plano comum de pastoral, o usufruto comum do patrimônio e a comunhão de todas as forças vivas. Uma administração para todo esse colegiado de nove dioceses facilitaria a justa e fraterna circulação dos bens, assim diminuindo os custos operacionais (PEGORARO, 1985, p. 41-43).

Sobre esse projeto, Dom Arns vinha conversando com o papa Paulo VI, seu amigo pessoal. Paulo VI, que se entusiasmaria com a ideia e o havia aconselhado a buscar experiências em outras metrópoles, elogiou-o na ocasião de uma audiência particular em 26 de novembro de 1976, numa nota que *L'Osservatore Romano* publicou:

... o Pastor dessa Arquidiocese enfrenta essa situação com admirável energia pastoral, que nós queremos destacar, para que saibais que na Igreja existe este desejo de responder às necessidades espirituais de maneira enérgica, nova, sábia (Arq. de São Paulo, 1975-1979, p. 25).

As conversações sobre esse projeto continuaram com o papa João Paulo II, mais intensamente desde a visita *ad limina* do Cardeal Arns em 1986. Foram 15 anos de gestação dessa novidade, com ampla participação dos presbíteros e do laicato. Porém, estranhamente, em 15 de março de 1989 veio de Roma, da parte da Congregação para os Bispos, um decreto de divisão da arquidiocese de São Paulo. Quatro novas dioceses eram desmembradas e confiadas a bispos que não faziam parte do colegiado de Dom Arns. Este comunicou a decisão do Vaticano através de uma nota à Imprensa e aos fiéis, na qual explicou:

Desde o ano de 1971, a pedido expresso do saudoso papa Paulo VI, procurávamos a melhor forma de organizar os serviços pastorais em favor da população de nossa capital, em constante crescimento. Após numerosas consultas aos responsáveis religiosos de outras grandes Arquidioceses do mundo, com a ajuda constante de organismos romanos e em perfeita harmonia com os nossos conselhos locais, elaboramos um plano que confiamos à Santa Sé em março de 1978 (*O São Paulo*, 17 a 23/03/1989, p. 10).

Perdeu-se, ou retardou-se, um modo pioneiro e original de presença e missão da Igreja Católica na realidade de uma metrópole. Contudo, a Operação Periferia deixaria suas raízes.

O desafio da troca de bens que supera o assistencialismo

Para um decidido deslocamento na direção dos pobres era preciso superar o assistencialismo. Na compreensão do papa Francisco trata-se de amizade com os pobres e busca efetiva do seu verdadeiro bem, apreciando-os na sua bondade própria, com seu modo de ser, sua cultura e sua forma de viver a fé. A opção pelos pobres supõe proximidade real e cordial, acompanhando-os adequadamente no seu caminho de libertação (*Evangelii Gaudium*, 199).

Aqui parece ter-se situado o desafio maior da Operação Periferia. Para uma proximidade real e cordial com os pobres, como também um adequado acompanhamento no seu caminho de libertação, é imprescindível reconhecê-los como sujeitos dessa libertação. Desse modo propunha-se uma troca de serviços e de bens, em atitude de corresponsabilidade. O cardeal arcebispo insistia em que “quem dá recebe, e quem recebe também tem o que dar” (*O São Paulo*, 19/02/1972, p. 7).

No que se referia a bens materiais e a benfeitorias, na periferia faltava praticamente tudo. Por outro lado, ali estavam muitas CEBs com suas redes de círculos bíblicos, suas organizações e práticas de promoção humana e sua nova experiência eclesial, inclusive com partilha de bens. E as CEBs articulavam-se com organizações de moradores e de trabalhadores. Faltavam principalmente recursos humanos, sem contar que os padres ali atuantes eram geralmente estrangeiros e nem todos estavam abertos à renovação da Igreja. Porém, frente ao apelo da campanha, um significativo número de padres, religiosas e religiosos, principalmente estrangeiros, passaram a optar pela periferia. Sendo em boa parte influenciados pela Ação Católi-

ca Especializada, escolheram atuar em regiões de maior pobreza e marginalização (DOMEZI, 1995, p. 169-174).

Destacaram-se as pequenas comunidades de religiosas inseridas no meio popular, geralmente membros de congregações e institutos de vida consagrada que aderiram à opção pelos pobres. Inseridas em regiões extremamente carentes, no meio rural e nas periferias urbanas, elas atuaram principalmente junto das CEBs. Em São Paulo, Dom Arns fez apelo às superiores provinciais já no início de 1972. A resposta dessas congregações foi bastante positiva e generosa, não obstante o pequeno número das religiosas que de fato se deslocaram para a periferia e do seu despreparo para a atuação pastoral. E o corajoso engajamento dessas mulheres da vida consagrada foi marcante, no passo a passo do seu aprendizado no meio dos pobres (DOMEZI, 1995, p. 175-180).

Entretanto, Dom Arns tinha ao seu redor muitos outros agentes, humanistas, promotores dos direitos humanos e bons profissionais, sintonizados com a caminhada da arquidiocese e com a Operação Periferia. Por isso, as comunidades e as organizações da periferia puderam contar com o apoio de médicos sanitaristas, educadores, advogados, arquitetos e profissionais da construção civil, profissionais da saúde, assistentes sociais, artistas populares e outros, além de pastoralistas e cientistas sociais, cuja ação respeitosa dos projetos dos pobres ultrapassava o assistencialismo e o paternalismo. Com a dedicação voluntária dessas pessoas parceiras, até mesmo das que se diziam sem religião, o trabalho das comunidades da periferia ganhou um valioso reforço.

É verdade que não faltaram entraves para esse intercâmbio de recursos, como os da mentalidade pré-conciliar e o da falta de vivência como comunidade eclesial. O assistencialismo persistia na prática de muitas pessoas de paróquias situadas em bairros melhor servidos. Estas mandavam de forma anônima qualquer coisa como esmola, enquanto se recusavam a inteirar-se dos projetos comunitários das comunidades da periferia, bem como a receber influência do novo dinamismo eclesial. No entanto, a intransigência estava também do outro lado, da parte de agentes de pastoral inseridos na periferia, zelosos em salvaguardar o jeito novo. Contudo, não poucos membros de comunidades paroquiais de regiões mais centrais da cidade entraram na troca de bens proposta pela Operação Periferia entendendo o seu espírito.

Rendeu frutos positivos a dedicação incansável das equipes dinamizadoras da Operação Periferia. Inúmeras pessoas leigas capacitaram-se como agentes de pastoral, animadores de comunidades, servidores da causa dos pobres em várias frentes, de maneira que se fez notar a valorização da dignidade humana e o despertar de esperanças reais em todos os campos. Projetos concretos foram traçados e cumpridos o quanto possível, objetivando uma adequada pastoral urbana em torno dos problemas como os de habitação, saneamento básico, saúde, alimentação, transporte e outros. Foi crescente também o empenho na educação de base segundo o método Paulo Freire.

Enquanto campanha, a Operação Periferia não rendeu todos os frutos esperados quanto à troca de bens e ao impulso missionário entre periferia e centro. Mas serviu de canal eficiente e fecundo para uma reforma da presença e da atuação da Igreja Católica em São Paulo. As CEBs floresceram, amadureceu a interação fé e política e afirmou-se nova dinâmica de evangelização a partir da população relegada à periferia. E a Igreja Local de São Paulo, em seu conjunto, tomou consciência da sua identidade frente às particularidades da gigantesca cidade dos contrastes.

Da parte do arcebispo foram fundamentais a inteligência, o carisma, a humildade e abertura ao trabalho conjunto, a coragem. Ele viu a problemática da cidade e intuiu uma pastoral urbana orientada para prioridades no âmbito social. De fato, o planejamento pastoral participativo foi outro importante fruto. Em 1976, após ampla consulta às bases e estudos nos Setores, foi lançado o primeiro Plano Bial de Pastoral para a Igreja de São Paulo com quatro metas prioritárias: 1ª.) Comunidades Eclesiais de Base; 2ª.) Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados; 3ª.) Pastoral do Mundo do Trabalho; 4ª.) Pastoral da Periferia. No biênio seguinte decidiu-se continuar com essas mesmas prioridades. A Operação Periferia, que passava de campanha emergencial a prioridade pastoral, tinha por objetivo “promover a ação missionária da Igreja em São Paulo para reunir em comunidades o povo disperso e atender às suas necessidades fundamentais, a fim de que se torne sujeito de sua própria história” (Arq. de S. Paulo, 1975-1979, p. 24. 98. 100-107).

São Paulo continua com muitos dramas, impasses e esperanças. E por ser uma cidade que se move continuamente, sua periferia também se move, preenchendo lacunas entre bairros bem servidos de infraestrutura e conforto, ao mesmo tempo em que se estende em direções longínquas.

Para a Igreja Católica nesta cidade fica a responsabilidade pela herança recebida do pastoreio do seu quinto arcebispo. Ele ensinou a articular projetos grandes e ousados com os passos pequenos de cada dia, a enfrentar os enormes e sempre novos desafios da metrópole sem descuidar do serviço cotidiano às pessoas no anonimato. E novo *kairós* (tempo de graça e salvação) se propõe com força através do projeto de reforma eclesial formulado e animado pelo papa Francisco. “Quem tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às Igrejas” (Ap 2,7).

Bibliografia

ARNS, D. Paulo Evaristo. Entrevista concedida à Revista *Manchete*, 7/10/1972.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Boletim Eclesiástico*, ano XXVI, n. 7, jul. 1951.

_____. Crônica Eclesiástica. Cristo nos subúrbios de São Paulo. In: REB, V. 19, N. 4, dez/ 1959.

_____. *O São Paulo*: 5 de fevereiro de 1972; 26 de fevereiro de 1972; 17 a 23 de março de 1989; 19 de agosto de 1993.

_____. Relatório Quinquenal 1975-1979.

- BEETENCOURT, Getúlio; MARCUN, Paulo Sérgio. *Dom Paulo Evaristo Arns: o cardeal do povo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- BICUDO, Helio. Dom Paulo e os Direitos Humanos. In: RIBEIRO, Helcion (Coord.) *Paulo Evaristo Arns: cardeal da Esperança e pastor da Igreja em São Paulo*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BRANT, Vinicius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: BRANT & SINGER. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1980.
- CAMARGO, C. P. Ferreira de, et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1976.
- DOMEZI, Maria Cecília. *Do corpo cintilante ao corpo torturado: uma Igreja em Operação Periferia*. São Paulo: Paulus, 1995.
- FASE; União dos Movimentos de Moradia. *Direito à Moradia: uma contribuição para o debate*. São Paulo: Paulus, 1982.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 13 de julho de 1980.
- FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium. A Alegria do Evangelho*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.
- KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.) *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*. 2. ed. rev. e at. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, Lúcio & BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço público: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (Org.) *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*. 2. ed. rev. e at. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, Lúcio; CAMPANARIO, Milton. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. In: KOWARICK, Lúcio (Org.) *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*. 2. ed. rev. e at. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- PAULO VI. Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*. In: *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997.
- PEGORARO, José. Um só povo, muitos pastores? A divisão da Arquidiocese de São Paulo. In: RIBEIRO, Helcion (Coord.) *Paulo Evaristo Arns: cardeal da Esperança e pastor da Igreja em São Paulo*. São Paulo: Paulus, 1985.
- RÁDIO VATICANO. *Radiogiornale*, 11 de setembro de 1973.
- TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Org.) *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*. 2. ed. rev. e at. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- THE NEW YORK TIMES, 3 de fevereiro de 1973.
- VANZELLA, José Adalberto. *Campanha da Fraternidade: Igreja do Brasil a serviço da vida*. Tese de doutorado em Teologia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

Recebido em 13/04/17

Aprovado em 08/05/17



Dom Paulo e a PUC-SP no contexto da ditadura e depois

Jorge Cláudio Ribeiro*

Resumo: O presente artigo apresenta o percurso histórico das relações entre Dom Paulo Evaristo Arns e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo como pano de fundo a ditadura militar que toma o poder em 1964. As ações ditatoriais chegaram à Universidade, reduzido de crítica e resistência ao regime. As posturas do grão-chanceler em relação a essas ações do regime no claustro acadêmico definiram não somente os rumos da Universidade como a transformou em um emblema da liberdade política e acadêmica.

Palavras-chave: PUC-SP, Dom Paulo Evaristo, ditadura militar, Universidade, Vaticano, Teologia da Libertação, crise financeira.

Em 1970, Dom Paulo Evaristo Arns foi nomeado arcebispo de São Paulo, e cardeal a partir de 1973. Concomitantemente e, em decorrência desse ofício, foi grão-chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em abril de 1998, ao atingir a idade-limite de 75 anos, renunciou ao governo da arquidiocese e passou a ser arcebispo emérito. Durante todo esse período desenvolveu-se entre a instituição e seu dirigente máximo uma complexa relação de duas mãos que trouxe consequências que duraram até o falecimento do arcebispo, em dezembro de 2016.

Para compreender as características dessa relação, e assim iluminar os dois polos nela envolvidos, pesquisei documentos, colhi novos depoimentos e apelei para minhas memórias, pois ao longo de onze anos fui assessor de comunicação da Reitoria em cinco gestões e editor de periódicos.

.....
* Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e professor titular da mesma Universidade.

Reconheço não ser possível, dentro das pretensões deste artigo, esgotar o assunto: portanto, arriscarei modesta interpretação dos rumos tomados pelos eventos que considero mais significativos. A partir daí o leitor poderá complementar, corrigir e retomar os dados selecionados.

Para facilitar a compreensão da exposição a seguir, optei por dividir o período em três etapas, a saber: PRIMÓRDIOS; ÁPICE; DESDOBRAMENTOS. Em cada uma dessas fases serão apresentados elementos que integram o contexto dos acontecimentos em que se apoiou a relação entre Dom Paulo e a PUC-SP.

1. Primórdios

Essa primeira etapa reúne fatos ocorridos na década de 1960 (Dom Paulo ainda não era arcebispo) até final de 1976. Na PUC-SP, com o professor Osvaldo Aranha Bandeira de Melo – em decorrência de conflitos com os administradores anteriores, integrantes do clero – iniciou-se em 1963 a sequência de reitores leigos que dura até hoje. Durante o longo mandato de Bandeira, que durou até 1972, foram concluídas as obras do Auditório Tibiriçá – nele, em 1965, foi estreada a peça “Morte e Vida Severina” pelo grupo de teatro da Universidade – o Tuca: esse nome foi instantaneamente estendido à sala de atos e espetáculos. Em 1967 começou a construção do assim denominado “Prédio Novo”. Para realizar tais construções, “foram feitos vários empréstimos que acabaram por gerar um déficit orçamentário mais tarde”. Nesse quadro, o reitor conseguiu normalizar o pagamento atrasado dos professores e pagar todos os débitos da Universidade. Já nesse momento, eram poucos os recursos provenientes da área pública (AVELINO in SCHERER, 2011, p. 23). Atrasos de salários, empréstimos bancários e verba pública declinante fazem parte do DNA de um personagem que sempre integrou o cenário cotidiano da Universidade: a crise financeira, jamais debelada pelos ingressos via mensalidades pagas pelos estudantes.

No ambiente da Igreja Católica, ganhavam ímpeto os ventos da renovação insuflados pelo Concílio Vaticano II e pela influência de universidades e pensadores católicos (VALLE, in COSTA, 2016, p. 174 e ss). No campus, destaque para a presença pastoral de monsenhor Enzo Gusso e dos bispos Dom Benedito e Dom Cândido Padin: os dois últimos foram vice-reitores.

Integrando a ala progressista da CNBB, Padin havia participado do Concílio, foi assistente da Ação Católica e um dos fundadores da Juventude Estudantil Católica, além de atuar intensamente na área educacional, do governo e da Igreja. Em fevereiro de 1967 – juntamente com a professora Nadir Kfoury, de Serviço Social –, participou na cidade colombiana de Buga do Encontro Episcopal sobre “Presença da Igreja no Mundo Universitário”, promovido pela Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam). Vice-reitor da PUC-SP no mandato iniciado em 1972, Dom Padin viria a fazer a interlocução com o grão-chanceler. Padin lançou a ideia de se criar um centro de altos estudos e pesquisas – que hoje denominaríamos “think tank” – sobre

a realidade brasileira e, nesse quadro, formulador de propostas de ação para a PUC-SP. Situa-se aí o embrião do que viria a ser oficializado como Instituto de Estudos Especiais (IEE). Autor de numerosos livros, Dom Cândido Padin dividia ainda seu tempo como titular da diocese de Lorena e, posteriormente, de Bauru.

Nesse contexto surgiu a figura de Dom Paulo Evaristo. De sólida formação franciscana, obteve o doutorado na Sorbonne e manteve contato com universidades como a Antoniana de Roma e de Louvain. Em 1966, foi ordenado bispo auxiliar de Santana: além do cuidado daquela região da cidade, o arcebispo, Cardeal Agnelo Rossi, o encarregou da pastoral universitária. Nesse âmbito, promoveu na PUC-SP reuniões com grupos e movimentos progressistas (VALLE, 2016, p. 172). Quatro anos mais tarde, quando foi nomeado arcebispo de São Paulo – e, portanto, grão-chanceler da PUC-SP – Dom Arns já estava familiarizado com as questões e inquietações que permeavam o ambiente universitário.

Nomeado pelo papa Paulo VI, o novo arcebispo não se furtou aos imensos desafios que lhe apresentaria o governo da segunda maior arquidiocese do mundo, com 14,5 milhões de pessoas sob sua jurisdição. Aos poucos, ele amadureceu posições que o credenciaram a dialogar com uma sociedade secular, metropolitana e multiplural como São Paulo e dar uma resposta ao momento político e social do País. Segundo o professor Edênio Valle, sobre o papel de uma PUC, Dom Paulo dizia: “Podem tirar o ‘pê’ e o ‘cê’, basta ser universidade”. Ao mesmo tempo, exerceu a compaixão franciscana e a Teologia da Libertação. Esta se consolidou em 1968 na 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano da Celam, em Medellín, que, no espírito do Concílio, se comprometeu com a opção preferencial pelos pobres.

Dom Paulo nomeou como reitor para o período 1972-6 ao professor Geraldo Ataliba Nogueira, então com 38 anos, jurista renomado mas de escassa experiência administrativa. Essa gestão pode ser considerada como de transição. Ataliba proclamou que seguiria as diretrizes do ex-reitor Bandeira, seu colega da Faculdade de Direito. Nesse intento, encontrou divergências com seu vice-reitor, Dom Padin, que pediu exoneração do cargo. Exceto uma entrevista prévia à nomeação como reitor, em que Ataliba teria sido particularmente franco com Dom Paulo, não foram encontradas referências da presença do grão-chanceler durante a gestão Ataliba.

Entre as realizações desse reitor, a conclusão do Prédio Novo, em estado de esqueleto, “foi um sacrifício tremendo, diante da difícil situação financeira”. Ele também tomou a iniciativa de implantar a disciplina de Comunicação e Expressão Verbal na extraordinária experiência do Ciclo Básico, que integrava a Reforma Universitária da PUC-SP. Essa implantação importou em mais despesas. Além dessas realizações, foram transferidos para o âmbito do Estado os três hospitais mantidos pela Faculdade de Medicina em Sorocaba e a criado o setor de cursos de especialização, sobretudo de Direito.

No campo político-acadêmico, Ataliba levou Celso Furtado para lecionar no Pós de Economia, o que lhe valeu pressões e censuras por parte do governo. O reitor relata que, em 1974, o

Prédio Velho foi invadido por um coronel no comando de policiais militares a bordo de trinta peruas que cercaram o campus e soltaram bombas de efeito moral – na balbúrdia pessoas ficaram feridas. “Nossa reação foi imediata e solicitamos inquéritos a todas as autoridades civis e militares, conseguindo o apoio da Corregedoria da Polícia”, relata Ataliba (RIBEIRO, *Jornal Porandubas*, n. 40, agosto 1981, p. 7). Em sua gestão, dia 28 de agosto de 1974, foi outorgado no Tuca a Alceu Amoroso Lima o título de Doutor *Honoris Causa*: imagens de TV registram sua promessa de “fazer quanto possa pela justiça e peço a Deus que me assista” (RIBEIRO, “Tuca Videobra”, 1984).

Ao final o período Ataliba, mais manifestações da crise endêmica: a Universidade acumulava dívidas com o Fundo de Assistência Social/FAS, da Caixa Econômica Federal, e os funcionários e professores amargávamos um inesquecível atraso de três meses no pagamento dos salários.

Enquanto isso, Dom Paulo dava passos decisivos que o consolidariam como um dos campeões brasileiros dos direitos humanos. São por demais conhecidas sua criação da Comissão Justiça e Paz; do Centro de Direitos Humanos; a venda do Palácio Episcopal Pio XII e a construção de 1.200 centros comunitários na periferia; o apoio à Pastoral Operária, à Pastoral Carcerária e à Pastoral da Criança; o enfrentamento à ditadura contra as torturas aos presos políticos (“o senhor cuide da sacristia que eu cuide do país”, lhe disse o General Médici), o encontro com o presidente Jimmy Carter e a produção do livro “Brasil: Nunca Mais”. Ouso acrescentar duas humildes pedrinhas a esse grandioso mosaico.

Em 1972, ex-alunos do Colégio São Luís passaram a atuar numa linha própria de pastoral universitária. Sendo seminarista jesuíta e recém-ingresso na Escola de Comunicações e Artes da USP fui convidado e aderi a esse grupo. Para um dos encontros de formação que promovíamos, levei meu colega Sérgio Gomes, futuro jornalista e ativista, diretor do Centro Acadêmico dos alunos da ECA e quadro do Partido Comunista Brasileiro, clandestino à época. Na ocasião, revelamos posições e articulamos propostas. Uma delas foi uma reunião com Dom Paulo que se realizou, efetivamente. Daí, o arcebispo enviou à ECA seu bispo auxiliar dedicado à área de comunicações, Dom Lucas Moreira Neves: em visita inédita, dialogou com estudantes e professores, sobre a colaboração entre a universidade e a arquidiocese. A parceria entre cristãos e PCB resultou em dois atos religiosos, grandes manifestações de repúdio à ditadura.

Primeira parceria. Como reação ao assassinato pela repressão do aluno de Geologia da USP, Alexandre Vanucchi Leme, em março de 1973, realizou-se missa/ato público na Catedral da Sé, oficiada por Dom Paulo, recém-nomeado cardeal. Compareceram umas cinco mil pessoas energizadas, entre as quais, artistas e políticos (a comunizada toda comungou...). Ao final, o Cardeal alertou-nos para que saíssemos em grupos pequenos, sem responder às provocações dos policiais situados nas imediações. Sérgio Gomes e Arns se tornaram amigos e colaboradores.

Segunda parceria. Em 24 de outubro de 1975, a repressão prendeu vários membros do Partidão em São Paulo: Sérgio Gomes foi um dos que “caiu”. O jornalista Vladimir Herzog, também: no dia seguinte, ele aparece morto na cela, num enforcamento perpetuado em fotos que o mostram na abstrusa posição de suas pernas dobradas, apoiadas no chão, impossível suicídio. Abençoado pelo rabino Henry Sobel, Vlado é enterrado no Cemitério Israelita do Butantã. Uma semana após a prisão, oito mil pessoas se reúnem na Catedral e na Praça da Sé em eletrizante ato ecumênico concelebrado por Sobel, Dom Paulo, Dom Hélder, o pastor presbiteriano Jaime Wright e sacerdotes de outras religiões. Do lado de fora, comandados pelo coronel que dali a dois anos invadiria a PUC-SP, uns quinhentos policiais e agentes coçavam o gatilho, prontos para soltar balas, bombas, pastores alemães ou cavalos contra o primeiro que gritasse seu protesto. Nada disso aconteceu, naquele momento.

2. Ápice

Esta etapa reúne os oito anos da “era Kfourri”, que considero o ponto culminante, até agora, da PUC-SP e de suas relações com seu grão-chanceler.

Para suceder o reitor Geraldo Ataliba, Dom Paulo nomeou a professora Nadir Kfourri da Faculdade de Serviço Social para o período que transcorreu entre o final dos anos de 1976 e de 1980. Fato inédito: a nova reitora foi a primeira mulher no mundo a comandar uma universidade católica. Essa escolha, que veio a se revelar completamente acertada, não ocorreu por acaso. Já vimos que Dona Nadir (como a chamávamos) fora representante das universidades católicas no encontro em Buga (VALLE, 2016, p. 182) e, portanto, estava afinada com a filosofia de vida e trabalho da Igreja Católica e do grão-chanceler. Naquele momento, entretanto, não havia a preocupação em constituir uma universidade formalmente católica: apoiada na universalidade da igreja, a intenção era formar e reunir pessoas empenhadas na construção de uma sociedade melhor.

Entre a equipe de Reitora e o cardeal reinou um clima de confiança e colaboração. Tanto assim que, segundo depoimento do professor e padre Edênio Valle, vice-reitor comunitário daquela gestão, “Dom Paulo não tinha presença em nosso cotidiano, não fez grandes intervenções na PUC-SP”. Entretanto, por uma série de motivos, esse período (e mais o quadriênio seguinte, também comandado por Dona Nadir) pode ser considerado o ápice desta Universidade e que marcou indelevelmente sua identidade, perante a humanidade e a História.

Essa época ficou marcada pela acolhida de professores cassados em suas universidades pelo deplorável Decreto-Lei 477. Essa prática de acolhimento já vinha acontecendo: assim, em março de 1967 o educador Casemiro dos Reis Filho – demitido da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto – assumiu a docência no Curso de Pedagogia. Veio a convite de José Nagamine, secretário da Faculdade São Bento, a mais antiga coluna mestra daquilo que veio a ser a PUC-SP. Naquele ano, Nagamine foi encarregado pelo reitor Bandeira

de preparar a reforma do estatuto. Dez anos depois, Casemiro tornou-se vice-reitor acadêmico da primeira gestão Kfourri.

Em 1971, a professora Yvone Avelino, cassada na USP, foi trazida para o Curso de História pelas mãos da também professora Irmã Leda: consultado sobre sua contratação, Dom Paulo aprovou imediatamente. Também ocorreu a já mencionada contratação de Celso Furtado na gestão Ataliba.

A acolhida dos professores cassados – proposta por docentes da casa e aprovada pelo grão-chanceler – se acelerou durante a gestão Nadir. Todos eles assumiram aulas na Graduação e no Pós, participaram de conselhos, enfim engajaram-se na chamada “democracia puquiãna”. Correm várias listas, apoiadas na memória de informantes e, portanto, incompletas. Salvo engano e lacuna, pode-se apresentar o seguinte elenco: Maria Nilde Mascellani, Octavio Ianni, Paul Singer, Cândido Procópio Camargo, Maurício Tragtenberg, José Arthur Giannotti, Bento Prado Jr., Florestan Fernandes, Pedro Calil e *last but not least*, Paulo Freire.

A presença física de Dom Paulo na PUC-SP se manifestou sobretudo através das ações e atos públicos no Tuca promovidos pelo Instituto de Estudos Especiais. Por sugestão de Dom Padim, o instituto figurava no estatuto, mas faltava ganhar existência real, o que ocorreu sob a incansável liderança do professor José Queiroz, que já atuava na Comissão Justiça e Paz e no Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo. Tentando fazer a ponte com a estrutura acadêmica formal, o IEE foi uma espécie de extensão da arquidiocese, totalmente afinado com suas pautas – problemática do menor, carcerária, a cultura do povo e latino-americana, a Teologia da Libertação (VALLE, 2016, pp. 175-6). Queiroz contabiliza que, a partir dessa série de eventos, denominada “Tuca Vivo”, foram produzidos dez livros. Além disso, o IEE estimulava pesquisas, intervenção de docentes na periferia e a produção de cartilhas populares, como o Manual dos Direitos do Preso, que gerou forte oposição. “O jornal *O Estado de S. Paulo* nos acusou de subversão e, para prová-lo, publicou diariamente cada um dos seus nove capítulos. Mais promoção, impossível”, relata Queiroz, com sorriso inefável. Os atos do IEE contribuíram para consolidar a reputação do Tuca como um templo da resistência e palco de espetáculos e artistas engajados. Outras manifestações se somaram ao longo do tempo.

O ano de 1977 foi particularmente fértil nesse quesito. Alvo da má vontade da ditadura, a inquieta Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência corria o risco de não encontrar local para realizar sua 29ª Reunião Anual, visto as universidades federais fecharem seus campi para o evento. Após consulta a Dom Paulo, a PUC-SP ofereceu suas instalações e o teatro para a SBPC, que realizou sua bem-sucedida reunião, de 6 a 13 de julho (RIBEIRO, “Tuca Videobra”, 1984). Dois meses depois, veio o troco. Também impedida de realizar seu III Encontro Nacional dos Estudantes em campi de universidades públicas, a UNE acabou fazendo nas dependências da PUC-SP, no dia 22 de setembro, uma reunião clandestina em que a entidade se restabelecia.

Naquela noite, cerca de 2.000 estudantes realizaram um ato público em frente ao Tuca. Os presentes repetiam frase por frase (litania secular) a declaração de reconstrução da UNE que alguém “puxava” em voz alta. Estavam nisso quando, por volta das 21h30, três mil policiais, militares e civis, cercaram a multidão, soltaram bombas e instauraram a confusão. Os estudantes debandaram pela única saída possível, o interior do campus, cercado por todos os lados. Os policiais invadiram os prédios, debelaram as resistências com bordoadas e golpes de cassetete. No calor dos acontecimentos, a reitora Nadir e o vice-reitor Edênio encararam o comandante da operação com enérgico protesto e estiveram junto à comunidade universitária em todos os momentos. Estudantes, professores e funcionários foram conduzidos de mãos dadas, em fila indiana para um estacionamento previamente esvaziado, situado em frente ao Tuca, do outro lado da rua. Qual um rebanho, todos foram reunidos e obrigados a se sentar no chão, após o quê foram triados e cerca de 854 pessoas levadas ao Batalhão Tobias de Aguiar onde permaneceram detidas até o amanhecer.

Nesse momento, Dom Paulo estava em Roma, participando de reunião da Comissão Justiça e Paz. Na manhã seguinte, foi avisado da invasão e logo concedeu entrevistas às agências internacionais de notícias. Retornou a São Paulo, desembarcando dia 25 de setembro, domingo. Ainda no aeroporto, aos jornalistas, manifestou sua indignação. Uma de suas declarações mais marcantes: “Só se pode entrar na Universidade por duas portas – a do vestibular, ou a convite da Reitoria e dos responsáveis. Se a polícia não entrar por elas, não deve entrar na Universidade”. No dia 27, terça-feira, Dom Paulo visitou o campus e os locais invadidos, animando e dizendo palavras de coragem às alunas que faziam um mutirão de limpeza de seus centros acadêmicos. Os estudantes agradeceram a visita e o ovacionaram. A uma emissora de TV, ele lamentou a destruição e o vandalismo da agressão à autonomia da Universidade, concluindo: “É verdade que sobrou esta juventude boa, confiante e mais unida na construção de um mundo melhor, sem invasões e dentro de um clima de harmonia. Eu confio na juventude”.

Ressaltou que a PUC-SP é autônoma e iria defender-se dentro da lei, acrescentando que a Universidade também pertence à Igreja Católica e está sob a alta tutela do papa, Paulo VI (Jornal *Porandubas*, n. 6, outubro 1977, p. 4). Os jornais e emissoras de televisão detalharam os acontecimentos e sua evolução produzindo farto material sintetizado no filme “Não se cala a consciência de um povo” (RIBEIRO, 1979), disponível no *youtube*. “Nesse momento crítico, estreitaram-se os laços afetivos entre Dom Paulo e a PUC-SP”, avalia Edênio em seu depoimento. Foi quando o pastor, mais que o grão-chanceler ou o patrão, deixou aflorar seu carinho por esta Universidade, completa a professora Maria Celina Nasser, ex-assessora comunitária de diversas reitorias.

É muito provável que atingir Dom Paulo fosse a intenção daqueles que perpetraram a invasão. Ao ferir a Universidade, pretendiam golpear sobretudo seu grão-chanceler, um dos príncipes da resistência à ditadura e campeão dos direitos humanos. Apesar da violência, o tiro pode ter saído pela culatra. Em reportagem lembrando os trinta anos da invasão, o jornalista José

Alberto Bombig menciona análise de pesquisadores segundo os quais a invasão da PUC-SP foi um marco na redemocratização do País e se tornou uma bandeira do movimento estudantil e da sociedade contra o regime. A partir daí, foram inibidas outras ações do gênero, “tanto assim que, em maio de 1979, dez mil estudantes participaram em Salvador do Congresso de Reconstrução da UNE, sem represália da PM. O então governador Antonio Carlos Magalhães, da Arena, cedeu o Centro de Convenções para realizar o evento” (*Folha de S. Paulo*, 22/9/2007, A11).

Em agosto de 1978 faleceu o papa Paulo VI, que sagrara Dom Paulo como bispo e como arcebispo, e com quem tinha afinidade. Na sequência vieram o papa João Paulo I, cujo pontificado durou 33 dias e João Paulo II, eleito em outubro. O novo pontífice logo começou a minar a Teologia da Libertação, tanto a doutrina, quanto seus formuladores e ativistas. Como veremos, isso trouxe sérias consequências para o grão-chanceler e sua Universidade que, digamos assim, pagou parte desse “pato” (VALLE, 2016, p. 184). De alguma forma, à forte irritação dos generais contra Dom Paulo – que em março daquele ano havia denunciado as torturas ao presidente Jimmy Carter, em visita ao País – se acrescentou a, digamos, má vontade da nova cúpula da Igreja Católica. Apesar dessas oposições, com coragem o Cardeal manteve-se firme em sua trajetória, já consolidada.

Em abril de 1979 entrevistei Dom Paulo para o jornal *Porandubas*, da PUC-SP (RIBEIRO, *Jornal Porandubas*, n. 19, abril 1979, pp. 4-5). Falou sobre o problema financeiro – a questão de sempre –, as associações de estudantes, professores e funcionários, o Decreto-Lei 477 (que puniu membros das universidades), a história da PUC-SP e sobretudo sua missão. A esse respeito, disse que a universidade deve fornecer preparo profissional de boa categoria, preparar um caminho alternativo, democrático, diante de um capitalismo e socialismo cansados. Afirmou também que seu grande sonho, premonitório, era esta Universidade a serviço do povo e que os filhos do povo entrassem nela: “Que ela seja para o povo, mas também seja do povo”. Admitiu que esse sonho não aconteceria de uma hora para outra. Mas a instituição deve estar à escuta de problemas do povo, como os loteamentos clandestinos. Em síntese, “se a Universidade não estiver na periferia, não estará cumprindo sua missão”. Por suposto, o Cardeal devia mesmo insistir em sua prioridade – não obstante a PUC-SP desenvolver dezenas de projetos junto à periferia, a questão da mediação acadêmica e do saber científico precisaria ser discutida com mais amplitude.

A questão financeira passava por aí: “A mantenedora deu um lugar privilegiado e os bispos canalizaram para a Universidade toda contribuição para crisma e sacramentos. Hoje tudo o que a Igreja puder economizar deve ir para as periferias, para construir centros comunitários. A Universidade não deve esperar da Igreja nenhum apoio financeiro daqui para o futuro”.

Apesar disso, o grão-chanceler frequentemente mobilizava seus contatos. Edênio recorda: “Certa vez, acompanhei Dona Nadir ao Palácio Bandeirantes, representando Dom Paulo. Ela era amiga do governador, de outras eras. Paulo Maluf saudou-a ‘Salve minha reitora!’. Acaba-

mos saindo dali com a autorização para um empréstimo no Banespa, para equacionar nossa dívida, que estava muito alta”.

A “mitologia” do Tuca atingiu o ápice na apoteótica noite de 20/8/1979, em que presenciei uma das maiores, se não a maior, lotação de sua história. Nessa ocasião, Paulo Freire confirmou que, por iniciativa de Dom Paulo e a convite da reitora, aceitava lecionar na PUC-SP (GADOTTI, 1996, p. 70). Ato carregado de afeto e de aplausos eufóricos em que comentou, poeticamente: “Eu me olho a mim mesmo e me vejo feliz. Só tenho a dizer da *alegria quase menina* com que chego ao Brasil, quinze anos depois” (RIBEIRO, “Tuca Videobra”, 1984). Aos jornalistas, afirmou: “Minha volta à universidade brasileira é uma tarefa a mais. A universidade é um ambiente para exercer minha curiosidade permanente, mas não a vejo como um caminho de salvação. Mas o que se pode, se deve fazer” (CARVALHOSA, *Jornal Porandubas*, n. 23, setembro 1979, p. 6). Freire e Dom Paulo se encontrariam diversas vezes, em atos significativos e (as fotografias o mostram) repletos de felicidade.

Tive a honra inesquecível de entrevistar Freire. Conversamos sobre a PUC-SP, sua nova casa, sobre o direito do povo a sua fala, o papel do intelectual e a fé dele no Deus presente na História (RIBEIRO, *Jornal Porandubas*, n. 37, abril 1981, p. 6-7). Ficamos amigos. Na década de 1990, com sua generosa adesão a meu convite, publiquei com sucesso dois livros de sua autoria – “Professora sim, *tia* não” e “À sombra desta mangueira” – em minha editora, Olho d’Água.

O mandato de Nadir chegava ao final. Em 1º de agosto de 1980, Dom Paulo enviou uma carta-bomba à comunidade acerca do sistema de escolha do reitor seguinte. Por ser a primeira vez, o texto apresentava intenções e linhas gerais: “Conhecendo a importância decisiva dessa escolha, julgo imprescindível ouvir, de maneira objetiva e ampla, a opinião da comunidade universitária e dos órgãos que a compõem”. Para que se realizasse o que chamou de “consulta”, o grão-chanceler pedia que lhe fosse encaminhada no final daquele mês uma lista de seis nomes: três seriam indicados pelas associações dos três segmentos “da forma que julgarem mais convenientes; três indicados pelo Conselho Universitário” (Consun), “da maneira que julgar mais adequada”, em consulta ampla a ser estendida aos outros dois conselhos superiores. E acrescentava: “Quanto mais os votos dos Senhores Conselheiros corresponderem à opinião de suas respectivas unidades tanto mais os nomes da lista final corresponderão às necessidades reais da Universidade como um todo”.

Nas semanas seguintes, a PUC-SP viveu uma espécie de letargia: ninguém sabia como fazer a tal consulta. No dia 14/8, na reunião da Comissão Comunitária que iria debater o assunto, o representante docente Fernando Cortese apresentou a proposta da Associação de Professores de se fazerem eleições diretas. Após alguma perplexidade – afinal, fazia dezesseis anos que não se votava no Brasil para cargos superiores –, definiram-se rapidamente as regras, a comissão e os colégios eleitorais, com pesos diferentes. Mas surgiu um probleminha: onde estavam os candidatos? Começaram a surgir quatro dias depois: a própria Nadir Kfoury e Haydée Rove-

ratti. No dia 21/8, apesar do temor dos organizadores de que não aparecesse ninguém, o Tuca lotou para ver o debate entre as candidatas. A campanha esquentou de vez, inclusive com ajuda da mídia externa, que deu ampla cobertura, destacando o ineditismo do pleito. As eleições ocorreram dia 25 e 26/8, em meio a elétrica participação. Por ampla margem de votos, Dona Nadir foi eleita por escolha direta para um segundo mandato, certo?

Mais ou menos. A pedra no caminho era a lista tríplice do Consun. A maioria dos conselheiros já anunciara que aceitaria o resultado das urnas, conhecido poucas horas antes; outros levaram os nomes de seus candidatos. Para atender ao pedido expresso de Dom Paulo, a reitora encaminhou uma votação em que cada um dos dezoito conselheiros presentes apresentou três nomes. Também nessa instância Nadir venceu e encabeçou a lista sêxtupla enviada ao grão-chanceler, que a confirmou.

Dom Paulo avaliou o processo eleitoral e tirou lições para o País. Estava entusiasmado: “Devo dizer que me alegrou o resultado da eleição. O povo sabe eleger seus representantes. Da parte da Universidade recebi professores e funcionários que manifestaram sua gratidão e alegria. Recebi apoio de pessoas ligadas a movimentos políticos e populares, de universidades e até do exterior. Nesses dez anos, a eleição foi o momento mais feliz que tive com a PUC-SP”. Acrescentou que a extensão da experiência democrática para outras instâncias era o único modo de agir a partir de então. Perguntado se o mais votado fosse outro nome, o grão-chanceler explicitou uma regra que seguiu em mais quatro eleições e balizou, por décadas, a expectativa da comunidade: “Uma vez que abrimos o jogo, foi para valer. Aliás, nunca me arrependi de abrir o jogo à participação popular. Quando o povo é tratado com dignidade, responde com uma dignidade ainda maior” (RIBEIRO, *Jornal Porandubas*, n. 33, outubro 1980, pp. 2 a 5).

Aproveitando a linguagem do povo, aqui tão mencionado, pode-se dizer que o trio Arns-Nadir-PUC-SP acabara de presentear a torcida com um golaço, que logo se transformaria em goleada. Nos anos seguintes da segunda gestão Nadir, a “democracia puquiiana” se expandiu a todos os escalões. O arranjo que reuniu um grão-chanceler como Dom Paulo, uma metrópole múltipla como São Paulo e a emulação no interior de um campo acadêmico liderado pela USP, acabou por produzir uma universidade das mais (se não a mais) laicas e secularizadas do Brasil, sem deixar de ser católica.

Não satisfeita com a mensagem enviada à Nação e aos generais de que “se a democracia vale para nós, vale para vocês”, a partir de maio de 1982 a PUC-SP propôs-se a reformar seus estatutos mediante a eleição de 54 delegados especiais. Estava instaurada a Constituinte naquilo que o humor acadêmico denominou de “República Utópica da Monte Alegre”. Durante meses se travaram debates intensos sobre tudo – desde as raízes históricas, passando pela eterna crise – e se redigiram de projetos provisórios. Afinal, em novembro daquele ano se chegou ao texto final (número especial do *Jornal Porandubas*, n. 59, novembro 1982, pp. 1 a 8). Apesar do ímpeto generoso, a iniciativa demorou anos a ser implementada na Universidade, pois se tra-

tava de uma colaboração voluntária e voluntariosa da comunidade. Quanto ao Brasil, precisou esperar por 1988, quando a Assembleia Nacional Constituinte produziu a Constituição Cidadã.

Enquanto isso, a Universidade continuava a emitir sinais para a sociedade. Assim, em 4 de março de 1982 foi concedido o título de Doutor *Honoris Causa* (o primeiro no Brasil) a Dom Hélder Câmara, parceiro de tantos na vanguarda da “revolução do Evangelho”. Durante décadas, ele foi alvo de censura na mídia e condenado ao ostracismo – os veículos conservadores só se referiam a ele como “arcebispo vermelho”. No palco do Tuca estavam Dom Paulo, Dom Padin, Dona Nadir e sua equipe, membros do Consun e uma representante da periferia. Na plateia, vinda de todos os cantos, uma multidão eletrizada que incluía Ana Dias (viúva do mártir Santo Dias), Paulo Freire e Maurício Tragtenberg. Nos discursos foram lembradas as humilhações que sofre o oprimido, e o papel da universidade em seu resgate.

Dom Hélder confessou uma decepção: “É encontrar na universidade, a não ser por exceção, o estudo sério e sem medo dos grandes problemas do nosso país no contexto dos grandes problemas humanos”. Proclamou sua esperança no jovem universitário e o convocou a “servir a nosso povo, em sua luta para ser ouvido, pois é tratado como incapaz de pensar, de ajudar e tomar decisões”. Ao final, Dom Paulo afirmou que não era possível encerrar aquela cerimônia sem ouvir os quatro milhões de nordestinos que vivem em São Paulo, e concluiu: “Esta deveria ser a noite da sinfonia dos que acreditam na esperança, mesmo nas trevas mais densas” (Jornal *Porandubas*, n. 45, março 1982, pp. 1 a 3).

Nos anos seguintes, a Universidade continuou a viver intensamente sua democracia: elegendo seus representantes nas instâncias acadêmicas e nas associações; refletindo seus rumos e sua crise em encontros da comunidade que, inclusive, contaram com a presença de Dom Paulo; produzindo teses sobre temas candentes; os professores paralisando aulas; os estudantes invadindo a Reitoria e prestando numerosos serviços na periferia; montando nosso comitê “Diretas Já”; com o IEE promovendo encontros sobre as minorias e a Teologia da Libertação; com o Tuca produzindo shows inesquecíveis articulados pela professora Samira Chalhub, que sucedeu ao “histórico” Henrique Suster.

Em 1984, mais experiente, a PUC-SP preparava mais uma eleição para reitor, ou reitora, adiando prazos e conchavando candidatos, divulgando documentos. Estava-se em eletrizantes idas e vindas quando a comunidade é assombrada por uma surpresa que poderia ter resultado em tragédia.

No mesmo dia da invasão policial, 22 de setembro, sábado, mas sete anos depois, por volta das 19h30, após uma peça infantil e antes de um espetáculo adulto, em cinco minutos um pavoroso incêndio se alastrou pelo Tuca e o arrasou quase inteiramente. Equipes de televisão, rádio e jornal acorreram de imediato, para divulgar o acontecimento e registrá-lo. Membros da PUC-SP e moradores da vizinhança acorreram chocados, o mesmo acontecendo com quem assistia ao noticiário. Sob intensa emoção, as pessoas se lamentavam: “Nossa casa está pe-

gando fogo”. Aos poucos chegaram equipes de bombeiros, totalizando noventa, munidos de uma escada Magyrus. Durante três horas combateram as enormes chamas de vinte metros e acabaram vencendo. Estrondosos aplausos da população que se aglomerava na calçada em frente. Sobraram a fachada, as paredes chamuscadas com o luto da fuligem e as vigas do teto retorcidas. (RIBEIRO, “Tuca Videobra”, 1984).

Na segunda-feira, as aulas foram retomadas, pois o fogo não atingira o campus. Às 15h, Dom Paulo, membros da Reitoria, o governador Franco Montoro, fundador e professor da PUC-SP, bem como seu secretariado realizaram uma visita aos escombros. Em seguida, eles se reuniram com a comunidade universitária em prol do início imediato de uma campanha de reconstrução – o SOS Tuca. Sob aplausos, Montoro prometeu o engajamento e recursos do Estado.

Dom Paulo lembrou que foi nesse teatro que o Brasil recomeçou, depois do golpe de 64, e concluiu: “O Tuca não pode ficar no meio da caminhada, como uma estátua de sal. Que este momento prove quem somos, a que viemos e o que faremos no futuro”. Qualificando a invasão de 1977 como “uma das maiores vergonhas nacionais” e voltando-se para o secretário de Segurança, Michel Temer, o Cardeal cobrou: “Parece uma consciência grande demais. É curioso demais que aconteça o incêndio no mesmo dia, na mesmíssima hora [Obs: foram duas horas de diferença – N.A.], entre duas sessões, exatamente quando se passaram sete anos, num lugar onde inclusive o secretário de Segurança é professor. É preciso um inquérito com a maior severidade, para se ver o que aconteceu”. Se o secretário Temer realizou o inquérito, se o entregou ao governador, até hoje o Brasil não sabe (Jornal *Porandubas*, n. 88, setembro 1984, pp. 1 e 4-5; n. 89, especial, outubro 1984 pp. 1 a 16)

A perícia técnica levantou indícios que consolidaram a suspeita generalizada de que o incêndio foi criminoso. Mas, como se viria a dizer no século XXI, nenhuma organização terrorista reivindicou o ataque. Entretanto, isso talvez fosse desnecessário, pois no dia 14 de dezembro o teatro foi novamente incendiado: na casa das máquinas foi ateado fogo a uma bandeira do Brasil embebida em thinner. Desta vez, os peritos concluíram ter sido um ato criminoso (Jornal mural *É Hoje!* n. 100). A quem se queria atingir? Como na invasão do campus, o alvo mais provável foi Dom Paulo. O fato é que, nos estertores da ditadura, de novo a PUC-SP bebeu do cálice da amargura em função da proximidade com seu grão-chanceler.

Numerosas ações se sucederam no âmbito da campanha de reconstrução do Tuca, que contou com a generosa adesão da sociedade civil e de artistas. Mas apenas em 2003, com o apoio do Bradesco, de instituições privadas e do Ministério da Cultura, o teatro foi finalmente reconstruído.

Enquanto isso, a milhares de quilômetros do campus, o cerco à Igreja progressista se contraía. Poucos dias antes do incêndio, em 7 de setembro, o teólogo da libertação Leonardo Boff compareceu ante o Cardeal Joseph Ratzinger – prefeito da Congregação da Doutrina da Fé, o

antigo Santo Ofício – para explicar as ideias publicadas em sua obra “Igreja: Carisma e Poder”. Dom Paulo acompanhou o irmão franciscano, mas não foi autorizado a assistir à arguição de Boff. Assim como ante os generais brasileiros, ousadas como essa, por parte de Dom Paulo, não eram bem vistas na Cúria romana.

A “era Nadir” terminou em 28 de novembro de 1984 dia da posse do novo reitor, professor Luiz Eduardo Wanderley, de Ciências Sociais, diretor do Instituto de Planejamento Regional e Urbano (Urplan/PUC-SP) e antigo dirigente nacional da Ação Católica – seu mandato iria até final de 1988. Após intensa campanha, as urnas deram a Wanderley a vitória sobre sua oponente, a professora Lucrecia Ferrara, de Literatura e ex-integrante da equipe que produziu “Morte e Vida Severina”.

3. Desdobramentos

Com a eleição indireta de Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985, terminou a ditadura no Brasil. Infelizmente, em 14 de março, véspera de sua posse, a Nação recebeu a notícia de que o político mineiro estava gravemente enfermo. Sua agonia se estendeu até 21 de abril – data em que o vice-presidente José Sarney tomou posse, imediatamente após a morte do titular.

O fim dos anos de chumbo abriu espaço em todo País para o exercício da diversidade política e das mentalidades. Acabara a “unanimidade contra” que unificara as forças de resistência à ditadura, mas também sufocava a diversidade e camuflava ocasionais falhas de caráter. A partir de então seria necessário abrir caminhos novos, arriscar, errar e acertar. O legado dos campeões da fase anterior, decerto respeitado e celebrado sempre que oportuno, precisaria ser de novo submetido ao crivo da experiência. Na PUC-SP, tidos como de mau gosto até aquele momento, os questionamentos começaram a pipocar.

Valdir Mengardo, jornalista e veterano diretor da associação dos professores, relata que, até aquele momento, “a relação patronal aconteceu raras vezes. Dom Paulo dava autonomia a professores e funcionários e a Fundação São Paulo intervinha pouco. De certa forma, em matéria econômica ele deixava o barco correr, chegar ao limite”. Durante 1985, a crise econômica interna, endêmica há décadas, voltou a se acirrar. Anunciava-se a sobretaxa nas mensalidades ou seu reajuste, redução drástica de subsídios do governo e a possibilidade de atraso de salários: tudo culminou com a invasão das instalações da Reitoria e com uma greve conjunta de professores e funcionários, de 11 a 20 de setembro. “Nas acaloradas assembleias se criticava a assim chamada omissão do patrão, a ausência de Dom Paulo”, lembra Mengardo.

Mas pouco se questionava a gestão caríssima de uma instituição de qualidade, seu regime de trabalho, o número de alunos por professor. Além disso, a instituição bancou a qualificação de seus docentes e permitiu, no dizer de Mengardo, a “indiscriminada abertura de porteiros para os concursos internos”. A principal fonte de financiamento, as mensalidades dos alunos, se aproximava perigosamente do esgotamento.

Esse quadro impulsionou a discussão generalizada no campus sobre o modelo de financiamento da PUC-SP. Como propostas de soluções, passou-se a falar abertamente, inclusive na Reitoria, em “federalização” ou “estadualização”. Esse jargão apontava para a transformação da Católica em instituição pública: esse debate era impensável até o ano anterior, pois significaria a entrega de um bastião da resistência aos generais (AVELINO, 2011, 33). Esse processo culminou com o lançamento, em 1987, de um plebiscito sob qual forma de estatização era a preferida – ganhou a estadualização. Mas a coisa não foi adiante, por falta de experiência na implementação desse modelo.

Em depoimento, Wanderley atesta: “Embora Dom Paulo apoiasse nossas decisões, nos conferisse autonomia acadêmica, quando foi necessário, defendeu a identidade institucional, católica, da PUC-SP. Acerca da estadualização, ele foi contra, e a discussão terminou. Por outro lado, ele mantinha sua clara prioridade: uma Igreja mais aberta, a defesa dos perseguidos e apoio aos novos movimentos sociais”.

O mesmo padrão se manteve nas relações do grão-chanceler com as gestões seguintes. A professora Leila Barbara (reitora de novembro de 1988 a 1992) atesta que “Dom Paulo nunca interferiu nas decisões da Reitoria. Ele só participava dos encontros oficiais, no Tuca. Comigo, ele era simpático, gentil: eu sempre o visitava em seus aniversários, levava alguma lembrança”. Tanta gentileza tinha seu grão de sal.

Segundo a professora Eliane Gouveia, chefe de Gabinete de Leila Barbara, “Dom Paulo já tinha muitos problemas com Roma. Enquanto isso, a PUC-SP continuava numa fase de efervescência e afogada em problemas financeiros. Como nós, o Cardeal não conseguia entender o que se passava. Ele pedia contenção de gastos, dizia que a Universidade estava muito grande e que era preciso reduzir seu tamanho: em visitas à casa dele, ouvi a reitora negar-se enfaticamente a fechar cursos, dispensar professores. Acompanhei-a várias vezes em reuniões com bancos para levantar recursos, com poucos resultados”.

Os problemas com Roma a que Eliane Gouveia se referia se tornaram patentes em março de 1989, quando Dom Paulo enfrentou o que admite ter sido seu momento mais difícil: a divisão da arquidiocese, determinada pelo papa João Paulo II. Nela, o Cardeal perdeu jurisdição sobre 6,9 milhões de pessoas e sobre 146 paróquias, justamente em áreas da periferia, sua prioridade de sempre. Para tentar evitar o desmembramento, o arcebispo fez várias viagens ao Vaticano. Inútil. Foram criadas dioceses autônomas, que passaram a ser lideradas por bispos da ala conservadora católica (AMARAL, L. H. *Folha de S. Paulo*, 11/9/1996). Gouveia se recorda: “Dom Paulo ficou muito triste com essa redução, eu percebia isso”.

Dom Paulo resolveu, afinal intervir na gestão da PUC-SP. O vice-reitor administrativo, professor Antônio Ciampa, havia contratado o auditor Vicente Bezinelli que, após três meses de trabalho, produziu o relatório “Processo de Modernização Organizacional da PUC-SP”. O texto

foi apresentado ao Consun, que o aprovou. Por volta do final de março de 1991, Dom Paulo nomeou esse auditor para o cargo de secretário da Fundação São Paulo.

Até o final de 1992, seguiu-se um período de enorme turbulência, em que o secretário da FSP foi elogiado pela competência, mas também acusado de falta de transparência e assim formar uma Reitoria paralela. Depois de estudantes invadirem as instalações da fundação e de professores e funcionários paralisarem atividades e se deslocarem até a sede da Arquidiocese para encontro – restrito – com o Cardeal, exigindo a saída do secretário. Esse momento foi provavelmente o nível mais baixo das relações de Dom Paulo com a PUC-SP, minúscula parte de seu território, há pouco dividido, e também ela dividida. (Toda essa movimentação foi registrada ao longo das 239 edições do mural alternativo *Tododia*, que editei.)

Seguiu-se um período de pacificação, em que as energias da comunidade foram direcionadas para a escolha do novo reitor. As urnas deram a vitória ao professor Joel Martins, de Psicologia da Educação, com amplos serviços prestados, como a criação da Reforma Universitária da PUC-SP e na docência e presidência do setor de Pós-Graduação. Mas, para consternação geral, após cinco meses como reitor, Joel faleceu em 3 de maio de 1993. Um plebiscito confirmou o nome do vice-reitor, professor Antônio Carlos Ronca, também de Psicologia da Educação, que viria a ser reeleito para mais dois mandatos, até final de 2004. Quanto ao secretário da fundação, Mengardo reconhece que “Dom Paulo teve a sensibilidade de acatar a vontade da comunidade”. Assim, o cargo passou a ser acumulado, primeiro, pelo reitor e, a seguir, pelo vice-reitor administrativo.

Assessora da vice-reitoria comunitária na gestão Ronca, a professora Maria Celina Nasser, relata que “todo início de ano, era praxe Dom Paulo fazer cordial reunião com a equipe de Reitoria. Também nunca se furtou a qualquer evento da Universidade e sempre chegava na hora; enquanto a coisa não começava, eu fazia sala para ele. No geral, ele dava a impressão de que preferia ser pastor a grão-chanceler, nosso patrão”. Quanto à situação financeira, “aliás catastrófica”, Maria Celina diz que Dom Paulo parecia manter a confiança: “Vocês devem saber o que estão fazendo”. Certa vez, surpreendeu o vice-reitor comunitário, professor Américo Silva, ao colocar o próprio chapéu na cabeça dele, declarando: ‘Américo, você é meu representante na PUC-SP’.

Mesmo sem interferir ostensivamente, o Cardeal sabia de tudo o que acontecia no campus. Seu interesse principal eram assuntos políticos. A propósito, o reitor Ronca sempre o consultava quando tinha alguma questão delicada nesse campo, envolvendo a Universidade. Maria Celina sintetiza: “Dom Paulo tinha carinho pela Universidade, mas, de fato, não dava muita presença”.

Em 1998, ao atingir a idade limite de 75 anos, Dom Paulo renunciou ao cargo de arcebispo e, portanto, de grão-chanceler da PUC-SP. Aos poucos, recolheu-se da vida pública.

Em novembro de 2005, um tanto tardiamente, a PUC-SP outorgou a Dom Paulo, em sessão solene, o título de Doutor *Honoris Causa* em humanidade “por sua trajetória de autêntico cristão, cujo testemunho vivo e eloquente marcou indelével e profundamente a história de nossa Universidade, em particular, e da sociedade brasileira em geral”.

Em 24 de outubro de 2016, o Cardeal Arns recebeu da sociedade civil e da Universidade uma tocante homenagem no Tuca celebrando seus 95 anos, que completara no mês anterior. Na ocasião, fizemos o resgate de sua memória.

No dia 14 de dezembro veio a falecer. Foi velado pela cidade por ele acolhida e que o acolheu. Seu legado – de autonomia acadêmica, respeito à liberdade e defesa dos direitos humanos e dos mais pobres – continua a repercutir na alma da Universidade que ajudou a forjar. Para sempre, Dom Paulo nos deixou mal-acostumados.

Referências bibliográficas

- AMARAL, L. H. “Divisão da arquidiocese foi o momento mais difícil, diz Arns”. *Folha de S. Paulo*, 11/9/1996.
- AVELINO, Y. D. “Reminiscências Acadêmicas na trajetória da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”, in SCHERER, O. P. *65 anos de história, tradição e vanguarda – 1946-2011*. São Paulo: Educ, 2011.
- BOMBIG, J. A. *Folha de S. Paulo*, 22/9/2007, A11.
- CARVALHOSA, S. *Jornal Porandubas*, n. 23, set. 1979, p. 6.
- GADOTTI, M. *Paulo Freire : uma Biobibliografia*. São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire, 1996.
- QUEIROZ, J. J. *Igreja dos pobres na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- VALLE, E. “Dom Paulo Evaristo Arns e a PUC de São Paulo. Um Cardeal e Grão-Chanceler de ferro em anos de chumbo”. In: COSTA, V. S. *Memórias da Igreja de São Paulo*. Homenagem ao Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns Arcebispo emérito de São Paulo no seu jubileu áureo episcopal 1966-2016. São Paulo: Educ/Paulus, 2016.

PERIÓDICOS

- Jornal Porandubas*, n. 0 a 102.
- Mural *É Hoje!*, n. 0 a 100.
- Mural *Tododia*, n. 0 a 239.

FILME/VÍDEO

- “TUCA VIDEOBRA”, 1984. Direção de Jorge Claudio Ribeiro. Disponível no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=qu6kv9VL_ig.
- “NÃO SE CALA a consciência de um povo”, 1979. Direção de Jorge Claudio Ribeiro. Disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=1QT94aSvF-k>.

DEPOIMENTOS AO AUTOR

1. Edênio Valle – vice-reitor comunitário na “fase Nadir” (1976-84).
2. José J. Queiroz – coordenador do IEE (1976-88).
3. Luiz Eduardo Wanderley – reitor (1984-88).
4. Leila Barbara – reitora (1988-1992).
5. Eliane Gouveia – chefe de gabinete na gestão Leila Barbara.
6. Maria Celina Nasser – assessora da vice-reitoria comunitária.
7. Valdir Mengardo – editor dos jornais *Porã’Duba* e *PucViva*; diretor da Apropuc.

Recebido em 15/05/17

Aprovado em 20/05/17



Jamais outra vez Revisitando a obra *Brasil: nunca mais* Uma ode a Dom Paulo, Cardeal dos maltratados

“não podemos servir de exemplo a ninguém,
Mas podemos servir de lição”
(Mario de Andrade).

João H. Hansen
Antônio Sagrado Bogaz*

Resumo: No final do itinerário das lutas para vencer as investidas do poder ditatorial que se instalara no país, como de resto em vários outros países da América Latina, um grupo de líderes religiosos e humanitários, que se dedicara à resistência contra os torturadores do sistema ditatorial e à proteção às vítimas do golpe de estado, maquiado por seus agentes como revolução, escreve uma obra de impressionante valor. A obra *Brasil: nunca mais* foi um marco neste período dramático de nossa história. Este artigo, *Jamais outra vez*, recupera o objetivo, conteúdo, autores e protagonistas destes acontecimentos, para que não fiquem impunes seus algozes e a memória de suas vítimas seja perpétua. A referência eleita para homenagear é a *figura de Dom Paulo, Cardeal Arns*, que figura como modelo para nossos pastores e nossa Igreja.

Palavras-chave: Brasil, Ditadura, Direitos, Dom Paulo e Tortura,

Introdução

Estamos diante de uma importantíssima obra que marcou a história da vida brasileira recente. Estamos nos referindo a mais ampla pesquisa sobre o golpe militar de 1964, realizada pela sociedade, reunindo forças civis, religiosas e políticas, envolvidas com os cidadãos brasileiros. A partir da cruel indignação com a atrocidade de seus governantes, julgados pelo mili-

.....
* Os autores são, respectivamente, doutor em literatura portuguesa e pós-doutor em antropologia, e professor universitário; doutor em Liturgia e Filosofia e professor na PUC-Campinas e no Instituto São Paulo de Estudos Superiores.

tarismo e pela ditadura, que como sempre se transvestem de democracia e direito dos povos, como o lobo em pele de carneiro.

Deram-se as mãos na batalha os membros ativos da Arquidiocese de São Paulo e os integrantes do Conselho Mundial de Igreja, para denunciar, frear e exigir justiça diante dos sistemas de tortura que feriam, nos porões, os opositores dos opressores. Numa pesquisa abrangente, por vários anos, debruçaram-se sobre 850 mil páginas de dolorosos processos do Supremo Tribunal Militar. Comprovou-se um desmando ditatorial dentro dos organismos militares, que deixava nas famílias inapagáveis feridas, nas ruas o medo e insegurança e nas suas corporações uma mancha para sempre. O relatório revelou espantosa violação dos direitos humanos orquestrada pelos poderes constituídos após o Golpe Militar de 1964. Este trabalho tem muitas similitudes com outras obras que relatam aquele período trágico de nossa história recente, pós golpe-militar, entre elas a obra de H. P. Bicudo, que descreve a similitude entre o esquadrão da morte e os sistemas opressivos americanos. A sua obra *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* (Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. 1976) que mostra a atrocidade do poder militar neste período, em suas torturas, desaparecimentos e mortes.

Como preparação do golpe,

a “direita” representada por empresários, latifundiários, banqueiros, políticos da União Democrática Nacional (UDN) e militares de alta patente (generais, almirantes) estavam preocupados e muito irritados com a forma com que Jango governava, dando liberdade para os sindicatos. Estes começaram a iniciar o golpe, conviviam com uma paranoia contra os comunistas, insinuavam que os vermelhos estariam infiltrados em todos os órgãos do governo. Os EUA monitoravam todas aquelas manifestações e estavam em sintonia com os golpistas para dar o respaldo necessário, inclusive com arsenal bélico (A. P. Almeida. *Um tempo para não esquecer: Ditadura. Anos de Chumbo*. São Paulo, 2014. p. 30).

Numa continuidade congênere e semelhante a vários países da América Latina e do Caribe, este aparelho repressor se repetiu, mais ou menos simultaneamente, deixando mortos, exilados e desaparecidos.

1. Profeta em tempos de opressão

Foi assim que tudo se iniciou. A. P. Andrade relata que “os comandantes militares estavam aguardando a ordem do conspirador, Magalhães Pinto, mas o General Olympio Mourão Filho, da quarta Região Militar e Carlos Luiz Guedes, comandante da infantaria, anteciparam o golpe e colocaram os tanques nas ruas naquela tarde de 31 março de 1964. A partir daí, outros batalhões de todos os estados estavam prontos, e por último foi o de São Paulo. As tropas foram para as ruas, faziam barricadas, prendiam qualquer um que suspeitavam defender o governo de Jango. O deputado Leonel Brizola propôs que Jango reagisse, mas o presidente comunicou

aos seus fiéis oficiais que se entregassem; não queria derramamento de sangue” (A. P. Almeida. *Um tempo para não esquecer. Ditadura. Anos de Chumbo*. São Paulo: 2014, p. 33-34).

Muitos movimentos se colocaram à frente na luta em favor da democracia e na defesa dos perseguidos políticos, sejam pessoas físicas ou grupos sociais. Entre eles, vários movimentos cristãos, como vemos na obra narrativa de A. P. Almeida:

A Ação Católica Operária (ACO) ou Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC) não é um partido político, mas sim um movimento de trabalhadores cristãos organizados. Tem por objetivo o engajamento de seus membros em lutas e movimentos sociais, ou partidos políticos que defendem os trabalhadores e os mais oprimidos, fundamentando-se no Evangelho e baseando-se no método ver-julgar e agir (A. P. Almeida, p. 10).

A pesquisa da obra *Brasil: nunca mais* foi totalmente preparada e realizada por vários estudiosos, autoridades civis e religiosas, sob a articulação de Dom Paulo Evaristo Arns e o Rev. Jaime Wright.

2. Por que uma obra a partir de líderes religiosos?

Mais que tudo, não se tratava de uma obra encampada somente por bispos, padres, pastores e religiosos, mas tornou-se uma síntese de uma luta, que se tornou bibliográfica, por um grande número de agentes de pastoral e agentes sociais indignados e envolvidos com um sistema opressor que, além de destroçar movimentos populares e grupos de conscientização, insistiam na pureza e na legitimidade de seus métodos, por meio de dissimulação, calúnias e hipocrisia. Basta recordar frases típicas como “no Brasil não tem repressão”, “somos uma democracia constitucional”, “combatemos os traidores do povo”.

A obra, que é a síntese de uma luta social, religiosa e política visou preservar os processos dos tribunais, ainda que limitados e maquiados, para que não fossem destruídos com a amenização dos “anos de chumbo”, dificultando ou anulando a realização da justiça nos anos seguintes. A experiência de outros períodos de ditadura ou de outros países que adotaram a ditadura como sistema dominante e que destruíram os documentos das masmorras, fez com que os idealizadores da obra realizassem um trabalho seguro e crível, que pudesse servir de testemunho para os julgamentos nos tribunais, como haveria de se seguir depois da “abertura política”.

Ainda considerou-se importante colher a maior quantidade possível de narrativas, entre fatos, descrições e depoimentos, para divulgar os dramas dos torturados e mortos, antes que desaparecessem ou fossem manipulados pelo aparelho repressor e embaralhado pelos meios de comunicação social, em grande parte, conivente com aquele sistema. Não bastassem estes objetivos, positivamente dever-se-ia destacar e fomentar a importância dos direitos humanos, dos perseguidos políticos e, ao mesmo tempo, das classes oprimidas. A revisão dos direitos hu-

manos é uma exigência da ordem social e a sociedade como um todo, mas sobretudo as Igrejas cristãs estavam muito preocupadas e atentas ao seu desenvolvimento.

Os relatórios foram publicados em abundância, graças à presença e a vigilância dos organismos e instituições nacionais e internacionais, permitindo que fossem revelados seus algozes e, em parte, revisitados os danos morais, psicológicos e existências de suas vítimas. Esta obra é testemunhal, entre tantas, mas a literatura – escrita e cinematográfica – registrou muitos episódios, para nunca esquecer e não repetir a história em outros estágios da vida do país. (R. KOTSCHO. *Do Golpe ao Planalto – Uma vida de repórter*. São Paulo: Companhia das Letras, e *Explode um novo Brasil – Diário da Campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense).

Derrotados e desmoralizados sentir-se-ão, sem dúvida, todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, por ação ou por omissão, contribuíram para que sua luta não fosse completada, contribuindo assim, também, para que se adiasse o dia em que a Revolução de 64, expiando as suas culpas, purificada e reconciliada com os ideais em nome dos quais foi vitoriosa, projete no mundo inteiro a sua verdadeira imagem (R. Mesquita: Prefácio, in H. P. Bicudo: *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976, p. 12).

Em memória a Dom Paulo E. Arns, é sempre louvável reestudar as páginas desta obra, cujos depoimentos são transcritos pelos réus nos tribunais, em momentos de sofrimento, angústia e incerteza da própria vida. Os perseguidos, aqueles que sobreviveram, puderam relatar detalhes da violência física, moral e psicológica vividas *in persona* ou que as presenciaram. Puderam confrontar com relatos oficiais, carregados de mentiras e lacunas, mesmo que muitos fatos ainda estejam sepultados na cegueira de velhos torturadores. Muitas narrativas puderam ser publicadas pois esta obra-denúncia tem acesso aos documentos oficiais do mesmo estado repressor, depois de anunciada o fim da repressão. Mais que tudo, criamos a consciência que não se pode repetir nas páginas da história estes dias trágicos da opressão militar.

3. Para entender a obra

Se nos perguntarmos por que um Cardeal da Igreja se dispôs a assumir esta missão de registrar os fatos da história, encontraremos prontamente a resposta nas suas próprias palavras. No prefácio que apresenta ao Brasil e ao mundo este trabalho tão importante, o próprio Dom Paulo esclarece o argumento. A obra é mais que uma provocação ou uma revanche, antes é um testemunho e um apelo para a sociedade, seus perseguidos e seus perseguidores. Todos nós acreditamos que as “angústias e esperanças do Povo devem ser compartilhadas pela Igreja” (Prefácio, p. 11). A solidariedade da Igreja confirmará sua solidariedade ao longo dos séculos, quer dizer no futuro. Alguns momentos históricos da Igreja em que seus líderes foram ausentes do sofrimento do povo perseguido, foi registrado nos seus anais como uma mancha histórica. Por certo, certas instituições religiosas de nosso tempo, passarão para as memórias

históricas como espoliadoras e charlatães, deduzindo-se traidoras da mensagem evangélica. A Igreja deve ser fiel ao seu Senhor que foi o primeiro mártir, perseguido e torturado e mesmo sacrificado na cruz, por suas pregações proféticas e suas denúncias aos poderes apodrecidos da religião e da política da antiga Palestina (Mt 2,1-16). A coragem, a profecia e o enfrentamento da tortura e da morte é um legado de fé, de um Deus que se encarnou e viveu pelo Reino de Deus, concretizado em lutas por justiça, serviço de caridade e opção pelos perseguidos e desprezados da sociedade. Indignado e corajoso, Dom Paulo, como de resto grandes representantes da Igreja (bispos, padres, religiosos e leigos), declaram que a tortura, “além de desumana, é o meio mais inadequado para levar-nos a descobrir a verdade e chegar à paz”.

A realidade da ditadura era tão cruel que Dom Paulo atendia entre vinte a cinquenta pessoas a cada semana e todos estavam aflitos à procura de parentes que desapareciam sem deixar notícias. Até procurar por seus parentes era perigoso, pois corriam o risco de serem igualmente tomados como suspeitos e então também perseguidos. A propaganda pró-regime militar, disfarçada de nacionalismo, democracia e serviço à nação, colocava os perseguidos e suas famílias como traidores do povo e subversivos. Por certo é esta a maior perversidade dos regimes ditatoriais, qual seja, a deterioração da imagem dos cidadãos diante da sociedade.

Dom Paulo relata uma passagem no prefácio da obra, de uma senhora, cujo nome não revela e nem o desfecho do fato, por ocasião da edição do livro, demonstrando sua angústia, instalada no tecido social. Ele conta o histórico da jovem mulher:

É a aliança de meu marido, desaparecido há dez dias. Encontrei-a, esta manhã, na soleira da porta. Sr. padre, que significa essa devolução? É sinal de que está morto ou é um aviso de que eu continue a procurá-lo? (Prefácio, p. 11).

Os fatos relatados na obra *Brasil: nunca mais*, testemunham os sofrimentos de mães, pais, esposas e irmãos, que perdiam aos poucos e cada vez mais as esperanças e sofriam mais ainda com a crueldade da incerteza, sem ter os corpos de seus entes queridos, vivos ou pelo menos mortos. A sensibilidade de Dom Paulo, como dos demais autores da obra, faz os leitores sentir o mesmo espírito de solidariedade e indignação, comprometendo-se para que nunca mais se repitam estas atrocidades. A descrição dos detalhes dos acontecimentos, incrementada por descrições emocionais geram sentimento de mágoa e exigem justiça. Como repete o autor, na sua descrição sensível e solidária: “mas seu olhar suplicante de mãe jamais se apagara de minha retina... a Terra se enche de trevas, como por ocasião da morte de Jesus” (Prefácio, p. 12).

Os acontecimentos sinistros, envolvidos por informações controvertidas, calúnias e suspeições confundem os ouvintes dos processos, pois a tentativa de manchar a memória dos torturados, por meio de acusações de bandidagem, suicídios e delatores lhes rouba a imagem de heróis e os classifica como vilões.

A obra, inspirada e motivada por Dom Paulo, mostra como as torturas chegavam ao topo do absurdo e da crueldade. A Comissão de Justiça e Paz, que conseguiu desvencilhar-se da manipulação do estado constituído e sendo coordenada por verdadeiros artífices dos direitos humanos, tornou-se um porto seguro para os perseguidos.

Dom Paulo em sua grande sensibilidade percebe a atrocidade das garras da ditadura que tortura e assume este método como mecanismo de exercício do poder e sua sobrevivência, cada vez mais forte e cada vez mais imperativa para vencer os opositores, servindo-se de atrocidades sem limites.

A Comissão de Justiça e Paz anota que os interrogados tornavam-se totalmente frágeis e confusos que não sabiam mais o que estavam falando nas sessões de tortura. O medo e a dor, unida à agressão psicológica e espiritual os fazia entrar em contradição, sendo por isso ainda mais torturados. O fato de esquecer dados aumentava a agressão, pois os torturadores pareciam acreditar que socos e choques recuperam a memória. Muitos das vítimas do regime cruel da ditadura militar, na cadeira do dragão ou no pau-de-arara, embaralhavam as informações e depoimentos (Prefácio, p. 13), chegando mesmo a confundir datas, nomes e dados. Os inquisidores tornam-se um monstro que amedronta e assusta o torturado. Dom Paulo anota ainda sua perplexidade quando percebe que mesmo os torturadores são degradados. Eles perdem a própria identidade e tornam-se extensão de um sistema comandado por senhores distantes, vestidos em terno e gravata, desfilando em salões sociais e mesmo participando de campanhas sociais e assistenciais, talvez para amenizar suas consciências aflitas. Os torturados são amoldados nos quartéis e passam a acreditar que os “rebeldes” são subversivos, inimigos do povo e desordeiros. Existe todo um sistema para envergonhar suas famílias e seus amigos, por meio de falsas notícias e mecanismos de flagelação das identidades pessoais. Pior que a dor dos torturados é a degradação do espírito dos torturadores, servientes dos comandantes dos quartéis. Nas palavras de Dom Paulo, quando descreve a identidade civil e espiritual dos torturadores, oriundos de famílias simples e religiosas, “cada qual com problemas sérios na família e na vida particular, que eles próprios atribuíam à mão vingadora de Deus” (Prefácio, p. 13)

Eles mesmos sofreram depois a força da consciência que os intimidava com lembranças de suas ações abomináveis. Serviam-se de um mesmo refrão, para suavizar a própria culpa: *éramos vítimas e tínhamos que obedecer.*

Na busca de compreensão deste processo, Dom Paulo não condena, mas busca na compaixão entender as razões dos opressores, servos de um sistema invisível e maléfico, que se esconde em ideologias e interesses políticos. São suas as palavras, que mostram o processo interior dentro dos homens simples que se tornam monstros malévolos:

Lembrei-me então da advertência de um general, aliás contrário a toda tortura: quem uma vez pratica a ação, se transtorna diante do efeito da desmoralização infligida. Quem repete a tortura quatro ou mais vezes se bestializa, sente prazer físico e

psíquico tamanho que é capaz de torturar até as pessoas mais delicadas da própria família! (Prefácio, p. 13)

A perda da fé verdadeira, que nos faz perceber o próprio Deus nas pessoas mais miseráveis, nos torna operadores dos sistemas e nos afastam dos verdadeiros sentimentos humanos. A criação de uma pseudo-religião, como sistema de justificação de nossas atitudes nos facilitam a prática de torturas e opressões, conformadas por uma adaptação dos preceitos éticos e religiosos à nossa ideologia de conveniência. Este é o perigo das grandes ideologias e dos sistemas opressores, que se transvestem de civilização e perdem a noção de civilidade, se transvestem de cristandade e perdem o sentido de cristianidade.

4. Uma obra em mutirão

Dom Paulo tinha como espírito próprio trabalhar em mutirão, unindo forças e desejos comuns nas causas humanitárias, religiosas e transformadoras. Não foi diferente com esta obra sobre a trágica realidade das masmorras da ditadura. Podemos distinguir entre os autores da obra e seus escritores. Assim que os verdadeiros autores da obra são os jovens, homens e mulheres, pais, mães e filhos que ofertaram seus testemunhos. É uma obra produzida em mutirão, para a qual alguns agentes humanitários e mesmo cristãos ofertaram seus ouvidos e seus corações para vítimas e algozes dos dramas da ditadura militar. Não é uma obra de ficção, antes, são descrições e narrativas do cotidiano dos personagens, como se fosse um extenso documentário, capaz de relatar os ambientes, os tempos e os espaços onde viveram suas histórias ao longo dos meses e dos anos da grande perseguição, que fazia eco aos grandes sistemas militares das ditaduras latino-americanas dos “anos de chumbo”. As décadas de 1960, 1970 e meados de 1980 foram o cenário temporal destes sistemas, filiados à guerra fria das grandes potências mundiais, e vários países da América Latina e Caribe mancharam sua terra, na cidade e no campo, de sangue inocente e calaram com a crueldade da tortura – mutilação e morte – a voz da profecia. Panoramicamente, estas realidades são escritas em muitas obras, tanto escritas, quanto documentários e cinegrafia. Na cinegrafia podemos citar alguns, entre tantos, *Desaparecidos, um grande mistério, Casa dos espíritos*, (Chile), *Romero, El Salvador, o martírio de um povo* (El Salvador), *História Oficial, A noite dos lápis quebrados* (Argentina), *Z e Estado de Sítio* (várias ditaduras) e *Pra-frente, Brasil, O que é isso, companheiro?* (Brasil), entre tantos.

As longas histórias estão registradas nas páginas da obra, com grande emoção e riqueza de detalhes. Todo mérito está na convicção dos “heróis desta história”, que viveram dias trágicos, sem esperança e sem luzes no final do túnel. Está nas histórias silenciosas e não registradas dos que morreram envergonhados, antes mesmo de exaltar a solidariedade dos grandes profetas que denunciaram estas atrocidades.

Como forma de agradecimento e de reconhecimento, destacamos alguns destes profetas que batalharam para estancar a sangria da perseguição, antes mesmo de registrar suas his-

tórias. *Dom Paulo, nosso Cardeal Arns é nome imperativo*. Ele é, como se diz, *hors concurs*, pois sua própria posição eclesial e sua espiritualidade franciscana lhe assegurou opções fundamentais pelos oprimidos e, deve-se dizer, maior segurança e proteção diante dos poderosos. Por certo, sua vida corria menos risco que a vida e as famílias de outros profetas e profetizas sem representação social e eclesial. Sua grandeza está em oferecer sua posição política e religiosa em favor dos mais frágeis. Sua grandeza foi a solidariedade e o registro destas páginas tornou-se referência fundamental para esta luta, para clarear seus fatos, enlameados de mentiras, e para afastar reincidências futuras.

Dom Paulo declarou que o projeto foi dinamizado e efetivado por aproximadamente 35 pessoas, algumas mais famosas outras menos conhecidas, mas fundamentais para a concretização do projeto, que, como vimos, não se trata de uma obra literária, mas da literatura como serviço à história real.

Recordamos seus protagonistas, ainda que brevemente.

Em primeiro lugar, citamos *Dom Paulo, Cardeal Arns*, um frei franciscano, arcebispo de São Paulo (1970), denunciante da repressão política, sobretudo dos freis dominicanos, muito engajados na militância contra a repressão. Considerado um ícone na luta contra o aparelho ditatorial dos militares, exercendo seu sacerdócio e sua cidadania. Junto dele, encontramos *Jaime Wright*, um pastor presbiteriano, que veio como missionário dos Estados Unidos. Fez-se companheiro dos mais pobres e trabalhadores e denunciou corajosamente a violação sistemática e camuflada dos direitos humanos dos pobres e direitos civis dos que lutavam contra a ditadura. O impulso pessoal de sua luta tem raiz na perseguição e desaparecimento de seu próprio irmão, Paulo Wright, um deputado catarinense e militante. A personalização desta tragédia o tornou operante na luta pelos demais perseguidos. Agarrou com as mãos e o coração o projeto da obra *Brasil nunca mais*, como forma de desmascarar a hipocrisia do aparelho militar estatal que insistia em se inocular e repetir que “não temos no Brasil presos políticos”. Foi convidado por *Eny Raimundo Moreira* para dedicar-se ao projeto. Esta foi uma das mentoras deste trabalho. Sua experiência no escritório de Sobral Pinto (RJ) deu-lhe as bases na compreensão do que estava acontecendo no país. De fato, seu local de trabalho prestou serviços aos perseguidos, por meio de apoio jurídico e direito de defesa, para denunciar torturas e calúnias. Foi um suporte importante para os familiares dos perseguidos e fez o possível e o impossível para evitar que os documentos fossem destruídos. A preocupação em garantir a manutenção dos processos jurídicos foi sua luta, pois sem estes arquivos tornar-se-ia impossível promover a justiça, resgatando a memória das vítimas, e a denúncia dos algozes. Esta foi uma das principais preocupações dos idealizadores deste projeto.

Destacou-se no projeto com importante dedicação o *pastor Charles Roy Harper Jr*, como membro do Conselho Mundial de Igrejas, uma vez que este projeto é ecumênico e mesmo humanitário. A proposta é a defesa da vida e dos direitos dos perseguidos pelo cruel sistema

ditatorial. Não se trata de separar o projeto da história, pois o projeto é um “link” da própria história, foi assim que este pastor batalhou por meios financeiros para sustentar organizações e ativistas da resistência política daqueles anos. Os refugiados e torturados e mesmo suas famílias urgiam apoio logístico para sobreviver e para manter-se na luta. O registro e a denúncia dos acontecimentos eram uma “arma pacífica” nas mãos dos perseguidos e limitavam suas atrocidades. Ficou em suas mãos o levantamento e a organização das reportagens da imprensa, tanto no Brasil, como fora dele. A posse deste material foi fundamental para sistematizar o emaranhado destes acontecimentos.

A figura de *Paulo Vannuchi* foi igualmente valiosa pois foi ele quem compilou os documentos, dos quais foi elaborado o relatório para a obra *Brasil: nunca mais*. Foi fundamental na publicação do texto, que teve uma grande repercussão. Ele mesmo foi um preso político pela ditadura e um primo seu, Alexandre Vannuchi Leme, foi assassinado, como líder estudantil engajado na luta contra a repressão.

Estes nomes memoráveis merecem o crédito da existência desta obra, que estancou e promoveu a justiça durante e depois dos tempos da perseguição militar, dificultando que a imprensa global se omitisse diante dos fatos e os cobrisse com uma cortina de fumaça de omissão.

5. Folheando as páginas do *Brasil: nunca mais*

A obra é testemunhal. São descrições dos fatos e através deles, a elaboração de conhecimentos, sempre proféticos e denunciantes, como é o estilo Arns. Todas as suas obras são mais indutivas que dedutivas, pois partem da realidade e desta realidade abordam concepções mais abrangentes para compreender o universo. A percepção dos fatos provoca o confronto com os princípios da democracia, da liberdade e da dignidade do ser humano. Não se trata de um olhar para os conceitos fundamentais, mas antes a realidade concreta como forma de definir conceitos. Não se trata de proclamar aos quatro ventos, como fazia a propaganda do sistema ditatorial, insistindo que havia uma democracia, mas uma radiografia dos fatos, para compreender se havia mesmo uma democracia. Não se tratava da hipócrita proposição “este é um país que vai para frente”, mas confrontar as realidades das masmorras e das ruas para perceber que o país caminhava para a depressão e para a desigualdade, silenciada pelo poder do aparelho repressor.

Na primeira parte da obra, tocamos a realidade dos torturados. Com o título contundente: “castigo cruel, desumano e degradante”, passeamos pelos corredores da tortura, entre tantos o “pau-de-arara”, choque elétrico, pimentinha, afogamento, cadeira do dragão, geladeira, produtos químicos, lesões físicas e o uso de insetos e animais para provocar o medo e a aflição nos torturados. Não se trata de explicar tecnicamente como são projetados estes métodos, como se fosse uma escola técnica; antes os relatos descrevem como os perseguidos eram torturados. Para recordar, por exemplo, encontramos “... havia também, em seu cubículo, a lhe fazer com-

panhia, uma jiboia de nome ‘miriam’ ou ainda ‘que ao retornar à sala de torturas, foi colocada no chão com um jacaré sobre seu corpo nu’ ou “torturas constantes de choques elétricos em várias partes do corpo, inclusive nos órgãos genitais, e injeção de éter, inclusive com borrifos nos olhos” (*Brasil: nunca mais*, p. 39). Estas narrativas são todas apresentadas e documentadas pelos curadores da obra, dando a identidade da testemunha e a descrição do processo. Mais que tudo, a força da tirania se expressa quando os torturadores aplicam os sistemas de dominação com ironia, desprezo e mácula de brincadeiras, divertindo-se com o sofrimento das vítimas. Dizem que se trata de uma forma de suportar a própria tirania e não se deixar assustar. Tanto é que a “pimentinha”, que era uma máquina de tortura, constituída de uma caixa de madeira, com um imã que produzia corrente elétrica, aumentando durante a operação. Como a caixa era vermelha, os torturadores a denominavam de pimentinha. Outras formas de tortura são bastante conhecidas e são descritas nos processos. Fica muito extenso descrever todos os fatos. No livro é um mergulho tétrico na história destas maldades. Assim era a geladeira, na “qual por cinco dias foi metida numa ‘geladeira’ na polícia do Exército, da Barão de Mesquita” (*Brasil...* p. 37).

“Em julho de 1970, contudo, as coisas pioraram. Um investigador havia sido morto por certo marginal e seus colegas policiais, encolerizados, falavam abertamente de vingança. Logo a chacina teve início: quatro bandidos massacrados num dia, dois no outro, três logo a seguir e um último, por final. Não era possível calar por mais tempo” (in H. P. Bicudo: *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976, p. 12) Nesta tragédia, não foram poupadas nem mulheres, crianças e gestantes. Anotamos isso, quando lemos que “foi presa no dia 21 de outubro de 1973, juntamente com seu filho menor Eduardo, de 4 anos de idade, que o motivo da prisão era que a interroganda desse o paradeiro de seu esposo...” (*Brasil...*, p. 43).

Na segunda parte do trabalho, seus autores apresentam a constituição do estado repressivo naquele período. Dedicam várias páginas para explicar como se erigiu um estado repressivo, considerando os acontecimentos e os confrontos políticos, bem como as ideologias internas e externas ao país, levando os militares a uma postura de repressão, instituindo um governo de direita, que foi aos poucos se consolidando, por meio de sistemas de manipulação das classes populares, ameaças aos adversários e montagem do aparelho repressivo. Dentro deste quadro, os opositores eram presos e as consequências eram trágicas e temíveis.

Estudantes, artistas e numerosos setores das classes médias urbanas vão engrossando as lutas por modificações nacionalistas, por uma nova estrutura educacional, pela reforma agrária e pela contenção da remessa de lucros. O estopim se dá no dia 13 de março, quando uma concentração de mais 200 mil pessoas, no Rio, tendo à frente João Goulart, aclama reformas de base... Cresce a propaganda anticomunista, veiculadas pelos partidos Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e grande parte da hierarquia católica. Todo movimento é financiado pelos Estados Unidos. Chega-se à ação golpista e os movimentos nacionalistas não são capazes de resistir (*Brasil...*, p. 58-59).

A obra relata como o governo militar serve-se de mecanismos para consolidar seu poder e sua hegemonia, mesmo que reprimindo, torturando e matando seus opositores. O primeiro mecanismo é o famigerado AI-5, que se seguiu com a Lei Falcão e o instrumento de repressão, DOI-CODI. De fato, Costa e Silva baixa o AI-5 no dia 13 de dezembro de 1968. A gota d'água foi um discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo às Forças Armadas. Ao contrário dos atos anteriores, no entanto, o AI-5 não vinha com vigência de prazo. Era a ditadura sem disfarces (*Brasil...*, p. 62). No período, orquestrado pelo governo de Emílio G. Médici, os órgãos de segurança pretendiam eliminar todos agrupamentos de esquerda e de resistência. Foram anos que aumentaram as torturas, sequestros, e assassinatos. A ARENA era abrangente e dominava todos os setores políticos. Nesta ocasião, o Cardeal Arns visitou o General Golbery. Dom Paulo representava a comissão dos familiares de “desaparecidos políticos”. A grande repressão acontecia nas dependências do DOI-CODI que deixou marcas profundas na vida de tantos presos políticos. Foi desastroso, pois o Ministro da Justiça, Armando Falcão, determinou e informou que não havia presos políticos e que tais desaparecidos nunca tinham sido prisioneiros.

Neste esquema repressivo, os opositores do regime eram presos, maltratados, humilhados e levados pela tirania do aparelho repressor. Entre vários casos que são narrados na obra e que perpetuam a memória destes acontecimentos, reportamos o depoimento de Adail Ivan de Lemos, estudante de medicina, de 1970, como segue:

... quando entrei na sala de jantar, minha mãe, sentada escrevendo à máquina, chorava em silêncio. Um pouco antes, por volta das 15:30 h, meu irmão tinha sido preso enquanto estudava. Minutos antes começou a ser agredido fisicamente no quarto de minha mãe, levando, segundo suas palavras, “um pau violento”. Socos, cuteladas, empurrões, seriam “café pequeno” perto do que viria mais tarde. Mas, ainda ali, separado da mãe por alguns metros, teve a sua cabeça soqueada contra a parede (*Brazil...*, p. 78).

A obra relata que nesse período inicia-se uma repressão contra todos os movimentos e grupos denominados “esquerdistas”, entre eles o partido comunista, os grupos militares dissidentes, as ações populares e os setores sociais que eram críticos ao governo militar. Foram anos de grande propaganda subversiva, contraposta por propaganda militar e nacionalista, veiculada pelos meios de comunicação social e pelo aparelho estatal, sobretudo nas escolas e nos programas políticos.

Na quarta parte, “subversão de direito”, são reunidas as partes do processo de perseguição, onde encontramos a fase policial, com inquéritos intimidadores e a fase judicial, na qual se ajuntam a denúncia, a prisão preventiva, a prova, a prisão e a sentença. Todo processo era bastante dissimulado, como vemos nas narrativas que a obra apresenta em seis casos particulares. Mais uma vez, o texto se serve de testemunhas para que, por meio dos fatos, se reconheçam

os sistemas repressivos do governo militar. Quando trata das marcas da tortura na quinta parte, os autores apresentam muitos depoimentos que mostram a farsa dos processos, onde são relatados a intimidação pela tortura, os documentos falsos, com as mesmas confissões falsas. Segue-se a exposição das consequências das torturas e o sentimento de morte que impacta sobre as mesmas vítimas. De fato, “para facilitar ainda mais seu trabalho, situando-o à margem da própria legislação autoritária vigente, o sistema repressivo passou a dispor de seus próprios ‘aparelhos’, nos quais presos políticos eram mantidos em cárcere privado, após serem sequestrados” (*Brasil...*, p. 239) Em consequência, alguns encontram a morte nestes locais e na maioria dos casos perdem a noção do tempo e dos acontecimentos. Vejamos um relato, para entender a tragédia mais ampla: “... que essa casa de campo fica próxima a uma lagoa... que o interrogado ouviu os gritos e gemidos daquelas pessoas que eram torturadas, lá do depósito, onde se encontrava recolhido, no pavimento térreo da referida casa de campo” (*Brasil...*, p. 240)

Os personagens deste quadro dantesco sentem-se como participantes de um inferno profundo ou de uma casa de horrores. São lugares marcados como São Conrado, no Rio de Janeiro, Petrópolis, Belo Horizonte e São Paulo. Na maioria das vezes, os próprios presos não sabiam para onde eram levados e perdiam a noção dos dias que viviam nestes lugares de suplício. Como forma de homenagem e memória, trazemos os nomes de alguns “desaparecidos” mortos sob a tortura, entre eles Chael Charles Schreider, que foi chutado como um cão e cujo atestado de óbito apresenta 7 costelas quebradas, hemorragia interna, hemorragias puntiformes cerebrais e equimoses em todo o corpo. Ainda, João Lucas Alves e Severino Viana Calú, Eduardo Leite, Joaquim Alencar Seixas, Carlos Nicolau Danielli, Odijas Carvalho de Souza, Alexandre Vannucchi Leme, nomeados no último capítulo do livro, em meio a narrativas assustadoras e cruéis.

A mentira dos torturadores eram escandalosas, como vemos, por exemplo, no caso de João Lucas Alves que “depois de seis meses de prisão, mais ou menos, e depois de barbaramente torturado, em consequência veio a falecer, e que foi dado pelas Autoridades Policiais, como *causa mortis* o suicídio, quando é do conhecimento do público, e isto consta da perícia médica, que esse companheiro tinha os olhos perfurados ao falecer e as unhas arrancadas” (*Brasil...*, p. 248).

A importância fundamental do Cardeal Arns vai muito além que sua parceria na obra. Sua atuação é preciosa na luta em favor das vítimas da ditadura e de suas famílias. Ele fortaleceu os oprimidos do sistema e possibilitou que se confrontassem os poderosos, sobretudo nos quartéis, os quais não davam respostas satisfatórias e tratavam com descaso os familiares e amigos que procuravam informações ou exigissem justiça. Eram sempre enganados pelos servidores dos quartéis, tratados com ameaças e desprezo.

6. O calvário dos desaparecidos

Embora a centralidade dos textos da obra seja os grandes relatos, depoimentos e testemunhos sobre os fatos que se passaram naqueles dias, algumas reflexões são fundamentais para entender os mecanismos do poder ditatorial para amedrontar os opositores do poder e, ainda mais, para propagandear positivamente seus feitos e sua ideologia. Mesmo que Victor Hugo, autor da impressionante obra *Os Miseráveis*, tenha dito que a tortura desapareceria da história da humanidade, nossos poderosos mancharam mais uma vez nossa história; uma mancha inapagável e vergonhosa.

Naqueles anos da ditadura, que se espalhou em vários países, relata o livro:

o fenômeno da detenção arbitrária ou sequestro, seguido do desaparecimento da vítima, se propagou rapidamente na América Latina, durante as últimas décadas, em que a maioria dos países foi governada sob a Doutrina da Segurança Nacional” (*Brasil...*, p. 260).

Muito trágica, particularmente, é a realidade dos desaparecidos, que perpetua o sofrimento da família e dos amigos, pela incerteza do destino de seu familiar, a desconfiança de todos os vizinhos, como possíveis delatórias, acrescida da imaginação dos sofrimentos nos aparelhos de tortura.

O relato do drama familiar de Ana Rosa (*Brasil...*, p. 268) manifesta a perversidade do aparelho de tortura. Seu desaparecimento é negado todo o tempo, fazendo com que a família acredite, antes de tudo, que ela simplesmente fugiu, como se fosse uma rebelde. Depois nega sua prisão diante da família, para em seguida afirmar que ela estava presa e estava bem. Os falsos bilhetes (primeiro, confirmando ser sua própria escrita e depois tentando enganar que ela ditara o bilhete), deixaram as famílias por semanas e mesmo meses, na mais triste agonia. Para depois saberem que estava morta, com a afirmação de suicídio e finalmente a negação do local de seu sepultamento. E tempos depois ultrajaram seu sepultamento clandestino, fazendo desaparecer seu corpo. E finalmente, conta-se a aflição dos familiares e os custos do processo, reconheceram seu corpo por resquícios de seus restos mortais (dentes, cabelo e ossos).

Este relato, bem como aquele de Vladimir Herzog e Rubens Beirodt Paiva, deputado federal, são transcritos nas páginas desta obra, como testemunha da atrocidade de todas as ditaduras, ensinando a humanidade a fugir destes mecanismos de dominação, para salvaguardar estas ideologias e interesses partidários.

A obra reporta um breve texto de Alceu de Amoroso Lima, que reflete bem os sentimentos dos cidadãos e dos familiares tocados cruelmente pelo sistema ditatorial dos militares nos *anos de chumbo*: “Até quanto haverá, no Brasil, mulheres que não sabem se são viúvas, filhos que não sabem se são órfãos; criaturas humanas que batem em vão em portas implacavelmente trancadas, de um Brasil que julgávamos ingenuamente isento de tais insanas crueldades”.

7. Para concluir: tempos de liberdade

Inauguramos, com alívio, o final dos anos de ditadura no Brasil. Houve um grande movimento para abafar ou justificar a crueldade dos quartéis, que serviram aos propósitos ideológicos de um poder perverso, fundado na tortura, na perseguição e na propaganda ideológica, servilmente publicadas por canais de televisão, programas radiofônicos e vários jornais. Uma página manchada de sangue e blasfêmias, que foi virada, a duras penas. Ainda muitas famílias esperam por justiça para minimizar um sofrimento que perpassou anos de suas vidas. Encontramos ainda pessoas marcadas por traumas insuperáveis, pelas vidas ceifadas de pais e filhos, irmãos e amigos.

No entanto, nestes anos, ouve-se ainda vozes que reclamam a volta dos militares ao poder, como se fossem o socorro para os infortúnios sociais, políticos e econômicos.

Por certo, os clamores inconscientes pelo regime militar se devem à grande decepção com o governo civil, marcado pela corrupção, pela irresponsabilidade dos políticos. Deve ser muito desesperadora a indignação dos cidadãos que clamam pelos governos militares. Toda nação está frustrada com nossos governantes, que se enriquecem de forma ilícita, que confundem os bens públicos com os bens privados e que manipulam as leis para seus interesses corporativistas.

Como nos tempos da ditadura militar, onde figuras como Dom Paulo e tantos profetas corajosos, precisamos de vozes proféticas para denunciar os desmandos de policiais violentos, de senadores, deputados e executivos alinhados com a propinagem, para fortalecer as lutas daqueles que correm riscos denunciando a injustiça e a corrupção endêmica em nossa sociedade atual. “Como o homem – futor e beneficiário do desenvolvimento – é o capital mais valioso com que conta o país, a Constituição não pode deixar de traçar as regras fundamentais, concernentes à educação, à saúde e à assistência social” (F. KONDER COMPARATO. *Muda Brasil: uma constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 62).

F. K. Comparato afirma que

a constituição para o Brasil atual deve definir a origem e os limites de todos os poderes – não só os políticos (em sentido escrito), como também os econômicos e os sociais; ela há de fixar objetivos de mudança a alcançar no processo histórico e criar condições institucionais para a sua consecução. Tudo isto significa rejeitar, em definitivo, a separação entre a ordem política – artificial e consensual – realizada no Estado e a ordem econômica e social – correspondente à natureza das coisas” – domínio da sociedade civil, onde reinariam a tradição e a liberdade (F. KONDER COMPARATO. *Muda Brasil: uma constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 12).

Este é o projeto verdadeiro e iluminador de uma sociedade sem dominações e manipulações de qualquer tipo. Jamais outra vez a ditadura.

Dom Paulo e tantos parceiros de sua missão marcou nossa história com um selo verdadeiramente cristão, sendo um nome de orgulho e grandeza de nossa Igreja e de nossa história. Que sua memória seja um brado de justiça e sua intercessão entre os santos de Deus desperte sempre novos e grandes em nosso cenário eclesial, para que nunca mais volte no Brasil e no mundo a ditadura. E quem sabe surjam nomes corajosos para que a ditadura econômica dos poderosos e a ditadura política dos nossos governantes sejam substituídas por tempos de justiça e paz.

Recebido em 02/05/17

Aprovado em 24/05/17



Quando um cardeal pensou o “Brasil que queremos”

Antonio Carlos Frizzo*

Resumo: Este artigo revisita as páginas elaboradas pelos participantes da I Semana Social na tentativa de, não somente expor o alto grau de liderança exercida pelo nosso cardeal dom Paulo, como, mostra o mais fino tato de uma Igreja que se formou e se fortaleceu tendo como eixo a opção preferencial pelos pobres, pelos grupos excluídos de uma sociedade que machuca os pobres, vistos em frias estatísticas. Certifica toda altivez e capacidade de um religioso amante da justiça, amoroso com as pessoas e com a natureza. Dom Paulo falou além da Igreja de seu tempo. Foi ouvido e lido pelos mais diferentes setores da sociedade. Fomos buscar as marcas de uma Igreja servidora e essencialmente profética, com bem enfatizava esse “Pastor da Esperança”. Sua profecia e sua empatia transformaram sua obra atemporal.

Palavras-chave: Dom Paulo Evaristo, Igreja, Pobres Política e Profecia.

Abstract: This article revisits the pages elaborated by the participants of the I Semana Social in an attempt to, not only expose the high degree of leadership exercised by our Card. Dom Paulo, but also see him as someone who shows the finest touch of a Church, which was formed and made strong by having as its axis the preferential option for the poor and for the groups excluded from a society that harms them, as it can be seen in statistics. It certifies the lordliness and capacity of a religious lover of justice, caring to people and nature. Dom Paulo spoke beyond the Church and his period. He was heard and read by the most diverse sectors of society. We have searched for the stamps of a serving and essentially prophetic Church, as this “Pastor of Hope” emphasized. His prophecy and empathy transformed his timeless work.

Keywords: Dom Paulo Evaristo, Church, Poor, politics and Prophecy.

.....
* Mestre pelo Instituto Católico de Paris e doutor pela PUC-RJ. Nos anos de 1992 a 1996, atuou como Secretário Regional da CNBB – Sul I. É padre na diocese de Guarulhos e professor de Teologia Bíblica no ITESP-SP.

Introdução

Cerca de 20 anos após sua realização, repaginar as conclusões daquela I Semana Social adquirem dois sentimentos significativos. O primeiro está em perceber a criatividade e determinação da força da pastoral de conjunto praticada pelas Pastorais Sociais – intimamente enfronhadas nos cenários dos grandes problemas que assolavam a vida de milhões de pessoas. Uma segunda motivação provém da necessidade de apresentar às atuais lideranças a necessidade de continuar atuando por soluções que seguem desafiando os movimentos, partidos e setores organizados e emperram o surgimento de uma sociedade mais igualitária e justa; perceber o quanto é dura a tarefa de evitar que os projetos da oligarquia – um bom exemplo são as denúncias da Odebrecht, na operação Lava Jato – afundem o país no abismo de oportunidades que separam ricos e pobres. Por isso, a necessidade de existirem sempre movimentos de solidariedade.

Nosso intuito foi o de recuperar e apresentar os argumentos dos assessores, as propostas elaboradas durante aqueles dias de debates e reflexões pelos participantes divididos em oficinas temáticas. Cremos ser oportuno expor com veemência o vigor de uma Igreja que tinha à sua frente o dinamismo do Cardeal e pastor dom Paulo Evaristo Arns e, diga-se de passagem, que nunca se esquivou de fazer do povo de sua cidade um recanto de esperança e de profecia.

Em meio a debates e propostas eleitorais

A eleição para ocupar a presidência da república estava agendada para o dia 3 de outubro de 1994. Nos trilhos dos planos traçados pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), os regionais deveriam organizar, simultaneamente, em todo o território nacional, as Semanas Sociais, com objetivo de subsidiar as comunidades católicas nos debates eleitorais. No Regional Sul I, constituído pelas dioceses do Estado de São Paulo, a I Semana Social ocorreu entre os dias 19 a 23 de julho daquele ano. Tratava-se de apresentar ao povo brasileiro as propostas para o “Brasil que Queremos”.

Optou-se por ouvir, por meio de um “laboratório de ideias” o povo de São Paulo, organizados em suas Ong’s, Sindicatos, Associações, Partidos e Comunidades de Base. Findados os trabalhos, percebeu-se que a I Semana Social foi uma grande oficina e proporcionou um diálogo fecundo, com a participação ativa de muitos representantes das mais diferentes expressões religiosas de São Paulo bem como de setores organizados.

No ímpeto de ouvir todo o Povo de Deus contamos com a ajuda intuitiva, inquietante e provocativa de dom Paulo Evaristo Arns. Nosso cardeal, com seu carisma e profundo observador, nos impulsionou a pensar, a partir da igreja paulistana, as propostas para o Brasil. Nosso trabalho enriqueceu os temas debatidos pelos presidentiáveis. No dia do lançamento do livro contendo o resultado daquela I Semana Social, havia uma tarjeta em vermelho, contornando o

livro em tom promocional: “Contribuição para o debate dos presidenciais 1994, TV Bandeirantes, dia 28/07/94”.

O “mutirão” do Regional Sul I exigiu grandes esforços. Compuseram a Equipe de Coordenação Geral: Karen Simões Monteiro (Pastoral da Juventude), Francisco José Nunes (Serviço Pastoral dos Migrantes), Edson Alex Zittei (Pastoral Operária), Antenor Carlos Rodiva (Cáritas Regional). Ir. Nair Paschoalina e, eu, Antonio Carlos Frizzo, completávamos o grupo responsável por todo o planejamento e execução da I Semana Social. Um grupo de assessores, chamados de “assessores temáticos” foi constituído pelo Eng. José Sidnei Goncalves, Instituto de Economia Agrícola (USP), Prof. Dr. Luis Eduardo Wanderlei (PUC-SP), Pe. Dr. Mauro Batista (Agentes de Pastoral Negros – SP) e pelo Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares (ECA – USP). “Com este grupo, tenho certeza que faremos uma boa Semana Social” dizia sorridente dom Paulo. Não foram outras as intenções do Cardeal. No culto ecumênico que abriu os trabalhos, dom Paulo declarou:

Minha mensagem é de esperança. O crescimento do empobrecimento brasileiro nos traz à ação para formar um Brasil construído pela ética, abençoado por Deus e apoiado por todos. Digo a todos: não se intimidem em apresentar propostas para o País. Sobretudo neste atual quadro de profundas denúncias de corrupção, envolvendo as mais altas autoridades do Congresso Nacional. Diante de tudo o que estamos vendo, repito: não tenham vergonha de apontar e de sonhar com soluções para o povo brasileiro. A crise não agrada a ninguém.

O empobrecimento tem um nome pelo qual é chamado: neoliberalismo. Um sistema que surgiu como substituto do capitalismo, veio com cara bonita, porém com defeitos do capitalismo e outras mais, resultando numa maior concentração de renda nas mãos de uns poucos.

A sociedade precisa de indivíduos capazes de ir contra a corrente; que em nome da ética, a defendam com normas e práticas autênticas. Que superem os oportunismos, que estabeleçam relações mais humanas, que optem pelo interesse de todos. Bem sabemos que não haverá comportamento ético do indivíduo sem uma dimensão política. Hoje sabemos que a convocação para a etapa decisiva há de mobilizar todos aqueles que pensam para além das CPI's e creem num Brasil justo e solidário, numa pátria livre e próspera.

Para tanto, contamos com a benção de Deus, com o apoio de todo o povo que ama nossa terra. Tenham coragem. Bom trabalho para todos” (CNBB-Regional Sul I, 1994, p.26).

As palavras de dom Paulo estiveram em sintonia com as de dom Eduardo Koalk, então presidente do Regional Sul I. Na oportunidade, o bispo de Piracicaba realçou, em três importantes aspectos em seu discurso de abertura:

- 1) *Não um, mas vários brasis*: a compreensão das diversidades impõe um pensamento global do Estado que sonhamos. Cada estado da federação tem seu peso, mas não há como negar a singularidade de pujança econômica do Estado de São Paulo.

- 2) *Diagnóstico da crise*: uma análise global da situação econômica, política e social se impõe diante de nossas mentes. Ignorá-las é impossível. Superar a crise é um desafio, mas o maior deles está na superação dos mecanismos que possam realimentá-la. Há os que pensam a crise na esfera meramente econômica. Esses não pensam os “brasis”, mas querem e atuam no aumento de suas próprias riquezas sem nenhuma preocupação com sua distribuição. No atual momento penso que um novo projeto de desenvolvimento comprometido com as aspirações das maiorias excluídas em marginalizadas deve ser procurado. Por este motivo, aqui estamos.
- 3) *Praticamos uma democracia mentirosa*: predomina no Brasil um conceito mentiroso de democracia, sem nenhum eco na Constituição Brasileira que brada: “Todos são iguais perante a Lei” (Artigo 5). “Não é verdade que no exercício da cidadania as maiorias desorganizadas, empobrecidas, manipuladas, que perfazem 70% da população, são iguais às elites organizadas e dominadoras. Caminha-se, antes, na direção contrária, para o aumento das desigualdades. E, assim, torna-se cada vez mais difícil a consolidação da democracia” (CNBB-Regional Sul I, p. 30, 1994).

Ao término de seu discurso, dom Koaik empolgou-nos ao declarar: “Sirvo-me da expressão popular para dizer que ‘o mar está pra peixe’. Quero dizer: o povo está na expectativa de que o arrastão contra a corrupção, lançado ao mar de lama, recolha em suas malhas os “papa-tudo” do dinheiro público. Vai-se impondo, pouco a pouco, na convivência humana, o respeito à dignidade da pessoa e ao bem comum, bem como o reconhecimento da primazia do trabalho sobre o capital e do princípio de solidariedade. Estes valores éticos constituem os pilares do ensino social da Igreja”.

Oficinas em quatorze centros de estudos

Os quatro módulos temáticos escolhidos: *Desenvolvimento Econômico, Estado Democrático, Dominação Política e Cultural, Sujeitos e Valores Emergentes* foram amplamente debatidos em quatorze grupos de estudos por meio de oficinas realizadas em diferentes centros universitários e entidades da sociedade civil. A abordagem dos quatro módulos dividiu-se em subgrupos temáticos, tendo cada qual um assessor, monitor e relator.

No módulo *Desenvolvimento Econômico* tiveram destaques os seguintes temas: *Administrações municipais e populares*, realizada na FEA/USP; *Macroeconomia*, PUC-SP; *O Mercado e os excluídos* (FGV). Em torno do módulo *Estado Democrático*, três diferentes subtemas foram debatidos: *Reforma agrária* (Ciências Sociais- PUC-Sp); *Reforma urbana* (Central dos movimentos urbanos), *Do direito Alternativo* (OAB/SP). Para o módulo *Dominação política e cultural* quatro grupos de trabalhos abordaram as seguintes temáticas: *Democratização dos Meios de Comunicação* (UCBC), *Superação da violência* (Núcleo de estudos da violência USP), *Religião como dominação* (Teologia PUC/SP), *Projeto de educação popular* (CEPIS). Outras quatro oficinas debateram o módulo *Sujeitos e Valores Emergentes*, sendo os subtemas: *Contribuição da Doutrina Social da Igreja* (Centro

Pastoral São José), *Sujeitos e valores emergentes nos movimentos sociais* (Sociologia/USP), *Os excluídos e a luta pela cidadania* (Comissão Justiça e Paz), *Meio Ambiente* (CEDI).

OS PLENÁRIOS ACENAM AS GRANDES DESCOBERTAS

Toda a manhã do dia 18 foi dedicada ao módulo *Desenvolvimento econômico* e a tarde, os participantes acompanharam as propostas vinda do módulo *Estado Democrático*. Manhã e tarde do dia seguinte foram, respectivamente, para os módulos *Sujeitos e valores emergentes* e *Dominação política e cultural*.

Módulo: Desenvolvimento Econômico

Com assessoria prestada pelo do Prof. Luís Eduardo Wanderley, ex-reitor da PUC-SP e o trabalho de coordenação da Profa. Maria Soares de Camargo (PUC-Campinas), as três oficinas (Administrações municipais, Macroeconomia, Mercado e os excluídos), apresentaram as seguintes propostas:

1. ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

As experiências de administrações municipais, realizadas, sobretudo a partir das eleições de 1988, revelam a existência de um espaço em que é possível avançar com relações inovadoras entre o poder público e as classes subalternas como com as classes abastadas. Eis as propostas elencadas nesta oficina:

- A criação de um plano diretor para fixar as diretrizes de urbanização e a taxação progressiva dos terrenos ociosos.
- O fortalecimento da autonomia dos movimentos populares (todo cuidado com o perigo da cooptação), a formação e treinamento de lideranças e o desenvolvimento do conceito de cidadania.
- A reorientação da administração pública através do primado da ética: pensar no coletivo e não no individual, porque o poder é uma representação dos eleitores.
- Efetiva contribuição para a circulação de informações de interesse da população, por causa da inerente transparência do serviço público, e para que, no nível nacional, se eleja um Conselho de Comunicação e Informação, a funcionar ao lado do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, para realizar e manter a democratização dos meios de comunicação.

2. MACROECONOMIA

O novo Estado haverá de ser marcado pela descentralização do poder político, inclusive saindo da democracia representativa para a democracia participativa, da esfera central federal

para as outras esferas, com destaque para a municipal; da concentração de renda para uma distribuição mais justa e de melhores resultados”, alertou os participantes da oficina sobre Macroeconomia e acenaram as seguintes propostas:

- Resgate da pessoa humana como sujeito e fim da economia, a promoção da justa distribuição da renda e a da riqueza e o fortalecimento das organizações populares.
- Educar para a formação do senso comunitário, tendo em vista a superação do individualismo.
- Buscar novas estratégias para atingir a população não organizada.
- Gerar projetos alternativos que respondam às necessidades locais, estaduais e nacionais.
- Criar serviços de capacitação e apoio tecnológico.
- Incentivar parcerias com as universidades.
- Incentivar as atividades e instrumentos de informação.

3. O MERCADO E OS EXCLUÍDOS

A opção pelo resgate da pessoa humana como sujeito e fim da economia exclui a sobrevivência de um velho Estado ou de um novo Estado prometido a partir da reforçada visão neoliberal, em que o mercado dita as regras para benefício de pouco e exclusão das maiorias. Com base nesta ótica, as propostas sobre o tema *O mercado e os excluídos* foram as seguintes:

- Tributação progressiva sobre as grandes propriedades rurais improdutivas, propriedades urbanas ociosas e sobre as grandes fortunas.
- Democratização dos programas de irrigação, com prioridade para pequenos produtores.
- Definição do papel da União, Estados e Municípios para democratização das relações produtivas, de modo que:
 1. Nenhuma criança fique fora da escola,
 2. Nenhuma família passe fome,
 3. Todos possam ter direito ao trabalho,
 4. Todos tenham acesso à terra e ao solo, no campo e na cidade.
 5. Viabilização concreta da reforma agrária – rural e urbana.
 6. Não penalização da população com o pagamento da dívida externa.
 7. Educação para todos e de boa qualidade.
 8. Penalização, com maior carga tributária, da especulação financeira e apoio simultâneo ao investimento produtivo.

9. Execução de uma política de preços que garanta renda para o produtor rural.

Nos debates seguidos após a apresentação das propostas, o engenheiro agrônomo e pesquisador José Sidney Gonçalves (IEA), realçou a necessidade de realizar as seguintes reformas: *reforma tributária, reforma agrária, reforma urbana, reforma da economia, reforma administrativa e uma reformulação das políticas agrícolas* considerando o potencial de cada região do país. Salientou, ainda, que o acesso a serviços públicos na esfera da saúde e educação deve contar com a participação da sociedade na gestão e fiscalização dos recursos. Um programa de capacitação de mão-de-obra tende a diminuir as desigualdades regionais bem como atender às diferentes exigências dos processos produtivos.

Módulo: Estado democrático

Geraldo Aguiar (CRL) coordenou os trabalhos para pensar a qualidade do Estado Brasileiro que queremos. Foram realizadas três oficinas: *Reforma Agrária, Reforma Urbana, Democratização do Judiciário e Poder Legislativo*. Luiz Wanderley foi o assessor escolhido.

1. REFORMA AGRÁRIA

“O Brasil que queremos inclui a inevitável reforma agrária, não mais baseada na quantidade da terra, mas na produção da terra, livre dos atravessadores, fundada na solidariedade e na distribuição equitativa da renda.” Nesta ótica, foram estas as propostas aprovadas:

- Uma adequada e efetiva política agrícola.
- A fixação do homem do campo, no campo.
- Apoio ao Movimento dos Sem-Terra, que é uma escola de cultivo dos laços do homem com a terra.
- A consideração das diversas realidades: índios, posseiros e sem-terra.
- A articulação entre as inúmeras denominações religiosas, do MST, dos movimentos populares, do povo em geral, das instituições políticas e sociais, dos trabalhadores do campo e da cidade, para a luta para a resistência, a conquista da terra e a permanência nela, para a transformação social e para se atingir a plena cidadania.
- As forças organizadas como: Comissão Pastoral da Terra, MST levantarão a bandeira da ética e apoiarão os microprojetos, prestarão assessorias e apoiarão as ocupações atuando junto aos trabalhadores e trabalhadoras.

2. REFORMA URBANA

As propostas analisadas de descentralização dos projetos políticos e econômicos foram estudadas pelo viés da desprivatização dos projetos políticos, dando a eles um elemento essen-

cialmente público. Alcançar a distribuição mais justa das riquezas geradas pela cidade, com a redução das desigualdades sociais, contemplando o respeito à diversidade e aos valores culturais, é a maneira de efetivar o exercício dos direitos urbanos cujo processo corresponde ao resgate da cidadania.

Fruto da expectativa que se tem em relação à cidade, a reforma urbana é um projeto que se constrói dia a dia, dependendo do seu avanço, em grande parte, do aprofundamento e resolução das seguintes propostas:

- Articulação dos movimentos sociais e dos setores organizados que atuam no espaço urbano no sentido da formulação de um projeto global de intervenção e de uma alternativa democrática-popular a um modelo segregador de produção e apropriação do espaço urbano.
- Afirmação de um modelo de gestão democrática e transparente no trato da coisa pública e do espaço urbano, através de ação articulada da sociedade civil e dos seus representantes no parlamento e do uso de instrumentos de participação popular já existentes ou que venham a ser criados.
- Reforço no pensar a problemática urbana a partir da integração com a problemática rural, observando a perspectiva da elaboração de um projeto político, social e econômico para o país. A reforma urbana e a reforma agrária se referem à mesma realidade de exclusão, sendo ambas instrumentos essenciais de cidadania e do Estado democrático.
- Afirmação do respeito à heterogeneidade social como um valor, como elemento fundamental da construção de uma cidade e de uma sociedade democrática.
- Necessidade da Igreja rever sua atuação no meio urbano, apropriando-se do discurso e da cultura urbana, adotando nova metodologia e prática pastoral, avançando para além de sua base organizada e atingindo as grandes massas.
- Afirmação cada vez maior do caráter profético e propositivo da Igreja no Brasil. A denúncia social e o engajamento nos projetos e processos transformadores da realidade urbana excludente, assim como da realidade rural, devem aprofundar-se, num compromisso crescente.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

O direito não deve ser compreendido como mera norma jurídica, como direito posto, mas sim como resultado de um processo de concretização da justiça. O processo de aplicação do direito supõe a interpretação da norma jurídica à luz dos valores democráticos. Daí se falar em direito alternativo, nas suas diversas concepções (informalização da justiça, pluralismo jurídico, abordagem crítica do direito, positivismo de combate). A sociedade deve conhecer, utilizar

e aperfeiçoar os mecanismos jurídicos e processuais que a legislação lhe oferece (Constituição, ECA, Leis Ambientais, Código de Defesa do Consumidor, Lei de Execução Penal, Ação Civil Pública, Ação Popular e outras), para transformar o judiciário num lugar privilegiado de solução de conflitos individuais e coletivos. Além disso, a sociedade deve criar novos instrumentos legais de participação no Judiciário. Propostas:

- Instituição do controle externo dos órgãos que compõem o sistema de administração da justiça como forma de democratização desses órgãos, controle que deve ser feito pela sociedade.

4. O PODER LEGISLATIVO

No poder legislativo estão representadas todas as parcelas da sociedade, com suas maiorias e minorias, e essas partes podem elaborar, juntas, leis que atendam, na medida de capacidade de entendimento, a todos os interesses que existem na sociedade. Interesses minoritários contam com a representação da maioria dos parlamentares e vice-versa, daí resultante a causa do péssimo nível de atuação dos parlamentares. Uma vez eleito através do processo distorcido, o legislador adota um comportamento distorcido. A preocupação central passa a ser a reeleição e, nesse jogo, não há regras senão um vale-tudo onde impera o clientelismo, fazendo com que as pessoas carentes dependam cada vez mais do legislador. Torna-se um despachante de luxo, atendendo casos individuais e emitindo as famosas cartinhas.

Para que o legislativo realmente cumpra suas funções na sociedade, teve realce as seguintes propostas:

- Exigências de critérios rígidos para a criação de um partido.
- Criação de fundos com recursos públicos, controlados pela sociedade, para financiamentos das campanhas eleitorais.
- Fim de votações secretas no parlamento.
- Limitação da imunidade parlamentar.
- Instituição de um Código de Ética, com provisão de sanções para a corrupção e para o desrespeito do interesse público, e de uma Comissão de Ética, externa ao Legislativo, para aplicar o Código.
- Formação de mesas de negociação pública, com a participação de lideranças sociais, técnicas e representantes dos interesses afins, para tramitação dos projetos de lei.

Ao parlamentar cabe assumir uma nova postura. Ele tem papel fundamental na educação política do povo e também como canal de participação social na discussão das leis que interessam a toda sociedade. Mas, insiste-se: as mudanças só ocorrerão a partir dos eleitores, dos

quais se formam bons políticos e cidadãos que conhecem seus direitos e que se sentem responsáveis pelas decisões e mudanças que o país precisa.

O professor Luís Eduardo Wanderley, na qualidade de assessor do módulo *Estado democrático*, fez as seguintes ressalvas:

O Estado é público mas foi privatizado. Como o Estado é público, é de todos, logo tem que ser transparente, tem de ser fiscalizado e tem de ser controlado pela população. Há vários instrumentos para isto, inclusive o referendo e o plebiscito, previstos na ordem constitucional.

Para que tenhamos um Estado democrático, é preciso saber quem são os sujeitos construtores deste Estado. São aqueles que lutam pelo humano, a justiça social, a liberdade, o conjunto das forças progressistas e democráticas.

Os sujeitos emergentes, os sujeitos populares apresentam uma face democrática e uma face não democrática. Nem sempre há coerência entre o que se propõe de democracia e a prática cotidiana nos partidos populares, nos movimentos populares, nos sindicatos, nas comunidades eclesiais.

Para fazer avançar a democratização na sociedade e no Estado, é preciso somar todas as forças e esforços entre os que acreditam e lutam por uma causa comum. Fazer alianças, aceitar o pluralismo, faz parte do jogo democrático. Envolver principalmente setores das classes médias (técnicos, profissionais, professores, intelectuais etc.) por sua influência na sociedade. Na Igreja está se estruturando uma Pastoral de Classes Médias diferente, a serviço da nova sociedade e de apoio aos setores populares. Chamo a atenção para outros pontos de reflexão. Superar o “achismo”, com estudos e pesquisas que forneçam elementos para diagnosticar, conhecer, interpretar a realidade social, e agir melhor nos processos de mudança.

Sabemos que a Igreja Católica (as igrejas) sabe trabalhar bem com minorias organizadas, pequenos grupos, e tem dificuldades para chegar às massas. Sem pretensões proselitistas. É necessária uma Pastoral das Massas, na linha da opção pelos pobres e aberta para a criatividade. A comunicação social (rádio, televisão, imprensa etc) é importantíssima, sem cair nos erros da “Igreja eletrônica”.

Por último, lembro que a Igreja que aparece na opinião pública é a dos bispos (na declaração dos pontos polêmicos). É fundamental dar voz e vez aos leigos, com autonomia e participação nas decisões. É fundamental valorizar efetivamente a presença das mulheres nas organizações eclesiais e nas demais atividades.

Módulo: sujeitos e valores emergentes

“A I Semana Social não vem pronta. Nós somos os seus protagonistas e a produzimos momento a momento, com toda a riqueza possível, como acabamos de ver na apresentação do tema sobre Estado Democrático”. A preocupação foi de Alex Zittei, coordenador da plenária para os trabalhos do módulo “Sujeitos e valores emergentes”. A assessoria foi prestada pelo padre Mauro Baptista. Quatro grupos de trabalhos foram formados para refletirem os seguintes temas: *Contribuição*

da doutrina social da Igreja, Sujeitos e valores emergentes nos movimentos sociais, Os excluídos e a luta pela cidadania e Meio ambiente.

1. CONTRIBUIÇÃO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

A Doutrina Social da Igreja (DSI) constituiu um conjunto de princípios orientadores de uma ética – católica e cristã, mas transcultural – capaz de nortear atitudes, comportamentos e a moral humana, na perspectiva da transformação e de construção de uma sociedade mais justa e digna. Está norteadada por seis importantes princípios: 1) A dignidade inalienável da pessoa humana; 2) A primazia do bem comum sobre os interesses privados; 3) A destinação universal para todos os bens criados; 4) A primazia do trabalho sobre o capital; 5) O princípio da subsidiariedade que prevê a descentralização em todos os níveis da sociedade; 6) O princípio da solidariedade através da qual cada um se constrói na solidariedade com o outro.

A discussão da influência e aplicabilidade dos princípios da DSI passa, inicialmente, pela constatação de seu pouco conhecimento dentro da própria Igreja. Embora de um modo ou de outro ainda aplique os princípios da DSI, seu conhecimento segue sendo restrito ao clero. Falar em DSI ainda soa como algo estritamente voltado para a vida interior da Igreja. Por tais motivos, a oficina pautou as seguintes propostas ao plenário:

- Que o conhecimento da DSI seja acessível a todos os agentes pastorais, para sua divulgação e popularidade.
- Que essa formação seja consciente e concreta, que atinja todos os padres e atenda às urgências do leigo inserido nas estruturas sociais, políticas e econômicas.
- Que o ensinamento da DSI comece, de acordo com a pedagogia necessária, desde a própria catequese das crianças, fazendo com que os princípios sejam assimilados desde cedo.
- É importante que estes princípios estejam sendo vividos dentro da própria instituição Igreja, para que haja credibilidade.
- É necessário que a Igreja promova o encontro das forças que pesam na construção da sociedade, para diálogos à luz da DSI.

2. SUJEITOS E VALORES EMERGENTES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A emergência das Comunidades Eclesiais de Base, o surgimento do sindicalismo de base em substituição a um sindicalismo tradicional, as correntes do movimento constituinte de 1988, as vitórias inscritas no texto constitucional formam um conjunto de forças que ora demonstram retração ora demonstram reforço e avanço.

Reforma agrária, reforma urbana, democratização dos meios de comunicação, centrais de movimentos populares, direitos alternativos, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e seus conselhos tutelares, partidos políticos ligados ao bloco de esquerda, movimentos pela

cidadania, contra fome, miséria e pela vida certificam as forças políticas atuando na sociedade. Os sujeitos e valores emergentes consubstanciam um grande movimento nacional de fé e luta que reforça a esperança de uma sociedade democrática construída pela consciência ética e pelo caráter profético de uma subjetividade digna, a indicar a valorização da cidadania e uma legítima e adequada atenção ao social.

As propostas para o tema dos valores e sujeitos emergentes nos movimentos sociais dizem respeito a muitos sujeitos e valores em múltiplos campos de atuação, mas uma atenção especial é merecida pelas crianças e adolescentes, onde é necessário:

- Pronunciamento oficial e efetivo da Igreja a respeito do ECA
- A mais ampla divulgação do ECA e dos Conselhos Tutelares pelos membros da Igreja e de todas as suas comunidades.
- Onde não houver Conselho Tutelar, propostas e pressões, para a sua mais urgente implantação, devem ser realizadas.
- Programas de ação visando à fiscalização e ao controle da execução do orçamento público, em cada comunidade.
- Criação de cooperativas de trabalhadores.
- Realização de programas para implementação ou melhoria das relações cidade-campo.

3. OS EXCLUÍDOS E A LUTA PELA CIDADANIA

Está lançado o apelo para uma conversão mais profunda e para que se acredite no Evangelho vivo da misericórdia. Ouvir é mais importante do que falar e o coração mais do que o pensar. A luta pela cidadania não pode ser outra senão a que se faz dentro da ótica do excluído.

Excluídos são os miseráveis, empobrecidos que estão abaixo da linha da pobreza. Os discriminados por questões étnicas, negros e índios, são os submetidos. Excluídos: os fracos, a mulher, os carentes, os doentes físicos e mentais. Os sem instrução formal, analfabetos e semianalfabetos. Os excluídos por ordem sociológica, antropológica e psicológica. Os dissidentes de toda espécie. O grupo apresentou suas perguntas e propostas:

- O que a Igreja faz com seus recursos humanos? Seus espaços físicos? Seus recursos financeiros? Tem uma estrutura de trabalho que faz com que os excluídos se encaixem nela ou, ao contrário, não são aceitos imperando o “Ponha-se no teu lugar”?
- Como fazer para evitar que o cajado do pastor não seja usado para bater nas ovelhas, mas só para espantar os lobos?
- Retomar seriamente Puebla, a opção pelos pobres, o evangelho: Ressuscitar os valores da partilha, da solidariedade, da libertação, da presença, cultivando o amor.

- Queremos teólogos e exegetas relendo o evangelho a partir dos excluídos: o pobre, o doente, o pecador na perspectiva de Jesus.
- Acreditamos muito nos canais organizados, sindicatos e movimentos. Hoje, vamos acreditar nos marginalizados e caminhar com eles, com os catadores de lixo reciclável, com o trabalho cooperativado, os sem-terra, os sem-teto.
- Propomos que haja critérios claros com relação à imunidade parlamentar.
- Propomos um combate com seriedade e firmeza contra o capitalismo: somos todos excluídos e precisamos forçar uma instância para controlar os organismos financeiros internacionais que controlam os países.
- Queremos o compromisso com os excluídos do campo e os excluídos da cidade, o compromisso da união entre a cidade e campo, a luta pela reforma agrária e agrícola é também a luta pela reforma urbana. Já.

4. MEIO AMBIENTE

O aumento da poluição, a depredação do meio ambiente e o crescimento da miséria, principal fator de poluição do mundo, mostram que a questão ambiental não é prerrogativa de nenhuma categoria social, embora os países do Primeiro Mundo respondam por 25% da população mundial e consumam 80% dos bens produzidos.

“Os mais sérios problemas globais de desenvolvimento que o mundo enfrenta decorrem de uma ordem econômica mundial caracterizada pela produção e consumo sempre crescentes, o que esgota e contamina nossos recursos naturais, além de criar e perpetuar desigualdades gritantes entre as nações, bem como dentro delas” (Tratado sobre Consumo e Estilo de Vida, Eco-92).

A experiência da Cáritas Brasileira, Regional São Paulo, com o projeto “Luxo do Lixo – Esperança de Vida Nova” favorece maior conscientização ecológica e ambiental em que a preocupação maior é a pessoa. O projeto visa a promoção de catadores de papelão, com a possibilidade de oferecer empregos e obter retorno financeiro para uma economia partilhada a ser desenvolvida em projetos sociais favorecendo a solidariedade, promovendo o humanismo cristão e um caminho de transformação. O passo seguinte é a consciência política, dentro de uma lógica de vida diferente, que amplia o conceito de cidadania e o espírito cooperativista, além de um novo conceito de poder.

A oficina brindou ao expor na plenária as seguintes indicações:

- É possível pensar num projeto de ecocapitalismo?
- É possível pensar num projeto de ecossocialismo?

- Em que medida o pensamento ecológico repensa a questão da dominação e das relações de produção?
- Como avançar para recuperar a unidade na diversidade, uma vez que “em nossa inteira diversidade somo unidade?” (Carta da Terra, Eco-92).
- Como fazer dos problemas ecológicos uma questão socioambiental?

As considerações do assessor do módulo “Sujeitos e valores emergentes”, padre Mauro Batista¹ marcaram o encerramento das apresentações e debates, realçando os seguintes aspectos:

A história brasileira tem sido uma história de exclusão. De 1500 a 1888 tivemos a marca da escravidão, pois os escravos eram a maior parte da população. Do escravo se usava e se abusava. Isso foi durante 400 anos e passou a fazer parte da mentalidade brasileira, a prática de desfrutar, de aproveitar, levar vantagem. A igreja estava do lado dos exploradores. Esta visão de exclusividade permanece. Excluem-se, ainda hoje, grandes contingentes da população.

De 1888 até a década de 30, tivemos a República do “Café com Leite” (São Paulo e Minas Gerais). Os grandes proprietários mandavam e desmandavam. Os eleitores, mesmo em pequeníssimo número relativamente a toda população, eram eleitores de cabresto. E, assim, foi até 1945.

De 1945, fim do governo Getúlio Vargas e da Segunda Guerra Mundial, até 1964, tivemos um dos poucos momentos em que a população podia falar, falar de maneira logicamente confusa, uma espécie de linguagem da infância, tanto na fala dos sindicalistas pelegos quanto na dos defensores de reformas de base. Os poderosos viam nisso uma “bagunça”.

Em 1964 veio a ditadura, e falar se tornou novamente perigoso. “Eu não acho nada, meu irmão achou e agora não acho ele” – frase comum de ser ouvida por parentes das vítimas do regime. Então, foram quase quinhentos anos de privilégios para alguns, exclusão para as maiores e mordança para quase todos.

Esta “cultura” está dentro da mentalidade das classes dominantes e também na mentalidade de grande parte dos dominados. Somente há pouco tempo surgem grupos que pensam uma reforma a partir das bases, querendo romper esta mordança para que o povo possa participar da resolução dos problemas que angustiam toda a população.

TER, PODER, SABER

De um certo modo os seres humanos podem ser considerados por essas três dimensões: ter, poder, saber. Se o ser humano não tem, não pode e se não sabe, ele é um não ser. Num

.....

¹ O padre e doutor Mauro Batista faleceu no dia 25 de janeiro de 1995. Natural de Barra Mansa, estado do Rio de Janeiro, nasceu em 17 de janeiro de 1934. Mauro Batista foi pioneiro no estudo da negritude no Brasil e sua relação com a teologia cristã. Em sua tese doutoral na Universidade Gregoriana argumentou sobre “Um olhar na realidade da população afro na diáspora africana”. Por 32 anos foi pároco na Igreja Nossa Senhora de Fátima, Vila das Belezas.

determinado sentido, o leigo, dentro da Igreja, tem tido características semelhantes, com as condições de não ter, não poder, não saber. De tal modo que as pessoas se acostumaram a se excluir; quando não tinham, não podiam e não sabiam se envolver, diziam “Sou leigo no assunto”. E do leigo até se disse que vive “sentado para ouvir, ajoelhado para rezar, com a mão na carteira para pagar”.

Essa reflexão é para não continuarmos reproduzindo em termos de história civil ou história eclesial, a “cultura da exclusão”. No Brasil de hoje estamos falando muito positivamente da moral e da ética, talvez exprimidos por tantos conflitos morais ao longo da história, de nossa história e no tempo presente. A parábola do bom samaritano serve para ilustrar o momento que passamos, com tantas multidões à beira da estrada. Aquele que se encontra na beira da estrada não tem nada, nada pode e nada sabe. Diante dele, o que passa pode ter três atitudes. A primeira é a dos ladrões e assaltantes; a segunda, a do sacerdote levita; a terceira, a do bom samaritano.

A moral do ladrão e do assaltante é a seguinte: “O que é meu, é só meu. O que é seu, deve ser meu, e se você não me der, eu o mato”. Não precisamos ir longe para ver, no Brasil de hoje, essa moral de assaltante, que tolhe, mata e rouba.

Já a moral do sacerdote levita, em relação ao homem que estava quase morto, à beira da estrada, é a seguinte: “O que é meu, é meu. O que é seu, é seu. Estou numa boa. Você está na pior, dane-se”. Quer dizer como tantos, o levita não quer se envolver com pessoas necessitadas, preguiçosas, aidéticas e outras. Ele procura desculpas e as acha; uma posição moral possível de ser encontrada em trabalhos pastorais.

Enfim, a terceira atitude revela mais que uma moral, revela uma ética: “O que é meu, é realmente meu quando pode se tornar nosso”. O bom samaritano se aproxima do homem que estava sem consciência e faz com que adquira consciência por seu contato com ele. Partilha com o outro o que tem, lhe dá condições de poder. Com seu gesto, faz o outro ter (aspecto econômico), faz o outro poder (aspecto político) e faz o outro saber (aspecto cultural), tornando possível ao outro assumir a consciência de sua dignidade.

A parábola nos dá a ocasião de perguntar se a conduta mais recorrente não é a do sacerdote levita, uma atitude de indiferença, e se a religião não pode se tornar muitas vezes, um veneno, que precisamos corrigir para estarmos em permanente conversão que nos permita continuar juntos e superar essa exclusão de tantos e tantas.

SABER E FAZER

Nós, que participamos de tantas assembleias e reuniões, com a cabeça e o coração cheios de grandes propósitos, podemos recorrer agora a uma anedota para encerrar esta reflexão.

Num determinado país, durante uma ditadura, as crianças do catecismo foram à Casa de Detenção tentar libertar os presos. A polícia da ditadura veio e as prendeu. E pensou: “deve ter alguém por trás disso”.

– Quem mandou vocês aqui?

– Foi a catequista.

Durante a acareação, as crianças asseguraram:

– Ela nos falou de misericórdia, ajuda aos pobres, libertação dos presos e outras coisas.

Na outra semana, já na sala do Centro Comunitário.

– Vocês não entenderam – disse a catequista. – O que eu falei é para vocês saberem, não para vocês fazerem.

Pois bem, nas assembleias e reuniões debatemos tantos modelos, falamos tanto em pensar e em consciência, em ética. Mas a ética, que é uma atitude básica que instrui o ter, o poder e o saber, somente é mesmo uma ética, como na carta aos efésios, que fala da maturidade em Cristo, quando leva em consideração, através do fazer, a grande maioria excluída.

Misericórdia vem de *miseris cor dare*, isto é, dar o coração ao miserável. Dar o coração não é olhar de cima, nem fazer para. É fazer com.

Módulo: dominação política e cultural

A coordenação dos trabalhos ficou a cargo de Carmem Cecília de Souza Amaral. O professor Ismar de Oliveira Soares prestou assessoria. As sínteses apresentadas provêm de quatro oficinas que debaterem os temas: 1) Democratização dos meios de comunicação; 2) Superação da violência; 3) Religião como forma de dominação; 4) Projeto de educação popular.

1. DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Os receptores são parte integrante do processo de comunicação. Tem direito a que se respeite sua subjetividade e a que se valorize suas informações e opiniões. A população, que é quem tem energia e saber para resolver os problemas do país, necessita da democratização dos meios de comunicação para realizar o seu trabalho de construção no desenvolvimento e na democracia, o que não será possível sem a autoexpressão da sociedade.

A conquista de democracia na comunicação inclui, dentre outras medidas, o incremento do processo de ações pedagógicas, sistemáticas, voltadas para a formulação do senso crítico e para a capacitação no uso dos recursos da comunicação, em função dos interesses das comunidades.

No quadro das propostas, realçam os seguintes desafios:

- Mudanças na legislação: através de um conjunto de regras mínimas, os poderes constituídos da República deverão ser quatro: o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o da

Comunicação. Quanto ao funcionamento dos meios de comunicação, sobretudo o rádio e a televisão, que são serviços públicos, a sociedade como um todo deve se apropriar do processo da comunicação social, que lhe pertence.

- Uma televisão pública: a criação imediata de uma Televisão Pública Nacional para que a população e o povo promovam debates e informações sobre os grandes problemas nacionais, desenvolvendo a capacidade de compreensão de sua realidade, a consciência crítica e o entendimento necessário à solução das questões de interesse comum.
- Regulamentação da Constituição de 88: a instalação imediata do Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição de 88 e instituído por lei em 91, como órgão auxiliar do Congresso Nacional para estudos e discussão dos problemas de comunicação social no país.
- Educação para a comunicação: a) incentivo a ações pedagógicas, em todos os níveis de escolaridade, que habilitem os alunos à leitura crítica dos meios de comunicação; b) estímulos para a criação de novos grupos ou comitês para a discussão das questões da comunicação social pela comunidade; c) criação de comitês de fiscalização da mídia no processo eleitoral; d) aprofundar nas paróquias e comunidades os documentos da Igreja sobre a comunicação social.
- Verbas da publicidade oficial: as verbas oficiais para a publicidade governamental, em todos os níveis, devem ser distribuídas a todos os meios de comunicação social, segundo sua audiência ou leitura, e sem discriminação, observando-se apenas a segmentação do público a que se dirigem.
- Os meios de comunicação da Igreja: as entidades mantenedoras dos meios de comunicação social da Igreja (rádios, jornais e revistas) devem fazer com que esses meios sejam mais incisivos na formação da consciência democrática e no empenho pela transformação da realidade sociopolítica e econômica.
- A questão tecnológica: o poder público franqueará o acesso aos serviços básicos de telecomunicações, para os movimentos populares e sociais desprovidos de recursos financeiros, sem que este acesso e utilização possam encarecer custos maiores do que os subsídios concedidos aos meios de comunicação privados.

2. SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA

O aumento progressivo da violência demonstra a falência do modelo de Estado vigente quando, sendo a segurança de cada um e de todos uma função do Estado. É o próprio Estado um militante da violência, através dos seus agentes, fardados ou não. Diretamente articulada com a questão da ordem econômica, política e social no país, que impõe a desigualdade na distribuição de renda, a violência se agravou com a ausência de democracia em 25 anos de ditadura e se intensificou nos anos 1980 por causa do “pacote de abril” de 1977. A partir de

então, as PM's militarizadas passaram a ter seus crimes julgados pela Justiça Militar das próprias PM's, oferecendo-se uma larga margem para a impunidade, sem que a Constituição de 88 tivesse secado a fonte do arbítrio policial.

Eis as propostas apresentadas ao plenário:

- Uma articulação ampla, forte e eficaz para a aprovação, sem emendas do projeto estabelecendo a transferência, para a justiça comum, dos crimes cometidos pela polícia.
- Controle dos orçamentos públicos pela população, para que sejam elaborados e aplicados corretamente, inclusive no que diz respeito à garantia de segurança para o cidadão.
- Criação de um programa de proteção às testemunhas.
- A articulação, pelo conjunto das entidades, de um processo de conscientização da comunidade em relação aos direitos humanos.
- Cobrança de maior atenção, por parte do Estado, para a educação, inclusive com um ensino alternativo para as crianças e adolescentes de rua, possibilitando conscientização e conquista da cidadania.
- Modificações na legislação para que os crimes contra os direitos humanos sejam julgados pela Justiça Federal e pleno envolvimento do Ministério Público Federal.
- A realização de investimentos no aparelho policial, propiciando melhor preparação, atualização e remuneração.

3. RELIGIÃO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO

O tema "Religião como dominação cultural" traz um amplo aspecto da análise que deriva do entendimento do que é a cultura da dominação e do que é a própria religião. O homem elabora um conjunto de saberes para garantir a sua sobrevivência, tendo como fundamento a linguagem dos códigos na sua relação com a natureza, linguagem que é também a expressão daquilo que o homem é – individual e coletivo.

As várias tendências filosóficas tratam do questionamento da legitimidade das religiões fomentando a perspectiva do que é ter uma consciência religiosa, do que se entende por Deus. Deus é uma experiência concreta? Deus é uma imaginação de fonte cultural? Deus é uma experiência individual ou coletiva?

Há também três aspectos fundamentais que devem ser analisados sob a ótica da composição de qualquer religião: o milagre, o mistério, a autoridade. Em certa medida esses aspectos são colocados muitas vezes de forma a excluir um em detrimento dos outros.

As propostas legitimadas pela oficina indicaram:

- Questionamento da religião enquanto instrumento de dominação, inclusive o poder da religião católica, entendida a religião como expressão cultural e serviço.
- Buscar os elementos de dominação cultural nas comunidades, analisando os sinais dessa manifestação.
- Questionar o exercício de poder dos que dominam as religiões, em particular a Igreja católica.
- Refletir sobre a Igreja que cada um quer e o modelo de Igreja proposta por Jesus.
- Refletir sobre o papel da Igreja: dar espiritualidade? Resolver problemas emergenciais? Manter a tradição? Transpor as barreiras da instituição?
- Questionar as intenções do ecumenismo, identificando os aspectos de dominação cultural.
- Refletir sobre religião, religiosidade e ateísmo.

4. PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Entendemos a educação popular, não se limitando a questões formais, mas consistindo em uma prática que deve ser exercida em todos os momentos e em todos os lugares. Se apresenta como o meio de transformação social para atingir os valores da fraternidade, da igualdade e da justiça, rumo a um socialismo inovador. Através da educação popular será possível superar a atual cultura de dominação, causada principalmente pela sociedade de classes, que faz germinar a falta de ética nas relações econômicas, políticas, religiosas e de comunicação.

No embate com a cultura de dominação, a educação popular reforça, permanentemente, na prática e nas conexões cotidianas, o novo referencial de respeito à subjetividade, como também de fraternidade e de cooperação, motivando ao sentido do coletivo e à participação popular. Para alcançar os objetivos, a educação popular não descuidará do problema da internalização do medo dos próprios marginalizados e excluídos (leigos, crianças, negros, índios ...). Internalização que é um grande fator de manutenção e reprodução das relações de dominação, atuando nos ambientes domésticos, de trabalho, nas igrejas e na vida pessoal e social.

No desejo de alcançar os objetivos foram indicadas as seguintes propostas:

- A educação popular preparará a sociedade para o socialismo, despertando as pessoas para a necessidade de mudanças, superando o paternalismo e o clientelismo, respeitando a individualidade e realizando a transformação política.
- Articulação entre as várias pastorais e entre os movimentos populares da cidade e do campo.
- Favorecer o conhecimento de como funciona a sociedade, bem como a presença e articulação das classes sociais que atuam na defesa de seus interesses.

- Questionamento da exclusão dos leigos pelos padres conservadores sem prática de trabalho social.
- Articulação do campo e da cidade para a conquista da reforma agrária e da reforma urbana.
- Buscar novas formas de organização diante da cultura individualista de dominação.
- Trabalhar os momentos eleitorais no desejo de fortalecer a democracia e promover seus avanços sociais.

Antes das palavras conclusivas do assessor professor Ismar de Oliveira Soares, um debate entre os participantes ocorreu. Recordamos as seguintes inquietações:

- A utilização da mídia pelas religiões, em especial a televisão, tem relação com a produção de bens simbólicos, em torno dos quais, aliás, giram os nossos debates.
- Uma catequese deve romper com a memorização. A memorização tem a ver com o que Paulo Freire chamou de educação bancária: ensina-se a memorizar para depois cobrar. A catequese deve dar ao ser humano o caminho da libertação, da espiritualidade que vai acompanhá-lo por toda a vida.
- Para conseguir a libertação é necessário saber onde está a chave da dominação. Precisamos saber o que é o sagrado, o que é a espiritualidade e qual é a razão da fé. Em que acreditamos?
- A mídia trabalha contra a organização da população, contra o desenvolvimento e contra o que chamamos de valores. Os valores da mídia não coincidem com os valores da sociedade. Família, escola, sociedade, religiões e políticas são tangenciáveis aos trabalhos das grandes mídias. A realidade é uma, o que é divulgado na mídia é outra coisa. Hora a hora, dia a dia, ano após ano o país, ao invés de usar a televisão em benefício de todos, é usado e abusado pela televisão.
- A I Semana Social é dedicada ao tema geral da ética e da subjetividade. Sendo a comunicação o processo dialético entre o indivíduo e o social, entre o privado e o público, entre o subjetivo e o ético, como conseguir a subjetividade no lugar da massificação mentirosa? A ética, ao invés da barbárie infame, sem submeter a comunicação pública ao império da lei?

Um dos líderes do movimento pela democratização na comunicação, o professor Ismar de Oliveira Soares (ECA-USP), encerrou com algumas considerações:

A cultura e a política são, por definição, domínios insuscetíveis de controle, donde resulta a abominação da censura, mas é forçoso reconhecer os aspectos concretos de uma dominação cultural e política. Essa dominação se realiza tanto através de leis limitadas e ilimitantes quanto de instrumentos propriamente culturais, utilizando-se de umas e outros, grupos privi-

legiados que ora manipulam o parlamento, ora instrumentalizam os meios de comunicação e os demais meios de acesso à cultura.

Os trabalhos e propostas das oficinas deste módulo sobre a dominação cultural e política revelam, no entanto, certa percepção, que parece universal, cada vez mais clara e mais geral, dos fenômenos e processos da dominação, tornando-a inaceitável. A insurgência ética que se verifica na sociedade em geral resulta da indignação diante de fatos como aumento da violência contra os excluídos, indicando aspectos de falência do Estado vigente e a consequente necessidade de construção de uma nova sociedade, e aponta para a construção de um efetivo Estado de direito.

Para isso, foi indicada a necessidade de democratização urgente dos meios de comunicação, com várias propostas, sobretudo, para a televisão, cuja centralidade no processo da dominação, cultural e política, é notável. Outro destaque foi a realização de um projeto de educação popular:

De fato, a cultura da dominação não poderá ser superada em seus aspectos mais negativos – a germinação do individualismo e da falta de ética nas relações sociais, que geram a violência e a exclusão – senão por outra cultura, aqui chamada de educação popular, forte o suficiente para implementar os valores da fraternidade e da justiça.

A última sessão da I Semana Social foi uma oportunidade para ouvir e aprovar quatro moções expostas ao público. A primeira, *Moção pela vida*, se opõe a troca de armamentos por alimentos envolvendo os governos da Rússia e do Brasil. Nosso país enviaria alimentos e em troca receberia armamentos, literalmente “encalhados após o fim da guerra fria”. Entre outras denúncias, afirmava a nota: “Toda a sociedade civil se organiza e se mobiliza em busca de resgate da cidadania e no combate contra a miséria e a fome; 32 milhões de brasileiros são submetidos à fome, ao subemprego, à falta de educação, por conta de posturas políticas que privilegiam apenas uma pequena parcela da população”. A moção de repúdio ao governo do Estado de São Paulo, à Companhia Energética do Estado e ao Grupo Votorantim pela “*Construção irracional de barragens*” no Rio Ribeira de Iguape, em Ivaoporunduva, Barra do Batatal, Funil, Itaoca e Tijuco Alto. Uma terceira apela pela falta do governo estadual em apresentar um projeto e sustentabilidade e proteção aos “*Mananciais e ecossistemas existentes na região do Alto Tietê*”. Uma quarta acenou positivamente para que a criação da “*CPI do Orçamento*” cumpra sua missão de apurar, até as últimas consequências, todos os fatos, todos os crimes e todos os envolvidos.

A I Semana Social terminou com a leitura da “*Carta ao Povo de São Paulo*”, tendo como título “*Não tenham medo*”, lida pela atriz Carla Helena, representando Betinho e a Campanha pela Cidadania, contra a Fome e Miséria e pela Vida. Segue alguns trechos a carta:²

² A formulação e a redação da Carta esteve aos cuidados do padre Alfredo José Gonçalves (Serviço Pastoral dos Migrantes).

- De muitos lugares do Estado de São Paulo, viemos para a I Semana Social do Regional Sul I da CNBB, trazendo na bagagem as conclusões de outras Semanas Sociais. Aqui chegados, trabalhamos, cantamos, dançamos nos encontramos...
- Através de palestras, debates, apresentações culturais, oficinas de reflexão, fomos desvendando o retrato vivo de uma enorme multidão de excluídos, muitos dos quais presentes entre nós, milhões de pessoas “cansadas e abatidas” como “ovelhas sem pastor” (Mt 9,36)...
- Identificamos seus rostos. Parecem velhos antes de completar 30 anos, cansados antes do amanhecer, adultos antes de terem sido crianças, desempregados antes de conhecerem o trabalho, mortos antes de terem vividos, indesejáveis e descartáveis antes de terem nascidos. Habitam cortiços, favelas, ruas, viadutos e pontes; periferias, terrenos clandestinos, prisões e alojamentos; alagados, morros, beira de rios e pontas de ruas...
- Identificamos um povo protagonista de novas alternativas. “Povo perseguido, mas não abandonado; prostrado por terra, mas não aniquilado” (2 Cor 4,9). Povo tenaz na esperança, destemido na luta, firme na resistência, perseverante na organização, cuja travessia rima com teimosia, forjando um amanhã que já se faz criança...
- Finalizamos renovando nossa fé e nossa esperança no “novo céu e nova terra” (Ap 21,1), porque acreditamos nos pequenos, nos fracos e nos excluídos, acreditamos numa solidariedade que a ninguém deixa do lado de fora e acreditamos na força da organização da imensa maioria.

Bibliografia

- CNBB. *Brasil: alternativas e protagonistas* – Por uma sociedade democrática. 2ª Semana Social Brasileira – Setor Pastoral Social. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CNBB – Regional Sul I. *O Brasil que queremos: alternativas e protagonistas*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Recebido em 10/04/17

Aprovado em 02/05/17



Papa Francisco e o Cardeal Arns: uma Igreja da misericórdia e da esperança

Lucas Henrique dos Santos*

Resumo: O presente artigo buscará mostrar de maneira sucinta três pontos em comum entre dois pastores: Paulo Evaristo Arns e Papa Francisco. Primeiramente mostrar-se-á a opção preferencial pelos pobres, fruto de uma identidade franciscana. Depois haverá um paralelo entre a Igreja em saída e a Operação Periferia; e por último, passar-se-á pelo envolvimento político que ambos possuem. O modo de ser Igreja de Francisco, marcado pela misericórdia e pelo discernimento, e o jeito de Dom Paulo, expresso pela esperança e a utopia, alimentam o entusiasmo de ser cristão católico em um mundo tão complexo e carente de atitudes humanizadoras.

Palavras-chave: Paulo Evaristo Arns, Papa Francisco, Igreja em saída, política e opção pelos pobres.

1. Arns e Bergoglio: da experiência familiar a uma identidade franciscana

Para entender um pouco mais sobre esses dois homens da Igreja é fundamental mergulhar em suas histórias de vida a fim de conhecer as convicções que os fizeram seguir a Jesus dentro da vida religiosa consagrada. Seguimento esse que para Bergoglio passa pela misericórdia e pelo discernimento dentro da Companhia de Jesus, enquanto para Arns passou pela esperança e a utopia dentro da Ordem dos Frades Menores.

Para ambos, o ambiente familiar foi e é a base para se construir uma sociedade harmoniosa. Arns encontrou na figura do pai um exemplo de líder dentro da colônia em que a família vivia; um homem atento e repleto de preocupação com o bem-estar da comunidade. Por isso, o modo de ser pastor de Dom Paulo, sua prática participativa e democrática, em grande parte, foi herança do seu pai, que, sem ter passado pelos bancos da escola, possuía uma forte intuição política e grande interesse pela leitura, a fim de estar informado e poder dialogar com todas as pessoas.

.....

* Religioso scalabriniano, graduando em Teologia pelo Instituto São Paulo de Estudos Superiores.

Além da positiva relação com o pai, o contato com os tios, que foram seus professores, fez com que Paulo se enamorasse pela maneira que São Francisco buscou imitar a Jesus e como era essencial viver o amor fraterno e a ter uma convivência pacífica dentro da colônia.

Já para Jorge Mario Bergoglio, filho e neto de imigrantes italianos, a proximidade e o carinho com a avó paterna, a senhora Rosa Marguerita Vasallo, tocaram profundamente sua vida, deixando marcas incentivadoras para se tornar um verdadeiro cristão e homem de fé. Em várias entrevistas, seja como Arcebispo de Buenos Aires ou atualmente como Pontífice, Bergoglio fez várias memórias da relação com sua avó. Foi Dona Rosa que o ensinou a rezar e aprender muito na caminhada de fé, especialmente lhe contando várias histórias da vida dos Santos. Em maio de 2013, dirigindo uma carta, escrita a próprio punho, ao pároco de Piana Crixia, lugar onde nasceu sua avó, expressou-se: “Vovó Rosa deixou em mim uma forte marca humana e religiosa, e dela também aprendi o dialeto piemontês”.¹ Foi no contato familiar através da avó que Francisco cresceu nos valores, na simplicidade e na formação do caráter, aprendendo que o amor e a misericórdia são características essenciais para fazer do mundo um lugar melhor.

Outro elemento que não se pode deixar de lado é o seguimento de Cristo através da Vida Religiosa Consagrada que ambos escolheram. Dom Paulo escolheu como família religiosa a Ordem dos Frades Menores, uma raiz franciscana, caracterizando seu modo de ser e atuar como pastor. Deixou-se tocar pelo amor aos pobres e mais necessitados de São Francisco de Assis, testemunhado pelos padres franciscanos que visitavam a colônia onde cresceu.

Foi através das incansáveis orações pelas vocações de sua mãe e com as palavras de apoio do pai, após comunicar o desejo de ingressar no seminário: “Filho, você pode ir. Estude e se esforce. Mas nunca me dê o desgosto de não se considerar ou comportar como filho de colono. Papai é colono, e você, mesmo depois de estudar muito, sempre será filho de colono e de seu povo...” (ARNS, 2001, p. 34), que o jovem Arns deixou o convívio familiar para fazer parte da família franciscana.

A sabedoria do Sr. Gabriel Arns profetizava as palavras que o Papa Francisco adora recordar aos religiosos, ou seja, que não se esqueçam de suas raízes e para que peçam a “graça da memória”.² Dom Paulo não desgostou seu pai, viveu intensamente, assumiu sua vocação sem esquecer das palavras e da firmeza do pai, que lhe serviram para abraçar com amor seu projeto de vida: “Amei muito na vida e passei por situações humilhantes, por calúnias graves e muito difundidas, mas sempre como padre ou porque desejei cumprir a missão que Cristo me confiou” (ARNS, 2001, p. 33). Verdadeiramente amou sua vocação de presbítero franciscano na fidelidade à missão deixada por Jesus.

.....

¹ Disponível em: <<http://pt.aleteia.org/2014/07/11/a-verdadeira-historia-da-avo-do-papa-francisco/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

² Conferir os discursos do Papa Francisco aos religiosos no Equador e Bolívia.

Para Bergoglio, o desejo de ser padre surgiu quando estava com seus amigos e amigas, e também sua namorada. Ao passar em frente a uma igreja, sentiu um grande desejo de entrar e se confessar. Assim o fez e, após ter-se confessado, perguntou ao padre de onde ele era, afinal, nunca o havia visto antes naquela igreja; e assim respondeu o padre: “Sou de Corrientes e estou morando perto, no lar sacerdotal. Venho celebrar missa aqui, na paróquia, de vez em quando”.³ Esse sacerdote estava no lar dos padres para se tratar de um câncer, especificamente uma leucemia. Infelizmente, após alguns meses, acabou falecendo. Foi assim que Jorge sentiu o chamado de Deus mais forte e não hesitou em dizer “sim”. Porém, ao fazer o pedido para entrar no seminário, a mãe pediu para que esperasse um pouco, pois era o filho mais velho. Após algum tempo, aos 21 anos de idade, ingressou no seminário arquidiocesano e pouco tempo depois entrou para a Companhia de Jesus.

O que mais me atraía na Companhia [de Jesus] era a missionariedade. Queria tornar-me missionário; e, quando estudava teologia, escrevi ao Geral, que era o Padre Arrupe, pedindo que me mandasse, me enviasse para o Japão ou outro lugar. Mas ele pensou um pouco e disse-me, com muita caridade: “Tu tiveste uma doença no pulmão, que não está bastante bom para um trabalho tão forte”. E fiquei em Buenos Aires... Mas foi tão bom o Padre Arrupe, que não me disse: “Tu não és suficientemente santo para te tornares um missionário”. Era bom, tinha caridade. Enfim, o que mais me impeliu a tornar-me jesuíta foi a missionariedade: queria partir, ir para as missões anunciar Jesus Cristo. Penso que isto seja precisamente a nossa espiritualidade: partir, sair, sair sempre para anunciar Jesus Cristo, e não ficar de algum modo fechados nas nossas estruturas, muitas vezes estruturas caducas. Foi isto o que me moveu⁴

Tanto em Dom Paulo como no Bispo de Roma, encontram-se peculiaridades na dimensão familiar e ao mesmo tempo diferenças na escolha de família religiosa. Mas “por que o Papa Francisco não é franciscano?”⁵ Esse foi o curioso título da matéria publicada pela revista *Veja online*, em 2016. Realmente as características franciscanas do papa latino-americano jesuíta chamam a atenção e é importante recordar a origem de sua família religiosa, a Companhia de Jesus: nasceu para atender intelectualmente às elites. Por outro lado, a ideia de Francisco de Assis era atender os pobres e abandonados. Mas o que fez essas duas ordens, tão distintas em suas origens, terem caminhos comuns? Para Juan Arias, colunista do jornal espanhol *El país*, o Concílio Vaticano II “representou a grande conversão da Companhia de Jesus, que de uma or-

.....
³ Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/papa/index.shtml>. Acesso em: 8 maio 2017.

⁴ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/june/documents/papa-francesco_20130607_scuole-gesuiti.html>.

⁵ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/duvidas-universais/por-que-o-papa-francisco-nao-e-franciscano/>. Acesso em: 8 maio 2017.

dem dedicada ao estudo, ao ensino e às elites passou a empenhar-se também nas vanguardas da Igreja, promovendo a Teologia da Libertação na América Latina...”.⁶

Portanto, foi o Concílio Vaticano II o ponto de convergência entre Dom Paulo, OFM, e o Papa Francisco, SJ, ou seja, para os franciscanos, o *aggiornamento*, convocado por São João XIII, fortalecia os princípios carismáticos da ordem, enquanto, para os jesuítas, acontecia um movimento interno de retorno às fontes, especialmente à tradição de Jesus de Nazaré, criando raízes na inserção pastoral junto à realidade do povo. Para a Companhia, o Concílio criou uma crise interna: “Antes do concílio eram 36 mil. No concílio perderam cerca de 10 mil, ao mesmo tempo em que começaram a atuar em novos campos de ação”.⁷ Momentos de incertezas e medo diante da tempestade, mas que, com a espiritualidade encarnada do então superior geral, Pe. Arrupe, foram se transformando em dias calmos e serenos para toda a Companhia.

No entanto, diante desses pontos em comum, opina-se e tem-se a impressão, não querendo exaltar mais a figura de um do que do outro, de que Francisco, devido à época em que surgiu, acabou condensando melhor as características franciscanas e jesuítas. Claro que o cargo como Pontífice dá mais visibilidade mundial, ainda mais dentro de nossa realidade sobrecarregada de informações instantâneas através das redes sociais. Isso não tira os méritos do Cardeal Arns, ao contrário, faz pensar que ele não trilhou um caminho jesuítico por excelência, mas franciscano, e que, mesmo assim, inovou ao avançar na abertura de mentalidade da Igreja local da cidade de São Paulo através das comunidades de base, no envolvimento político, na luta pelos direitos humanos, no acompanhamento aos pobres da rua, na proximidade e solidariedade com os padres e até mesmo dando os primeiros passos no campo da comunicação através de um vicariato episcopal para a comunicação. Desse modo, pode-se afirmar que o pano de fundo que fez Dom Paulo se questionar sobre a mensagem do Evangelho em relação com a vida das pessoas, o como ser Igreja numa metrópole como São Paulo, visando à promoção do ser humano, foi o Concílio Vaticano II, afinal ele iniciava seu pastoreio na arquidiocese no final de 1970 e início de 1971, um pastorear repleto de frescor, fruto das ideias dos primeiros anos do pós-Vaticano II.

Sabendo que o ponto de convergência na vida desses dois pastores foi o Concílio Vaticano II através de suas congregações, pode-se afirmar que Dom Paulo já vivia na prática as palavras e gestos que hoje faz o bispo de Roma. Analisar-se-ão três pontos comuns entre os tantos que poder-se-iam elencar sobre o modo de ser Igreja desses prelados.

.....

⁶ Disponível em: <<http://www.franciscanos.org.br/?p=34122>>. Acesso em: 8 maio 2017.

⁷ Ibidem.

2. A opção preferencial pelos pobres

Diante do impulso e das inquietudes provocadas pelo Concílio Vaticano II, foi impossível para Dom Paulo ser presença de Jesus de Nazaré, diante da complexidade da cidade de São Paulo, com cerca de 4 milhões de habitantes e repleta de desafios sociais, vivendo em um palácio episcopal avaliado no valor de cinco milhões de dólares.

Como franciscano, percebeu e se deu conta de que era preciso se aproximar ainda mais de Francisco de Assis. Foi assim que “me dei conta de que não podia viver num palácio cercado de dez mil metros de chão povoado das mais belas plantas, árvores e mesmo de animaizinhos de estimação” (ARNS, 2001, p. 156). A venda do prédio foi causa de escândalo e preocupação para alguns, enquanto para outros era uma atitude que ia além do despojamento, ou seja, representava a preocupação pela formação dos agentes pastorais através de centros comunitários que seriam construídos.

Era preciso encontrar a chave para abrir o coração dos pobres que estavam na periferia. Arns se questionava: “como ser Igreja na gigantesca cidade?” (ARNS, 2001, p. 155). A resposta estava no Pacto das Catacumbas, assumido pelos bispos e padres conciliares, isto é, vivendo a vida do povo, e nas atuais palavras do Papa Francisco: “sendo uma Igreja pobre para os pobres”.⁸ A chave era entrar na vida do povo, era fazer-se pobre com os pobres. Esse caráter missionário era desafiador, mas aos poucos foi se concretizando a partir de uma formação atualizada, englobando estudos sobre “fé e teologia (prática e doutrina); mentalidade e teologia popular; evangelho de João; cristologia e antropologia” (ARNS, 2001, p. 157). Depois de dois anos de preparação das lideranças, era hora de partir e assumir o mandato missionário. Segundo Arns, todos “eram orientados para irem ao encontro da expectativa e da sensibilização interior do povo, tornando-o apto a captar o anúncio do Evangelho e interiorizá-lo, transformando os cristãos em verdadeiros apóstolos do Reino de Deus...” (ARNS, 2001, p. 158-159).

Dom Paulo fez a opção pelos mais pobres e fez a Igreja de São Paulo pobre. A atenção estava voltada para as periferias e também para o povo de rua, criando um vicariato especial para essa população vulnerável. Nas palavras do Padre Júlio Lancelotti, “Dom Paulo sempre se colocou ao lado dos pequenos e fracos e garantiu o seu grito, a sua voz e palavra! O seu olhar sereno e firme nunca perde o foco: o pobre, o discriminado, o derrotado, pisado e proscrito” (LANCELOTTI, 2015, p. 332).

Imbuído pelo espírito do bom samaritano que teve um olhar atento e misericordioso diante do caído/excluído é que Arns atuou como pastor. Do mesmo modo, procede o bispo de Roma chegando a pedir perdão a Deus pelos cristãos que não se sensibilizam com os pobres. No dia 11 de novembro de 2016, em audiência com os sem-teto e excluídos, Francisco disse: “Peço perdão em nome dos cristãos que não leem o Evangelho e encontram a pobreza no centro

⁸ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/papa-diz-desejar-igreja-pobre-para-os-pobres>. Acesso em: 8 maio 2017.

deles. Peço perdão em nome dos cristãos que perante um pobre ou uma situação de pobreza olham para o outro lado”.⁹

Diante da crise econômica que também afetou a cidade de Roma, aumentando ainda mais a população de rua, Francisco viu a realidade, comoveu-se, sentiu compaixão e estendeu a mão. Primeiro possibilitou as refeições em um restaurante, depois criou banheiros com chuveiros, dormitórios, salas para atendimento médico e dentário, serviço de barbearia e cabelereiro e há poucos meses inaugurou uma lavanderia¹⁰ para atender os moradores de rua.

Tanto o Cardeal Arns como o Papa Francisco buscam restaurar a dignidade das pessoas mais pobres através da sensibilização, não somente com belos discursos, mas com gestos concretos que provocam nas pessoas a tomada de atitude diante de uma vida marginalizada. Nas palavras do cardeal Arns: “A periferia nos pede ação intensa e imediata e não apenas palavras e bons propósitos. Para situações de emergência reclamam-se soluções audaciosas que quebrem todas as barreiras do egoísmo e da burocracia” (DOMEZI, 1995, p. 168). Francisco vem ressaltando desde o início do seu pontificado o desejo de tornar a Igreja pobre para os pobres e convidou, durante a audiência com os excluídos, “cada homem ou mulher de qualquer religião” para serem “em cada pobre a mensagem de Deus que se aproxima e se faz pobre para nos acompanhar na vida”.¹¹

O bispo de Roma quer despertar nos cristãos católicos e em todas as pessoas essa sensibilidade diante da vulnerabilidade dos mais frágeis e descartados da sociedade. Assim se expressou durante a homilia da missa matinal na casa Santa Marta no dia 16 de março de 2017:

O que sentimos no coração quando caminhamos pela rua e vemos os sem-teto, vemos as crianças sozinhas que pedem esmola. “Esses são daquela etnia que rouba.” E sigo em frente. Faço assim? Os sem-teto, os pobres, os abandonados, e até mesmo os sem-teto bem-vestidos, que não têm dinheiro para pagar o aluguel porque não possuem trabalho. O que eu sinto? Isto faz parte do panorama, da paisagem de uma cidade, como uma estátua: na parada de ônibus, nos Correios. Os sem-teto fazem parte da cidade? É normal isso? Fiquem atentos! Fiquemos atentos! Quando essas coisas em nosso coração passam como normais, quando penso: “mas a vida é assim, eu no entanto, como e bebo, e para tirar-me um pouco o sentimento de culpa dou uma oferta e sigo em frente”. Se penso assim, este caminho não é bom.¹²

.....
⁹ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161111_giubileo-senza-fissa-dimora.html>. Acesso em: 8 maio 2017.

¹⁰ Conferir: <http://br.radiovaticana.va/news/2017/04/10/a_lavanderia_do_papa_francisco/1304684>.

¹¹ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161111_giubileo-senza-fissa-dimora.html>. Acesso em: 8 maio 2017.

¹² Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2017/03/16/papa_n%C3%A3o_fechemos_nosso_cora%C3%A7%C3%A3o_diante_dos_pobres/1298987>. Acesso em: 9 maio 2017.

O alerta é para todos: diante da complexa realidade de nossas grandes cidades, não é possível seguir indiferente. Por isso, o bispo de Roma está convencido de que ser uma Igreja, uma pessoa, um cristão despojado significa ser solidário. Afinal, “a solidariedade é um dos frutos dados pela pobreza”, pois “a pobreza o torna solidário e faz com que estenda a mão a quem está pior”. “Mostrem solidariedade ao mundo”, assim disse durante a audiência com os pobres.¹³

3. A Operação Periferia e a Igreja em saída

Poucos dias antes de ser eleito Papa, diante do colégio cardinalício reunido no conclave, o cardeal Bergoglio pronunciou as seguintes palavras: “A Igreja deve sair de si mesma, rumo às periferias existenciais. Uma Igreja autorreferencial prende Jesus Cristo dentro de si e não o deixa sair. É a Igreja mundana, que vive para si mesma”.¹⁴ Certamente essas palavras mexeram com alguns cardeais que encontraram em Bergoglio o entusiasmo de um pastor “vindo do fim do mundo”.¹⁵

O jeito de Francisco, com um vocabulário acessível e com palavras que chegam ao coração, demanda que a Igreja esteja em constante atitude de saída, assumindo a missão no cotidiano da vida. Em 1978, Dom Paulo já percebia que a Igreja conseguiria estar mais próxima do povo quando “ela realmente começar a entender a linguagem do povo” (ARNS, 1978, p. 68). Assim sendo, no número 27 da *Evangelii Gaudium* encontra-se a preocupação do bispo de Roma de querer reformar as estruturas da Igreja para que “elas se tornem mais missionárias, e que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de ‘saída’...” (EG27).

Com essa preocupação por uma renovação da Igreja, que não pode ser ignorada ou adiada, Francisco busca bons sacerdotes, sensíveis e atentos ao povo de Deus, que “tenham cheiro de ovelha e sorriso de pai”,¹⁶ como bem se expressou na homilia da Quinta-feira Santa de 2015. Nesse sentido, o Papa Francisco espera que os melhores padres estejam nas periferias. Assim se expressou aos superiores dos noviços salesianos, num encontro não agendado no dia 2 de maio de 2017, em sua residência de Santa Marta: “Escolham bem quem enviar às periferias, especialmente as mais perigosas. Os melhores devem ir lá! ‘Mas este pode estudar, fazer um

.....

¹³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/11/papa-pede-perdao-aos-pobres-em-audiencia-com-sem-teto-e-excluidos.html>>. Acesso em: 8 maio 2017.

¹⁴ Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2017/04/08/o-que-significa-uma-igreja-em-saida-segundo-o-papa-francisco/>>. Acesso em: 8 maio 2017.

¹⁵ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130313_benedizione-urbi-et-orbi.html>. Acesso em: 8 maio 2017.

¹⁶ Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2015/04/02/papa_aos_sacerdotes_cheiro_de_ovelha_sim_e_sorriso_de_pai/1133969>. Acesso em: 8 maio 2017.

doutorado...’ Não, mande ele. ‘Lá tem a máfia...’ Mande ele. Às periferias, é preciso mandar os melhores”.¹⁷ Para ele, os primeiros a se lançarem e a saírem das sacristias devem ser os padres.

Porém, Francisco não está focando a atividade missionária somente na pessoa do padre. Para ele, o leigo representa uma força vital diante da baixa no número de sacerdotes. É aqui que está outro ponto de convergência de Arns e Bergoglio: perceber que o leigo engajado é a luz no fim do túnel. É fantástico como esses pastores se complementam e estão em sintonia em épocas tão diferentes, uma diferença de 15 anos desde quando Dom Paulo se tornou emérito e Francisco assumiu como pontífice. Em novembro de 2015, o Pontifício Conselho para os leigos promoveu um encontro chamado “Vocação e missão dos leigos. Há cinquenta anos do Decreto *Apostolicam actuositatem*”, para recordar o encerramento dos 50 anos do Concílio Vaticano II, para o qual o bispo de Roma mostrou-se sensível e enviou a seguinte mensagem aos participantes:

O Concílio não olha os leigos como se fossem membros de segunda categoria, a serviço da hierarquia e simples executores de ordens provenientes do alto, mas como discípulos de Cristo que, através do Batismo e sua inserção no mundo, são chamados a animar todo ambiente, atividade e relação humana segundo o espírito do Evangelho, levando a luz, a esperança e a caridade recebida de Cristo aos lugares que, caso contrário, ficariam sem a ação de Deus e abandonados na miséria da condição humana. Ninguém melhor que os leigos pode desempenhar a tarefa essencial de inscrever a lei divina na vida da cidade terrena.¹⁸

Era também nessa linha o projeto da Operação Periferia: ser Igreja em saída, como batizados, chamados à missão, sem distinção. “A valorização dos leigos e a consequente explosão dos ministérios delineavam um espírito novo de Igreja, cuja ação pastoral não é o privilégio de alguns, mas o direito e o dever de todos os batizados” (CONRADO, 1989, p. 21). Para o cardeal Arns, “a pastoral só teria êxito quando conseguisse ressoar ao nível da consciência e orientar o agir social das pessoas”, e para isso o leigo era fundamental para atingir todos os ambientes da Arquidiocese. Diante da grandiosidade da cidade de São Paulo e o baixo número de sacerdotes, a esperança e o eixo da operação estavam na formação laical. Não havia “comunidades, paróquias, agentes de pastoral e padres suficientes para atender à periferia...A esperança está nos leigos engajados, participantes de comunidade” (DOMEZI, 1995, p. 163).

A Operação Periferia assumia assim uma preocupação pelo desenvolvimento integral do ser humano diante de uma cidade que crescia monstruosamente através das migrações internas, sendo constantemente desafiada a lutar pela dignidade dos trabalhadores explorados e abusados pela falta de ética empresarial. Por isso, era fundamental e necessário à Igreja

.....
¹⁷ Disponível em: <<http://www.pom.org.br/cuidado-com-a-hipocrisia-na-igreja-e-uma-pestre-alerta-francisco/>>. Acesso em: 8 maio 2017.

¹⁸ Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2015/11/12/papa_francisco_os_leigos_n%C3%A3o_s%C3%A3o_de_segunda_categoria/1186299>. Acesso em: 8 maio 2017.

repensar seu seguimento de Jesus, optando por seus preferidos, fazendo uma autocrítica e assumindo uma postura de inserção na realidade do povo conjugando fé e vida.

Três eram os objetivos da operação periferia:

1. Criar entre os agentes de pastoral um espírito verdadeiramente missionário e ir em busca do povo; 2. Criar e coordenar recursos humanos e materiais em todos os níveis e setores; 3. Descobrir e treinar lideranças locais e animadores de comunidade que ajudassem o povo, através da organização, à luz da Palavra de Deus, ser sujeito de sua libertação (CONRADO, 1989, p. 24).

Portanto, ser uma Igreja em Operação Periferia era viver com intensidade, radicalidade e essencialidade o Evangelho, assumindo a proposta humanizadora do Pai, na pessoa de Jesus. “O Pai não pode mudar o mundo se nós não mudarmos. Sua vontade de fazer um mundo diferente vai se tornando realidade em nossa resposta” (PAGOLA, 2014, p. 68). Diante do individualismo que desumaniza, característica das grandes cidades, o desafio da Igreja, isto é, de cada cristão como pessoa, era e é “humanizar a cidade desumanizada e desumanizadora, com base na justiça feita ao próprio sujeito que trabalha” (DOMEZI, 1995, p. 164).

4. O envolvimento político e a luta pelos Direitos Humanos

No livro *Em defesa dos direitos humanos: encontro com o repórter*, Dom Paulo foi questionado sobre o tipo de ferramenta que os movimentos da Igreja possuíam para ter tanto sucesso e reunir vários jovens. Em resumo, ele dizia que era por causa de uma mística. Essa mística que reunia milhares de pessoas era visível em vários movimentos, porém era algo momentâneo. “Nós estamos numa época de mística. Não estamos numa época de muita racionalidade. E esta é uma época em si perigosa para a política, perigosa para a religião e para muitas outras coisas” (ARNS, 1978, p. 50). Nesse pensamento, o Cardeal Arns queria despertar nas pessoas uma consciência para a participação política e mostrar que como cristãos católicos é preciso ter os pés no chão da realidade para entrar em situações e discussões racionais sobre o bem comum.

Entre tantas preocupações que possuía, ele dizia:

... atualmente me preocupa o próprio termo política, porque me parece que se nós não pudermos mais dizer que política é a preocupação da *polis* – “*Polis*” = cidade –, que *polis* não significa mais cidade, que política não significa mais interesse em tudo o que existe na cidade e que a política não entra mais pelas veias mesmas do organismo humano, então eu não sei mais o que é política (ARNS, 1978, p. 66).

Diante do descrédito das autoridades políticas e da corrupção, a luta e a preocupação pelo bem comum parecem algo inútil. A política se tornou favorecimento do interesse próprio ou familiar, movido pelo capital das grandes empresas e grupos. Os candidatos com suas falsas promessas utilizam as pessoas como “escada” para chegar ao poder, por meio do voto, e depois

as deixam de lado. “Parece-me que, da Grécia do 5º século, nós retrocedemos 25 séculos em vez de avançarmos” (ARNS, 1978, p. 66). Por isso, para Dom Paulo, a experiência de Deus do cristão deve impulsioná-lo para um envolvimento político na busca pelos direitos de todas as pessoas.

No entanto, muitos movimentos na Igreja afirmam que fé e política não podem caminhar juntos porque na política há muita “roubalheira” e é muito suja. Questionado sobre se a função da Igreja deveria ser somente religiosa ou até quando ela deveria ter preocupações sociais e políticas, o Cardeal Arns respondeu:

O que importa, mesmo, é o Evangelho. É o sentido da vida, orientada pelo exemplo e pela força de Cristo. Acredito que o Evangelho influi no íntimo da pessoa e também no interior da comunidade. Isto, alguns chamam de política. Outros, preferem o termo mais exato “Bem comum”. Acredito que a política, no seu sentido comum, deve confiar-se ao mundo civil. Aos cristãos para ela preparados. Mas bem entendido: a Palavra de Deus, e, portanto, a ação da Igreja, deve influenciar as estruturas, quando estas não favorecem a convivência humana. Neste sentido, foi Jesus o maior “Político” da história (ARNS, 1978, p. 66).

A fé em Jesus de Nazaré, mergulhada na reflexão da Palavra de Deus por meio do Evangelho, fez com que Dom Paulo se tornasse um agitador político em defesa dos perseguidos políticos na época da Ditadura Militar. Seu comprometimento foi tão grande que a Catedral da Sé tornou-se o espaço do desabafo, do grito e da esperança diante de vários mortos, desaparecidos e torturados por causa das ações do Regime Militar. No intuito de não deixar cair no esquecimento as barbáries realizadas pelos militares, o Cardeal Arns reuniu uma equipe de profissionais para coletar depoimentos, fotos e materiais das vítimas da tortura e de seus familiares, a fim de elaborarem um livro que se chamou *Brasil: nunca mais*. Na coluna “Encontro com o Pastor” de 1985, do jornal *O São Paulo*, assim escreveu:

Cinco anos de intenso trabalho resultaram nesse livro de trezentas e poucas páginas. Quiséramos agradecer a todos os que sofreram muitas vezes até o último limite de sua resistência física e psíquica e assim mesmo tiveram a coragem de legar-nos o seu depoimento, para que nunca mais se repetisse no Brasil o que com eles aconteceu (Jornal *O São Paulo*, 2015, p. 5).

Um trabalho praticamente secreto durante os anos intensos da repressão militar mostrou sua atenção e preocupação pelas questões políticas e sociais. “O livro se manteve na lista nacional dos livros de não ficção mais vendidos por 91 semanas consecutivas” (WRIGHT, 1989, p. 70). Quando o livro chegou em sua 22ª edição, rapidamente foram vendidos 220 mil exemplares e tornou-se “um dos livros de não ficção mais vendidos em toda a história da literatura brasileira” (WRIGHT, 1989, p. 70).

Assim como Dom Paulo, o Papa Francisco também revela sua preocupação em despertar nos cristãos o comprometimento político. Após três meses como Pontífice, reunido com os representantes das escolas jesuítas da Itália e da Albânia, ao ser questionado sobre qual deveria ser o compromisso político de um cristão, ele assim respondeu:

Para o cristão, é uma obrigação envolver-se na política. Nós, cristãos, não podemos “jogar a fazer o Pilatos”, lavar as mãos. Não podemos! Devemos envolver-nos na política, pois a política é uma das formas mais altas da caridade, porque busca o bem comum. E os leigos cristãos devem trabalhar na política. Dir-me-ás: “Não é fácil!” Também não é fácil tornar-se padre. Não há coisas fáceis na vida. Não é fácil; a política está muito suja; e ponho-me a pergunta: Mas está suja por quê? Não será porque os cristãos se envolveram na política sem espírito evangélico? Deixo-te esta pergunta: É fácil dizer que “a culpa é de fulano”, mas eu o que faço? É um dever! Trabalhar para o bem comum é um dever do cristão! E, muitas vezes, a opção de trabalho é a política. Há outras estradas: professor, por exemplo, é outra estrada. Mas a atividade política em prol do bem comum é uma das estradas. Isto é claro.¹⁹

Parece muito esquizofrênico seguir a Jesus e não se envolver em assuntos importantes da vida das pessoas. Francisco quer mostrar que ser cristão católico é ser sinal do Evangelho em um mundo cada dia mais fechado diante de questões complexas como a mobilidade humana e a ferida da corrupção que afeta muitas pessoas, especialmente no campo político.

A postura do Bispo de Roma em relação aos políticos se mostra firme e decidida, de alguém que quer mudanças diante das ameaças que o planeta está sofrendo ante a busca incessante de crescimento por meio do mercado e do lucro, atingindo os mais pobres. Francisco foi o primeiro papa, por exemplo, a discursar no Congresso norte-americano, gerando polêmicas sobre sua provável posição “marxista” da realidade. A respeito do papa ter tendências marxistas por causa do muito falar sobre os pobres, o próprio afirmou:

Eu digo somente que os comunistas roubaram a nossa bandeira. A bandeira dos pobres é cristã. A pobreza está no centro do Evangelho. Os pobres estão no centro do Evangelho. Tomemos Mateus 25, o protocolo sobre o qual seremos julgados: tive fome, tive sede, estive na prisão, estava doente, nu. Ou vejamos as Bem-Aventuranças, outra bandeira. Os comunistas dizem que tudo é comunista. Sei, sei, vinte séculos depois”. Rindo, acrescentou: “Então, quando eles falam, poderíamos dizer: então vocês são cristãos”.²⁰

.....
¹⁹ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/june/documents/papa-francesco_20130607_scuole-gesuiti.html>. Acesso em: 8 maio 2017.

²⁰ Disponível em: <<https://pt.aleteia.org/2015/07/10/o-papa-francisco-os-comunistas-e-os-pobres/>>. Acesso em: 8 maio 2017.

Fica claro que todo seu envolvimento político é fruto do seguimento de Jesus de Nazaré, que buscou denunciar as injustiças e abusos de sua época, provocadas pelo Império Romano compactuado com o sistema religioso. Francisco quer ser a voz dos pobres e manter-se fiel ao projeto de Jesus, quer ser representante de Jesus que se fez presente na história: “O Evangelho de Jesus realiza-se na história. O próprio Jesus foi um homem da periferia, daquela Galileia distante dos centros de poder do Império Romano e de Jerusalém”.²¹ Nesse sentido, é preciso ser Igreja em saída, pois falar dentro de casa é fácil e cômodo, porém abrir a boca para comunicar a vida em abundância (Jo 10,10) no espaço político exige preparo e convicção no seguimento de Jesus.

No segundo encontro com os movimentos populares em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, o Pontífice mostrou-se mais uma vez crítico ao sistema capitalista que torna o capital um “deus”, determinando as decisões das pessoas. Também em sua encíclica *Evangelii Gaudium* encontram-se duras críticas:

Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais (EG 202).

Para muitos, o modo incisivo de Francisco contra o capitalismo causa desconforto e pesadas críticas contra sua pessoa, até mesmo por parte de muitos cristãos. Diante do alto índice de desemprego mundial, dos vários pobres e descartados da sociedade, das constantes guerras “iniciadas” por supostos fundamentalismos religiosos, do acelerado desequilíbrio ecológico e do grande fluxo migratório como “válvula de escape” para a sobrevivência de várias pessoas é que está inserido nosso atual Pontífice, que, por sinal, não está fazendo nada de tão extraordinário, a não ser retomar o Concílio Vaticano II e colocá-lo em prática. “Toda la doctrina social de la Iglesia y el magisterio de mis antecesores se rebelan contra el ídolo-dinero que reina en lugar de servir, tiraniza y aterroriza a la humanidad”.²²

O bispo de Roma, com seus gestos e palavras, diante da realidade do mundo atual, surge “como jefe de Estado y acorde a la aldea global, consigue una legitimidad política desterritorializada, y sostiene – a pesar de que lo dicho anteriormente se presente como evidente –, que la causa de la pobreza es política y no económica” (CUDA, 2016, p. 35). Diante da crise no sistema político de diversos países, onde a ética está sendo deixada de lado, impossibilitando o surgimento de uma figura política como representação fiel da sociedade, Francisco “deviene

.....

²¹ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco_20141122_convegno-missionario-cei.html>. Acesso em: 8 maio 2017.

²² Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/es/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161105_movimenti-popolari.html>. Acesso em: 8 maio 2017.

en *auctoritas* de moral política para cristianos y no cristianos de todos los sectores, incluso de la dirigencia política a cargo de los gobiernos actuales” (CUDA, 2016, p. 35).

É com essa postura decidida e livre que o Pontífice manda seu recado a todos aqueles que não querem lutar pelo bem comum:

A cualquier persona que tenga demasiado apego por las cosas materiales o por el espejo, a quien le gusta el dinero, los banquetes exuberantes, las mansiones suntuosas, los trajes refinados, los autos de lujo, le aconsejaría que se fije qué está pasando en su corazón y rece para que Dios lo libere de esas ataduras. Pero, parafraseando al ex Presidente latinoamericano que está por acá, el que tenga afición por todas esas cosas, por favor, no se meta en política, que no se meta en una organización social o en un movimiento popular, porque va a hacer mucho daño a sí mismo, al prójimo y va a manchar la noble causa que enarbola. Tampoco que se meta en el seminario.²³

Sua mensagem é direta e clara, atingindo até mesmo aqueles que estão em fase de discernimento vocacional para serem ministros ordenados ao serviço do povo de Deus. Ser líder, estar à frente de um grupo, exercer a representatividade significa colocar-se a serviço da coletividade e não pensar nos próprios interesses.

Portanto, diante do provocante que foi o cardeal Arns e do inesperado que é Francisco, muitos viram e veem neles um espírito de novidade, mas que na realidade é uma “antiga novidade”: colocar em prática “o anúncio da ‘boa notícia’, que tem a ver com Jesus; mas, mais do que uma informação sobre Jesus, a boa notícia é o próprio Jesus”,²⁴ e retomar o Concílio Vaticano II, fazendo a Igreja dialogar com o mundo, sem perder seus valores.

5. Dois pastores e um modelo eclesial

Foi partindo da experiência familiar e religiosa desses dois pastores e conhecendo mais de suas vidas como servidores do povo através da consagração a Deus, que foram encontrados muitos traços em comum entre eles. O modo de ser Igreja, tanto do falecido cardeal da esperança como do atual “papa do fim do mundo”, são modelos para todo cristão que necessita ser luz do Reino de Deus em um mundo impregnado pelo fermento dos atuais “Herodes”.

O desejo da Igreja de estar em constante comunhão, em pé de igualdade entre todos os batizados, povo sacerdotal, animada pelo Espírito Santo, é fruto da experiência conciliar na vida de ambos, se expressando diretamente no impulso missionário de ser Igreja em saída, em ser presença no meio do povo, nas periferias geográficas e existenciais, não somente dentro

.....

²³ Ibid.

²⁴ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20170124_messaggio-comunicazioni-sociali.html>. Acesso em: 29 maio 2017.

do espaço físico eclesial, mas de maneira especial fora dele, sendo tarefa de todos os cristãos e não somente de um grupo ou setor da Igreja.

Outro ponto que revela a convergência entre Bergoglio e Arns é o anseio de uma Igreja pobre e que assuma a opção preferencial pelos pobres, os queridos de Deus, através de Jesus. Isso não significa puro assistencialismo, mas favorecer um desenvolvimento integral do ser humano, seguindo a linha da doutrina social da Igreja, de modo especial através da *Populorum progressio*, onde o pobre é protagonista e sujeito eclesial, não se tornando um mero assistido das pastorais sociais.

É certo que a Igreja é mestra no apoio e na ajuda, tanto no acompanhamento periódico como no emergencial, através da caridade nas diversas realidades da sociedade, mas é no des-
pertar do “nós”, a partir da formação das comunidades eclesiais, que a Igreja deve criar nas pessoas a consciência sociopolítica, partindo de uma fé enraizada na realidade, e não em um espiritualismo intimista.

Diante da fé e da confiança em Deus desses dois homens, cabe-nos perguntar primeiro: como anda a minha fé em Jesus de Nazaré, que me convida a ser instrumento do Reino de Deus dentro da minha realidade, denunciando e combatendo as injustiças? Será que minha fé está baseada no “meu Jesus”, modelado de acordo com meus interesses, sem compromisso pelo bem comum, visando somente a meu bem-estar? E agora um segundo questionamento: diante de tanta perseguição das prefeituras e da polícia aos pobres das periferias, dos miseráveis das ruas que ainda morrem de frio e passam fome, dos meninos que estão pedindo esmola nos semáforos de nossas grandes cidades, do desemprego que está por atingir 15 milhões de pessoas, do abuso e violência contra as mulheres, do preconceito e discriminação contra o negro, o migrante, o homossexual, o indígena; e tantas outras barbáries: onde está a Igreja? Onde estão nossos pastores-cardeais sendo voz profética na luta pela dignidade e vida plena? Acredito que nos falta a ousadia que só a alegria do Evangelho, firmada em uma fé autêntica no seguimento de Jesus que nos provoca, fazendo-nos nos mover em nossas comodidades, ajudar-nos-á a fazer de nossa casa comum um ambiente harmonioso.

Dessa maneira, o modelo eclesial que se encontra em Dom Paulo como no Papa Francisco faz pensar que não se está dentro de uma Igreja perfeitinha, pronta e acabada, mas que é preciso se lançar a cada dia, sem medo: “Prefiro uma Igreja ferida, acidentada e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças” (EG 49). Diante da “compromissofobia” da sociedade atual, que se manifesta no seio de nossas comunidades cristãs católicas, esses dois pastores convidam e provocam, nas palavras do bispo de Roma, a “primeirear”,²⁵ assumindo a missão de Jesus como batizados, fazendo da Igreja mãe da misericórdia e semeadora da esperança.

.....

²⁵ Referência ao número 24 da *Evangelii Gaudium*.

Referências bibliográficas

- ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- _____. *Em defesa dos Direitos Humanos: encontro com o repórter*. Rio de Janeiro: Brasília/Rio, 1978.
- CUDA, Emilce. *Para ler a Francisco: teologia, ética y política*. Buenos Aires, Argentina: Manatíal, 2016.
- FRANCISCO. Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.
- LANCELOTTI, Júlio. Dom Paulo e o povo da rua em São Paulo: Cardeal do povo da rua. In: Professor Waldir; Padre Ticão. *Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns: Pastor das periferias, dos pobres e da justiça*. São Paulo: Casa da Terceira Idade Teresa Bugolim, 2015, p. 332-333.
- PAGOLA, José. A. *Voltar a Jesus: para a renovação das paróquias e comunidades*. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 2015.
- WRIGHT, Jaime. D. Paulo e os direitos humanos II. In: ARNS, Paulo Evaristo. *Cardeal da esperança e pastor da Igreja de São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 56-78

Enviado em 26/05/17

Aprovado em 01/06/17



Espiritualidade e Ensino Religioso: desafios no mundo contemporâneo

Robson Stigar*

Vanessa Roberta Massambani Ruthes**

Resumo: O presente artigo procura refletir sobre os desafios da espiritualidade e do Ensino Religioso nas grandes cidades. O processo de Globalização, o consumismo e a falta de sentido são elementos das diversas culturas da população mundial que começaram a fazer parte de nosso dia a dia, estes que nem sempre vêm ao encontro da doutrina cristã, promovendo muitas vezes uma inversão de valores daquilo que é bem e mal para aquela comunidade local. Assim, para poder compreender e refletir melhor sobre toda esta situação e os desafios que o catequista deve enfrentar com sabedoria e força, será feita uma pequena incursão na história para demonstrar como toda esta situação se formou. Procurando analisar suas consequências, estudar-se-á a estrutura do pensamento humano, para assim poder-se traçar um ou mais métodos de catequese com a finalidade de: primeiro, proporcionar um diálogo e depois desenvolver no catequizando a consciência cristã.

Palavras-chaves: Catequese, Espiritualidade, Desafios.

Abstract: This paper discuss the challenges of spirituality and catechesis in big cities. The process of globalization, consumerism and lack of direction are elements of the different cultures of the world population became part of our daily life, these do not always reaches out to the Christian doctrine, often promotes an inversion of values what which is good and bad to that local community. So to be able to understand and reflect better about the whole situation and the challenges that the catechist must face with wisdom and strength, will be a small incursion in history to demonstrate how this whole situation has formed seeking to analyze its consequences will be studied the structure of human thought, so he could be drawn one or more catechetical methods in order to: provide a dialogue first and then develop the catechizing the Christian conscience.

Keywords: Catechesis, Spirituality, Challenge.

* Doutorando em Ciências da Religião – PUCSP – robsonstigar@hotmail.com.

**Doutoranda em Teologia – PUCPR – vanessa_ruthes@yahoo.com.br.

Introdução

Com toda certeza, pode-se afirmar que a situação do educador, na atualidade, é um tanto quanto crítica, diante da pluralidade de culturas pelas quais as culturas e tradições religiosas penetram. Pois, por meio do processo de Globalização, elementos das diversas culturas da população mundial começaram a fazer parte de nosso dia a dia, estes que nem sempre vem ao encontro da doutrina cristã.

É mister também pontuar uma outra questão, que gera grandes danos à religião: o sentimento anticlerical e antirreligioso que permeia esta época, gerando uma inversão nos valores, daquilo que é bem e mal, promovendo um sentimento de mal-estar nas civilizações contemporâneas.

Assim, para poder compreender e refletir melhor sobre toda esta situação e os desafios que o educador deve enfrentar com sabedoria e força, será feita uma pequena incursão na história para demonstrar como toda esta situação se formou. Procurando analisar suas consequências, estudar-se-á a estrutura do pensamento humano, para assim poder-se traçar um ou mais métodos de catequese com a finalidade de: primeiro, proporcionar um diálogo e depois desenvolver no educando a consciência crítica.

Incursão histórica

Antes de discorrer acerca da história é interessante pontuar que os valores morais, bem e mal, são os que moldam a forma com a qual um povo, uma sociedade, vê a realidade. Por exemplo, os antigos romanos e gregos consideravam a coragem, a luta, a guerra como coisas boas e edificantes; por isso, se constituíram Estados militares, nos quais as crianças eram destinadas desde cedo à arte da guerra. Já o Ocidente cristão, que possui como valores o amor, a paz, a benevolência, condena a guerra e qualquer tipo de violência, e as pessoas são conduzidas a outras práticas. Tendo isto em mente se torna mais fácil a compreensão dos tempos históricos e de suas mentalidades.

Na Idade Média, período que compreende aproximadamente mil anos de nossa história, a Igreja é a Instituição hegemônica, ou seja, que possui mais poder, em todo o Ocidente. Portanto, sua moral é aquela que pauta as ações, e os valores desta descendiam, principalmente, da pregação de Cristo, do mandamento novo: “amai-vos uns aos outros, como eu vos amo”, como também da promessa feita aos apóstolos: “Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos”. Assim, para os medievais, o mundo descendia de Deus, por ele e para ele todas as coisas existem, ele é a condição de tudo, e toda a condição.

Em outras palavras, Deus era o centro de tudo e perpassava todas as coisas. Como afirmava um dos grandes místicos daquele período, Mestre Eckehart: “Aqui, na temporalidade, festejamos a geração eterna, que Deus perfez e perfaz, sem cessar, pela eternidade”. Dessa forma, para o homem medieval Deus era testemunha ocular de todas as ações, por isso, ele

perscrutava os corações e o que tinha realmente importância era *ser* bom, benevolente, justo e misericordioso. O que tinha, portanto, valor eram as disposições interiores, pois eram elas que possibilitavam uma boa relação com Deus.

No fim da Idade Média, novas ideias sobre Deus e o mundo começam a aparecer: um frade inglês, Guilherme de Ockham, começa a afirmar que Deus não interferia na realidade, que este não passava de uma abstração humana e que a única certeza do homem derivava da experiência sensível. Esta ideia tomou grandes proporções na modernidade, e os valores desceram de uma esfera transcendente para a imanente; em outras palavras, desligaram-se da religião e pautaram-se na vida humana, pura e simples.

É importante afirmar que toda a ciência e a nova estrutura econômica se baseiam nela. O que realmente passa a ter importância não é mais *ser*, mas *conhecer* a natureza – pois a Razão é aquela que substituiu Deus – e acumular, *ter* bens e dinheiro – pois o lucro é a finalidade última do Sistema Capitalista. As relações entre as pessoas não são mais baseadas no temor a Deus, mas em contratos, estes supervisionados pelo poder do Estado.

Com o passar do tempo esta ideia foi se “aperfeiçoando”, novas tecnologias foram sendo elaboradas e desenvolvidas, o ser humano estava no auge de suas descobertas científicas. Contudo, ele acabou percebendo que aquilo que pode ser bom, benéfico, como, por exemplo, a energia nuclear o é, pode também não ser, pois pode atender a interesses ruins, maléficos, provocando a morte de muitos, como foram as bombas atômicas.

Acabou-se por perceber que o *ter* e o *conhecer* não eram tão importantes, pois ambos deixavam transparecer aquilo no que o homem se tornara. Assim, o que passou a ser importante foi o *parecer*, o homem acabou por perder muito de sua essência, e como sepulcros caídos começaram a prezar o exterior, pois era necessário aparentar ser bom, benevolente. O homem acabou perdendo sua identidade, esvaziando-se de si, tornando-se um objeto que não possui ser, mas aparência.

Paralelamente a este processo tem-se um outro de interação mundial: a Globalização, que primeiramente foi político-econômico, mas que se tornou também cultural. Por meio deste ocorreu e ocorre um grande sincretismo de informações, estas que não são processadas e assimiladas de forma correta, causando uma grande alienação nas pessoas.

Tratar-se-á da estrutura do pensamento humano posteriormente, mas pode-se adiantar que em tal estado o homem fica apático à realidade, e como tal é manipulado. Manipulado pela ideologia atual – pautada em valores que priorizam a aparência – que exalta e proporciona o prazer puro e simples, aquele contentamento que vem de fora; que busca preencher um grande vazio que existe na alma humana, mas que não consegue.

Esta é a construção da condição atual da sociedade, rica em conhecimento e em tecnologias, mas carente daquilo que é mais essencial ao homem, o ser. E este é o perfil de muitos

de nossos educandos, crianças e adolescentes que estão descaracterizados enquanto seres humanos, que buscam, no mero divertimento, a felicidade. E aqui surge uma questão: como proporcionar um diálogo com estes, como inserir nesta realidade a proposta da catequese? Para responder a tal pergunta vamos primeiro refletir um pouco sobre a dinâmica da cultura atual, denominada de cybercultura e/ou cultura planetária.

Cybercultura e/ou cultura planetária

É deveras arriscado aproximar a cybercultura da cultura planetária, pois as duas possuem pontos de partida e fundamentos diferentes. A primeira é resultado do grande desenvolvimento tecnológico, principalmente das tecnologias de informação, pois estas acabaram por criar uma realidade diferente, virtual, denominada de cyberespaço.

Este pode ser entendido à luz de duas perspectivas: como o lugar onde estamos quando entramos num ambiente virtual (realidade virtual), e como o conjunto de redes de computadores, interligadas ou não, em todo o planeta (Internet). E, segundo o sociólogo francês Pierre Lévy, “o conjunto das técnicas (materiais e intelectuais), das práticas e das atitudes (modos de pensamento e valores) desenvolvidos no cyberespaço constituem a cybercultura”.

No que diz respeito à cultura planetária, esta se desenvolveu a partir do processo de globalização econômica, quando se começou a entrar em contato com outras culturas, com finalidades comerciais. Ela não é uma cultura mundial, pois não envolve *todos* os povos, países e comunidades, mas somente representantes de todos os continentes. Ela permeia as relações entre as pessoas, que, unindo elementos de diversas culturas, modificam sua forma de ver o mundo, de se relacionar com os outros e de acreditar em Deus.

Percebe-se assim que as duas perspectivas de cultura são diferentes, mas elas possuem uma característica em comum, e por meio desta é que aqui se atreve aproximá-las: a descontinuidade. Ambas unem elementos diferentes e antagônicos, que formam uma realidade nova, mas que não se constitui um todo; tem-se um universo de significados, que convivem na mesma realidade, mas que não possuem vínculos de ligação. Nas palavras de Pierre Lévy: “Essa universalidade desprovida de significado central, esse sistema da desordem, eu a chamo o *universal sem totalidade*”.

A palavra universal significa aquilo que abrange todas as coisas, que se estende e abarca todas as realidades. A palavra totalidade, por sua vez, significa a reunião, a soma de todas as partes que constituem o todo. Assim, a realidade da cultura atual é esta: abrange realidades de inúmeras culturas, mas não é capaz de formar um todo homogêneo.

Nesta realidade o homem se sente bombardeado por uma grande quantidade de informações, ideias, costumes, e tentando assimilá-los acaba perdendo sua identidade própria. Se sente perdido e só. Um sociólogo e psicanalista, Raymond Barglow, em seu livro *A crise da personalidade na era da informação*, afirma o seguinte: “os sonhadores (...) expressam um sentido

de solidão experimentada como existencial e inevitável, inerente à estrutura do mundo (...) totalmente isolado, o ser sente-se irrecuperavelmente perdido”.

E por este motivo busca a todo custo coisas externas que preencham este vazio; disto deriva o consumismo exacerbado, a sexualidade potencializada, e outras tantas realidades que na maioria das vezes são mecanismos de defesa, dos quais o homem se utiliza com vistas a tornar sua existência mais “divertida”, ou até mesmo suportável.

Poder-se-ia questionar agora: qual é o lugar de Deus e da religião nesta sociedade? Deixando de lado as reinterpretações de Deus, que fazem dele um mero mecanismo de salvação, ou um consultor financeiro, ou um “amiguinho” para as horas difíceis da vida; e as que fazem da religião um negócio lucrativo, ou um palco para se lançar novos talentos; pretende-se somente pontuar duas questões que estão diretamente ligadas uma a outra.

Desde o início do século XIX, e até antes dele, um sentimento antirreligioso permeava a cultura, como se viu no item anterior. Os valores não mais se baseavam na divindade, mas sim na realidade da vida humana; isto se refletiu de forma intensa em toda a cultura. O homem sem Deus perde o rumo, a direção, e se esvazia de si, ficando no estado anteriormente citado. Um filósofo alemão dessa época narra com muita propriedade a morte cultural de Deus. O texto pode aparentar ser um pouco sensacionalista ou forte demais, mas expressa o sentimento que está embutido na angústia do homem contemporâneo.

Em tal situação a religião perde também o seu sentido primeiro: proporcionar uma aproximação e uma relação mais íntima com Deus. É acusada neste período de ser o ópio do povo, de proporcionar a alienação da realidade, de atrasar o grande progresso da humanidade. Ela acaba sendo excluída culturalmente.

Contudo, aqui se poderia questionar estas afirmações, pois atualmente há uma grande busca do divino, não só em nossa Igreja, mas também em outras comunidades religiosas. Mas pode-se perguntar: que tipo de busca é esta? Será que não é movida por uma busca estéril de salvação? Já que a finalidade única da busca de Deus é isto. Ou ainda não se busca um consultor financeiro para os problemas econômicos? Ou então um ombro amigo para ajudar a resolver os problemas? Aqui de forma alguma quero julgar e condenar, mas estas atitudes muitas vezes não levam a um encontro pessoal com Deus; são buscas externas que visam resolver problemas imediatos.

A verdadeira e necessária busca vem do coração, pois é uma necessidade de estar com Deus e com os irmãos, de vivenciar, não por obrigação, mas por amor, seus mandamentos. E este é nosso desafio: como desenvolver esta consciência nos educandos, para que eles possam entender o que é a religião, a sua importância na vida humana, e viver de acordo com a fé.

A estrutura do pensamento e a formação da consciência

Como educador, apesar de o ser de forma informal, o catequista deve sempre buscar conhecer melhor quem é o homem, quais as suas peculiaridades, para que assim seu trabalho seja mais efetivo. Por isto neste item tratar-se-á da estrutura do pensamento humano, e como podemos realmente proporcionar um aprendizado e uma formação de consciência.

Um pensador alemão do século XVIII, responsável pelo maior estudo sobre a capacidade cognitiva, Immanuel Kant, afirma que possuímos aquilo que ele denominou de a faculdade esquemática, que proporciona a produção do conhecimento. Ela é responsável por relacionar as várias realidades que apreendemos.

Como exemplo tomemos um bolo; para poder afirmar que conhece o bolo, deve-se apreender a realidade de cada ingrediente, de como se deve misturá-los, o tempo de assar, os confeitados que nele devem ser feitos e por fim prová-lo. Somente assim é que se pode dizer que se conhece um bolo. E todas as realidades obedecem a esta mesma ordem. Percebe-se assim que primeiro conhecemos as coisas simples que em conjunto formarão o objeto a ser conhecido (do simples para o complexo). Primeiro obtemos as informações – dados sobre determinada realidade – e depois as reunimos de forma tal que acabamos compondo a realidade como é, formando um conhecimento sobre ela.

A sociedade atual é conhecida como a *Era da Informação*, pois com o desenvolvimento das tecnologias, principalmente dos Meios de Comunicação em Massa (MCM), as informações chegam a todos de forma rápida e eloquente. Também, só que em um sentido pejorativo, são assim denominadas porque não incentivam, em sua maioria, o homem a processar uma esquematização e produzir o conhecimento. Por exemplo, as notícias da TV sempre vêm acompanhadas de um comentário; não há a necessidade de senso crítico para analisá-las.

Os filmes e novelas possuem uma matriz básica, pouquíssimos fogem a esta regra: existe um bandido, um mocinho, uma donzela. O primeiro faz os outros sofrerem sempre, mas no fim ele recebe seu castigo, o mocinho fica com a donzela e vivem felizes para sempre. Não é preciso pensar, pois, apesar de toda a tecnologia dos filmes atuais, a matriz do enredo é a mesma. As músicas, por mais que sejam expressão de uma determinada comunidade social, em sua maioria não trazem conteúdo, são mais som, batucque e ritmo, não são conscientizadoras, nem proporcionam uma reflexão.

E o produto de tudo isto é uma alienação da realidade. No que diz respeito à religião, o processo é o mesmo, pois as crianças e os adolescentes não são levados a refletir sobre os temas tratados, mas a assimilar dados desconexos. Uma assimilação estéril, pois não proporciona resultados efetivos de formação de consciência. Tornar-se-ão cristãos de fachada, com uma fé frágil, e muitas vezes quase nunca vivenciada. E poder-se-ia perguntar: como mudar esta situação? A respeito disso, trataremos no item a seguir.

Para uma pedagogia planetária

É claro que não se pode resolver todos os problemas, mas sim se pode resolver os problemas que dizem respeito à catequese. Em outras palavras, proporcionar uma educação religiosa que prime o conhecimento das verdades da fé, para que os educandos possam entender o que são, qual a sua importância e o porquê de vivê-las. Enfim, proporcionar a criação de uma consciência diferente da que eles vivem, que analisa e compreende os porquês.

Um sociólogo francês chamado Edgar Morin vem há algum tempo pesquisando qual seria, na sociedade atual, a melhor forma de ensino, visando proporcionar aos educandos uma visão clara e completa da realidade. Afirma em um de seus livros que “mais vale uma cabeça benfeita do que uma bem cheia”, não importando assim a quantidade de coisas ensinadas, mas a qualidade.

E o que seria esta qualidade? Seria um ensino no qual demonstramos o objeto, mas também as causas e as consequências, apresentando assim todo o conjunto. Relembrando um pensador holandês do século XVII, Blaise Pascal, que afirma que “o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes”, Morin exalta a necessidade de o educador demonstrar aos estudantes todos os temas que fazem parte do assunto trabalhado, como também a inter-relação entre eles.

Mas para a formação de consciência da criança e do adolescente não basta somente a compreensão de todo o conjunto, porque ele já traz isso consigo, quando vem para a catequese: anos de aprendizado, vários conteúdos ensinados pela família, amigos e escola.

O psicólogo russo Lev Vygotsky foi o primeiro autor a chamar atenção à importância do envolvimento ambiental no desenvolvimento da criança e no processo de formação da mente. Podendo-se afirmar que o seu projeto consistia em uma tentativa de estudar os processos de transformação em uma dimensão *histórico-cultural*.

Como o próprio autor afirma: “O pensamento não é uma forma de comportamento natural e inata, mas é determinado por um processo histórico-cultural e tem propriedades e leis específicas”. Afirmava a existência de uma *Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD)*, um período no qual a criança ainda não consegue, sozinha, desenvolver atividades e compreender realidades, pois estas funções ainda estão em processo de maturação no indivíduo.

E esse período vai desde quando é bem pequena até os 14 anos, quando ela já consegue sozinha formar racionalmente, sem a ajuda de outro, seus próprios conteúdos. A função do educador, neste caso, em especial do catequista, é auxiliar na maturação, incentivar os conteúdos que são positivos e corrigir aqueles transviados.

Percebe-se assim que, para que a catequese seja efetiva, devemos em primeiro nos inserir na vida e história de nossos educandos, observar e trabalhar com os conteúdos que eles trazem, proporcionando assim um diálogo. Em segundo, deve-se inserir também na realidade

atual da sociedade, que, como se pode perceber nos itens anteriores, retira do homem aquilo que lhe é mais próprio: a sua identidade pessoal, o seu ser.

Por fim, deve-se questionar aquilo que não vai ao encontro da doutrina, proporcionar um diálogo em que todos possam falar e perceber o que estão errando. Aqui se pode retornar à introdução deste pequeno ensaio, pois tal atitude consiste exatamente na posição de São Paulo, que, com sabedoria de Deus, se adaptou à realidade dos tempos e povos, e, com força também Dele, impediu a perda da essência e da espiritualidade do que foi pregado.

Considerações finais

O educador orgânico necessita não só de informação, mas também de formação de qualidade para que possa trabalhar em sua comunidade com questões culturais, sociais e políticas, como a globalização, o consumismo e a falta de sentido, dentre outros temas presentes em nossa sociedade e nas diversas culturas que começaram a fazer parte de nosso dia a dia.

Como vimos, há uma grande questão que gera grandes danos à religião: o sentimento anticlerical e antirreligioso que permeia esta época, gerando uma inversão dos valores, daquilo que é bem e mal presente em nosso meio, a partir da mídia e do sistema capitalista que tem unicamente o objetivo de fomentar o consumismo, promovendo com isso um vazio existencial.

Assim, para poder compreender e refletir melhor sobre toda esta situação e os desafios que o educando deve enfrentar com sabedoria e força, propomos neste artigo uma pequena incursão na história para demonstrar como toda esta situação se formou, procurando analisar as suas consequências, estudando assim a estrutura do pensamento humano, para assim traçar um ou mais métodos de catequese com a finalidade de: primeiro, proporcionar um diálogo e depois desenvolver no educando uma consciência crítica e uma espiritualidade, promovendo assim uma formação madura e conseqüentemente de melhor qualidade.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96*. In: D.O.U. de 20/12/1996. Brasília, 1996.
- CRUZ, Therezinha. *A catequese e o desafio da cidade*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- IGREJA CATÓLICA. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Catequese renovada: orientações e conteúdo*. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 1984. 139 p.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LIMA, Luiz Alves de. *A face brasileira da catequese: um estudo histórico-pastoral do movimento catequético brasileiro das origens ao diretório “catequese renovada”*. Roma: Universidade Pontifícia Salesiana, 1995. 550 p.
- LÉVY, Pierre. *O Universal sem totalidade: a essência da cybercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MESTRE ECKHART. *Sermões*. São Paulo: Loyola, 2000.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 27.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

SENA, Luzia. *Ensino Religioso e formação docente: Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2006.

VYGOTSKY. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 63.

Recebido em 03/04/17

Aprovado em 24/04/17



Notas

Poesia sagrada como arte: uma análise literária e retórica do Salmo 49

Tiago Abdalla Teixeira Neto*

Resumo: Os antigo poetas hebreus usaram não apenas o conteúdo de seus textos, mas também a forma deles para comunicar sua mensagem ao público de sua época, empregando recursos literários e retóricos importantes para isso. O autor do salmo 49 é identificado como membro do movimento sapiencial do antigo Israel, preocupado com o problema da prosperidade dos ímpios enquanto os justos sofrem. Sua resposta a esse dilema é construída por meio de um texto com estrutura quiasmática, que repete um refrão, com certa variação, para mostrar que o homem que confia em seus bens não permanece para sempre nem consegue perceber a limitação e fragilidade de sua vida. Por meio de recursos literários, como assonância e repetição de termos com sentidos opostos, o salmista retrata, com certa ironia, a infeliz sina dos que confiam em riquezas transitórias, as quais não podem alterar o curso final da vida humana: a morte.

Palavras-chave: Arte, Exegese, Literatura, Poesia, Salmo.

Abstract: The ancient Hebrew poets used not only the content of their texts, but also the form of them to communicate its message to the public of his time, using important literary and rhetorical resources for this. The author of Psalm 49 is identified as a member of the sapiential movement of ancient Israel, concerned with the problem of the prosperity of the wicked while the righteous suffer. His response to this dilemma is constructed through a text with a chiasmatic structure that repeats a refrain with a certain variation to show that the man who trusts in his possessions does not remain forever nor can he realize the limitation and fragility of his life. By means of literary devices, as assonance and repetition of terms with opposite meanings, the psalmist portrays, with some irony, the unfortunate fate of those who rely on transient riches, which can not alter the final course of human life: death.

.....

* Bacharel em Teologia (Faculdade de Teologia Sul Americana) e mestrando em Ciências da Religião, com especialização em Religião e Literatura do Mundo Bíblico, pela UMESP, sob a orientação do Dr. José Ademar Kaefer. Bolsista da CAPES. E-mail: tatn84@hotmail.com.

Introdução

“A poesia lírica se distingue de outras formas literárias no fato de ela ser uma forma mais concentrada de discurso com uso mais intencional de elementos artísticos.”¹ Portanto, deixar de observar a forma artística usada pelos poetas bíblicos para comunicar sua mensagem de modo vívido para seus leitores implica, certamente, deixar de apreciar parte do sentido que o texto pode nos transmitir.

Neste artigo, pretendemos lidar com os aspectos literários do salmo 49. A princípio, queremos investigar sua relação com a chamada literatura de sabedoria: é possível classificá-lo como poesia sapiencial, distinto, por exemplo, de outras composições culturais, como os lamentos e os hinos? Em seguida, analisaremos a estrutura do salmo, examinando propostas e sugerindo uma maneira de compreender o arcabouço literário que contribua para uma apreciação mais ampla de sua beleza retórica. Por fim, destacaremos elementos artísticos que reforçam e tornam mais vívida a mensagem do texto bíblico que é nosso objeto de estudo.

1. Salmo 49 como literatura de sabedoria

Em geral, há o reconhecimento de que alguns salmos da Bíblia Hebraica devem ser classificados como “salmos de sabedoria”, relacionados aos mestres do antigo Israel, que estavam, de certa forma, ligados ao movimento mais amplo da sabedoria no Antigo Oriente Próximo.² Um dos temas centrais da sabedoria em Israel eram a pobreza e a riqueza e a retribuição divina³ devido à sua preocupação com o ensino de uma conduta prática, fornecendo regras para uma filosofia de vida.⁴ Os salmos sapienciais também lidam com problemas que ameaçavam a vida dos fiéis no antigo Israel, desenvolvendo reflexões e propondo soluções.⁵

Segundo Westermann, devemos distinguir entre “ditados de sabedoria”, breves sentenças sapienciais encontradas, por exemplo, nos Salmos de Peregrinação (שִׁיר הַמַּעְלוֹת; Sl 127.1,2,3-5; 133), e os “poemas/cânticos de sabedoria” (e.g., Sl 37; 49; 73; et al.), que são composições maiores e tinham uma profunda relação com o culto no antigo Israel.⁶ À medida que os antigos mestres dominaram os gêneros dos salmos começaram a usá-los como meios para expressar

¹ ROSS, Allen P. Psalms. In: WALVOORD, John F.; ZUCK, Roy B. *The Bible Knowledge commentary*. Wheaton: Victor Books, 1985, v. 1, p. 780.

² BERRY, Donald K. *An introduction to wisdom and poetry of the Old Testament*. Nashville: Broadman and Holman, 1995, cap. 2 (edição kindle); KRAUS, Hans-Joachim. *Los Salmos*. Salamanca: Sigueme, 1993, p. 89-90; LASOR, William S.; HUBBARD, David A.; BUSH, Frederic W. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 485-7.

³ SABOURIN, Leopold. *The Psalms: their origin and meaning*. New York: Alba House, 1974, p. 370; PINTO, Carlos Osvaldo Cardoso. *Foco e desenvolvimento no Antigo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Hagnos, 2014, p. 478.

⁴ SCHÖKEL, Luis Alonso, CARNITI, Cecília. *Salmos: tradução, introdução e comentário*. São Paulo: Paulus, 1996, v. 1, p. 59; BELLINGER, W. H. Jr. *Psalms: a guide to studying of Psalter*. 2. ed. Grand Rapids: Baker Academic, 2012, p. 129.

⁵ VON RAD, Gerhard. *La sabiduría em Israel: los sapienciales, lo sapiencial*. Madrid: Fax, 1973, p. 72.

⁶ WESTERMANN, Claus. *The Psalms: structure, content and message*. Minneapolis: Augsburg, 1980, p. 111.

suas reflexões,⁷ havendo, conseqüentemente, uma influência recíproca de temas entre a literatura sapiencial e a tradição do culto a Yahweh.⁸

Os salmos sapienciais estão relacionados entre si não por um gênero literário específico, mas por temas e linguagem comuns.⁹ Essas características têm sido identificadas por estudiosos a fim de auxiliar na classificação dos textos de sabedoria da tradição cultural hebraica. Apesar da relutância de poucos estudiosos em classificar o salmo 49 como “salmo de sabedoria”,¹⁰ há um consenso de que esta seja a designação mais adequada para o texto de nossa análise.¹¹

Diversos elementos indicam que o salmo 49 é sapiencial. Em primeiro lugar, salmos sapienciais apresentam um chamado inicial feito pelo mestre (cf. Sl 78.1; cf. Pv 2.1; 7.24).¹² O início do texto em análise traz esse chamado que se dirige não apenas a Israel, mas a todos os povos:

שְׁמַעוּ-זֹאת כָּל-הָעַמִּים

“Ouvi isto todos os povos”

הִאֲזִינוּ כָּל-יִשְׁבֵי הָאָרֶץ

“Dai ouvidos todos os habitantes do mundo”

Outra característica importante dos salmos sapienciais é a tentativa de responder à evidente ausência de retribuição à maldade dos ímpios e à justiça dos fiéis nesta vida, pois os ímpios parecem prosperar enquanto os justos padecem.¹³ O salmo 49 busca lidar com essa questão debatida pelos sábios. A pergunta inicial, logo na primeira parte do salmo, indica esse foco do autor: “Por que temerei [...] iniquidade de traidores¹⁴ [que] me cercam, *os que confiam em sua*

.....
⁷ VON RAD, 1973, p. 72.

⁸ WEISER, Artur. *Os Salmos*. São Paulo: Paulus, 1994. p. 59.

⁹ KRAUS, 1993, p. 90; SABOURIN, 1974, p. 369-71.

¹⁰ Gestenberger, por exemplo, demonstra essa relutância e afirma que o salmo é uma “comunicação cultural divina” composta para ser cantada por um solista em um contexto de culto religioso em Israel. No entanto, ele mesmo reconhece que a linguagem do salmo revela “a influência da reflexão de sabedoria na adoração posterior ao Exílio” e o classifica como “Meditação e Instrução” (GESTENBERGER, Erhard S. *Psalms: part I — with an introduction to cultic poetry*. Grand Rapids: Eerdmans, 1988, psalm 49 [edição kindle]).

¹¹ CRAIGIE, Peter C. *Psalms 1—50*. Word Biblical Commentary. Nashville: Thomas Nelson, 1983. p. 358; DAHOOD, Mitchell. *Psalms 1—50: a new translation with introduction and commentary*. The Anchor Yale Bible. Garden City: Doubleday, 1965. p. 296; ZUCKER, David J. The riddle of Psalm 49. *Jewish of Bible Quarterly*, v. 33, n. 3, 2005, p. 147; WEISER, 1994, p. 285; KRAUS, 1993, p. 732-3; SABOURIN, 1974, p. 374-5; LONGMAN III, Tremper. *Psalms*. Nottingham: Inter-varsity, 2014, psalm 49 (edição kindle).

¹² BELLINGER, 2012, p. 130; KRAUS, 1993, p. 91.

¹³ LONGMAN III, 2014, psalm 49; SABOURIN, 1974, p. 370.

¹⁴ A palavra se deriva de um verbo que pode indicar tanto “segurar no calcanhar” (Gn 25.26) quanto “enganar” (Jr 9.4). A ideia de um amigo íntimo e de confiança que “faz crescer o calcanhar contra mim” (Sl 41.10[9]) indica traição e deslealdade. Brown, Driver, Briggs propõem: “aqueles que tomariam alguma vantagem traiçoeira de mim” (BROWN, F., DRIVER, S., BRIGGS, C. *The Brown-Driver-Briggs Hebrew and English lexicon*. Oxford: Clarendon, 1977. p. 784; cf. Swanson, J. *Dictionary of biblical languages with semantic domains*: Hebrew (Oak Harbor: Logos Research Systems, 1997, פָּרַע [edição eletrônica]).

riqueza e na abundância de sua riqueza se gloriam?”¹⁵ (Sl 49,6-7 [5-6]). Claramente, os ricos (os que confiam em sua riqueza) são identificados como traidores maldosos que perseguem o justo.

A resposta/advertência segura no versículo 17 [16] ressalta, novamente, essa questão e mostra que o justo não precisa temer o ímpio que se enriquece: “Não temas se um homem se enriquecer, se a glória de sua casa aumentar”,¹⁶ pois a morte é a grande niveladora e demonstrará, de forma, definitiva o caráter efêmero das riquezas, cancelando as diferenças entre ricos e pobres:¹⁷ “Porque na morte dele não tomará o todo, não descerá atrás dele a sua glória”¹⁸ (v. 18 [17]). Enquanto os justos são “redimidos” (הַפְּדָה) da morte por Yahweh (v. 16 [15]), os ímpios que confiam nas riquezas, não em Yahweh, “como rebanho serão designados para o Xeol, [a] Morte os pastoreará...”¹⁹ (v. 15 [14]).

Termos do salmo como הַכְּמָה (“sabedoria”; cf. Pv 1.20; 9.1; 24.7), תְּבוּנָה (“entendimento”; cf. Jó 12.12; 26.12; Pv 5.1), מְשָל (“provérbio”; cf. Pv 10.1; 25.1; Ec 12.9), חֵידָה (“enigma”; cf. Pv 1.6; Sl 78.2) são característicos da literatura de sabedoria do antigo Israel.²⁰ A estilização autobiográfica também faz parte da poesia sapiencial (cf. Sl 73; Pv 24.30-34).²¹ No salmo 49, a declaração do autor de que falará de “sabedoria” e “abrirá” um “enigma” ocorrem na primeira pessoa (v. 4-5), bem como a descrição da situação inicial em que o salmista se vê cercado por ímpios traiçoeiros e ricos (6,7).

Diante dos vários aspectos aqui destacados não há dúvidas de que o salmo 49 é uma poesia de sabedoria, escrita por um mestre que reflete sobre as incoerências da vida e busca respondê-las com os elementos da morte e do cuidado de Yahweh para com aqueles que nele confiam, livrando-os do Xeol.

2. Estrutura do salmo

Dentre as propostas mais ousadas para entender a estrutura do salmo 49 está a de David Zucker, que propõe uma reordenação dos versículos, seguindo uma estrutura de degraus e perguntas-respostas, em que parte de um verseto²² é repetida e se torna o ponto de partida

.....

¹⁵ הַבְּטוּתִים עַל־חֵילָם וּבָרַב עֲשָׂרָם וְתַהֲלִלוּ לְמָה אֵירָא [...] עוֹן עַקְבִי יִסּוּבְנִי

¹⁶ אֶל־תִּירָא פִּי־יַעֲשֶׂר אִישׁ כִּי־יִרְכֶּה כְּבוֹד בֵּיתוֹ

¹⁷ GOULDER, Michael D. *The Psalms of the sons of Korah*. Sheffield: JSOT, 1982. p. 181; BERRY, 1995, cap. 5.

¹⁸ כִּי לֹא בְמוֹתוֹ יִקַּח הַכֹּל לֹא־יִרְדּוּ אַחֲרָיו כְּבוֹדוֹ

¹⁹ כִּצְאֹן לְשֵׂאוֹל שְׂתוּ מִנְת יָרְעִם

²⁰ GESTENBERGER, 1988, psalm 49; BERRY, 1995, cap. 1.

²¹ KRAUS, 1993, p. 90.

²² Seguimos a preferência de Robert Alter por “verseto”, em vez de usarmos hemistíquio ou *colon* (plural *cola*), porque “ambos têm associações equivocadas com a versificação grega, o último termo também evoca, de forma inadvertida, associações com órgãos intestinais ou refrigerantes” (ALTER, Robert. *The art of biblical poetry*. New York: Basic Books, 2011, cap. 1 [edição kindle]).

para um novo movimento na poesia do salmo.²³ O problema com a proposta é que ela demanda uma mudança radical na sequência do texto, sem apoio textual para isso: vv. 2 e 4; vv. 3 e 5 / vv. 6 e 14; vv. 7 e 15; vv. 8 e 16; vv. 9 e 17; vv. 10 e 18; vv. 11 e 19 / vv. 12 e 20.²⁴

A falta de correspondência em algumas perguntas-respostas também revela a fraqueza do esquema de Zucker, reconhecida pelo próprio autor, mas justificada como sendo causada pelas alterações que o salmo sofreu no processo de transmissão.²⁵ Fica evidente o argumento circular aqui: algumas perguntas-respostas não têm correspondência porque sofreram corrupção, e a suposta corrupção é vista na falta de correspondências entre as perguntas-respostas.

J. Spangenberg propõe uma divisão em que a introdução (vv. 2-5) é seguida por quatro estrofes (vv. 6-10, 11-12, 14-16, 17-20), com os refrões (vv. 13, 21) separando a primeira dupla de estrofes da segunda.²⁶ Para Spangenberg o salmo tem uma estrutura quiasmática e concêntrica, em que há uma relação entre os refrões C. 13 e C'. 21, entre as estrofes A. 6-10 e A'. 17-10 e entre as estrofes B. 11-12 e B'. 14-16.²⁷

A. 6-10

B. 11-12

C. 13

C'. 21

B'. 14-16

A'. 17-20

John Goldingay propõe uma divisão semelhante à de Spangenberg, mas, assim como Derek Kidner,²⁸ liga os refrões à segunda (vv. 11-13) e à quarta estrofes (vv. 17-21),²⁹ produzindo a seguinte estrutura quiasmática:

A. 6-10

B. 11-13

B'. 14-16

A'. 17-21

.....

²³ ZUCKER, 2005, p. 145-7.

²⁴ ZUCKER, 2005, p. 145-7.

²⁵ ZUCKER, 2005, p. 151.

²⁶ SPANGENBERG, I. J. I. Psalm 49 and the book of Qohelet. *Verbum et ecclesia*, v. 18, n. 2, 1997, p. 329-30.

²⁷ SPANGENBERG, 1997, p. 330-1.

²⁸ KIDNER, Derek. *Salmos 1-72: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1980. p. 203-6.

²⁹ GOLDINGAY, John. *Psalms*. Baker Commentary on the Old Testament. Grand Rapids: Baker, 2006. v. 1: Psalms 1-41, psalm 49 (edição kindle).

A justificativa dos autores para essa divisão quádrupla, distinta da estrutura tradicional de duas estrofes, é a relação quiasmática paralela entre as estrofes tanto em temas quanto em vocabulário. Há paralelos entre os v. 6 e v. 17 (a questão do temor) e entre o v. 10 e o 20 (uso do verbo – “não *verá* a sepultura” / “não *verá* a luz”), ligações que, no esquema de Spangenberg, iniciam e fecham as estrofes.³⁰ Goldingay observa, ainda, que as estrofes A (6-10) e A' (17-21) focalizam o tema de que a riqueza não consegue livrar os ricos da morte.³¹

No segundo paralelo de estrofes B (vv. 11-12) e B' (vv. 14-16), Spangenberg destaca que os v. 11 e v. 16 contêm, respectivamente, o מִשְׁלֵל (“provérbio”) e o הִיָּחֵ (“enigma”) (v. 5). O provérbio do v. 11 afirma que a morte é o único estado do qual rico e pobre, sábio e tolo não podem ser redimidos, mas o enigma está no fato de que o fiel afirma que ele será redimido (v. 16).³² Já Goldingay afirma que a ligação está na revelação de ambas as estrofes B e B' de que a morte atinge a todos, sábios e ricos, a menos que Deus os redima.³³

Apesar dessas ligações temáticas relevantes, a divisão em quatro estrofes deixa de notar outros *links* temáticos e verbais que poderiam ser identificados caso fossem preservadas apenas duas estrofes com dois refrões no final de cada uma. Por exemplo, a estrofe A (6-10) tem fortes relações temáticas/verbais com a estrofe B' (14-16), como a ideia da redenção indicada pelos termos פָּדִיִן (“resgate”) e פָּדָה (“redimir”) em vv. 8-9 (A) e v. 16 (B') ou pelo termo נְפֻשׁ (“vida”, “alma”) em v. 9 (A) e v. 16 (B). A mesma relação pode ser traçada entre B (vv. 11-12, Spangenberg) A' (17-20, Spangenberg). O túmulo como בֵּית (“casa”) do rico (v. 12) é contrastado à בֵּית (“casa”) atual dele no versículo 17. A ideia de deixar os bens para trás (vv. 11 e 18) também é uma ligação entre ambas as partes.

Portanto, a melhor estrutura para interpretar o salmo e apreciar sua arte retórica, observando as relações paralelas entre as estrofes e refrões é mantê-lo com uma introdução (vv. 2-5), seguida por duas estrofes principais (vv. 6-12 e 14-20) com dois refrões semelhantes, mas não idênticos, ao final de cada uma delas (vv. 13, 21).³⁴ “As duas partes têm o mesmo tema e algumas relações significativas, sem ser duplicação”.³⁵ Portanto, podemos propor a seguinte estrutura quiasmática, mas não concêntrica, para a parte principal do salmo:

A. 6-12 (primeira estrofe)

B. 13 (primeiro refrão)

A'. 14-20 (segunda estrofe)

.....

³⁰ SPANGENBERG, 1997, p. 331-2.

³¹ GOLDINGAY, 2006, psalm 49.

³² SPANGENBERG, 1997, p. 332.

³³ GOLDINGAY, 2006, psalm 49.

³⁴ CRAIGIE, 1983, p. 358; GESTENBERGER, 1988, psalm 49; WEISER, 1994, p. 285; LONGMAN III, 2014, psalm 49.

³⁵ SCHÖKEL; CARNITI, 1996, p. 672.

B'. 21 (segundo refrão)

3. A retórica do salmo: termos recorrentes e temas dominantes

Nesta última parte, pretendemos analisar a arte retórica do autor do salmo 49 destacando aspectos literários na construção de seu texto que o tornam mais claro e vívido para o leitor. Para isso analisaremos dois elementos da arte literária, a repetição e a assonância.

O fato de que os salmos são obras artísticas significa que eles revelam em plena medida e com maior frequência os elementos da forma artística, incluindo arranjos, esquema, unidade, harmonia e variação. Os salmistas eram imaginativos e criativos; eles consideravam seu trabalho artístico tão fundamental quanto seu conteúdo.³⁶

Um dos elementos retóricos usados pelo salmista é a *repetição*. Schökel e Carniti³⁷ notam o uso reiterado da raiz משל, que ocorre tanto na introdução quanto nos refrões do meio e do fim do salmo. O autor diz que inclinará seu ouvido “a uma parábola/comparação” (לְמַשָּׁל) (v. 5) e, nos versículos 13 e 21, afirma que o homem “em honra” (בִּיקָר) (ou seja, com elevado status social por sua riqueza)³⁸ “é semelhante” (נִמְשָׁל) aos animais em dois aspectos: não “pernoita”/“permanece” (יָלִין) nem “tem entendimento” (יָבִין). É “como se [o autor] dissesse: vou propor uma comparação ou semelhanças [...]: A que se assemelha o homem rico? — Parece-se com os animais que perecem [e não têm entendimento]”.³⁹

Chama a atenção a repetição do verbo יָרָא (“temer”), que aparece na pergunta retórica do versículo 6: “Por que *temerei*...”, a qual é respondida pelo v. 17: “Não *temas*...”.⁴⁰ O problema que preocupava o justo sofredor no início do salmo diante do poder econômico do ímpio já não o preocupa mais, pois sabe que a morte cancelará essa distinção.⁴¹

A repetição também ocorre com o verbo יָרָא. Afirma-se que o homem é incapaz de dar a Deus o “preço de seu resgate” (כֶּפֶר) (v. 8) para que “*não veja a cova*” (לֹא יִרְאֶה הַשְּׁחַת) (v. 10). Mais à frente, os ímpios ricos “*não verão a luz*” (לֹא יִרְאוּ אֹר) (v. 20), uma imagem para a morte, prova de que “verão” a cova, pois não conseguirão pagar o resgate de suas vidas. O túmulo como בַּיִת (“casa”) do rico (v. 12) é contraposto à בַּיִת (“casa”) atual dele, que é marcada por כְּבוֹד (lit., “glória”, com a ideia de “luxo”⁴²) (v. 17). Apesar de todo investimento na “glória” de sua casa

³⁶ ROSS, 1985, v. 1, p. 780.

³⁷ SCHÖKEL; CARNITI, 1996, p. 669-70.

³⁸ Ver o uso de יָקָר em Ester 1.4; 6.3 (cf. GOLDINGAY, 2006, psalm 49).

³⁹ SCHÖKEL; CARNITI, 1996, p. 670.

⁴⁰ ESTES, Daniel J. Poetic artistry in the expression of fear in Psalm 49. *Bibliotheca Sacra*, v. 161, n. 1, 2004, p. 59-60.

⁴¹ BERRY, 1995, caps. 1 e 5.

⁴² BROWN; DRIVER; BRIGGS, 1977. p. 458.

terrena, o ímpio terá uma surpresa ao descobrir que sua “casa” definitiva, a sepultura, não é nada gloriosa.

O uso de “geração” (דֹר) é muito significativo, pois o rico pensa que suas mansões permanecerão “de geração em geração” (לְדֹר וָדֹר) (v. 12) até descobrir que suas posses não o poderão acompanhar quando ele for ter “com a geração de seus pais” (עַד-דֹר אֲבוֹתָיו) (v. 20). “Em vez de desfrutar de prosperidade perpétua, eles [os ricos tolos] serão enviados para o mesmo destino não invejável de seus predecessores”.⁴³

Outro elemento retórico bem empregado pelo autor do salmo 49 é a *assonância*. Ocorre um jogo de palavras com assonância entre אָדָם (“ser humano”) e אֶרֶץ (“terra”). O primeiro termo é usado nos versículos 3, 13, 21 associando todas as pessoas por sua humanidade em comum. Os ricos buscam a imortalidade, distinguindo-se de outros mortais, ao dar “seus nomes às terras [אֶרֶצוֹת]” (v. 12), mas seus planos fracassam, pois o “ser humano [אָדָם] em sua honra não permanece” (v. 13).

Alguns autores tentaram reconstruir o texto do versículo 21, como fizeram escribas de alguns manuscritos de textos hebraicos,⁴⁴ alterando יָבִין (“entende”) para יָלִין (“permanece”), para ficar idêntico ao versículo 13. No entanto, essa reconstrução destrói a assonância pretendida pelo autor entre יָבִין e יָלִין, que fornece as características complementares “[d]os que confiam em suas riquezas”.⁴⁵ tal ser humano “não permanece” (בִּלְיָלִין) e “não entende” (וְלֹא יָבִין); nos dois aspectos descritos por assonância, esse rico tolo “é como os animais que perecem” (vv. 13,21).

Considerações finais

Em conclusão de nossa análise, podemos afirmar que o salmo 49 fez parte da produção literária dos mestres do antigo Israel, tanto por sua linguagem sapiencial (“sabedoria”, “entendimento”, “parábola”, etc.), quanto por elementos formais da literatura (e.g., o chamado inicial; trechos em primeira pessoa) e por temas que aparecem nele (retribuição e riqueza e pobreza).

A melhor estrutura para estudar o salmo é aquela que mantém duas principais estrofes, que seguem a introdução e são seguidas por dois refrões semelhantes, mas não idênticos. Por fim, percebe-se uma ênfase na repetição de certos termos com o propósito de chamar a atenção para sentimentos (temor), comparações (“como os animais”) e para retratar, com certa ironia, a infeliz sina dos que confiam em riquezas transitórias, que não podem alterar o curso final da vida humana: a morte.

.....

⁴³ ESTES, 2004, p. 60.

⁴⁴ Ver a nota do aparato crítico do versículo 21 na *Biblia Hebraica Stuttgartensia*.

⁴⁵ ESTES, 2004, p. 69-70.

Bibliografia

- ALTER, Robert. *The art of biblical poetry*. New York: Basic Books, 2011, cap. 1 (edição kindle).
- BELLINGER, W. H. Jr. *Psalms: a guide to studying de Psalter*. 2. ed. Grand Rapids: Baker Academic, 2012.
- BERRY, Donald K. *An introduction to wisdom and poetry of the Old Testament*. Nashville: Broadman and Holman, 1995 (edição kindle).
- BROWN, F., DRIVER, S., BRIGGS, C. *The Brown-Driver-Briggs Hebrew and English lexicon*. Oxford: Clarendon, 1977.
- CRAIGIE, Peter C. *Psalms 1-50*. Word Biblical Commentary. Nashville: Thomas Nelson, 1983.
- DAHOOD, Mitchell. *Psalms 1-50: a new translation with introduction and commentary*. The Anchor Yale Bible. Garden City: Doubleday, 1965.
- ELLINGER, K., RUDOLPH, W. (eds.). *Biblia Hebraica Stuttgartensia*. 5 ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.
- ESTES, Daniel J. Poetic artistry in the expression of fear in Psalm 49. *Bibliotheca Sacra*, v. 161, n. 1, 2004, p. 55-71.
- GESTENBERGER, Erhard S. *Psalms: part I – with an introduction to cultic poetry*. Grand Rapids: Eerdmans, 1988 (edição kindle).
- GOLDINGAY, John. *Psalms*. Baker Commentary on the Old Testament. Grand Rapids: Baker, 2006. v. 1: Psalms 1-41.
- _____. *Psalms*. Baker Commentary on the Old Testament. Grand Rapids: Baker, 2007. v. 2: Psalms 42-89.
- GOULDER, Michael D. *The Psalms of the sons of Korah*. Sheffield: JSOT, 1982.
- KIDNER, Derek. *Salmos 1-72: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1980.
- KRAUS, Hans-Joachim. *Los Salmos*. Salamanca: Sigueme, 1993.
- LASOR, William S., HUBBARD, David A., BUSH, Frederic W. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- LONGMAN III, Tremper. *Psalms*. Nottingham: Inter-varsity, 2014 (edição kindle).
- PERDUE, Leo G. The riddles of Psalm 49. *Journal of Biblical Literature*, vol. 93, n. 4, 1974, p. 533-42.
- PINTO, Carlos Osvaldo Cardoso. *Foco e desenvolvimento no Antigo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Hagnos, 2014.
- ROSS, Allen P. Psalms. In: WALVOORD, John F.; ZUCK, Roy B. *The Bible Knowledge commentary*. Wheaton: Victor Books, 1985. v. 1, p. 780.
- SABOURIN, Leopold. *The Psalms: their origin and meaning*. New York: Alba House, 1974.
- SCHÖKEL, Luis Alonso, CARNITI, Cecília. *Salmos: tradução, introdução e comentário*. São Paulo: Paulus, 1996. v. 1.
- SPANGENBERG, I. J. I. Psalm 49 and the book of Qohelet. *Verbum et ecclesia*, v. 18, n. 2, 1997, p. 328-44.

SWANSON, J. *Dictionary of biblical languages with semantic domains: Hebrew* (Oak Harbor: Logos Research Systems, 1997, edição eletrônica).

VON RAD, Gerhard. *La sabiduría em Israel: los sapienciales, lo sapiencial*. Madrid: Fax, 1973.

WEISER, Artur. *Os Salmos*. São Paulo: Paulus, 1994.

WESTERMANN, Claus. *The Psalms: structure, content and message*. Minneapolis: Augsburg, 1980.

ZUCKER, David J. The riddle of Psalm 49. *Jewish of Bible Quarterly*, v. 33, n. 3, 2005, p. 143-152.

Recebido em 02/01/17

Aprovado em 04/04/17



Revisitando a obra poética de Pedro Casaldáliga

Ênio José da Costa Brito*

Resumo: O artigo recolhe as anotações feitas por ocasião da arguição da Dissertação intitulada *A poesia de dom Pedro Casaldáliga: doadora de sentido libertador*, enriquecidas com dados de uma longa conversa com Clóvis Migotto, autor da pesquisa. Num primeiro momento, apresenta a motivação do autor, em seguida percorre a estrutura da dissertação tecendo comentários e finaliza sinalizando para a importância de se preservar a obra de Dom Pedro Casaldáliga.

Palavras-chave: Pedro Casaldáliga, Poesia, Profecia, Resistência, Libertação

Abstract: This article compiles the notes taken during the development of the thesis "*The poetry of Dom Pedro Casaldáliga: liberating meaningfulness*", enriched with data from a long conversation with Clóvis Migotto, author of the research. At first, it presents the motivation of the author during the research, and then goes through the structure of the dissertation, making comments and concluding by pointing out the importance of preserving the work of Dom Pedro Casaldáliga.

Keywords: Pedro Casaldáliga, Poetry, Prophecy, Resistance, Liberation

A participação numa banca de Mestrado do Programa de Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em fevereiro passado, me proporcionou a alegria de revisar a obra poética de dom Pedro Casaldáliga, obra sempre instigante e inserida na realidade do Brasil profundo.

Neste breve artigo partilharemos alguns tópicos da pesquisa feita para a arguição e das conversas com o autor Clóvis José Migotto, por ocasião da defesa de sua dissertação de Mestrado, intitulada *A poesia de D. Pedro Casaldáliga doadora de sentido libertador*.²

.....
* Professor titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da PUC-SP, Coordenador do Grupo de Pesquisa "Imaginário Religioso Brasileiro (Veredas)" e Vice-Coordenador do Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO-PUCSP).

² Participaram da banca os professores doutores Silas Guerriero (Orientador), Cristiane Moreira Cobra e Ênio José da Costa Brito.

Palavra inicial sobre o autor da Dissertação

Clóvis José Migotto conheceu D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, em 1997. Nesse primeiro contato se impressionou com a simplicidade e inteligência refinada de D. Pedro. De volta a Taubaté (SP), debruçou-se sobre as obras escritas de D. Pedro e logo deu conta da força de suas palavras e da beleza de suas poesias, na sua expressão, poesia de um profeta.

Em 1998, voltou a prelazia por ocasião da *Assembleia do Povo de Deus*, nessa altura sensibilizado pela percepção de que o sentido que habita a poesia do bispo de São Félix, quer ser expressão de um discurso que compromete a opção do próprio poeta, de sua vida de solidariedade com os mais pobres e oprimidos.

Por anos acalentou o sonho de realizar um estudo mais profundo dos poemas e escritos de Casaldáliga, até que 2015, ingressou no Mestrado em Ciência da Religião. O primeiro passo tinha sido dado, a ele seguiram-se dois anos de pesquisas em meio as dificuldades habituais de quem faz mestrado ou doutorado no Brasil.

A pergunta inicial, que o moveu num primeiro momento, pode ser assim formulada: como a poesia de D. Pedro Casaldáliga pode ser entendida enquanto expressão de um discurso libertador frente ao contexto sócio-histórico de opressão em São Félix do Araguaia? Ao longo da pesquisa, Migotto explicitou o “como” de sua questão inicial, que o desafiava a buscar a inteligibilidade de uma experiência poética situada num contexto brutal de opressão. Daí as questões: o que diz o poeta frente a tamanha desumanidade? O que diz, sua poesia, diz alguma coisa que faça sentido?

No bojo destas questões e estudos emerge a hipótese que o desafia: a poesia de Pedro Casaldáliga é dadora de sentido por ser terapêutica, política e mística, por integrar no jogo tenso do contexto e da existência mesmo do poeta memória e utopia, resistência e esperança

Ao pensar nos desafios que a hipótese levantava, buscou conforto nas palavras do poeta:

Dou o verso, como davam seu leite as vacas branquinegras que meu pai ordenhava, de madrugada e ao entardecer; como dá seu pregão, o chico-preto de nosso quintal, atrás da catedral-barracão de São Félix; como dá o meu Povo retirante seu olhar, sua prece, seu golpe rítmico de enxada, sua pancada libertadora no arame do Latifúndio; como dou a amargura, o sorriso, a mão estendida, o testemunho do que já vi, do que espero (CASALDÁLIGA, 1978, p. 15).

Migotto deseja com seu trabalho homenagear o bispo Pedro, reconhecer a importância de sua poesia, e divulgá-la ainda mais. Tem consciência de que o que é fundamental na sua pesquisa é afirmar o valor da poesia de Casaldáliga, enquanto expressão de libertação, de resistência frente à opressão pois, vivemos uma realidade marcada pela desumanidade e pela arbitrariedade, que se expressa em várias formas de violência. Portanto, reconhecer e afirmar

o valor de sua poesia, bem como divulgá-la, representa uma maneira de dar continuidade ao legado e Casaldáliga, ao compromisso deste poeta com as causas populares que, para ele e também para Migotto, traduzem a causa do Reino de Deus.

Moldura para a leitura de *A poesia de D. Pedro Casaldáliga, dadora de sentido libertador*

Para compreender a poesia de Dom Pedro Casaldáliga, Migotto recorreu à chamada “abordagem relacional”, postulando que a compreensão da poesia deve levar em conta três variantes históricas: o movimento eclesial, a sociedade brasileira e o contramovimento, no caso de Casaldáliga constituído pela teologia renovada do Vaticano II e a Teologia da Libertação. Isto é, o fazer poético de Casaldáliga não foi tomando de forma isolada, mas sempre com base nas dinâmicas sociais, políticas e religiosas que o condiciona.

Ter compreendido a “temporalidade” de duas décadas (1960-1980) da Igreja e da sociedade brasileira foi fundamental para ver/ perceber a poesia de dom Pedro Casaldáliga como “dadora de sentido libertador”.¹

Nesse período, na Igreja do Brasil ocorreu um movimento, um lento deslocamento das bases eclesiais, que ao acolherem as orientações e intuições do Concílio Vaticano II e das conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1979), visibiliza uma nova consciência eclesial, que se cristaliza lenta e progressivamente,

A poesia de dom Pedro é uma expressão pontual, como etapas de uma caminhada e reflexo inevitável das mesmas dificuldades e tensões que surgiram no caminho percorrido por ele, pela comunidade eclesial e pela sociedade brasileira.

Seríamos infiéis, ao que o seu fazer poético está querendo dizer a si mesmo, à Igreja e a sociedade brasileira, se cedêssemos à tentação de um olhar fetichista sobre seus textos. Pois, o valor dos mesmos não depende de qualificações estéticas, religiosas ou políticas. Para Migotto: “o poeta Pedro Casaldáliga não se classifica simplesmente, menos ainda por categorias fechadas como se bastassem os rótulos de identificação de seu modo de ser” (2017, p. 96).² O critério decisivo para a sua interpretação é, como nos mostrou na dissertação, a fidelidade ou não ao Espírito Libertador

Fora deste contexto e de um verdadeiro discernimento dos caminhos que o Espírito Libertador abriu na vida de dom Pedro, na Igreja e na Sociedade brasileira nossa compreensão do seu fazer poético será reduzida.

A poesia de dom Pedro Casaldáliga traz no seu bojo um desafio a todos homens e mulheres sensíveis a ação Espírito e a presença do Outro, ela é um apelo a consciência eclesial e a socie-
.....

¹ Para uma ampla análise do deslocamento que ocorreu na Igreja nessas duas décadas, ver PALÁCIO, Carlos. Uma consciência histórica irreversível (1960-1979): duas décadas de história da Igreja no Brasil. *Síntese*, n. 17, 1979, pp.19-40.

² Passaremos a indicar só as páginas da Dissertação.

dade brasileira. Trata-se, com efeito, de uma opção poética reveladora de uma nova maneira de ser cristão e de viver a Boa-Nova, num continente marcado pela violência e pelas desigualdades sociais.

Pode-se afirmar, sem medo, que sua poesia é reveladora de uma nova consciência eclesial e política, em continua interação com uma realidade sócio-política e religiosa em ebulição.

Notas de uma leitura estrutural da Dissertação

Percorrerei a seguir a estrutura da dissertação apresentando a minha recepção, apontando sugestões e tecendo observações.

Mesmo sucinta, sintética a *Introdução* prepara o leitor para receber o texto, explicitado as questões e a hipótese com a qual irá trabalhar.

O capítulo primeiro intitula-se *Eu sou eu e minhas distâncias* e tem como eixo articulador o conflito ou melhor os conflitos de Casaldáliga consigo mesmo, vividos por ele na realização do seu projeto de vida e, nas opções que realizou. Conflitos *ad intra* com membros da Igreja e *ad extra* tendo como ícone o latifúndio.

Penso ser possível nesse capítulo recorrer a algumas Notas de Rodapé: em parte para mostrar a pesquisa realizada mas, principalmente, para facilitar futuros leitores, não familiarizados com questões eclesiais. Cabe, também, a apresentação de um mapa do Brasil e de algumas fotos, pois o “Brasil profundo” é pouco conhecido.

Dentre os temas importantes que o capítulo apresenta, podemos enumerar o dos “traços proto-históricos de uma cultura do latifúndio, em São Felix do Araguaia (p.33), que permite compreender as raízes dos futuros conflitos vividos por dom Pedro e o da sua caminhada ‘pelos caminhos da América Latina e do Brasil’, no qual ele ‘repensa a Igreja, a fé cristã e a sua Teologia” (p. 38).

Ao longo do capítulo, já indica alguns fatores que convidam o leitor a pensar na poesia de Casaldáliga, como uma resposta dadora de sentido, mesmo em situações limites (p. 47).

Migotto estruturou o segundo capítulo, *A poesia profética de Pedro Casaldáliga* em quatro pilares: A chegada da fé cristã ao continente americano; A função da Profecia; A atuação poética e profética de D. P. Casaldáliga e o Pensamento Pós Colonial. O ponto alto do texto é a reflexão sobre a atuação poética e profética de dom Pedro.

Uma das intenções do autor neste segundo momento é mostrar a presença e a atualidade da mentalidade colonial no continente latino americano. O colonialismo acabou, mas a presença da colonialidade continua até hoje, legitimando dominações e explorações. “A herança colonial não foi superada na atualidade!” (p. 62).

Sob o ponto de vista epistemológico deixou bem claro as três categorias básicas do capítulo: profecia, poesia engajada e Reino. A profecia não se separa da pessoa do profeta, pois este profetiza com toda a sua vida. Profecia não é puro discurso, mas ação pública de grande visibilidade. O Profeta – o *nabi* bíblico –, é aquele que está inserido numa realidade e é sensível às necessidades do povo e anuncia uma boa nova. A poesia engajada é aquela que expressa em linguagem poética o compromisso com a defesa da vida e da dignidade dos oprimidos no âmbito local e mundial e o Reino faz parte de nossa realidade histórica, significa uma proximidade de Deus à história dos homens, é a utopia dos que vivem nessa história.

Migotto aponta com muita acuidade algumas relações importantes como a relação entre profetismo e missão, profetismo e política e profetismo e poesia. Para conceituar a poesia de Pedro Casaldáliga enquanto poesia engajada mostra

o sentido de ser poeta enquanto interpelado pelos clamores dos oprimidos, dos mais pobres, daqueles e daquelas que lutam e morrem por causa da libertação e fazem dessas lutas e dessas mortes verdadeiros símbolos maiores do sentido e da esperança projetados no cotidiano e para mais além, pois se sabe de alguma forma, que a vida doada e em luta por libertação de toda opressão, ou mesmo a morte em nome de uma causa justa ou de várias) não será em vão (p. 79).

Para conceituá-la como profética, aponta alguns traços marcantes como a luta pela justiça e pela paz (p. 84). O texto poético de dom Pedro deixa transparecer sua sensibilidade teológica ao traçar as relações entre Reino- mundo e Igreja.

Poesia da Libertação é o título do último capítulo, nele o autor apresenta a poesia de dom Pedro Casaldáliga, enquanto expressão de um discurso libertador, frente a opressão. Poesia esta assumida como dadora de sentido e como resistência.

Capítulo orgânico e harmonioso, nele escolhe bem os poemas/poesias a serem comentadas, como as comenta recorrendo ao aparato epistemológico apresentado nos dois primeiros capítulos.

O eixo interpretativo passa pelo binário resistência e libertação.

Terra nossa, Liberdade
Esta é a Terra nossa
a Liberdade
humanos!
A Terra dos Homens
que caminham por ela,
pé descalço e pobre.
Que nela nascem, dela
para crescer com ela,

como troncos de Espirito e de Carne.
Que se entregam a ela,
cada dia,
e a entregam a Deus e ao Universo,
em pensamento e suor,
em sua alegria,
e em sua dor,
com o olhar
e com a enxada
e com o verso
Prostitutos cridos
da mãe comum,
seus malnascidos!
Malditas sejam
as cercas vossas, as que vos cercam
por dentro,
gordas, sós,
como porcos cevados,
fechando,
com seu arame e seus títulos,
fora de vosso amor,
aos irmãos!
(Fora de seus direitos,
seus filhos
e seus prantos
e seus mortos,
seus braços e seu arroz1)
Fechando-os
fora dos irmãos
e de Deus!
Malditas sejam
todas as cercas!
Malditas todas as
propriedades privadas
que nos privam
de viver e de amor!
Malditas sejam todas as leis
amanhadas por umas poucas mãos
para apararem cercas e bois

e fazer a Terra escrava
e os escravos os humanos!
Outra é a Terra nossa, homens, todos!
A humana Terra livre, irmãos!
(CASALDÁLIGA, 1978, pp. 192-193)³

A escrita do capítulo traz marcas profundas do trabalho de Zofia Marzec, pioneira no estudo da poesia de dom Pedro na perspectiva libertadora.⁴ Nele, nos dá a conhecer a obra poética/a ars poética de Casaldáliga.

Para Migotto,

Pedro fez poesias, e as fez como um discurso poético fundamentalmente comprometido com o ser humano, diante da grandeza do rio Araguaia, numa experiência de mutirão de posseiros para plantar arroz, frente a luta do povo para proteger uma ambulatório, quando do martírio do missionário João Bosco Burnier, louvou à Deus, toureou a morte, definiu-se como poeta, mudou de nome (pediu à mãe para rebatizá-lo de Pedro Liberdade), reescreveu a liturgia católica nas missas da Terra Sem Males (poesias escritas inspiradas na cultura indígena) e dos Quilombos (poesias inspiradas na cultura Afrodescendente) e até mesmo sobre Auschwitz (Entrevista com MIGOTTO, em 17/02/2017).

O ato poético é sempre um ato de rebeldia, de não conformidade com o que é determinado. Daí, o emprego das palavras não em seu mero significado verbal, mas como formas de revelação de algo que se confunde com as raízes ocultas da verdade, constituindo um acréscimo à nossa compreensão do ser.

O esforço hermenêutico, realizado por Migotto de preservar a unidade essencial do dizer poético de Casaldáliga, visibilizado no nexos entre palavras empregadas e seu significado transcendental, mostrou que a universalidade da poesia de dom Pedro tem um chão singular, àquele marcado pelo desejo de libertação.

A proposta do autor de perceber a significação especial no contexto dos valores contidos nos poemas, valores esses que ficam para todo o sempre, quando transcendem o tempo de sua elaboração, possibilitam afirmar que: os versos de Casaldáliga “são escritos de sentido e de mistérios diante de si, dos outros do mundo e de Deus” (p.94).

.....

³ CASALDÁLIGA, P. *Antologia* retirante: poemas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁴ Ver o artigo de Zofia Marzec em FORCANO, Benjamin et al. *Pedro Casaldáliga: as causas que imprimem sentido à sua vida – Retrato de uma personalidade*. São Paulo: Ave-Maria, 2008.

Conclusão

Para Migotto, a poesia de Casaldáliga é translocal, pois seus poemas relacionam universalidade e particularidade. Casaldáliga faz de seus poemas uma busca interminável e de suas inquietações socioreligiosas e políticas uma marcha incessante e comprometida com a palavra essencial, que considera como essencial a face do Outro e dos Outros.

Neste poema *E O Verbo se fez classe* podemos perceber o quanto sua poesia entrelaça engajamento, fé cristã e beleza:

No ventre de Maria
Deus se faz homem.
Mas na oficina de José
Deus se fez classe.

(CASALDÁLIGA, 1984, p. 29)⁵

Para Migotto preservar a memória do poeta que resistiu e ainda resiste, aos 88 anos de idade, é um dever de todos e todas que sonham e trabalham por um mundo mais justo e mais fraterno.

.....
⁵ CASALDÁLIGA, P. *Cantigas menores*. Goiânia: Editora Projornal, 1979.



As reformas em andamento

Estamos vivendo um momento que pensávamos haver sido extirpado do ambiente político brasileiro: um golpe de Estado. Moldado de forma a parecer fruto da constitucionalidade, o golpe teve momentos que levaram alguns a desacreditarem absolutamente da Democracia Representativa. Esta foi a sensação de muitos ao verem o *show* de péssima categoria dado no dia 19 de abril no Congresso Nacional, quando deputados jogavam confetes, jogavam-se no colo dos demais, gritavam viva meu isso e meu aquilo...

O resto da festa foi de construção de mentiras, até que a presidenta foi cassada e o vice-presidente, da interinidade, foi guindado à presidência de fato.

Hoje, depois da aprovação das PECs orçamentárias, nas quais a educação e a saúde são semiextirpadas, e vendo/temendo a aprovação das reformas da Previdência e do mundo do trabalho, chegamos à conclusão de que os *shows* vistos eram cortina de fumaça para o real, ou seja, um golpe de Estado para privilegiar os que já têm, e muito, principalmente aqueles e aquelas que detêm a papelada do capital financeiro.

Vemos, hoje, que o Estado brasileiro nada tem de constitucional. Ao contrário, a lista de acusações aos membros do ministério do presidente é tão grande que não passa semana sem que alguém seja apeado, e em seu lugar coloque-se outro com a mesma ficha corrida. Afinal, não parece que homens e mulheres corretos e íntegros estejam na lista do presidente, também ele acusado de tudo, menos de competência e honestidade. Além disso, já não damos mais credibilidade à Polícia Federal, a qual, desde antes das eleições de outubro de 2014 e até hoje, fazem política partidária abertamente, e não só nas mídias sociais, o que já seria um crime. Mas não podemos deixar de citar o Ministério Público, não só na chamada Operação Lava Jato, mas nela principalmente, que abandonou qualquer código de direito, e nutre-se mais de alguma apresentação em *data show* para mostrar que não há necessidade de provas, mas apenas de fé.

É triste? É! O Brasil, nos últimos tempos, perdeu credibilidade. Deixou de ser um “player” internacional para se colocar como jogador de ínfima categoria, sem ética nem moral para dizer algo. E isto, principalmente, depois que um certo senador por São Paulo passou pelo

Ministério das Relações Exteriores, do qual teve que sair por motivos óbvios de não saber bem onde estava, mas que encontrou um “problema de saúde” para afastá-lo de lá.

Mas vergonha por vergonha, o que acontece no Poder Judiciário deve ser analisado como vergonha para os seus próprios membros, os quais chegam a ter vergonha de seu trabalho, tendo em vista a atuação do Supremo Tribunal Federal e da atuação de um ou outro de seus membros.

Tudo isso foi feito para que o capital financeiro governasse praticamente sem intermediários, a não ser a grande mídia que fez parte do golpe e agora procura minorar os erros, jogando sobre as pesquisas que ela mesma paga uma coroa de suspeitas conclusões.

Uma reforma sem povo

Primeiramente veio a Proposta de Reforma Constitucional 241, que reduz investimentos em educação e saúde. No caso de tal dispositivo constitucional, ficou claro que o motivo único não era o de melhorar a educação e a saúde do povo brasileiro, principalmente dos mais pobres. Ao contrário, reduzir tais gastos significava ampliar o superávit primário, ou seja, garantir ao capital financeiro e aos banqueiros que não precisavam ter medo: este estava garantido, bem como garantido o pagamento dos juros, que são tão grandes que não têm comparação com os dos demais países. O Brasil é o paraíso de tais investidores.

Mas agora vieram as reformas que atingem em cheio os mais pobres, ou seja, aqueles que mais precisam da ação do Estado: a Reforma da Previdência e as mudanças no mundo do trabalho.

Reforma da Previdência

Vejam alguns pontos a partir dos quais procuraremos mostrar para onde estamos sendo levados por este governo desenvolvido pelos e para os rentistas:

- a) Idade mínima e tempo de contribuição. A proposta de Temer estabelece a aposentadoria depois de 25 anos de contribuição e para um mínimo de 65 anos de idade, para homens ou mulheres, muito embora, com o fim do fator previdenciário, mesmo contribuindo por 25 anos, o *trabalhador poderá não terá direito à aposentadoria integral*.
- b) Se quiser mais, o trabalhador deverá continuar trabalhando mesmo depois dos 65 anos, ou começar sua carteira de trabalho aos 16. E, de certa forma, não poderá trabalhar menos de 49 anos.
- c) Acaba com a aposentadoria especial para trabalhadores rurais.
- d) Compromete a assistência aos segurados especiais (índigenas, quilombolas, pescadores...), cujos valores são ínfimos, mas...
- e) Reduz o valor da pensão para viúvas ou viúvos.

- f) Desvincula o salário mínimo como base de referência para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada.

Com relação ao tempo de contribuição e à idade mínima, está chamando a atenção de jovens. Alguns, e não sem razão, estão desacreditando de que algum dia irão se aposentar. Ao contrário, acreditam que pagarão, pagarão... e só usufruirão na extrema velhice ou nunca. Por isso, entre os jovens, já um mote: “para que pagar Previdência, se eu não vou usar?”. E isto é muito grave, já que poderá se constituir numa redução, não pequena, na arrecadação para o fundo.

Além disso, vem vindo uma reforma talvez ainda muito mais grave que esta: a da radicalidade da terceirização no mundo do trabalho, a qual discutiremos em seguida. E podemos dizer que, se a radicalização for concretizada, a receita para a Previdência se reduzirá mais, muito mais!

Por isso não temos dúvidas em dizer que o que se está fazendo avançar no Brasil, com todas essas reformas, é o problema da desigualdade; é, de certa forma, tirar dos mais pobres para enriquecer os mais ricos. Estamos aprofundando e aumentando a distância, a partir de um governo que tem opção de classe.

Mas por que isso?

O governo se utiliza de dois argumentos para exigir a tal da Reforma da Previdência.

Há, já, um *rombo* no fundo da Previdência, ou seja, um grande e imenso déficit.

O que o governo chama de “rombo” ou déficit não existe. É falácia. Acontece que a Previdência, em seu projeto original, se constitui de três fontes de receitas: o trabalhador, a empresa e o Estado. E para cobrir a sua parte, o Estado brasileiro, depois da constituição de 1988, criou algumas contribuições tributárias.

Acontece que o governo não considera a sua parte, ou seja, o déficit que ele afirma existir é, praticamente, a sua parte que ele não acrescenta ao fundo.

Além disso, nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a parte do governo é de 50%, e não de 33% como no Brasil. Na Dinamarca, chega a 75%.

A Previdência, como é constituída, não se viabilizará, dado que haverá cada vez menos contribuintes para cada vez mais aposentados, porque está ocorrendo um incremento no tempo de vida da população brasileira. Além disso, há já uma redução na média de filhos por família. Assim, *menos jovens pagando* para mais idosos recebendo. É isto o que pensa o governo.

Aqui deve ser feita uma consideração sobre o que é a Previdência-Aposentadoria, não só para o trabalhador como para o Estado. Há que se ter um entendimento menos economicista e de mais humanidade sobre o assunto. Afinal, o humano deve ser considerado como tal pelo Estado, de tal forma que sua construção e constituição é também parte das funções do Estado.

A vida, humanamente falando, deve ser a preocupação máxima do Estado. E assim o foi em algumas formas de governo e de Estado até a década de 1970. Nessa linha, a aposentadoria, ou seja, o estancar o tempo de trabalho para uma vida mais tranquila, sem muitos horários, com mais lazer e descanso, não pode ser considerada só uma construção do trabalhador e sua família, mas também como uma função do Estado.

Isto quer significar que não só o tempo de contribuição ou de trabalho que deve ser considerados, mas o humano como tal.

Além disso...

Dizem os bispos do Rio Grande do Norte:

Ultimamente, sob o falso fundamento de déficit, crise econômica e outros episódios cíclicos, o Governo tem investido fortemente na alteração de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas que foram incorporados à sociedade por dura luta popular. Sabemos conscientemente que a *Reforma da Previdência* atingirá de forma desigual e mais ostensiva os mais humildes, os descamisados, especialmente os trabalhadores rurais e as mulheres, numa inequívoca *violação aos direitos humanos*.

O governo que aí está fala muito do déficit público, ou seja, da falta de dinheiro. Mas para pagar o quê? Os financistas que recebem juros imensos, não existentes em nenhum lugar do mundo? Com isso, o Brasil gasta R\$ 500 bilhões por ano em juros; estima-se que existam outros R\$ 500 bilhões em sonegação, além do fato de que, a partir de legislações que beneficiam alguns contribuintes, existem aproximadamente 300 bilhões em renúncia fiscal.

Se existe um déficit público, não deve ser visto em relação ao pagamento da dívida para com os financistas, mas em relação ao que deve o Estado brasileiro fazer para com quem tem menos, para os pobres deste país, para as crianças que acordam e vão dormir com fome...

Além disso, em relação ao déficit da Previdência, não se fala das dívidas bilionárias que determinadas empresas, grandes, têm para com a Previdência. É necessário tornar público e cobrar as empresas que devem para o Fundo de Reserva do Regime da Previdência Social, que, no mais das vezes, são as empresas que descontam a Previdência de seus empregados, mas não repassam ao Estado. Ou seja, não são apenas devedores, mas fazem parte do processo de corrupção no Brasil.

Além disso, se estamos ante um déficit público, por que as instituições financeiras não são tributadas neste país? Por que existe uma imensa desoneração de exportação de *commodities*? Por que as heranças, principalmente as grandes, não são tributadas? Em verdade, por que não se faz uma Reforma Tributária, cada vez mais necessária neste país, mas cada vez mais esquecida? Afinal, com os tributos cobrados no ato da compra da mercadoria, e não na fonte, o

tesouro brasileiro é formado, em seu maior montante, dos tributos pagos pelos pobres, pelos trabalhadores, ao comprarem suas mercadorias ou ao pagar seu tributo na fonte.

E a Auditoria da dívida pública? Por que a presidenta Dilma se negou a aprovar o que foi aprovado no Congresso? Por medo de represálias? Por que teve medo das ações de inconstitucionalidade? Por que saber quem são os devedores causa medo, no governo e nos devedores? Talvez porque, como aconteceu no Equador, quando se fez tal auditoria, percebeu-se que mais da metade da dívida era falsa.

Como o diz E. Fagnani, economista da Unicamp: “O que está em jogo no Brasil não é um ajuste fiscal, é uma mudança no modelo de sociedade. Um programa desse tipo não passa pelo crivo popular”.

Mudanças radicais no mundo do trabalho

Outra grande mudança que está para acontecer, e que poderá alterar, e muito, o mundo do trabalho, são as propostas que já estão no Congresso ou que foram anunciadas que virão.

Lembremo-nos de que logo após deixar de ser interino, o atual presidente recebeu empresários da Confederação Nacional da Indústria. Na saída, um deles disse a um dos repórteres presentes que já estávamos em condições de ter uma jornada de 60 horas semanais de trabalho. Dado que estamos, constitucionalmente, trabalhando com 44, e com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras por 40, e dado que em outros países já se luta por 30 ou mesmo 25, a fala do industrial foi tida como chiste. Mas nada era tão verdade! Alguns dias depois o presidente, já não mais interino, afirmou que remeteria proposta de trabalho de até 12 horas por dia.

Além disso, já foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei da terceirização (PL 4330/04), que no segundo semestre deste ano será votado pelo Senado. Nele é constituída e legalizada a terceirização de todas as atividades do setor privado, dado que, pela lei atual nesse campo, só as atividades-meio, que não têm a ver com o produto ou serviço final da empresa, podem ser terceirizadas.

Muito embora, como um coro bem organizado, os empregadores afirmem que a terceirização total das empresas vai gerar muitos empregos, é evidente que tal não acontecerá. Será o contrário! Afinal, gerir o mundo dos trabalhadores e trabalhadoras a partir da flexibilização dos vínculos, dos salários, dos cargos vai atender os detentores do capital, pois podem demitir ou mesmo não contratar diretamente, mas através de terceirizadoras. Isso reduz custos e responsabilidades. Reduz gastos: os salários são reduzidos ao máximo, ou até os elimina com os encargos trabalhistas.

Além disso, está sendo discutido, ainda no nível da Câmara dos Deputados, a prevalência do negociado sobre o legislado, o que representa, para P. Ananias, “o fim do Direito do Trabalho no país”. Afinal, o legislado, toda a legislação existente, é uma garantia para os trabalhado-

res e trabalhadoras, que, na relação capital-trabalho, é a parte mais fraca. Muito embora venha com uma aura de melhoria nas relações trabalhistas, o que virá, e isso é certo, a eliminação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras conquistados a ferro e fogo.

Mas, afinal, o que é isso?

No Brasil, o trabalhador sempre foi considerado um sucedâneo do escravo. Esses foram “redimidos” em 1888, deixando um vácuo, no ver das elites. Afinal, quem vai trabalhar para elas? Nesse caso, a escravatura continuou até Getúlio, quando alguns direitos foram concedidos aos trabalhadores. Coisa que o empresariado nunca aceitou.

Como dissemos no início deste texto, aconteceu um golpe de Estado esfumaçado pelos meios de comunicação, pelo processo judicial e pelo legislativo, como uma reforma constitucional. Ele aconteceu exatamente para pôr em execução uma mudança radical no país, fazendo com que o avanço neoliberal e capitalista, que, de certa forma, estava estacionado a partir do início do milênio, no Brasil, mas em avanço no mundo, se estabeleça no país.

Este vai levar o trabalhador a sentir a redução de seus salários, de seus direitos, em detrimento do mundo financista. Estará se dirigindo não só para a eliminação de empregos, ou seja, para o desemprego, mas também para a redução de toda e qualquer sensação de fixação salarial e do trabalho para aqueles que pensarão ter emprego. Entramos naquilo que Gorz chama de “precariado”, ou seja, o trabalhador e a trabalhadora sentir-se-ão continuamente vivendo no precário.

Há uma crise! E esta crise no mundo do trabalho reflete uma crise maior, a da civilização na qual vivemos. Estruturas e valores perdem o sentido e outros sentidos lhes são agregados. Assim no mundo do trabalho, assim na democracia, assim no Estado. Há que se pensar na mudança do mundo do trabalho. E, nessa mudança, a Doutrina Social da Igreja, desde a *Rerum Novarum* mas até o Papa Francisco, afirma como um de seus princípios que o mundo do trabalho é prioritário, vem antes do mundo do capital, ou seja, o trabalhador tem primazia sobre o capital.

Assim, não se trata, apenas, de mudar o mundo do trabalho, mas de construí-lo a partir de outros valores, outros princípios. E isso não se fará a partir de um Estado comandado pelo capital financeiro, mas a partir de um novo Estado.



Resenhas

ARNS, DOM PAULO EVARISTO. *A TÉCNICA DO LIVRO EM SÃO JERÔNIMO*.

SÃO PAULO: COSAC NAIFY, 2007.

Filho de uma extensa família, Paulo Evaristo Arns nasce em 1921, num berço de colonos e imigrantes alemães, no estado de Santa Catarina. Já nos caminhos da vida religiosa na ordem franciscana, vai à França a fim de estudar e obter a titulação de doutorado. E, em 03 de maio de 1952, defende sua tese que, por sua vez, obtém a maior nota. Este trabalho de qualificação doutoral é o mesmo que nos propomos resenhar, no entanto, já com suas devidas alterações próprias a uma publicação de livro.¹

O presente autor é profundamente marcado pela chamada “Nova Teologia”, movimento particular de alguns teólogos jesuítas e dominicanos, como Yves Marie Congar, Jean Daniélou, dentre outros. Esse novo empreendimento teológico se propõe a “modernizar” a teologia ou, em outras palavras, trazer para a história a reflexão teológica. Assim sendo, é uma proposta paradigmática que vai de uma teologia apologética a uma que se dedique às coisas terrenas.²

Nosso autor é internacionalmente conhecido, principalmente pela sua envergadura humanista, além de ser um talentoso pensador, literato, teólogo, patrólogo, profeta dos pobres, pastor, promotor da vida e da esperança, dentre inúmeras outras particularidades. Podemos com total segurança dizer que, à sua envergadura intelectual, acompanhava a mesma grandeza profética e pastoral, enquanto bispo e cardeal da Arquidiocese de São Paulo. Em sua tese, Dom Paulo pretende discorrer sobre a técnica do livro em São Jerônimo, padre da Igreja do século IV d.C. Isso quer dizer ele pretende investigar cuidadosamente sobre todo o processo de produção e publicação do que hoje entendemos como livro. Num primeiro momento, e para um leitor desavisado sobre o assunto, pode parecer uma investigação de pouca credibilidade, uma vez que parece absurda a ideia de buscar entender como que se dá a técnica do livro, principalmente num mundo já marcado pelo avanço da técnica, onde *devices* próprios de leituras são

.....
¹ Cf. Valdir, Ticão (Org.). *Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns: pastor das periferias, dos pobres e da justiça*. São Paulo: Casa da Terceira Idade Tereza Bugolim, 2015. p. 13.

² Cf. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopez (Coord.). *Nouvelle Théologie. Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2015. p. 677.

cada vez mais comuns em nosso meio; além da infinita capacidade de produção de material publicado no formato de livro a partir do invento da imprensa.

O resgate histórico que o nosso autor se propõe, a partir da produção literária do áureo literato do séc. IV, é de suma importância para o entendimento histórico da técnica em questão, mas também do desenvolvimento do conhecimento da época e especialmente da difusão e perpetuação do mesmo a partir do dado material. Para tal, a obra de dom Paulo é dividida em cinco capítulos. O critério da divisão dos capítulos se dá pela evolução do dado material. Desse modo, se vê a seguinte divisão: O material; A redação; A edição; A difusão; O livro e os arquivos. Vale reforçar que o recorte que o nosso autor faz de seu objeto de estudo se restringe ao trabalho desenvolvido por São Jerônimo (347-419/20 d.C.).

No primeiro capítulo temos o desenvolvimento acerca do material que o santo se serviu a fim de construir a sua obra literária. Ao longo de todo o texto, Dom Paulo tem o cuidado de extrapolar as características de cada matéria-prima que se tinha à disposição dos escritores contemporâneos a Jerônimo, mas nos oferece a forma com que o santo se serve de cada um desses meios disponíveis. Além de apontar para as consequências de como esse dado material influi na produção, no gênero e na difusão de suas obras. Ademais, Dom Paulo faz questão de salientar o fato de que o angélico autor extrapola o dado material de sua produção, principalmente diante de um problema comum à sua época, em que existia uma demasiada valorização ao livro sagrado. E este, por sua vez, aponta para o que é mais fundamental do que a púrpura e as letras de ouro impressas no pergaminho, que é o Espírito que dá vida à obra como um todo, e que este mesmo Espírito deve habitar os corações dos fiéis, ao invés de os códices habitarem seus arquivos, ou a letra no pergaminho.

No segundo capítulo nosso autor concentra-se no processo de redação. O ditado é apontado como a forma mais comum para o desenvolvimento da redação. Isso se dá por inúmeros motivos, por incapacidade de Jerônimo em redigir seus textos devido uma limitação de saúde física, somada à idade avançada. Além da falta de habilidade do mesmo por si só para escrever um grande volume de conteúdo, há que considerar que existem algumas obras, ou até fragmentos, que são escritos por Jerônimo; no entanto, a forma mais comum de produção do texto se dá pelo ditado. Ainda no presente capítulo o autor se dedica com cuidado a analisar a profissão do taquígrafo e a importância do mesmo para a produção literária da época. Outra profissão a ser refletida é a do copista, indispensável para a reprodução das obras de qualquer escritor conhecido da época; ofício próprio dos monges, de suma importância para a perpetuação e a divulgação das ideias dos escritos. No entanto, inúmeras dificuldades eram comuns às cópias dos monges, sendo frequente encontrar erros no conteúdo copiado, ou até mesmo uma outra produção de sentido nos novos exemplares. Por conta disso, outra tarefa se fazia necessária ao autor: a correção do texto copiado, a fim de preservar o quanto possível a sua originalidade. Um último dado a ser considerado nesse capítulo é que o sentido de manuscrito

era outro, se comparado à compreensão atual. O que se compreendia por manuscrito é o fato de a obra corresponder à autoria que ela reclamava.

No terceiro capítulo, nosso autor discorre sobre a edição dos escritos e os assuntos giram em torno dos diferentes gêneros literários, além da publicação. O autor destaca uma infinidade de possibilidades literárias comuns no contexto de Jerônimo, além de discorrer sobre algumas das quais o santo se servia em suas publicações, uma vez que cada gênero em questão carrega consigo não apenas uma forma própria, mas por meio dele o santo transmitia sua mensagem, a fim de melhor difundi-la.

No quarto capítulo nos deparamos com a difusão do escrito. Vemos aqui a importância de certas ocupações, a exemplo dos livreiros, comerciantes, que tinham um bom faro para descobrir obras e autores com capacidade de aceitação e projeção nesse ramo de negócios. Outra figura importante de difusão do escrito é o destinatário do mesmo, uma vez que a obra sempre era endereçada ou encomendada por alguém, e isso contribuía para a programação do escrito. Dom Paulo, portanto, apresenta uma problemática importante a ser salientada, que é a estratégia de substituir a autoria herética de certas obras por nomes de mártires ou até mesmo de pessoas ortodoxas, a fim de atribuir crédito ao texto. Não obstante, outros assuntos são considerados, como a questão dos depositários, sujeitos que animavam o escritor demonstrando interesse em sua obra, e em consequência em divulgá-la. Outra matéria de reflexão é a remuneração do autor, já que o mesmo geralmente não possuía outras ocupações; assim sendo, o mesmo cobrava por obras encomendadas, a exemplo da tradução da Bíblia. De todo modo, a remuneração, foi segundo o autor, objeto de algumas reflexões de Jerônimo, porque, com o que ganhava, pouco dava para cobrir os gastos com os materiais.

No último capítulo, Dom Paulo versa sobre o livro e os arquivos. Aponta, portanto, para certos esforços em garantir a autenticidade do livro, uma vez que, como dito anteriormente, era muito comum se ter determinada publicação de falsários. Jerônimo se serve de dois critérios a fim de garantir certa segurança com relação à autoria, por meio de uma crítica externa, além de uma crítica interna. Outra preocupação para com o livro era a questão da adulteração dos escritos, seja por uma ação acidental, seja intencional. Ou seja, são problemas advindos do ofício dos copistas, ou de más intenções de pessoas que, mudando o sentido do escrito, visavam favorecer determinada seita ou corrente de pensamento, servindo-se do nome de outra pessoa que conferiria credibilidade ao texto adulterado. Ao que se refere aos arquivos, Dom Paulo destaca que Jerônimo tinha uma cópia de suas próprias cartas, além da de outras pessoas, e que em sua juventude o santo não teve tanta preocupação em fazê-lo. Outros arquivos de época, além dos privados, são os públicos, como o *scrinia*. E diferentemente do que se pense, estes não eram abertos ao público, mas possuíam esse nome porque conservavam os documentos que eram abertos ou dirigidos ao público. Um outro arquivo era conhecido como *arcare*, que conservava os arquivos eclesiásticos. Uma prática comum nos arquivos era a de renovação das cópias conforme os manuscritos se deterioravam; assim preservavam a obra.

A conclusão da obra é bem peculiar por carregar uma espécie de síntese das partes do trabalho. Destarte, aponta para a sua intenção primeira, bem como para as limitações da obra. Assim sendo, o autor costura as possíveis pontas em aberto ao longo da leitura, em seu arremate final.

Dom Paulo, ao tratar da temática proposta, faz uma opção metodológica a fim de, seguindo a ordem de produção e difusão de uma obra, comentar sobre pequenos detalhes filológicos e históricos, a exemplo de certos pormenores que incidem na produção literária de São Jerônimo, por exemplo, quando se refere ao material e à forma peculiar de o santo escrever suas teses. No entanto, Dom Paulo se serve também de inúmeros textos de autores contemporâneos a Jerônimo, especialmente os seus interlocutores diretos, dando ao conjunto do trabalho um embasamento histórico e literário mais significativo. Ou seja, quando o autor da obra cita algum texto, o mesmo é utilizado a fim de ver como determinado assunto ou tema se relacionava a São Jerônimo, ou ecoava nos demais autores da época.

Um outro dado a ser considerado é a erudição do pesquisador, uma vez que suas fontes se dão na língua original dos textos clássicos utilizados. No entanto, um leitor leigo em línguas clássicas pode sem muitas dificuldades ter acesso ao conteúdo que o autor vem transmitir. Não obstante, já aqueles leitores mais exigentes, como pesquisadores, encontrarão nessa obra uma vasta bibliografia a ser consultada, além de citações que preservam a língua em que foram escritas, e alguns ricos comentários sobre as mesmas.

O objetivo da obra não é de cunho comercial, mas, antes, se preocupa em resgatar, a partir de um grande personagem do período da Patrística – área cara ao pesquisador –, a memória da técnica do livro de Jerônimo. Sendo assim, é de muito valor para todos aqueles que de algum modo se dedicam ao estudo e à análise de textos antigos. Especialmente para os estudiosos de assuntos religiosos, porque, ao se referir a determinado texto, mais do que um instrumental técnico de línguas, se exige para uma leitura mais apurada uma compreensão mais histórica de como o texto se deu e chegou até nós.

Em suma, concluímos afirmando que a presente obra traz consigo um valor difícil de se estimar, por apresentar um conteúdo original sobre a temática por ela proposta, além de ser fruto de uma produção acadêmica de um homem cuja a envergadura alcança a excelência em muitos campos sociais. E ela apresenta-se como mais um dos serviços prestados por Dom Paulo à Igreja universal.

Paulo Henrique Cintra
Frei Agostiniano – Ordem de Santo Agostinho
Graduando em teologia – ITESP

ÁLVAREZ, FRANCISCO. *TEOLOGIA DA SAÚDE*.

SÃO PAULO: PAULINAS: CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO, 2013.

Francisco Álvarez é doutor em Teologia Pastoral, professor de Teologia da Pastoral da Saúde no Camillianum, Instituto Internacional de Teologia da Pastoral da Saúde (Roma, Itália). Também é diretor da Revista *Humanizar*, publicação do Centro Camiliano de Humanização e Pastoral da Saúde de Madri, além de conferencista internacional e autor de vários livros e artigos na área da Espiritualidade, Pastoral e Teologia da Saúde.

O livro *Teologia da Saúde* é o resultado de trinta anos de dedicação à Pastoral da Saúde; trata-se, portanto, de um verdadeiro legado. A obra apresenta uma perspectiva diferenciada, pois contempla uma visão holística da saúde, ou seja, visualiza a saúde da pessoa humana como um todo, pois a partir de uma Teologia da Salvação destaca a dimensão pessoal desta, tendo em vista que acredita que a mesma é responsabilidade individual daqueles que são comprometidos com o Reino de Deus.

Álvarez segmenta a obra em quatro grandes eixos, que comporiam o cenário atual da Teologia da Saúde. Seriam estes: o itinerário rumo à Teologia da Saúde; a abordagem antropológica dos aspectos relacionados com a saúde, uma análise da saúde no processo da história da salvação e, por fim, apresenta algumas perspectivas teológicas atuais pelas quais é possível pensar o aspecto da saúde.

No primeiro eixo o autor estrutura um itinerário rumo à Teologia da Saúde, em que se traça um histórico da questão, descrevendo o longo silêncio da Teologia, a caminhada rumo à elaboração da Teologia da Saúde, pontuando por fim quais seriam seus pressupostos, objeto, limites e os riscos epistemológicos que são necessários evitar.

Em um segundo momento, baliza suas análises acerca da saúde, a partir de um prisma antropológico. A partir da apresentação das “três janelas”, ele afirma que o melhor olhar para definirmos o conceito de saúde é o antropológico, pois pensar em saúde fundamenta-se necessariamente no olhar que temos do ser humano. Neste sentido, apresenta várias concepções: a vitalista, a utilitarista, a médica e a psicológica, demonstrando como estas colaboraram para as diferentes formas de se compreender a saúde. Sendo que, a partir de concluir suas reflexões, afirma que, como as próprias realidades do humano, a saúde é uma realidade poliédrica e pluridimensional, não reduzível a um único olhar.

O terceiro eixo de análise apresentado pelo autor aborda a dimensão da saúde na história da salvação. Salientando a necessidade de evitar os reducionismos, ele utiliza como prisma de análise a pedagogia da salvação. Assim, Álvarez realiza uma incursão no Antigo e Novo Testamento, apontando as principais chaves de leitura e símbolos, principalmente aqueles que se referenciavam no modelo cristológico da saúde.

O último ponto de análise apresentado pelo autor proporciona a abertura para uma série de novas possibilidades de estudos e análises acerca da Teologia da Saúde. Dentre estas perspectivas teológicas, ele aponta sete itens que merecem atenção: a necessidade de um novo diagnóstico pastoral acerca da dimensão da saúde; a compreensão de que a saúde é um modo de ser humano; a compreensão de que o itinerário da saúde deve se pressupor em um prisma cristológico; que a saúde acima de tudo é uma realidade relacional; a compreensão de que a saúde é uma experiência de e para a liberdade, como também de salvação.

Por fim, cabe salientar que o autor trouxe uma nova vitalidade à teologia, vendo-a saudavelmente e lendo-a numa perspectiva positiva a partir da mensagem do Evangelho. A tarefa de elaborar uma Teologia da Saúde levou o autor a considerar a condição humana, a experiência de viver responsabilmente o significado da salvação cristã, como uma experiência de saúde.

Isso se traduz também numa maneira nova, positiva, de olhar a história da salvação: a fé como algo saudável, a pastoral como um espaço de recuperação e cura, e a vida como um dom maravilhoso de um Deus que deseja que o ser humano viva “em abundância” (Jo 10,10).

Segundo Leo Pessini, tal obra é extremamente relevante, pois havia várias publicações sobre temas como a dor, o sofrimento, a morte, mas nada específico nem aprofundado sobre a Teologia da Saúde. Assim sendo, faltava alguém que assumisse o desafio de refletir e aprofundar uma perspectiva teológica positiva da saúde, uma leitura evangélica da vida em chave de “saúde e salvação”. Tal desafio foi cumprido por Álvarez.

Vanessa Roberta Massambani Ruthes
Doutoranda em Teologia – PUCPR
Mestra em Teologia – PUCPR
E-mail: vanessa_ruthes@yahoo.com.br